

DGRH/I

CC/IEL

2.1

PASTA Nº 01

Esta pasta que contém comprovantes curriculares de :
CARLOS ALBERTO VOGT, numerados de 01 a a 03, refere-
se ao processo nº 2823/69, contratação em nome do
interessado.

DGA-5, 16-11-78

Maria Fernandes

MARIA FATIMA FERNANDES

Escritória

DGA - 5



2823/69

86-21/8

fonte. se ao processo

26/8/74

Alcarnay

Fls. N.º 02

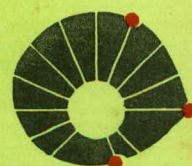
Pasta N.º 01

Rubrica.

2

carlos vogt

**A palavra
envolvente**



UNICAMP

instituto de filosofia e ciências humanas

A PALAVRA ENVOLVENTE

CARLOS VOGT

Professor do Departamento de Linguística
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Zeferino Vaz

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor: Manoel Tosta Berlinck
Comissão de Redação: J.R.Amaral Lapa
L.G.Mello Belluzzo
Carlos Vogt

EPÍGRAFE

Pour vivre, il faut toujours trahir
de fantômes...

(Bachelard, L'intuition de
l'instant, p.107).

Cuando los malos lectores de nove-
las insinúan la conveniencia de la
verosimilitud, asumen sin remedio
la actitud del idiota que despues
de veinte dias de viaje a bordo de
la motonave "Claude Bernard", pre-
gunta, señalando la proa: "C'est-
-par-là-qu'on-va-en-avant"?

(Cortázar, Los Premios, 53)

"Cadernos" é o nome que se habituou a este tipo de
publicação, que o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, agora, tenta.

A experiência que se faz vale por si e como hipóte-
se para outras aventuras. Os "Cadernos" teriam a pretensão de
preencher os limites de sua limitação. Não serão nem a voz
profética do definitivo - que é sombra - nem o grito nostálgico
do insofismável - que é passado?

Seriam, talvez, do interior do círculo fechado do
trabalho acadêmico, o olhar menos complacente das conversas
doloridas, mas tranquilas, que o discurso contesta?

Talvez. Mas então o fechamento não é a fala que o
tempo elegeu? O nosso tempo. Não é o discurso uma tarefa de

Sísifo esgotando a força primitiva da desconfiança? E o seu planejamento, a sua organização, não seria o testemunho de confiança do homem na verdade que ele substituiu?

Quanto talvez.

Assumir a dúvida, a ambiguidade, a coisificação e de dentro do cansaço de decifração da esfíngie responder-lhe com o arremate do espelho: decifra-me ou deixa viver.

O silêncio é signo de confiança. E se a linguagem atravessa a verdade com a máscara da neutralidade é porque ela é palco e aí cabem outras representações. Por que não a do compromisso com seu tempo e com sua gente?

É preciso logo ir a toca do dragão antes que ele desperte a fraqueza da cidadela do homem e amanheça no seu quarto. Se há determinações do animal humano pela ordem simbólica, como quer Lacan, e se o indivíduo, servo da linguagem, traz, desde o nascimento o estigma dessa servidão no nome proprio que carrega, onde, então, falar de força, de criatividade, sem experimentar o ranço da frase feita?

Estamos condenados à concentração de interesses abstratos? Servimos aos modelos que nomeiam o mundo com a credulidade de nosso próprio espanto. Produtores da produção, que linguagem responderá pelo homem e pela coisa, distanciando-os sem o engodo da autoridade?

A objetividade é um mito quando os fatos que a verificam já são dados no disfarce da linguagem que a necessita. As abstrações encantam porque explicam. A generalização na ciência é um preço caro. A transparência do mundo é o espaço

ambíguo que a técnica pode penetrar. E a linguagem aí está, disponível tanto para o neutro como para o comprometido. Disponibilidade incrível, capaz da indiferença e do grito.

O jogo é a regra. Os meios de comunicação, o limite da ironia do homem solitário. A metáfora doente da sociedade tribal esconde a fala viciosa da sociedade controlada.

É preciso dizer. Aqui, em toda parte. O intelectual e o professor universitário já não preenchem necessariamente as mesmas funções embora a categoria os confunda. Os técnicos do saber prático, segundo a denúncia de Sartre, ocupam as universidades e o produto mais sofisticado de sua atividade é a burocratização da inteligência.

É preciso falar, desconfiando.

O definitivo esconde o seu autor. O autoritarismo, o silêncio, a morte são personagens que participam da sua elaboração. Não há ilusão possível da ciência a este respeito. O único definitivo possível é o provisório. Não há modelo, por mais coerente que seja, que não traia a sua ideologia, e tornar o homem um mero acidente do discurso é praticar uma das grandes sofisticações que o capitalismo pôde produzir.

Mas sua denúncia é tão antiga quanto a sua existência: Marx criticando o idealismo de Proudhon mostra o absurdo da história concebida como satisfação de categorias abstratas, e de princípios.

No entanto, o esquecimento.

De que a ciência é pausa e não eternidade; de que é preciso refazer constantemente o caminho que levou a este in-

tervalo, para chegar a novos espaços sem a ilusão mórbida do definitivo. O tempo é um leitor insatisfeito. Toda síntese guarda no espaço em que ela se configura o rumor da análise que a precedeu e da que a procederá. Por mais que se tente fi xar o espaço, não há como sufocar o residual do vivido: a vio lência, sobretudo quando oficial, procura esconder o entume-
cimento de sua própria verdade. Mas como uma flor, que a his-
tória fecundasse o cristal estoura e multiplica em caleidoscô-
pio o testemunho de nossa omissão:

"Uma flor nasceu na rua!

...

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tē-
dio, o nojo e o ódio."

escreve Carlos Drummond de Andrade. Estranha flor que o peso e a dureza das coisas e dos sentimentos não conseguem conter. É à expectativa de seu nascimento que é preciso responder. Por que o seu olhar fará a primitiva pergunta: Permitiste a vida? Tentaste, ao menos?

Agora, todo cuidado é pouco.

A cautela é o único comportamento sensato.

Mas pode o homem viver no recuo de suas ações?

E quando às suas costas erguer-se o muro caído de seus limites e os tiros de seu medo apontarem para o seu cora-
ção?

Quase sempre a metáfora adormecida parece viva ao leitor noviço, diz L.Olbrechts-Tyteca.

O ouvido habituado ao silêncio de sua própria voz pode tornar-se surdo à própria razão e encantar-se com "a mágica revelação" de qualquer ruído.

Por que chamar o medo do que ele não é e, esconden-
do-se atrás da palavra, insistir na farsa?

Não é preferível, como o poeta, vê-lo, dizê-lo, tocá-
-lo, sujar as mãos de sua viscosidade, antes que ele se trans-
forme no fantasma de toda precaução?

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio porque esse não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

"Congresso Internacional do Medo". Ainda uma vez, Carlos Drum-
mond de Andrade.

O circunstancial domina o poema. As flores serão amare-
las e medrosas, provisoriamente. Mas elas nascerão, apesar de
toda tentativa organizada para impedi-lo.

Outra vez a flor a atravessar o inconveniente da morte,
que é absoluto, e a estourar, ainda que timidamente, a denún-
cia de outra inconveniência, que é medo.

VI

Os "Cadernos" poderão ser cadernos?

Se uma revista vier, será sobre o rastro desta timidez?

Por isso, nele caberão artigos, ensaios, conferências?

Não são do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas?

De outras partes, dos que enviarem?

De outras Instituições, de outras não-instituições?

Os seus trabalhos, quando julgarem que assim vale a pena.

Pesquisas e trabalhos de alunos poderão aí caber?

Caberão?

Termino.

Isto soaria estranho, se fosse uma apresentação?

A atitude do apresentado poderia, talvez, desfazer a sensação.

É possível.

Como responder pela intenção e pelo gesto?

A sequência dos "Cadernos" dirá do conseguido.

As apresentações se consomem no ato de apresentar .

Os indivíduos que preenchem o ato, enquanto tal, são ecos que muitas vezes escondem a origem.

Talvez seja o caso.

Mas, por isso é difícil responder, ainda que se disponha de uma incrível confiança no homem.

Uma certeza.

VII

Se houver consentimento, haverá mistificação.

O possível, como diz Bachelard, é uma tentação que o real acaba sempre por aceitar.

É preciso tentar preenchê-lo antes que consigam soterrá-lo.

Carlos Vogt

Campinas, maio/73

A PALAVRA ENVOLVENTE

Í N D I C E

Cap.		Pág.
0	- Introdução	3
I	- Sentido e Significação: uma distinção metodológica..	4
II	- Organização interna desta forma de descrição semântica: o Componente Linguístico e o Componente Retórico	8
.III	- Implicações metodológicas e epistemológicas deste comportamento teórico: relações de concepção da <u>lín</u> gua que dele decorre com outras concepções atuais , Chomsky e Saussure, principalmente	14
IV	- Algumas motivações empíricas que sustentam tal concepção	22
V	- Variáveis referenciais e variáveis intencionais	27
VI	- Pressuposição e posição de um enunciado	33
VII	- Sugestão para uma explicitação do Componente <u>Linguís</u> tico: o Componente Estrutural e o Componente Lexical	41
VIII	- Conclusão	47

0. O objetivo deste artigo é traçar o perfil de uma forma de descrição semântica que pode, segundo nosso ponto de vista, apresentar ao semanticista algumas alternativas interessantes para o tratamento do complexo problema da significação.

Ao contrário da semântica que se praticou por volta dos anos 50, preocupada sobretudo em identificar as propriedades imanentes do léxico de uma dada língua e a sua consequente organização - trabalho paradigmático por excelência - e cujas filiações permanecem até mesmo na concepção do componente semântico da Gramática Gerativa, esta forma de descrição semântica abre-se, preferencialmente, para o sintagmático, sabendo que o risco que corre é o de desembocar nas águas turvas e atraentes do discurso.

São os trabalhos do linguista francês Oswald Ducrot que representam, ao nosso ver, a forma mais amadurecida de tal proposta. Toda uma série de artigos acumularam as "demarches" necessárias para a elaboração de uma sistemática deste procedimento semântico, sistemática cuja expressão maior se encontra no livro *Dire et Ne Pas Dire* (1).

É a perspectiva teórica e as implicações práticas desta visão da semântica que este artigo pretende apresentar e discutir. Para tanto, obedeceremos ao seguinte roteiro:

I - Sentido e Significação: uma distinção metodológica.

II - Organização interna desta forma de descrição semântica: o Componente Linguístico e o Componente Retórico.

III - Implicações metodológicas e epistemológicas deste comportamento teórico: relação da concepção de língua que dele decorre com outras concepções atuais, Chomsky e Saussure, principalmente.

IV - Algumas motivações empíricas que sustentam tal concepção.

V - Variáveis referenciais e variáveis intencionais.

VI - Pressuposição e posição de um enunciado.

VII - Sugestão para uma explicitação do Componente Linguístico: o Componente Estrutural e o Componente Lexical.

VIII - Conclusão.

I - A distinção entre *sentido* e *significação* não deve ser arbitrária quando se pretende utilizá-la sistematicamente. É, no entanto, sabido que o cotidiano as elegeu como sinônimas. Nosso primeiro objetivo deve ser, então, desenhando o espaço em que esta diferença ganhe corpo. Este espaço não pode ser senão aquele que a teoria semântica, que pretendemos discutir, determina. Em outras palavras, estou afirmando que entendo tal distinção como uma hipótese cuja validade ou não-validade só poderá ser dada no interior da teoria que

a elaborou.

Com isto não estou pretendendo, de forma alguma, desfazer a teoria como auto-suficiente. Longe de mim pretender as regiões privilegiadas do absoluto. A linguagem dos deuses é o silêncio e a sua prática não admite aproximações: o autoritarismo, a violência, a página em branco, a morte são alegorias da mesma e única personagem capaz de realizá-la. Estamos longe de pretendê-la e menos perto ainda de admiti-la.

Afastado este possível equívoco, voltamos para onde podemos estar.

Positivamente, quero dizer que a distinção sentido/significação, uma vez definidos os termos deverá manter-se coerente no interior do universo teórico em que ela se instaura, ao mesmo tempo que responder às exigências de adequação ao empírico. Satisfazendo a primeira condição, ela responde ao critério de verdade interna que toda teoria deve preencher. Mas isto não é suficiente. É necessário, ainda, que a segunda condição seja também satisfeita, isto é, que toda teoria científica responda ao critério de verdade externa, pela sua capacidade de adequação ao real. Entendo adequação como a propriedade que define o critério de verdade externa que toda teoria, como dissemos, deve satisfazer. Esta adequação não deve ser entendida apenas em termos de capacidade descritiva, mas também em termos de capacidade explicativa. Em outras palavras, não basta que a teoria seja capaz de fazer uma tipologia dos fenômenos que ela privilegiou como teste para a sua adequação. Eles não se constituem, de forma alguma, em prova

de verdade da teoria, a não ser nos limites específicos de sua própria extensão. Toda generalização feita a este nível de análise está sempre circunscrita nos limites dos fatos descritos, pouco importando a quantidade de fatos que o analista tenha conseguido colecionar e catalogar. Quero dizer que, embora necessário, o raciocínio indutivo, que é próprio do procedimento descritivo, é insuficiente para permitir a formulação de leis gerais. Ficar apenas neste nível de análise significa, para o cientista, não apenas o desconhecimento do estágio atual da ciência. Há algo bem mais grave do que uma simples desatualização.

O descritivismo puro é um procedimento tautológico de análise, uma vez que as leis e regras estabelecidas pela indução são sempre verdadeiras para a especificidade dos fatos descritos, de tal forma que aquele que as demonstra encontrará sempre os fatos que as evidencie, pois foi deles que ele partiu.

Fechado o círculo, tem-se as condições para o espetáculo de ilusionismo: a realidade encolhe e é substituída pela "representatividade" dos fatos selecionados. As regras constituídas a partir da descrição destes fatos podem então aplicar-se infinitamente e estabelecer a sua definitividade.

Passivos e disponíveis, os fatos se desdobram no discurso complacente da "objetividade" das leis. O ponto de partida é o ponto de chegada: caracol do conhecimento, a ciência é, assim, uma forma de violência e a sua autoridade, o princípio mistificador do real. Descobrir o descoberto é a

fórmula básica do puro descritivismo.

Do outro lado, divino e silencioso, o universo auto-suficiente da pura demonstração lógica. Exilado no alto das necessidades tranquilas, porque satisfeitas no instante mesmo em que se estabelecem, este universo, tendo banido o murmúrio das coisas, contempla-se como possibilidade do real. Prevê, porque reduz, explica porque rarefaz.

A constituição do objeto de ciência, deixa, neste caso, entre o fenômeno e o sistema que se constitui para explicá-lo, um hiato de insatisfações que se desdobram sobre o mundo no ritmo inflexível dos ventos e das águas.

É possível acompanhar este ritmo com a linguagem?

A resposta é não, e a aventura do discurso que se lança nesta perseguição é sempre inglória e a sua ansiedade produz o cansaço ambíguo do repouso das coisas fugidias.

Deste modo, o conhecimento do real exige a sua suspensão. A linguagem que se constitui deverá estar sempre consciente de que é uma pedra para sustar o fluir, se ela se pretende poesia, ou um dique para banir o murmúrio, se se quiser ciência.

A dedução pura implica uma concepção idealista do mundo, demonstrado segundo as necessidades das leis. Fechada no interior da estrutura abstrata das relações que constituem o objeto de ciência, "a verdade" responde à regra com a fidelidade própria das coisas falsas (2).

Aceitar a auto-suficiência do modelo significa comprometer-se de modo irremediável com a construção do definitivo. Mas o definitivo é o silêncio e o caminho de sua realiza-

ção, a surdez dos homens.

É neste sentido que se pode dizer que tanto o idealismo dos modelos formais, como o experimentalismo descritivista se esgotam nos limites do cálculo, fechando o caracol: de um lado, o estruturalismo europeu esgotando-se no modelo, de outro, o estruturalismo americano perdendo-se nos fatos.

Dupla deformação da realidade: a que perde a espessura do mundo, porque se distancia e a outra que se perde nesta espessura, porque se aproxima.

É no raciocínio hipotético ou abductivo, segundo a terminologia de Peirce (3) que a ciência pode, a meu ver, tentar evitar o desfoque metodológico do mundo, próprio da dedução e da indução puras.

Na verdade, o caráter criativo e ousado da hipótese prevê a sua falibilidade de tal maneira que a dimensão do provisório se configura na própria atitude epistêmica da ciência.

A distinção sentido/significação pretende, no interior de nossa discussão não ser mais que uma hipótese para o trabalho do semanticista.

II - É na linha da distinção de Saussure entre língua e fala que Ducrot propõe, no interior do que ele concebe como Descrição Semântica (D.S.) de uma língua, a distinção entre sentido e significação.

Da mesma forma que, para Saussure, a língua é um todo em si mesmo (um sistema de regras e não apenas uma lista

aberta de palavras) e um princípio de classificação (na medida em que é através da língua que se podem compreender os fatos da fala), também, para Ducrot, o Componente Linguístico (C.L.), na D.S. de um enunciado, deve ter um caráter sistemático tal, que permita compreender, de modo preciso, os problemas de significação, para cuja explicação deve ainda concorrer um segundo componente, a que ele chama de Retórico (C.R.).

Na organização interna desta forma de descrição semântica, um enunciado E, submetido ao trabalho do C.L., receberá um *sentido* X, resultado que, juntamente com as condições de produção do enunciado - a situação S -, constituirá a entrada (input) para a aplicação das regras do C.R. A saída (output) deverá apresentar a *significação* do enunciado E, produzido na situação S (enunciação (E.S.)), conforme o seguinte esquema (4):

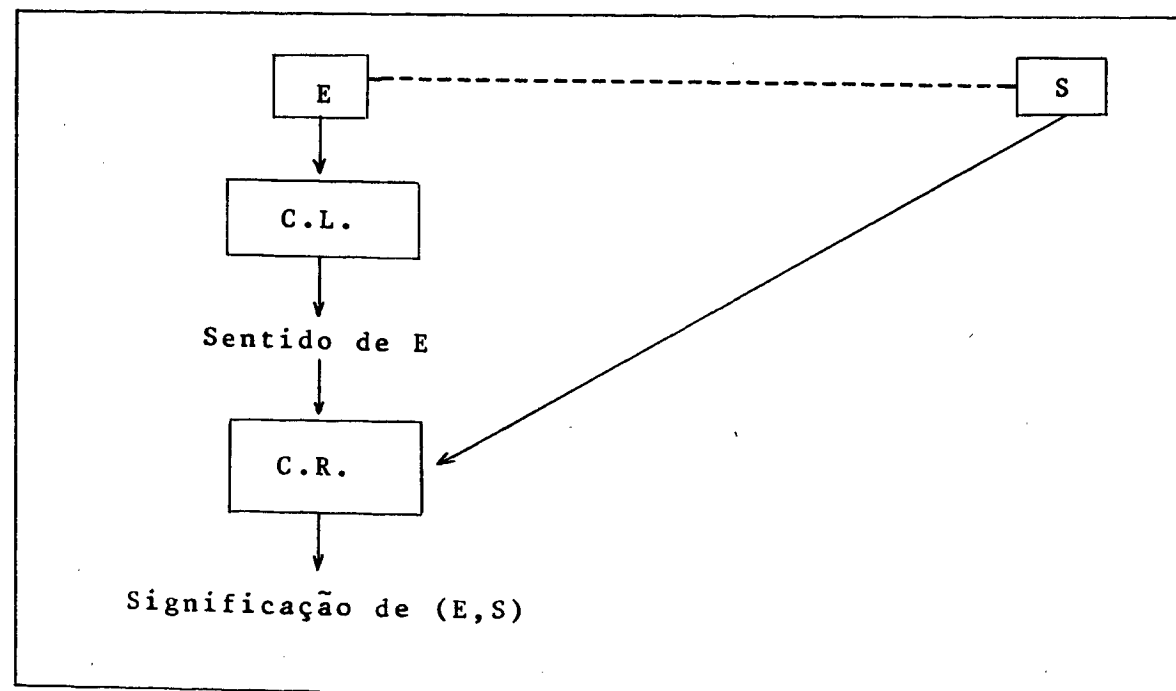


Figura 1 - Esquema de mecanismo da D.S.

O sentido de um enunciado E, tal como a língua para Saussure, não constitui um dado de observação, mas um objeto da teoria, uma construção do linguista, ou, se se quiser, um objeto de estrutura.

Observável, assim como a fala, é a significação.

Tomemos, a título de exemplo o seguinte enunciado:

Eu não compreendi muito bem a explicação (1)

produzido em duas situações diversas, a saber:

S₁: o locutor de (1) assiste a uma conferência e, depois que esta termina, diz ao conferencista este enunciado;

S₂: o locutor de (1) deve fazer um comentário sobre o texto de uma conferência e, ao fazê-lo, diz como introdução de seu trabalho, este enunciado.

Admitindo-se que este enunciado pode, em S₁, significar:

"Eu não compreendi nada" (1'')

e, em S₂, ter a significação:

"Eu compreendi bem, mas não tudo" (1''')

a descrição semântica deverá poder explicar a produção, a partir do mesmo enunciado, das duas significações.

Assim, o C.L. da D.S. do enunciado (1) produzirá o sentido:

"É falso que a compreensão seja perfeita" (1')

o qual, passando pelo C.R., juntamente com as situações específicas em que (1) se produziu (S₁ ou S₂, no caso de nosso exemplo), permitirá chegar a (1'') ou a (1''').

Mas não é tudo. É necessário ainda explicar o mecanismo que permitiu a produção destas duas significações de (1).

Ao nível do C.R. deverá haver regras que permitam tal explicação.

A significação (1'') será dada por uma lei do discurso, bastante conhecida, a lîtote ou eufemismo, que diz que numa situação - S₁, por exemplo - em que não se pode dizer mais do que se diz, sob o risco de se ser tachado de descortês, de impolido, etc - empregar um enunciado de sentido fraco, pode significar algo bem mais forte.

Por outro lado, uma outra lei do discurso - a exaustividade - explicará a significação (1'''). Esta lei, segundo a qual o locutor é obrigado a dar ao auditor todas as informações que podem interessá-lo quanto ao assunto de que aquele lhe fala, constituirá também, a exemplo da lîtote, uma regra do C.R.

O auditor, supondo, então, que o locutor tenha res-

peitado esta lei, é levado a admitir que o enunciado produzido é o que está, mais fortemente, de acordo com a verdade. Daí, sua tendência para acrescentar um *somente* ao enunciado, entendendo, assim, o enunciado (1) com a significação (1''') (5).

Tanto a significação (1''), produzida por lîtote, como a significação (1'''), produzida pela lei da exaustividade, constituem formas de implícito discursivo, isto é, são subentendidos produzidos pelo ato de fala.

A Figura 2, abaixo, representa, segundo o esquema geral da D.S., apresentado na Figura 1, as fases de produção de (1'), (1'') e (1'''):

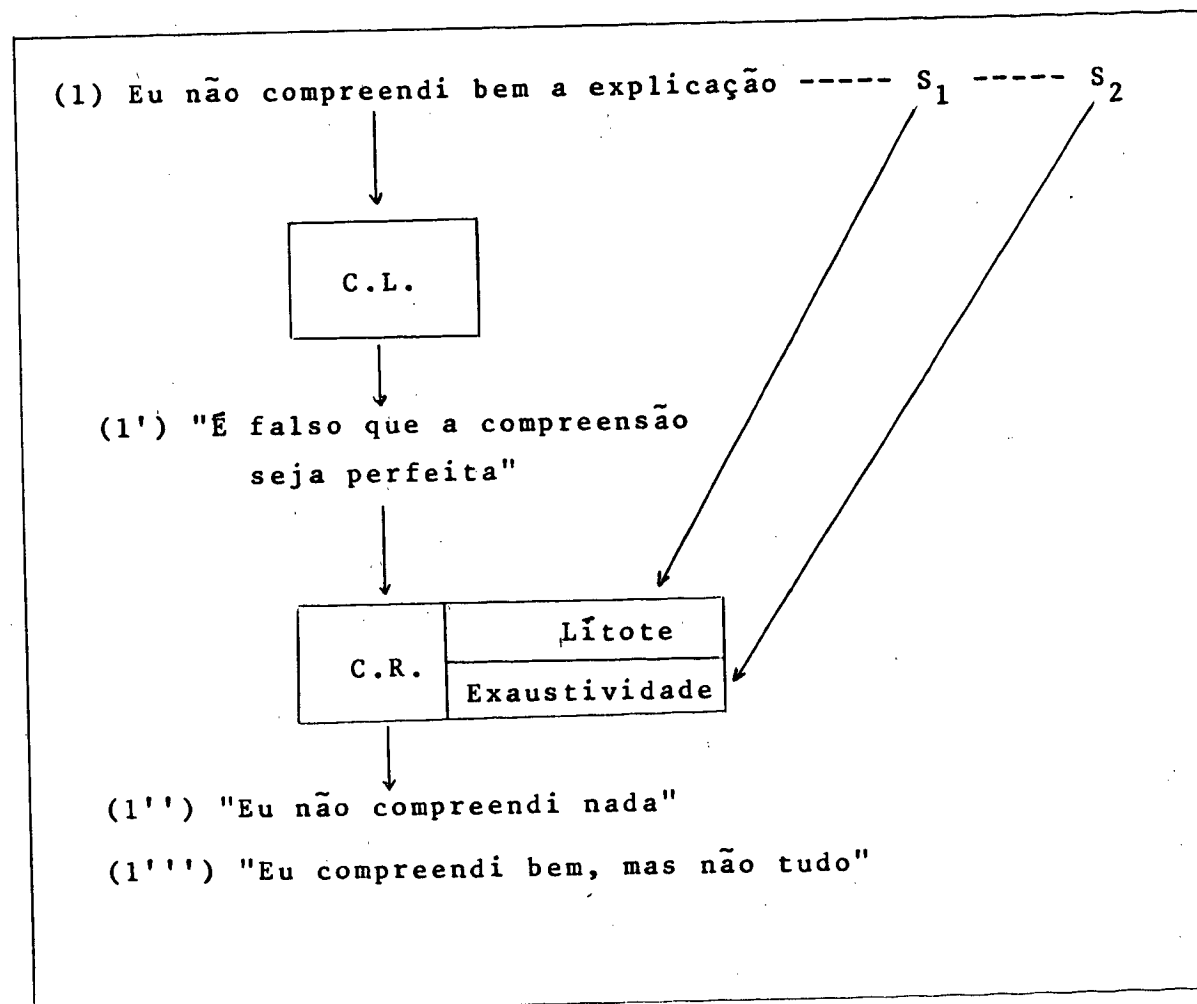


Figura 2

A distinção entre sentido e significação permitirá evitar a assimilação desta forma de descrição semântica de uma dada língua ao modelo gerativo transformacional. Enquanto esta teoria - aliás, também Saussure - toma, como ponto de partida, a hipótese de que os enunciados de uma dada língua tem valor semântico, Ducrot, recusando o método da introspecção artificial, que permite aos adeptos de Chomsky "observar" o sentido, toma, como dado de observação, a enunciação e a significação, efetivamente verificáveis.

A noção de enunciado, assim como a noção de sentido são, ao contrário de Chomsky, abstrações, hipóteses, cuja função principal é permitir estabelecer a significação de um ato de enunciação.

A noção de enunciação ou de ato de fala deve ser entendida como uma noção totalizante, que compreende um enunciado, um ato ou ação da pessoa que produz este enunciado e daquele a quem ele é dirigido e a situação em que é produzido.

A noção de sentido é, desta forma, uma noção operacional: constitui o objeto da descrição semântica, enquanto a significação o dado de observação, a sua matéria.

A separação, no modelo de descrição semântica proposto por Ducrot, do componente linguístico e do componente retórico, além de permitir estabelecer o sentido literal e os vários tipos de implícito de um ato de fala, deve ainda responder à mesma exigência feita por Saussure em relação à distinção língua e fala. Isto é, o C.L. deve ter, como dissemos, um caráter sistemático (constituir um todo em si mesmo) e ser,

ao mesmo tempo, não mais um princípio de classificação, mas um princípio de explicação dos fatos de significação.

III - Situada desta maneira, esta proposta de descrição semântica poderia parecer acomodar-se inteiramente nos bancos do estruturalismo mais diretamente herdado de Saussure.

Entretanto, há alguns pontos importantes em que as diferenças se instalam, e sobre os quais gostaríamos de dizer alguma coisa.

O primeiro deles decorre da comparação que acabamos de fazer entre a distinção língua e fala e a distinção dos dois componentes - C.L. e C.R. - no interior desta forma de descrição semântica.

Afetando a noção de componente linguístico com a mesma concepção saussuriana da língua, ao menos, num de seus sentidos (lembramos que o C.L. deve constituir um sistema de regras explícitas), Ducrot substitui, no entanto, a função taxinômica (um princípio de classificação), que Saussure atribui à língua, pelo caráter explicativo do C.L. .

Por explicação entendemos a propriedade de um mecanismo de simulação (como, por exemplo, o representado pela figura 1) capaz não apenas de descrever os fatos, isto é, classificá-los - como foi a prática de quase todas as correntes linguísticas que se formaram à sombra do rótulo "Estruturalismo" - mas, além disso, e, principalmente, a de reproduzir e representar o fato observado, assim como outros possíveis.

Esta exigência é, do ponto de vista metodológico, a mesma que faz Chomsky em relação à teoria da gramática gerativa transformacional. Tanto a D.S., tal como a representa a figura 1, como a gramática, tal como a concebe Chomsky, operam sob o método da simulação: de um lado, a observação dos fatos a serem explicados, e de outro, a explicação de tais fatos, explicação que é feita pela construção de uma máquina abstrata que produza fenômenos análogos aos observados e, ao mesmo tempo, possa prever a produção de outros, não observados, mas possíveis.

Um conjunto de hipóteses permitirá construir dedutivamente a teoria, tendo como critério a coerência interna de tais hipóteses, enquanto que os dados observáveis deverão fornecer os critérios de adequação externa da teoria assim construída.

Se metodologicamente (e num sentido amplo) as posições de Chomsky e de Ducrot se afinam, elas, no entanto, distoam quanto à natureza do fato a explicar.

Os objetivos são outros: num caso, o de Chomsky, o objetivo é explicar como se dá, numa língua natural, a união som-sentido. O sentido é, assim, tomado como um dado de observação. No outro caso, o de Ducrot, o objetivo é explicar como os falantes de uma dada língua compreendem os atos de enunciação produzidos ou possíveis nesta língua.

Portanto, se do ponto de vista metodológico, e, conseqüentemente, do ponto de vista mesmo da ambição teórica, a proposta de Ducrot se afasta da de Saussure para se encontrar,

num certo sentido, com a de Chomsky, do ponto de vista dos objetivos, ela está igualmente distante tanto de uma como de outra, na medida em que, também para Saussure, o sentido é tomado como um dado e o objetivo da Linguística é, como para Chomsky, percorrer o sinuoso caminho que liga o par som-sentido.

O segundo ponto de diferença desta proposta de descrição semântica em relação ao estruturalismo clássico, não me nos importante que o primeiro, mas de certa forma decorrente dele, é o da própria concepção da linguagem, presente nestes enfoques teóricos.

Com e depois de Saussure, tornou-se lugar comum reproduzir-se a afirmação de que a principal função da linguagem é a comunicação. E isto a tal ponto que, sobretudo depois da fortuna dos teóricos da informação, essa função transformou-se num dado, num fato cuja realidade passou a justificar-se por sua própria evidência.

Falar em língua é falar em comunicação.

Da evidência ao dogma, um deslize que o estruturalismo devia sacramentar.

E o fez, mas multiplicando os crentes: tudo é comunicação.

E desta fé nasceu e proliferou a Semiologia (6).

Ora, a função comunicativa da linguagem não é absolutamente um fato, um dado da realidade e tampouco se apresenta com a evidência solitária de uma revelação a que o homem pré-saussuriano não tivera direito.

Mas, uma vez revelada, é preciso professá-la até a exaustão, para que se tenha o direito, pequeno, último, imperfeito, ao abrigo, ainda que no adro, do grande templo da comunicação.

Nada disso. E me parece extremamente difícil imaginar Saussure recebendo a visita do anjo Gabriel.

Ela se inscreve no interior de uma teoria da língua, num processo de construção intelectual, e só aí existe, só aí encontra a sua realidade. Não é um dado mas uma decisão teórica, um componente cuja existência sustenta, ao lado de outros, - como sistema, elemento, língua, fala, etc. - o edifício do estruturalismo.

É uma hipótese, aliás fecunda, de trabalho, mas uma hipótese, cuja adequação é sempre discutível, cuja verdade é falseável e, nestes termos, válida.

Sobre a função de comunicação da linguagem o estruturalismo desenvolverá o critério de pertinência linguística e no interior deste, uma das técnicas mais praticadas, em qualquer nível de análise de uma dada língua, para a descoberta dos elementos constitutivos de seu sistema.

É neste sentido que vai a afirmação de Lepschy, quando diz que "a língua exerce sua função de comunicação pelo fato de que é constituída de elementos que tem entre si relações determinadas e que se definem exatamente com base nestas relações" (7).

Bastariam, para provar o nosso ponto de vista a respeito da natureza de objeto de teoria da função comunicativa

da linguagem, as lições que a história da linguística pode nos oferecer.

De fato, se atentarmos para a concepção da linguagem a que se ativeram os comparatistas no século XIX, não será difícil perceber que a língua é bem outra coisa que comunicação - neste caso, uma função secundária, enquanto que o essencial seria o seu papel de representação do pensamento. Como observa Ducrot, "as línguas teriam como origem primeira o esforço da humanidade para representar o 'pensamento', para constituir-lhe uma imagem perceptível, um quadro: o ato fala explicar-se-ia, então, essencialmente, como o ato de um pensamento que procura desdobrar-se diante de si mesmo para explicar-se e conhecer-se" (8).

Por outro lado, se tomarmos as gramáticas filosóficas dos séculos XVII e XVIII não será menos difícil verificar que lá também a função da linguagem é apresentada como outra coisa que comunicação.

Sua função, como também para Santo Agostinho e para Chomsky, é traduzir uma outra linguagem, mental, abstrata e universal, nos termos de cada língua particular, e vice-versa. A relação entre estas duas linguagens não tem de ser, necessariamente, uma relação direta: estrutura profunda e estrutura superficial na acepção de Chomsky e dos adeptos da gramática gerativa transformacional (9).

O que há de comum entre essas diversas concepções de língua, diferentemente da concepção saussuriana, é que, num certo sentido, todas elas privilegiam o indivíduo, o locutor, ins-

taurando-o no centro ideal do ato de criação representado pela linguagem, concepção esta que sem muita pena, mas com grande risco, eu ousaria chamar de romântica.

O homem, colocado no centro de construção do universo linguístico, aparece como o eixo de irradiação do traço de finitivo e último de sua razão e de sua liberdade: a linguagem.

É verdade que o limite desta liberdade é dado pelo sistema de regras, transparente e finito, que na base da linguagem permite a sua multiplicação infinita. Prevendo o enunciado normal, a gramática deve ser também capaz de excluir o desviante, e, portanto, de certa forma, prevê-lo, uma vez que deve poder explicar a natureza do desvio.

Esta dialética, se assim se pode dizer, do finito - (o conjunto de regras explícitas) - e do infinito - (o conjunto de frases possíveis que estas regras podem gerar, incluindo umas como gramaticais e excluindo outras como agramaticais), pretende plantar o sentido de liberdade do homem no interior mesmo de sua razão, de tal modo que a diversidade da ocorrência encontre a síntese unificadora no princípio ordenador do *logos*.

O caminho desta dialética é, então, o da consciência e o uso da liberdade - linguística, no caso - é para o homem uma necessidade prevista desde o seu nascimento. São as forças tranquilas deste universo de regras e princípios que, constituindo a própria estrutura do pensamento, determinaria os caminhos da liberdade do homem.

Aquilo que poderia, então, parecer limitação seria,

na realidade, o espaço de residência e o núcleo gerador desta liberdade: como a diversidade das realizações linguísticas, normais ou desviantes e de uma para outra língua, responderiam às necessidades determinadas a partir deste núcleo, ele constituiria a possibilidade de realização de uma das grandes ambições da gramática gerativa, ou seja, a de estabelecer o que é comum a todas as línguas humanas, ou ainda, em outras palavras, a ambição de chegar aos universais de linguagem.

Por outro lado, se este núcleo gerador concentra e unifica, ele se constitui na síntese transparente do um e do múltiplo: a linguagem múltipla e recolhida, a liberdade como um princípio vital e como o exercício do cotidiano, o direito à vida como um direito à liberdade, dado, desde a origem, como o direito do homem à linguagem.

Ao contrário, quando a linguística fixa, como essencial, a função de comunicação da linguagem, o que se privilegia é o outro, o destinatário, e a língua, feita, assim, para o outro, apresenta-se como o lugar de encontro dos indivíduos, como condição de vida social.

Agora, a linguagem já não poderá ser o lugar ideal da criatividade do homem, e nem será, tampouco, o princípio de determinação de sua liberdade.

Se determinação houver ainda, será no sentido inverso, ou seja, no sentido de que ela se apresentará como o recorte necessário dos limites desta liberdade.

Prisioneiro do universo simbólico que a linguagem impõe, o homem move-se no interior deste quarto com a ilusão

de quem roça o intangível. O maior impulso individual acaba por se esgotar na plenitude que o símbolo garante. E esta plenitude é a da ordem social, ou, se se quizer, a da ordem da estrutura linguística que obriga o indivíduo às respostas que o sistema exige.

"Os limites de minha linguagem denotam os limites de meu mundo", diz Wittgenstein no *Tractatus Logico-Philosophicus* (10).

Se agora tomarmos esta reflexão (evidentemente sem nenhum desígnio de comprometer o filósofo austríaco com o estruturalismo, mas aceitando o risco de citá-la isolada do conjunto da obra) e a pensarmos no sentido do que acima dissemos, poderemos, talvez, chegar a uma visão mais explícita do problema.

De fato, na medida em que a linguagem é assim garantia de um estado de coisas, isto é, do estado em que as coisas se definem como tal e se deixam compartilhar inequivocamente pelo conjunto de seus possuidores ou possuídos, a comunicação se realiza nos limites desta transparência.

Mas, neste momento, o falar é supérfluo como a embalagem de produtos enlatados: substancialmente, o que se vai dizer, só pode ser dito, para que haja comunicação, se o outro puder recebê-lo, isto é, se conhecê-lo de antemão. O que se vende é a roupagem, assim como o que se produz é o nome. O sucesso da publicidade está em descobrir as sutilezas do nominalismo, e a disputa de mercado, neste sentido, está na capacidade de dizer com a maior elegância o nome que, há muito, es

tã dito, com a maior violência.

A comunicação fecha-se, assim, sobre si mesma, na passividade tranquila da sociedade violentada e se constitui no grande mito que a solidão do homem moderno produziu.

Paradoxo gritante que a máscara da ordem consegue esconder.

Mas a linguagem é isto? Estaremos, então, para sempre encerrados na inutilidade do esforço que se arredonda no *déjà-vu*? Ou é possível levantar o véu da objetividade e atrás dele descobrir o segredo de uma ideologia?

Privilegiar o eu como centro ideal da criatividade do homem, de que a linguagem é estigma, ou favorecer o outro num desdobramento social, de que a linguagem é garantia, não seria disfarçar a mesma ingenuidade com máscaras diferentes?

Não haveria, na linguagem elementos que permitissem esta denúncia? E se sim, como fazê-lo?

Nossa tentativa é a de cometer um gesto nesta direção.

IV - Há na língua elementos, cuja função dificilmente poderia ser definida em termos de comunicação. É o caso, por exemplo, dos pronomes pessoais *eu* e *tu*, cuja análise em termos referenciais, ou mesmo, mais amplamente, em termos de signo só pode ser feita com o risco de não se apreender aspectos fundamentais da sua natureza.

Como mostra Benveniste - e nesta classe entram os

deíticos, em geral (os shifters de Jakobson) - estes pronomes pessoais são indícios de intersubjetividade, na medida em que não se definem senão como auto-referenciais, isto é, em relação à instância de discurso em que aparecem, permitindo, assim, a constante apropriação da língua pelo indivíduo, ou, como diz Ducrot, o exercício permanente da reciprocidade (11).

Mas não é tudo.

A chamada filosofia analítica inglesa mostra ainda, por caminhos e preocupações diferentes, que há atos de linguagem tão pertinentemente linguísticos quanto o ato de informar, de fazer saber.

É o caso de atos como *ordenar*, *prometer*, *interrogar*, *aconselhar*, *elogiar*, etc., cuja função é essencial na língua, mas que, dificilmente, poderiam ser analisados em termos que se reduzissem à dicotomia *significante/significado*.

Que se pense na enunciação:

Prometo ir à sua casa

(2)

na qual o verbo *prometer*, empregado na primeira pessoa do indicativo presente, faz mais do que simplesmente informar o auditor de uma promessa do locutor: ele realiza tal promessa.

É a esse tipo de verbo que Austin chama de *performativo*: dizê-lo é, antes de tudo, realizar a ação dita.

Os limites de uma análise em termos de informação, em termos da distinção *significante/significado* não suportariam tal especificidade.

O importante é que não se trata de um fato isolado, mas de uma função de que os performativos não são senão um caso.

Tal constatação levará Austin, da análise dos performativos, a uma perspectiva muito mais ampla, enquadrando-os numa teoria geral dos atos de linguagem e ao reconhecimento de níveis diferentes de realização destes atos: o nível locucional, o nível ilocucional e o nível perlocucional (12).

Ao nível locucional, a língua se apresenta como a produção de sons pertencentes a um certo vocabulário, cuja organização se faz segundo as regras de uma gramática e possuindo, além disso, uma certa significação, isto é, sons a que se atribuem um certo sentido e uma certa referência.

Mas se este ato se realiza de maneira regular na língua, é preciso reconhecer que esta cumpre, também regularmente, outras funções, outros atos. É a sua descoberta que o estudo de Austin sobre os performativos irá conduzir.

Tal é o caso dos atos ilocucionais e perlocucionais.

Por ato perlocucional entende-se a ação que um ato de enunciação pode produzir quando o falante se serve da língua. Assim, quando alguém dá uma ordem a uma outra pessoa, tal ordem pode realizar ações tais como *amedrontar*, *ameaçar*, etc., cujo efeito, produzido ou não, depende de fatores outros que os propriamente linguísticos e cujo testemunho só o auditor pode dar.

Mais importante, do ponto de vista linguístico, do que o nível perlocucional, é, no entanto, o nível ilocucional

da linguagem. É neste nível que se instala o conjunto de atos que se realizam, específica e imediatamente, pelo exercício da fala. Dizendo *eu prometo*, além de enunciar a minha promessa, eu a realizo, da mesma forma que realizo as ações de *felicit*ar, *condenar*, *ordenar*, quando digo *eu te felicito*, *eu te con*deno, *eu te ordeno*.

A partir de tais descobertas, a linguística dificilmente pode continuar apenas ao nível do enunciado, como parece ter sido a sua prática em todo estruturalismo e mesmo na teoria da gramática transformacional.

A associação som-sentido parece, então, insuficiente para explicar os mecanismos que transbordam os seus limites, qualquer que seja a hipótese adotada: quer esta associação se explique no interior do sistema de que os signos são constituintes, como acontece com Saussure e com todo estruturalismo praticado à sombra da função comunicativa da linguagem, quer ela seja mediada por um sistema de regras abstratas capaz de produzi-la, como acontece em Chomsky e nos demais transformacionalistas.

O fato é que, apenas ao nível da manifestação do conteúdo, isto é, ao nível do enunciado, a linguística é incapaz de dar conta desta atividade, que é própria da linguagem e cujo esquecimento nenhuma abstração, ainda que em nome da ciência, pode justificar.

Ducrot, em *Dire et Ne Pas Dire* mostra e analisa vários tipos de implícito da linguagem. Eles constituem, juntamente com o sentido literal de um enunciado, a sua significa-

ção, e tanto podem ser implícitos do enunciado, como por exemplo:

Pedro veio me ver, logo ele tem problemas (3)

para fazer entender:

Pedro só me procura quando tem problemas (3')

isto é, um raciocínio que tem a forma de um silogismo, como implícitos baseados na enunciação, como é o caso dos subentendidos, cuja produção se faz por uma espécie de raciocínio do auditor, não sobre o que foi dito, mas sobre o próprio ato de fala do locutor, fazendo, neste caso, intervir a situação em que ocorre o enunciado. O exemplo (2), juntamente com a figura 2, ilustram bem este fenômeno.

Estes tipos de implícito poderiam ser suficientes para mostrar o quanto a língua não é apenas comunicação ou representação de uma outra linguagem, mais profunda, mais abstrata e universal.

Mas haveria sempre uma saída para quem quisesse encontrá-la, que seria mostrar que tais efeitos de sentido são produzidos extralinguisticamente, pela situação.

De qualquer forma, mesmo em se tratando de implícitos discursivos, a D.S. deve poder explicá-los, para que realize os seus objetivos, isto é, reproduza os mecanismos de produção que permitem ao falante de uma dada língua estabele-

cer relações entre um determinado ato de enunciação e outras enunciações possíveis na língua. Em outras palavras, o mecanismo que permite ao falante compreender as enunciações nesta língua.

Este é o dado a ser explicado.

V - O fato de haver na língua variáveis referenciais, como é o caso dos pronomes pessoais *eu, tu, ele*, de certos advérbios como *aquí, lá, ontem, agora, daqui a três dias, depois de dois dias*, etc., e variáveis intencionais como, por exemplo, os subentendidos, que se podem produzir a partir do próprio ato de fala, constituir-se-ia já num índice de que o ato de informar não é o único e muito menos o principal ato no interior da atividade linguística.

Gostaria, neste sentido, de fazer uma observação relativa a uma passagem do artigo de Jakobson "*La Notion de Signification Grammaticale selon Boas*" (13). Este artigo visa, principalmente, a mostrar a impossibilidade de se construir a gramática de uma dada língua sem recorrer ao sentido, numa refutação evidente da posição de Chomsky.

Entretanto, não é isto que vamos discutir.

O que eu gostaria de relevar, no artigo, é o seguinte.

Tomando Boas como texto de base, Jakobson subscreve a sua posição relativamente à gramática:

"A gramática, segundo Boas, escolhe, classifica e exprime diferentes aspectos da experiência e, além disso, realiza uma outra função importante: 'determina quais são os aspectos de cada experiência que devem ser expressos'. Boas indica com fineza que o caráter obrigatório das categorias gramaticais é o traço específico que as distingue das significações lexi-cais." (p.197).

Desta forma, a gramática se impõe ao falante como um conjunto definido de possibilidades de escolhas que ele deve, obrigatoriamente, fazer no interior de sua língua.

Para Jakobson estas escolhas são binárias - desnecessário dizê-lo - e variam de uma para outra língua.

Assim, quando o falante do inglês diz:

I met a friend (4)

nada há, na sua língua, que o obrigue a especificar se trata de um amigo ou de uma amiga, e, se o auditor reclamar esta especificação, terá toda a chance de ser acusado de indiscreto.

Evidentemente, há sempre a possibilidade, quando for o caso, de acrescentar palavras explicativas que permitam uma transparência maior, na informação.

De que forma?

Recorrendo a meios lexicais que tornarão explícitos o tempo, a pluralidade ou o gênero, por exemplo, quando as línguas que não os conhece, gramaticalmente, tiverem necessi-

dade de fazê-lo.

Perfeito.

A gramática, nos termos de Boas-Jakobson, é, pois, uma verdadeira *ars obligatoria*, dos escolásticos, enquanto que o léxico se constitui no campo de liberdade dos falantes, espécie de recreio para o trabalho forçado imposto pela gramática.

De acordo.

Mas o que é impressionante é que, apesar da agudeza destas observações, o autor não tenha tirado todas as suas consequências, talvez por ser prisioneiro de suas próprias concepções da língua. Para Jakobson, é apenas ao nível da função comunicativa que tal observação se efetua:

"A escolha de uma forma gramatical pelo locutor coloca o auditor diante de um número definido de unidades (bits) de informação. Esta espécie de informação tem um caráter obrigatório para toda troca verbal no interior de uma dada comunidade linguística". (p.199)

Há, contudo, neste jogo, muito mais do que a simples troca de informação.

Há atos que se praticam e que impõem aos interlocutores certas convenções que o diálogo deve respeitar, sob pena de não prosseguir.

É o próprio Jakobson quem o testemunha no exemplo da frase (4) *I met a friend*, na medida em que o pedido de es-

clarecimento do receptor pode ser interpretado como indiscrição pelo locutor, e o diálogo se interromper.

Tal interrupção se dá porque a questão do interlocutor é, num certo sentido, uma questão metalinguística, ou, ainda melhor, uma questão polêmica, que incide não sobre o conteúdo do informacional, propriamente dito, do enunciado, mas sobre o ato de enunciação realizado pelo locutor. Se este se prestar ao esclarecimento, o diálogo será retomado, caso contrário, ou bem o receptor aceita as condições do adversário, e o diálogo prossegue, ou bem ele não as aceita, e o diálogo se interrompe.

É evidente que o locutor poderá continuar indefinidamente o seu discurso, sem que tal esclarecimento se faça, utilizando, por exemplo, anafóricos como:

I met a friend who ...

This friend ... (5)

etc.

ou então, explicitá-lo imediatamente recorrendo, não necessariamente ao léxico mas à própria gramática, como, por exemplo, em:

I met a friend. He ... (6)

Imaginemos agora o caso inverso.

Uma língua, como o português ou o francês, que para

a mesma frase obrigaria o locutor a fazer, imediatamente tal explicitação. Assim, os enunciados

Encontrei um amigo (7a)

Encontrei uma amiga (7b)

não deixariam nenhuma margem de dúvida quanto a especificidade de gênero-sexual da pessoa em questão, para o destinatário.

Acontece, porém, que da mesma forma que o inglês dispõe de meios para precisar o que a gramática desobriga, no caso do gênero, outras línguas, como é o caso do português e também do francês, dispõem, no sentido inverso, de meios para evitar tal obrigação. Assim, um locutor A, falante de português, poderá dizer:

Encontrei uma pessoa que é minha amiga (8)

ao que um interlocutor B, falante também do português, poderá replicar se se trata de um amigo ou de uma amiga, e receber a seguinte resposta de A:

Isto não é da sua conta (9)

e o diálogo se interromper ou prosseguir, conforme a reação de B a esta resposta de A.

De qualquer forma, tanto o pedido de esclarecimento de B, como a enunciação de A, representada na frase (9), não

constituem mais um diálogo, propriamente dito, mas qualquer coisa que resvala a afronta pessoal: não se debate mais o dito, mas o próprio direito de dizer, isto é, o direito do locutor de escolher e organizar a experiência posta em discurso, segundo suas conveniências e intenções. O que aqui se questiona não é o linguístico, no sentido com que este termo é visto tanto pelo estruturalismo como pelo transformacionalismo. Questiona-se muito mais: quando B pede a A que identifique gênero-sexualmente a pessoa de que fala o enunciado (8), o que é colocado em xeque é a ordem que este enunciado impõe a este recorte do universo através da escolha de A, isto é, através de seu ato de fala. Por isso a função da fala de B é metalinguística, ou, como preferimos, polêmica.

A análise de Jakobson me parece, assim, insuficiente, exatamente porque repousa apenas sobre o conteúdo informacional do enunciado, não podendo levar em conta certas variáveis intencionais que a própria língua dispõe de seu interior. Enunciá-las significa praticar um ato que não só comunica ao destinatário um determinado conteúdo, mas que institui, no próprio ato de fala, as condições, as regras, a orientação, enfim, que o diálogo deve tomar, para que o polêmico não se insinue e o diálogo não se transforme em afronta pessoal.

Se do ponto de vista puramente comunicativo a frase (8) pode ser considerada como uma paráfrase tanto de (7a) como de (7b), do ponto de vista do ato de enunciação elas são bem diferentes, o que não é senão uma forma de remeter em questão um dos clássicos problemas da semântica, e da linguística

em geral, a saber, o da sinonímia.

VI - Além das formas de implícito discursivo, outra muito mais interessante pode ser apontada. Trata-se do *pressuposto* linguístico, ou simplesmente, pressuposto.

O fenômeno da pressuposição que aparece já nos trabalhos de Frege, Stawson e Colingwood (14), entre outros, toma em *Dire et Ne Pas Dire* uma forma muito mais convincente, ao mesmo tempo que se apresenta como um poderoso argumento para uma concepção deontológica da língua.

É ao nível do sentido que o pressuposto linguístico se atualiza, da mesma forma que o conteúdo informacional do enunciado, ou *posto*. Deste modo, na representação que damos na figura 1 para a descrição semântica de uma dada língua, é o C.L. que deve produzir tanto um como outro.

Tomemos, a título de exemplo, o seguinte enunciado:

O povo ainda exige mudanças radicais (10)

que tem como pressuposto (PP):

"O povo exigia mudanças radicais"

e como posto (P):

"O povo exige mudanças radicais"

Se submetermos o enunciado (10) à interrogação, veremos que só o posto se modifica (é interrogado) enquanto que o pressuposto permanece inalterado. Assim:

O povo ainda exige mudanças radicais? (10a)

tem como PP:

"O povo exigia mudanças radicais"

e como P:

"O povo exige mudanças radicais?"

O mesmo acontece, quando submetemos este enunciado à negação ou à exclamação. Assim:

É falso que o povo ainda exige mudanças radicais. (10b)

tem como PP:

"O povo exigia mudanças radicais"

e como P:

"O povo não exige mudanças radicais".

O povo ainda exige mudanças radicais! (10c)

tem como PP:

"O povo exigia mudanças radicais".

e como P:

"O povo exige mudanças radicais!"

Por último, quando relacionamos tal enunciado com outros enunciados, por elos de subordinação ou de coordenação, verificamos que este encadeamento não concerne senão o posto (15). Assim, no enunciado complexo:

O povo ainda exige mudanças radicais, embora tudo pareça tranquilo. (10d)

o encadeamento lógico dos dois enunciados concerne apenas o posto do primeiro, sem atingir o pressuposto.

Tais critérios permitem verificar a pertinência desta distinção, assim como, dado o caráter sistemático com que ela se verifica numa infinidade de atos de enunciação, a sua validade em termos de análise semântica.

Suponhamos, agora, que um interlocutor B, falante do português, a quem fosse dirigido o enunciado (10), por um locutor A, falante da mesma língua, interpretasse este enuncia-

do com a seguinte significação:

"A situação está realmente ruim" (10')

Quais seriam, neste caso, os mecanismos capazes de explicar a produção de (10')?

A resposta a esta questão nos permitirá não só explicitar melhor a forma de descrição semântica que aqui se discute, e de cujo funcionamento a figura 2 já fornece uma boa representação, como também mostrar de maneira concreta a pertinência da distinção entre posto e pressuposto ao nível do C.L., isto é, como elementos que constituem, mas não ao mesmo título, o sentido do enunciado. Em outras palavras, isto significa que, além das motivações empíricas que tal distinção encontra nos critérios da negação, da interrogação, da exclamação e do encadeamento lógico do discurso, podem também ser apontadas certas motivações metodológicas que, da mesma forma, sustentem esta distinção e que, ao mesmo tempo, justifiquem a necessidade de realizar a descrição semântica dos atos de enunciação em dois níveis distintos de análise: o nível do sentido e o nível da significação. O primeiro será explicado pelo C.L. e o segundo pelo C.R. (cf. figura 1).

Voltando ao nosso exemplo, proponho, então a seguinte explicação para (10'): dado que o enunciado (10) contém, como partes integrantes de seu conteúdo linguístico, os elementos:

PP: "O povo exigia mudanças radicais"

P: "O povo exige mudanças radicais"

elementos que pela sua relação indicam a permanência de um estado de coisas, através do tempo e até o momento da enunciação; dado que - admitamos, por hipótese - este enunciado é produzido por A, numa situação específica, por exemplo, uma situação em que haja forte censura sobre aquilo que se pode dizer e dado, finalmente, que o interlocutor B tem conhecimento desta situação, ele, então, será levado a admitir que (10) é o enunciado mais forte possível de ser dito por A, interpretando-o, assim, com a significação (10').

A figura 3, abaixo, simplifica a representação do processo de compreensão do enunciado (10), com a significação (10'), por parte do interlocutor B.

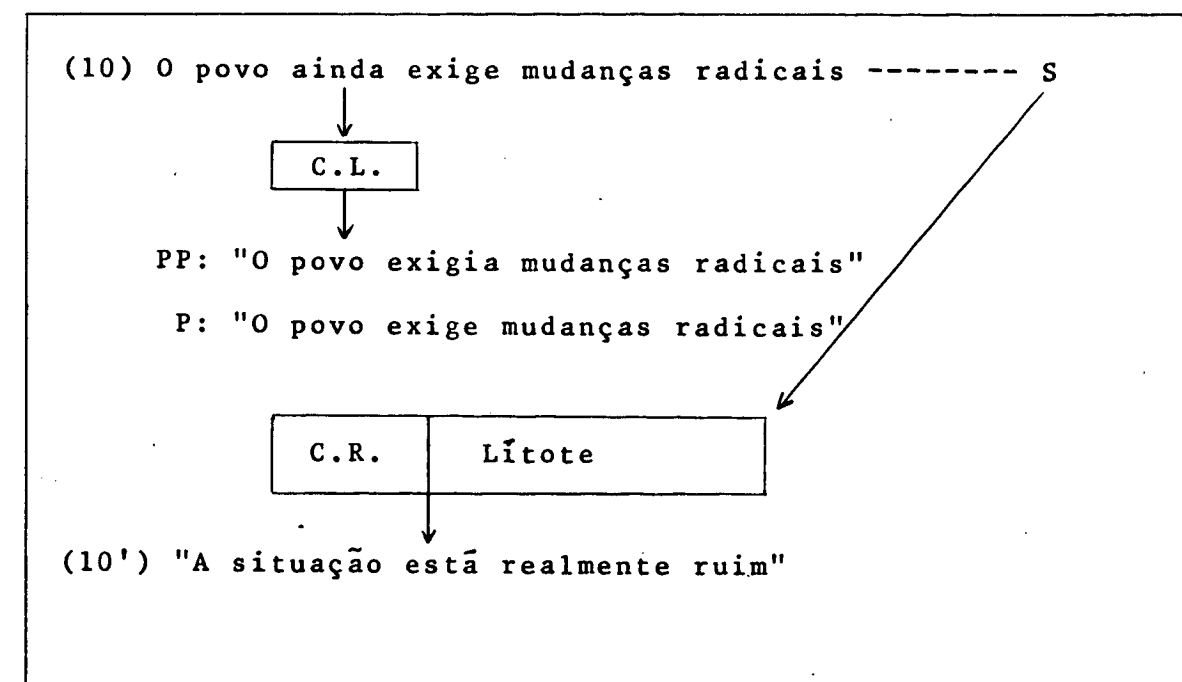


Figura 3

Verificamos, deste modo, que, metodologicamente, o mecanismo que explica a produção de (10') teve de passar primeiro pelo sentido literal do enunciado (10), isto é, pela distinção dos dois elementos que constituem o sentido deste enunciado, levando em conta a anterioridade do elemento pressuposto em relação ao elemento posto, para, então, poder, ao nível do C.R., através da lîtote, chegar à significação desejada.

Imaginemos, agora, uma situação um pouco diferente, mas cúmplice da anterior, na medida em que, raramente, se encontra uma sem a outra. Uma situação (S_1) em que os interlocutores A e B, envolvidos na euforia geral da bajulação e do medo, trocam delicadezas discretas sobre o passado, o presente e o destino desta nação imaginária. Num determinado momento do diálogo, A dirá a B:

O povo já não exige mudanças radicais (11)

que B interpretará do seguinte modo:

"A situação melhorou realmente" (11')

O enunciado (11), que é, na verdade, a negação de (10) e, desta forma mantém o mesmo pressuposto, modificando a penas o posto, tem como elementos, ao nível do sentido:

PP: "O povo exigia mudanças radicais"

P: "O povo não exige mudanças radicais"

Dada a situação em que este enunciado é produzido, e levando, primeiramente, em conta a modificação de um estado de coisas que a relação entre o pressuposto e o posto indica, o C.R., mais uma vez através da lîtote, produzirá a significação (11').

A figura 4 representa as etapas da D.S. desta significação.

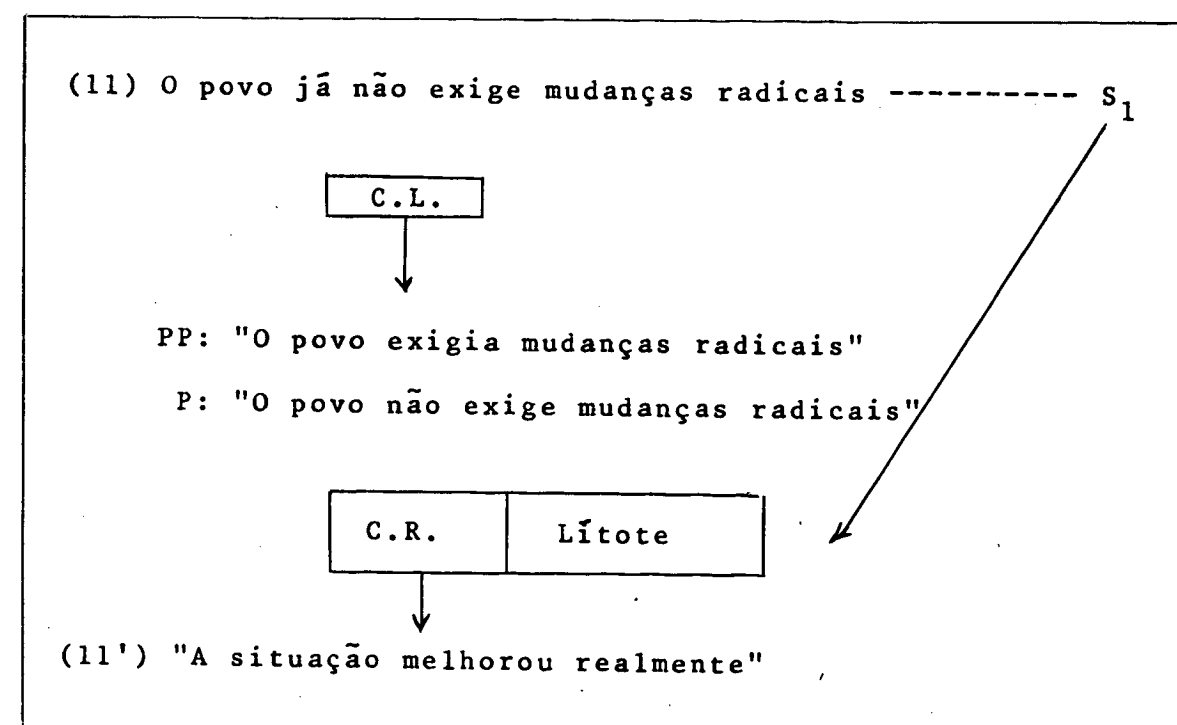


Figura 4

Entretanto, o mesmo enunciado (11), produzido numa situação de cautela entre dois interlocutores que acreditam na necessidade de participação do povo no processo político da nossa imaginária nação (S_2), poderia ser compreendido como:

"A situação realmente piorou" (11'')

A figura 5 representa o mecanismo que leva a esta significação.

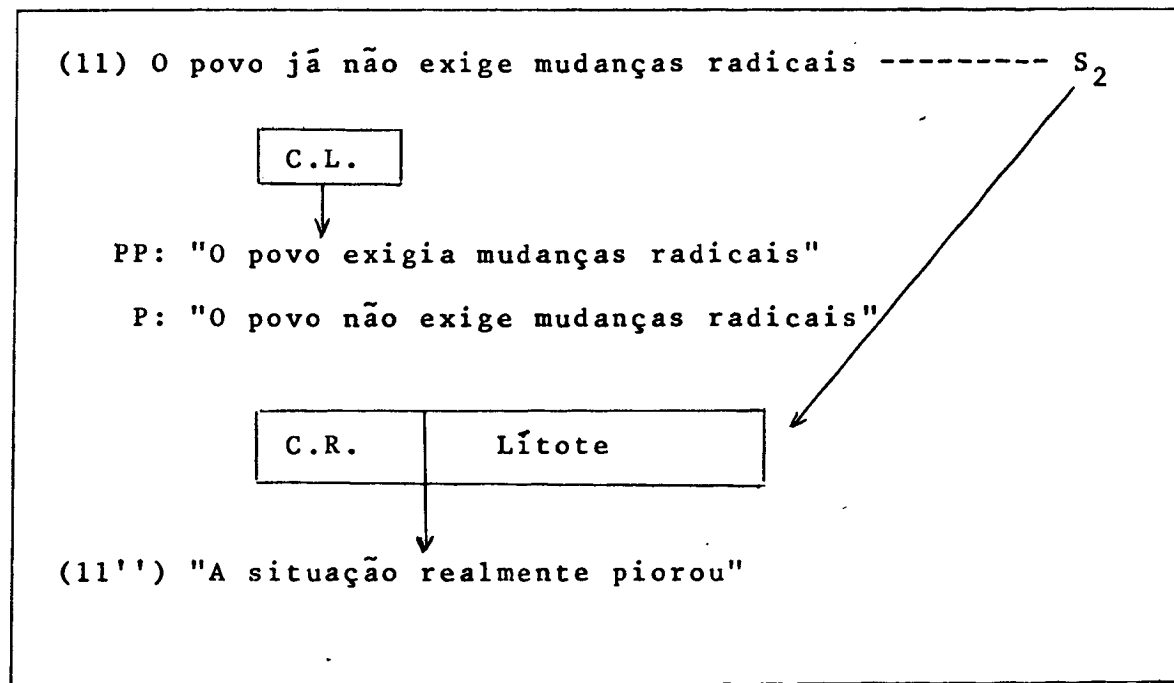


Figura 5

Resumindo. Qualquer que seja a significação de um enunciado com pressuposto, ela, para ser explicada deverá, antes do trabalho do C.R., levar em conta, ao nível do C.L. o estabelecimento e a distinção da pressuposição e da posição de um enunciado. Além disso, como mostram os nossos exemplos, no interior desta distinção é necessário que a D.S. de uma língua leve em conta o modo pelo qual estes dois elementos participam da constituição do sentido de um enunciado, bem como a anterioridade do pressuposto em relação ao posto.

VII - Até aqui, como se pode ver nos exemplos dados, utilizamos como metalinguagem descritiva a própria linguagem objeto. Gostaria, agora, de propor, a título de sugestão, que tentássemos usar como metalinguagem um simbolismo que, embora ainda simples, já se encontre a uma maior distância da linguagem objeto. Com isto, visamos não só a evitar confusões possíveis, dada a identidade dos dois níveis de linguagem, como também a introduzir na forma da D.S. concebida por Ducrot (cf. figura 1) uma certa complicação que, no entanto, não se revelará de todo inútil.

Tomemos os seguintes enunciados:

- | | |
|----------------------------|------|
| Pedro saiu da prisão | (12) |
| Pedro fugiu da prisão | (13) |
| Pedro parou de trabalhar | (14) |
| Pedro já não trabalha | (15) |
| Pedro não trabalha mais | (16) |
| Pedro abandonou o trabalho | (17) |
| Pedro desistiu do trabalho | (18) |
| O navio ancorou | (19) |
| Pedro ancorou a sua busca | (20) |

Ao invés de descrever cada frase em particular, ao nível do componente linguístico, em termos de posto e pressuposto, como fizemos até agora, proponho que esta análise seja feita num nível mais alto de abstração, situando num registro mais inferior a análise lexical, propriamente dita.

Deste modo, o C.L. passará a operar em dois momentos distintos, a saber:

1º) aquele em que se estabelecerá estruturalmente o valor do enunciado, em termos, quando for o caso, da análise em posto e pressuposto e tal descrição deverá ser feita numa metalinguagem que permita a abstração aqui exigida;

2º) aquele em que se dará a especificação lexical da estrutura estabelecida no nível anterior, segundo condições que este segundo nível deverá explicitar.

Chamaremos a primeira etapa desta descrição semântica, ao nível do C.L., de Componente Estrutural (C.E.) e a segunda, de Componente Lexical (C.D.).

Admitindo como constituindo a nossa metalinguagem descritiva, e somente a título de exemplificação, o seguinte simbolismo: a) elementos: x , y , t , l , onde x e y são variáveis quaisquer, t , uma variável de tempo e l , uma variável de lugar; b) funções: *estar em* e *fazer*; c) um operador de negação: *não*, poderemos passar para a análise efetiva dos enunciados acima.

Assim, os enunciados (12) e (13) serão descritos pelo C.E. da seguinte forma:

PP: x estar em l em t_1

P: x não estar em l em t_2

sendo que os índices que acompanham a variável t indicam variação no tempo.

A noção de movimento, própria dos verbos *sair* e *fugir*, poderá, agora, ser definida como uma noção estrutural, isto é, determinada como uma relação entre o elemento pressuposto e o elemento posto, verificando-se mais uma vez a anterioridade do primeiro em relação ao segundo.

Entretanto, o verbo *sair* e o verbo *fugir* não recobrem exatamente os mesmos usos na língua.

Como, então, distingui-los se ambos respondem à mesma condição estrutural?

Neste momento, entra o C.D. que deverá estabelecer as condições de uso que os diferenciem.

Suponhamos, a título de sugestão, que dispuséssemos, ao nível do C.D., de uma categoria de apreciação, operada pelo sujeito da enunciação e capaz de apreciar a situação linguística estruturada, segundo a análise feita pelo C.E., de uma certa forma, isto é, capaz de apreciar de um determinado modo a relação, estruturalmente determinada, entre o posto e o pressuposto.

Esta categoria operaria, então, como uma espécie de leitor, situado no intervalo entre os dois elementos e capaz de traduzir em termos lexicais específicos a relação abstrata que o C.E. estabeleceu.

Se a passagem do elemento pressuposto para o elemento posto for apreciada, por exemplo, com o traço 1) "contra a vontade de alguém", o movimento se realizará como *fugir*, se

2) neutramente, como *sair*.

A figura 6, abaixo, esquematiza esta análise.

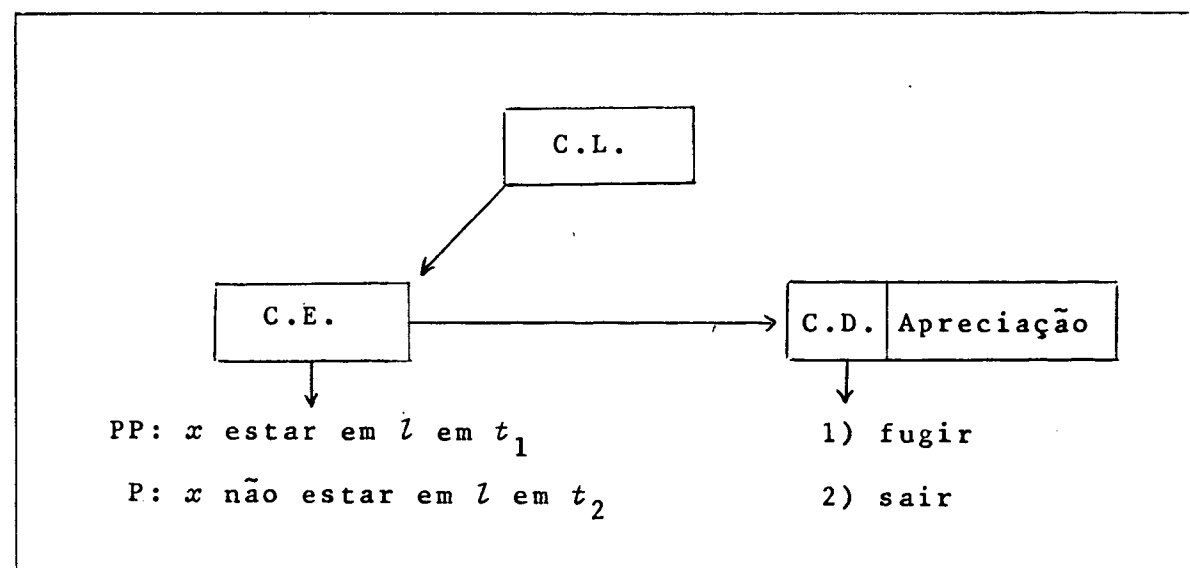


Figura 6

Evidentemente, haveria ainda necessidade de explicitar as outras variáveis, como também organizar sintaticamente o enunciado. Isto poderia ser feito, no caso das variáveis x , l , t , ao nível do componente retórico, enquanto as especificações de tempo verbal, concordância, etc., seriam feitas a um nível morfo-sintático, mais inferior.

Tudo isto é muito precário, mas se nos fixarmos ao nível do C.L. levando em conta a modificação que propuzemos, poderemos observar algumas vantagens para o trabalho de descrição semântica de uma dada língua.

Assim, a descrição dada pelo C.E. aos enunciados (12) e (13), em que aparecem os verbos *sair* e *fugir*, não é específica destes enunciados, mas, ao contrário, recobre uma

grande quantidade de enunciados onde podem, indiferentemente, figurar verbos como *partir*, *despedir-se*, *entrar*, locuções como *ir embora*, etc.

Os verbos que preencherem tanto a condição fixada pelo C.E. como as condições fixadas pelo C.D. poderão ser considerados sinônimos perfeitos, como é o caso de *sair* e *partir*, enquanto que os que preencherem igualmente a primeira condição, mas não as outras, como é o caso de *sair* e *fugir*, serão considerados sinônimos imperfeitos.

Na verdade, estes verbos, porque satisfazem todos a condição maior, isto é, a condição estrutural de uso, poderão sempre ser utilizados uns pelos outros e quando se tratar de verbos não marcados ao nível do C.D. tal fenômeno se verificará com muito mais intensidade.

Deste modo, tal análise estaria contribuindo para o esclarecimento do clássico problema da sinonímia, ao mesmo tempo que, por caminhos diferentes, reintroduzindo e ajudando a explicitar a velha noção de campo semântico dos estruturalistas.

Os enunciados (14 - 20) serão todos analisados segundo o seguinte esquema estrutural, pelo C.E.:

PP: x fazer y em t_1

P: x não fazer y em t_2

Todos os verbos e expressões equivalentes que aparecem nestes enunciados satisfazem esta condição.

A idéia de ação é dada aí pela função "fazer y ", en

quanto que a passagem do pressuposto para o posto, isto é, a sua relação, poderá especificar a noção de aspecto cessativo.

A consideração das frases (14 - 16) como sinônimas entre si, assim como das frases (17) e (18), mas não dos dois grupos entre si, será feita ao nível do C.D., e, como aconteceu no exemplo anterior, as expressões mais neutras poderão recobrir mais facilmente todos os usos que satisfazem a condição fixada pelo C.E.

A frase (19) receberá a mesma descrição estrutural e o C.D. deverá estabelecer as condições de uso do verbo *ancoar* que, no caso, poderá ser tratada como um fenômeno de restrição seletiva.

A frase (20) aí está para mostrar que, do nosso ponto de vista, o problema da metáfora pode ser tratado linguisticamente.

Este enunciado receberia a mesma descrição estrutural que os demais e o incomum - se é que é justo chamá-lo desta forma - seria o fato de aparecer um item lexical como *busca*, quando o "normal" seria que aparecesse *navio*, *barco*, etc.

Veríamos, deste modo, que haveria bastante justeza em classificar esta metáfora como uma metáfora puramente lexical, uma vez que este verbo satisfaz como os demais a mesma exigência estrutural, isto é, uma vez que este enunciado é tratado pelo C.E. da mesma forma que um enunciado como *Pedro desistiu de sua busca*.

Na medida em que, ao nível estrutural da linguagem, trabalharmos com variáveis que, na realidade, constituem indicadores referenciais ou indicadores de tempo e de lugar, o que

poderá se esboçar, ao longo deste trabalho de análise, é a concepção da linguagem como dimensionalização do homem em relação ao mundo, o que significa dar sentido teórico à constatação empírica de que o primeiro uso que a criança faz da linguagem é, absolutamente, deítico.

VIII - Muitos linguistas, entre eles Fillmore, assim como lógicos e filósofos anteriormente o fizeram, tomaram a pressuposição como condição de emprego de um enunciado linguístico. Ducrot, ao contrário, toma-a como um ato de fala específico, que se coloca ao nível ilocucional, ao mesmo título que outros atos como o de *ordenar*, *prometer*, *interrogar*, etc.

Há, neste sentido, um *ato de pressupor* que se realiza ao mesmo tempo que o falante produz um enunciado, e que desta forma escapa também, como os performativos, a uma análise de tipo informacional.

Fillmore, como dissemos, considera, na linha de Austin a pressuposição como um nível diferente do ilocucional, nível cuja função é dar a estas condições para que se realize.

Diz ele:

"Creio que a situação de comunicação verbal pode ser analisada de maneira útil em dois níveis ou sob dois aspectos que chamaremos, de um lado, ilocucional e de outro pressuposicional. Por aspectos pressuposicionais de uma situação de comunicação verbal, entendo as condições que devem ser satisfeitas

tas para que um ato ilocucional preciso seja efetivamente realizado ao pronunciar-se certas frases" (16).

Ora, tal posição, além de manter-se no quadro específico da prática estruturalista clássica, na medida em que toma a comunicação como horizonte da função linguística não consegue, por isto mesmo, perceber o quanto a pressuposição é mais do que simplesmente a autoridade capaz de homologar o ato ilocucional (17).

Tomemos um exemplo do próprio artigo de Fillmore, de que eu guardo apenas os aspectos que aqui nos interessam.

Uma das frases que aí encontramos é a seguinte:

Peter accused John of writing the letter (21)

Quando pronuncio tal frase, eu pressuponho que escrever tal carta era condenável e digo a um possível meu interlocutor que Peter disse que John é o responsável. Já no enunciado:

Peter criticized John for writing the letter (22)

eu pressuponho que John escreveu a carta e digo que Peter disse que o fato de John ter escrito a carta é condenável.

Fillmore observa que aquilo que é o pressuposto, quando utilizamos um destes verbos, faz parte do conteúdo do ato linguístico que o outro denota.

Além disso, ainda segundo Fillmore, estes dois verbos são diferentes porque, de um lado, somente o verbo *criticar* pressupõe a realidade da situação, quando esta pressuposição de existência não é dada pelo artigo, e de outro, porque, quando usados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, somente o verbo *acusar* pode ser performativo e jamais o verbo *criticar*. Assim, a frase:

Eu critico João por ter escrito a carta (23)

não poderia, em si mesma, constituir um ato de acusação.

Há, a meu ver, vários pontos discutíveis neste modo de apresentar as coisas, além do problema de considerar a pressuposição como condição de emprego.

A primeira diferença apontada por Fillmore entre *acusar* e *criticar* é relativa à inversão dos níveis pressuposicional e ilocucional, no emprego de um e de outro verbo: *acusar*, pressupõe que eu, para utilizá-lo, esteja tranquilo quanto ao caráter negativo da situação, e *criticar*, que eu esteja tranquilo quanto à responsabilidade de alguém (João) por esta situação (18).

Ora, o próprio Fillmore observa que, sintaticamente, um e outro verbo delimitam a situação por preposições diferentes: *accuse* (of), *criticize* (for) sem no entanto dar a atenção devida a tal observação.

Numa língua em que tanto *acusar* como *criticar* delimitam a situação pela mesma preposição, como é o caso do fran

cês, talvez que, realmente, a diferença possa ser situada ao nível do léxico. Mas, se numa outra língua eu posso utilizar *acusar* ao mesmo título que *criticar*, então as coisas são menos simples. E esta língua existe e, para felicidade nossa, é o português.

Assim:

Pedro acusou João de ter escrito a carta (24)

Pedro acusou João por ter escrito a carta (25)

Pedro criticou João por ter escrito a carta (26)

Em (25) e (26) eu pressuponho, da mesma forma, a responsabilidade de João e digo que Pedro considera a situação condenável, enquanto que em (24), o inverso.

Deste modo, a diferença entre estes verbos parece situar-se menos ao nível da natureza lexical de cada um e mais em fenômenos de natureza estrutural. É a preposição *por* e a preposição *de* que se transformam no centro desta diferença.

A segunda diferença que Fillmore aponta entre os dois verbos parece, em consequência da observação anterior, também mal situada. Tanto *acusar* como *criticar* (no caso do português) podem pressupor a realidade da situação desde que construídos com a preposição *por*, mesmo que não haja artigo definido introduzindo a situação.

Compare-se:

Pedro acusou João por ter escrito uma carta obs-
cena à sua irmã (27)

Pedro criticou João por ter escrito uma carta obs-
cena à sua irmã (28)

Pedro acusou João de ter escrito uma carta obs-
cena à sua irmã (29)

As frases (27) e (28) pressupõem, ao mesmo título, a realidade da situação enquanto que apenas (29) não o faz.

Quanto à última diferença, é a que parece mais resistente: *acusar* pode ser performativo enquanto *criticar* não.

Entretanto, é difícil imaginar que um ato de enunciação como:

Eu te critico por ter escrito a carta (30)

pudesse, de alguma forma, constituir-se num ato de acusação, como pretende Fillmore, argumentando em favor de sua diferença.

Se, por outro lado, é lícito dizer que um ato de enunciação do tipo:

Eu te acuso por ter escrito a carta (31)

pode constituir um ato ilocucional do tipo performativo, até que ponto tal possibilidade não existiria também para a enunciação (30), e neste caso "eu te critico..." constituiria ao

mesmo título um ato de crítica, pela sua simples enunciação?

Ora, não me parece que o verbo *criticar* possa ser utilizado como verbo performativo enquanto que (31) parece admiti-lo totalmente. Mas se (30) e (31) pressupõem as mesmas coisas que condição é esta que me permite tomar (31) como performativo e excluir (30), se ela se apresenta da mesma forma tanto num como noutro caso.

Fato estranho, quando se considera que os *performativos* se situam ao nível dos atos ilocucionais da linguagem, atos cuja realização efetiva, para Fillmore, é condicionada pelo nível pressuposicional. Como explicar que a mesma condição permita, num caso, ao nível ilocucional, a realização de tal ato e o exclua, ao mesmo nível, no outro?

Considerar, como o faz Ducrot, a pressuposição como fazendo parte do nível ilocucional dos atos de fala, ao mesmo título que os performativos, me parece uma posição mais justa.

Há assim um ato de pressupor, ato este que, como outros atos ilocucionais, se realiza no momento mesmo do ato de enunciação, e cuja função é determinar as direções, apontar os caminhos que o discurso deve tomar sob pena de fragmentar-se.

Assim, quando um locutor diz:

Eu acusei João de ter escrito a carta (32)

a um auditor, este se vê diante de uma obrigação que deve ser cumprida para que o diálogo prossiga, deve aceitar a direção que esta enunciação apontou, isto é, o pressuposto de que a

situação é condenável, sua contestação podendo ser feita ao nível do posto. Ele poderá neste sentido dizer, por exemplo:

Mas você tem provas de que foi realmente ele quem
a escreveu? (33)

e só muito dificilmente:

Mas a carta não é tão grave assim (34)

porque isto implicaria na discussão das próprias intenções do locutor, ou para ser mais exato, na contestação, não do que foi dito, mas do próprio locutor.

Diferentemente, se uma pessoa A dissesse a B:

Eu acusei João por ter escrito a carta (35)

admitiria como resposta:

Mas a carta não é tão grave assim (36)

e excluiria:

Mas você tem provas de que foi realmente ele quem
a escreveu? (37)

O ato de pressupor institui, no interior do ato de

enunciação, um universo no qual o discurso deve prosseguir, universo este que é dado como sendo comum aos dois interlocutores, mas que, na realidade, se institui como uma condição que o locutor impõe ao destinatário para o discurso ulterior.

E na medida em que o pressuposto não é concernido pelo encadeamento lógico do discurso, pela sua progressão, como vimos a respeito dos elos de subordinação e coordenação, ele recua para este fundo de envolvimento que garante a coerência do discurso, mas ao preço de uma inocência que a função comunicativa não pode mais salvar.

Hã, assim, na língua, mais do que a inocência da informação. Como observa Ducrot, mais do que condição de vida social, a língua se apresenta como poderoso determinante do modo de vida social, como uma espécie de tratado dos deveres, espécie de atividade jurídica cujas regras, explícitas ou implícitas envolvem o homem, como teia sutil de subentendidos e pressupostos, submetendo-o a um incessante confronto de subjetividades, constante do jogo de intenções onde a aposta menor é o risco de comprometer-se.

Se a língua é, como pretende o idealismo de Chomsky o espaço mesmo em que reside a liberdade do homem, a sua capacidade criativa, é preciso convir, no entanto, que esta liberdade está constantemente ameaçada pelo jogo sutil da palavra.

O risco de falar é a ameaça de tornar-se prisioneiro de sua própria liberdade.

Campinas, junho/julho de 1973

NOTAS

(1) a) Para uma boa visão geral do desenvolvimento dos estudos em semântica, ver a Introdução de T.Todorov ao nº 1 da Revista Langages - *Recherches Semantiques*, Didier-Larousse, Paris, 1966, assim como a coletânea de artigos e a bibliografia.

b) Para o problema do componente semântico na gramática gerativa, ver:

Katz, Jerrold J. e Fodor, Jerry: "The Structure of a Semantic Theory", in *The Structure of Language - Readings in the Philosophy of Language*, p.479-518, Prentice-Hall, Inc. Englewood, New Jersey, 1964.

Katz, Jerrold J. e Postal P.: *An Integrated Theory of Linguistic Description*, M.I.T. Press, Cambridge, Mass., 1964.

Chomsky, N.: *Aspects of the Theory of Syntax*, M.I.T. Press, Cambridge, Mass., 1965, sobretudo cap. 2 e 4.

Katz, Jerrold J.: *Semantic Theory*, Harper and Row, N.Y. 1972.

c) Aí estão alguns artigos de Oswald Ducrot onde se pode encontrar a discussão desta proposta de descrição semântica:

- "La Description Sémantique des Énoncés Français et la Notion de Présupposition", in *L'Homme*, p.37-53, vol.VIII, Cahier I, Mouton, Paris-Haia, 1968.

- "Présupposés et sous-entendus", in *Langue Française*, 4-*La Sémantique*, p.30-43, Larousse, Paris, 1969.

- " 'Peu' et 'un peu' ", in *Cahiers de Lexicologie*, 16, p.21-52, Didier-Larousse, Paris, 1970.

Esta concepção se encontra, entretanto, melhor desenvolvida no livro *Dire et Ne Pas Dire*, Hermann, Paris, 1972.

(2) Ver a este propósito a observação que faz Ludovico Silva, no livro *El Estilo Literario de Marx*, Siglo Veintiuno Ed., Mexico, 1971, sobre a dialética e a contradição lógica. Diz ele: "O valor da relação de implicação (representada por '→' (na função [p e não p] → [?])) será sempre tautológico, sempre verdadeiro, qualquer que seja o valor da variável colocada no lugar da interrogação. Em lógica, a contradição não funciona 'dialeleticamente'. Mas isto não quer dizer (como pretende Popper) que historicamente não existam opostos reais que possam produzir uma síntese". p.38.

(3) Ver o trabalho de Peirce "Deduction, Induction and Hypothesis" - Collected Papers, vol.II, Livro 3, cap. 5, p.372-388; também em português - "Dedução, Indução e Hipótese", no livro *Semiótica e Filosofia*, Textos escolhidos de Charles Sanders Peirce, Cultrix, São Paulo, 1972.

Ver também Vogt, Carlos - *Finalmente Peirce*, in RAE, vol. 13, nº 2, junho de 1972, p.27-36, para uma visão geral da importância de Peirce para a linguística.

(4) Cf. Ducrot, Oswald: *Presupposés et sous-entendus*, p.32.

(5) No livro *Dire et Ne Pas Dire*, Ducrot chama de *sentido* o que chamamos de *significação* e vice-versa. Mas isto é um problema terminológico, sem maior relevância.

(6) Para uma visão excelente do problema da Semiologia, ver o artigo de Gilles Gaston Granger, "Objet, Structure e Significations", in *Revue Internationale de Philosophie*, nº 73-74, fascículo 3-4, p.251-290, 1965, retomado com modificações e desenvolvimento na segunda parte do livro *Essai d'une Philosophie du Style*, Armand Colin, Paris, 1968.

(7) Lepchy, G.C.: *La Linguistique Structurale*, p.28, Payot, Paris, 1969. Também em edição brasileira, pela Ed. Perspectiva.

(8) Ducrot, Oswald: *Dire et Ne Pas Dire*, p.1. Ver também *Qu'est-ce-que le Structuralisme?*, "Le Structuralisme en Linguistique", Seuil, Paris, 1968; também em edição brasileira pela Cultrix.

(9) Cf. Chomsky, N.: *La Linguistique Cartésienne*, Seuil, Paris, 1969.

(10) Cito a partir da edição brasileira, tradução de José Arthur Giannotti, Cia. Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, e da edição francesa, Gallimard, Col.Idées, Paris, 1961.

(11) Cf. *Dire et Ne Pas Dire*, cap.3 - "La Notion de Présupposition: l'acte de présupposer", p.69-101; Cf. Benveniste, Emile: "La Nature des Pronoms" in *Problèmes de Linguistique Generale*, p.251-257, e, em geral, todo o capítulo V - *L'Homme dans la Langue*, em que o autor trata também do problema da subjetividade da linguagem, além dos verbos delocutivos e da filosofia analítica inglesa.

Neste sentido, ver, ainda, o importante número da Revista *Langages* sobre a enunciação, organizado por T. Todorov - *Langages*, 17 - "L'Enonciation", Paris, 1970 e também o livro de John R. Searle: *Les Actes de Langage*, Hermann, Paris, 1972. Tradução francesa de *Speech Acts*, 1969,

(12) Cf. Austin, J.L.: *Quand Dire C'est Faire*, Seuil, Paris, 1970, tradução francesa de *How to do Things with Words*.

- (13) in *Essays de Linguistique Générale*, Minuit, Paris, 1963, p.197-206.
- (14) Cf. Frege, C.: "Sinn und Bedeutung", publicado em 1892 no *Zeitschrift für Philosophie und philosophische*. Em edição francesa, na Coletânea de textos: *Écrits logiques et Philosophiques*, com o nome "Sens et Dénotation", Seuil, Paris, 1971, p.102-126.
- Strawson, P.F.: "On Referring", *Mind*, 1950, p.320-344, publicado também no livro *Logico-Linguistic Papers*, Methuen, Londres, 1971, p.1-27.
- Collingwood, R.G.: "An Essay on Metaphysics", Oxford, 1940, p.21-33.
- (15) Todos estes critérios, menos o da exclamação, podem ser encontrados nos artigos de Ducrot (já mencionados), e mais desenvolvidos em *Dire et Ne Pas Dire*. A exclamação é de minha responsabilidade e a validade de tal critério é preciso ser melhor verificada.
- (16) Fillmore, Charles J.: "Verbes de Jugement - Essai de description sémantique", p.60, in *Langages*, 17 - *L'Enonciation*, p.56-71.
- (17) Para uma discussão sistemática da pressuposição como condição de emprego, ver *Dire et Ne Pas Dire*, cap.2, p.26-67.
- (18) O que Fillmore chama de situação é aquilo a que, no ato de enunciação (do tipo em que aparece um verbo de julgamento) podemos ter necessidade de nos referir e que pode ser uma situação, uma ação, um fato ou um estado de coisas qualquer: "ter escrito a carta", nos exemplos aqui discutidos.

CADERNOS DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Publicados

1. Décio Azevedo Marques de Saes - *O Civilismo das Camadas Médias Urbanas na Primeira República Brasileira (1889-1930)*.
2. Carlos Vogt - *A Palavra Envolvente*.

Próximos Lançamentos

3. Manoel Tosta Berlinck e Daniel J. Hogan - *O Desenvolvimento Econômico do Brasil e as Migrações Internas para São Paulo: uma análise histórica*.
4. Antonio Augusto Arantes - *A Sagrada Família - uma análise estrutural do compadrio*.
5. Paulo Sérgio Moraes S. Pinheiro - *Não-Participação e Presença Operária: a questão da prática política da classe operária no Brasil*.

Endereço para Correspondência

Universidade Estadual de Campinas
Cadernos do IFCH
Caixa Postal 1170
13.100 - Campinas - SP
BRASIL



**REVISTA DE
ADMINISTRAÇÃO
DE EMPRESAS**

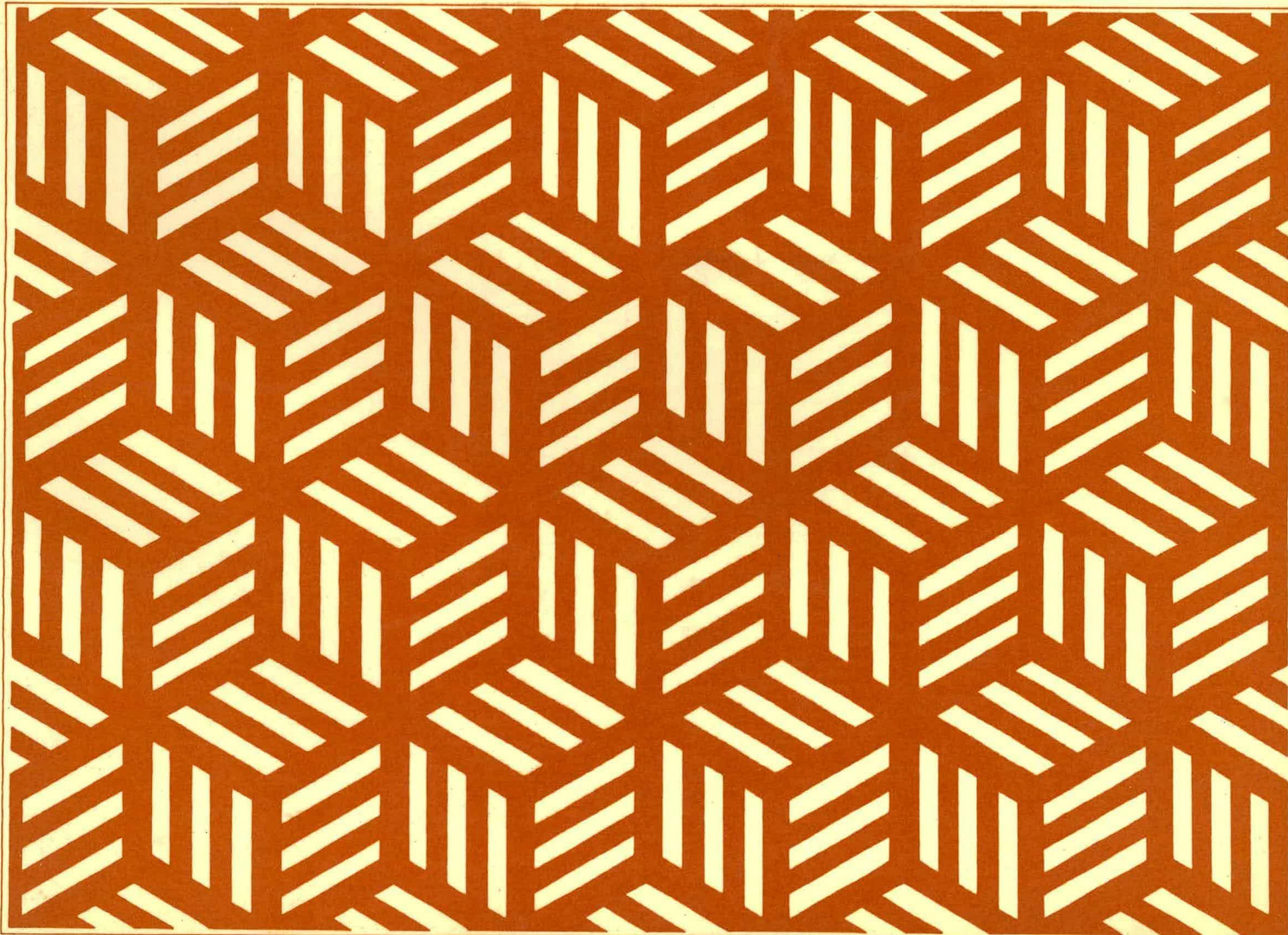
Uma Publicação da Fundação Getúlio Vargas

**Crédito ao consumidor: taxas de
juros vigentes no mercado**

Finalmente Peirce

**Paralisia de decisão e comporta-
mento legislativo: a experiência
brasileira 1959-1966**

**Greve dos sapateiros de 1906 no
Rio de Janeiro: notas de pesquisa**





ela
pode
sorrir
em
sua
casa

tal qual sorrisa para Leonardo.
Impressas sobre tela nas dimensões do original, as reproduções da maestri della tavolozza mantêm as mais sutis tonalidades e até mesmo o próprio relevo do quadro. Elas são distribuídas no Brasil pela Fundação Getulio Vargas, exclusivamente nas livrarias do Rio de Janeiro -Praia de Botafogo, 188 - Tel. 246 - 5107, e Avenida Graça Aranha, 26, Lojas C e H - Tel. 222 - 4142; de São Paulo - Avenida Nove de Julho, 2029 - Tel. 288-0011 r/254, e de Brasília-Super Quadra 104, Bloco A, Loja 11 - Tel. 42-4689.

PS.: Se você acha que Leonardo já era, contamos com reproduções de autores modernos e, provavelmente, do seu pintor preferido.



Você sabe o que seu filho anda lendo ?

O mundo se transforma.
Velhos valores são postos abaixo.
Novos valores, ainda não testados, procuram se impor às novas gerações.
Nesse período de transição, você tem uma grande responsabilidade para com seu filho. E, entre outras coisas, precisa saber o que ele anda lendo.
O Correio da Unesco, verdadeira janela aberta para esse mundo em mudança, apresenta artigos de renomados pensadores, artistas, intelectuais, educadores, focalizando temas da atualidade sob perspectiva científica e inteligente. E também moderna: ilustrações coloridas, fotos, reproduções de obras de arte.
Uma revista que ajuda o jovem a compreender nossa época e a se ajustar ao novo mundo que o aguarda.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Diretor Responsável: Robert Norman V. C. Nicol

Redator-Chefe: Sergio Miceli P. de Barros

Conselho Redatorial: professores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getulio Vargas

Redação: Av. Nove de Julho, 2029, 11.º andar — Caixa Postal 5534 — Tel.: 288-0011 — São Paulo — SP

Revista trimestral do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, editada pela FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Benedicto Silva

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Coordenação Editorial: Anamaria de Almeida Monteiro

Vendas e Assinaturas: Albertino Ferro da Silva

A correspondência redatorial, inclusive originais de artigos (3 vias), deve ser endereçada ao Redator-Chefe da Revista de Administração de Empresas, Av. Nove de Julho, 2029, 11.º andar — São Paulo — SP.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar partes de artigos sem autorização prévia, desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é interdita.

Toda correspondência comercial deve ser endereçada para

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
Caixa Postal 21120 — ZC-05 — Tel.: 266-1512
Rio de Janeiro — Praia de Botafogo, 188 — GB — Brasil.

Número avulso ou atrasado Cr\$ 12,00
Assinatura Anual: Cr\$ 45,00
Porte simples Cr\$ 80,00
Porte aéreo

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Justo Pinheiro da Fonseca

Vice-Presidente: Luiz Arrobas Martins

Tesoureiro: Murillo Macedo

Membros (efetivos): Caio de Alcântara Machado, Carlos José Malferrari, Dacio Aguiar de Moraes Jr., Dilson F. Funaro, Eduardo Celestino Rodrigues, Hessel Horacio Cherkassky, Jean Louis de Lacerda Soares, José Ephim Mindlin, José Papa Jr., Lucas Nogueira Garcez, Luiz Alves de Mattos, Orlando Figueiredo, Oswaldo Costa Gomes, Paulo Egydio Martins. (suplentes): Adriano Murgel Branco, Hamilton Madureira Villela, Carlos de Souza Toledo, Claude Machline, Dacio Aguiar de Moraes Neto, Celso Lafer, Esmeralda Saad, José Luiz Nogueira Fernandes, Flávio Penteado Sampaio, Marcos Gianetti Fonseca, Nelson Leme de Oliveira Garcez, Orlando Caldeira, Paulo Freire Maia, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Ramiz Gattás, Roberto Herbst Gusmão, Tibirigá Botelho

Diretor: Carlos José Malferrari

Vice-Diretor Acadêmico: Carlos Osmar Bertero

Vice-Diretor Administrativo: Hamilton Madureira Villela

Chefes de Departamento:

Ciências Sociais: Antonio Angarita Silva

Contabilidade, Finanças e Controle: Wladimir Antonio Puggina

Administração Geral e Relações Industriais: Pedro Celidonio G. dos Reis

Economia: Ary Bouzan

Mercadologia: Sérgio Roberto Dias

Métodos Quantitativos: Ivan de Sá Motta

Produção: Kurt Ernst Weil

Coordenadores: Administração de Empresas
Curso de Graduação: Fernando Gomes Carmona
Curso de Pós-Graduação: Affonso Cavalcante de A. Arantes
Programa de Educação Continuada para Executivos: Polia Lerner Hamburger

Vice-Coordenadores:

Curso de Graduação: Paulo Clarindo Goldschmidt
Curso de Pós-Graduação: Dennis Cintra Leite

Administração Pública:

Coordenador Ad-Hoc do Projeto de Administração Pública: José Paulo Carneiro Vieira

Vice-Coordenador do Projeto de Administração Pública, respondendo pela Coordenadoria do Curso de Graduação: Carlos Ernesto Ferreira

Vice-Coordenador dos Cursos Intensivos de Administração Pública: Eugênio Augusto Franco Montoro

Centro de Pesquisas e Publicações:

Chefe: Robert Norman Vivian Cajado Nicol

Revista de Administração de Empresas:

Redator-Chefe: Sérgio Miceli Pessoa de Barros

Centro de Assessoria Técnico-Administrativa:

Chefe: Wolfgang Schoeps

Centro de Processamento de Dados:

Chefe: Claude Machline

Centro Audiovisual:

Coordenador: Izidoro Blikstein

Setor de Estágios:

Coordenadora: Ofélia de Lana Primus
Seção Executiva: Wilma Sbraggia

Centro Acadêmico de Administração de Empresas:

Presidente: Flávio Constant Pires

Associação dos Ex-Alunos de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas:

Presidente: Oswaldo Costa Gomes

Vice-Presidente: Esmeralda Saad

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente aos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

CONSELHO DIRETOR: Presidente: Luiz Simões Lopes; vice-presidente: Eugênio Gudin; membros: João Carlos Vital, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Jorge Oscar de Mello Flores, Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Rubens d'Almada Horta Pôrto e Carlos Medeiros Silva.

CONSELHO CURADOR: Presidente: Maurício Nabuco; vice-presidente: Alberto Pires Amante; membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Asterio Dardeau Vieira, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Celso Timponi, Cezar Reis de Cantanhede e Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Mário Paulo de Brito, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier.

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Executivo: ALIM PEDRO

SEDE DA FGV: Praia de Botafogo, 190 — ZC-05 — Tel.: 266-1512 — Rio — GB.

Revista de administração de empresas, v. 1 — maio/agosto 1961 — Rio de Janeiro
Fundação Getulio Vargas, Serv. de publicações, 1961 —
V. ilustr. 28 cm trimestral

"Órgão do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo"

Diretores: Mai. 1961-jun. 1965, Raimar Richers. — Set. 1965-dez. 1966, Yolanda F. Balcão. — Mar. 1967-jun. 1968, Carlos Osmar Bertero. — Set. 1968-mar. 1969, Ary Bouzan. — Jun. 1969 - Jun. 1971, Orlando Figueiredo. — Jul. 1971 — Manoel T. Berlinck. — Inclui bibliografia

I. Administração industrial — Periódicos. I. Richers, Raimar, dir. II. Balcão, Yolanda Ferreira, dir. III. Bertero, Carlos Osmar, dir. IV. Bouzan, Ary, dir. V. Figueiredo, Orlando, dir. VI. Berlinck, Manoel T., dir. VII. São Paulo (cidade). Escola de Administração de Empresas.

CDD 658.05
CDU 658 (05)

ARTIGOS

Crédito ao consumidor: taxas de juros vigentes no mercado	7	José Dutra Vieira Sobrinho
Finalmente Peirce	27	Carlos Vogt
Paralisia de decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira 1959-1966	37	Wanderley G. dos Santos
Greve dos sapateiros de 1906 no Rio de Janeiro: notas de pesquisa	49	Maria Cecília B. Neves

COMENTÁRIOS

Hedonomia e propaganda: uma análise conceitual	68	Alberto de Oliveira Lima Filho
O desenvolvimento brasileiro e a crise da ALALC	75	José E. Mindlin
Sistemas de informações gerenciais	81	Luiz Renato Alfano e Eduardo Luiz Curioni
A América Latina e a cláusula de nação mais favorecida	91	Laércio F. Betiol
Alienação nos <i>Manuscritos de 1844</i>	95	Sergio Miceli
Valores contábeis e econômicos no processo de incorporação de empresas	99	Yuichi Tsukamoto

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

ZIÉGLER, O poder africano	106	M. Cecília Spina Forjaz
RONCHI, Planificação e estratégia das empresas	110	Luís César G. de Araújo
SERSON, Curso básico de administração do pessoal	111	Luís César G. de Araújo
STOCKTON, Sistemas básicos de controle de estoques	112	Kurt E. Weil
MAYER, Administração da produção	113	Kurt E. Weil

IN MEMORIAM

Professor Ruy Vianna Braga	115	Antonio Angarita Silva
----------------------------	-----	------------------------

1. Introdução;
2. A amostra;
3. Análise das taxas médias mensais de juros efetivos;
4. Porquê do perfil hiperbólico;
5. Comentários sobre as reduções de taxas determinadas pelo Banco Central.

Anexo I: Esquema teórico de construção da tabela de crédito ao consumidor e sua justificação matemática:

Anexo II: Exemplo numérico de construção de uma tabela de financiamento;

Anexo III: Tabelas de financiamento tomadas em nossa amostra (coeficientes mensais correspondentes a um valor financiado de 100)

José Dutra Vieira Sobrinho*

* Economista do Departamento Técnico do Banco Halles de Investimento S.A.

CRÉDITO AO CONSUMIDOR: TAXAS DE JUROS VIGENTES NO MERCADO

1. Introdução

1.1 PEQUENO HISTÓRICO

Até o final de 1968, desde que surgiram no mercado, as empresas de financiamento vinham auferindo grandes lucros. A persistente e elevada taxa de inflação era compensada pelas altas taxas vigentes nas operações de financiamento, o que permitia à financiadora proporcionar remuneração elevada aos aplicadores em letras de câmbio. Como no mercado havia lugar para muitos, porque a escassez de recursos era um fato, as financeiras cresciam e se multiplicavam devido à procura sempre crescente de financiamentos para capital de giro, e posteriormente, a partir da Resolução n.º 45 do Banco Central, de 30/12/66, para veículos e eletrodomésticos. Entretanto, as perspectivas deixaram de ser tão risonhas para as empresas de financiamento quando o Banco Central, através da Resolução n.º 103, de 10/12/68, praticamente proibia as operações de capital de giro, cujos saldos deveriam ficar a zero em 31/12/69. As centenas de financeiras então existentes no mercado passariam a concorrer numa única modalidade de financiamento: crédito ao consumidor.

Já no primeiro semestre de 1969, a rentabilidade média das companhias de financiamento tinha baixado em relação à do semestre anterior. E uma nova Resolução do Banco Central, a de n.º 115, baixada no final desse semestre, reduzia de 12% o custo do financiamento, o que, aliado à extinção em andamento das operações de capital de giro, iria reduzir ainda mais a rentabilidade média das financeiras no segundo semestre daquele ano.

No período seguinte começaram a aparecer as primeiras fusões. As autoridades governamentais, preocupadas com o excessivo número de companhias de financiamento, viriam permitir a constituição de bancos de investimentos, desde que resultantes da fusão de pelo menos cinco financeiras.

Esses fatos, após um período relativamente curto de ajustes, trouxeram um certo equilíbrio ao mercado. Nova redução de taxas determinada pelo Banco Central, através da Resolução n.º 212, de 2/02/72, em nada abalou esse equilíbrio. Esperamos que a recente redução de custos, estabelecida pela Resolução n.º 244, de 16 de janeiro do corrente, também não venha alterar o fiel da balança.

1.2 O ESTUDO E SEUS OBJETIVOS

O presente estudo é uma atualização dos trabalhos que vêm sendo realizados desde 1968, tendo como base uma amostragem composta por tabelas de financiamento utilizadas pelas principais financeiras do país, nas operações de crédito ao consumidor. Os seus principais objetivos são:

- mostrar as diferenças de taxas que vigoram entre as empresas;
- mostrar as diferenças de taxas que existem entre diversos prazos de uma mesma financeira e explicar o porquê dessas diferenças;
- determinar as taxas médias da amostra.

1.3 CRITÉRIO ADOTADO NA DETERMINAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

Antes de tratarmos do controvertido critério adotado neste trabalho para a determinação das taxas de juros, vamos justificar por que estamos utilizando o conceito de *juros efetivos*. Segundo a teoria, existem três conceitos de juros: nominal, efetivo e real. E para melhor entendê-los vamos admitir o seguinte exemplo: uma empresa solicita a um banco um empréstimo de Cr\$ 100.000,00, pelo prazo de 1 ano, a uma taxa de 20%, comprometendo-se a pagar no vencimento do contrato um total de Cr\$ 120.000,00. Mas o banco, ao invés de liberar a importância solicitada, coloca à disposição do cliente apenas Cr\$ 80.000,00, retendo Cr\$ 20.000,00 como depósito em sua conta corrente. Então, de acordo com a teoria, o juro nominal no período é de 20%, mas o efetivo é de 25%, visto que o cliente está pagando um total de juros de Cr\$ 20.000,00 para um valor de Cr\$ 80.000,00 colocado à sua disposição; quanto ao juro real, ele é igual ao efetivo, deduzida a taxa de inflação no mesmo período.

O critério que adotamos na determinação das taxas de juros foi o da capitalização simples, em que a taxa mensal de juros é obtida com a divisão da taxa global de juros no período pelo prazo respectivo; como no caso específico deste estudo o valor do financiamento (capital + juros) é restituído pelo mutuário à financeira em prestações iguais, dividimos a taxa global de juros no período pelo respectivo prazo médio, obtendo-se assim a taxa média mensal de juros efetivos.¹

São várias as razões pelas quais nos decidimos pela utilização de juros simples. A primeira delas está presa à própria estrutura da tabela de crédito ao consumidor, que é *sui-generis*, cujas variáveis componentes não têm um crescimento exponencial no tempo (ver, no Anexo 1, a Esquematização e justificação matemática da tabela de crédito ao consumidor). Essa tabela é composta pelos chamados multiplicadores ou coeficientes mensais, os quais resultam da divisão dos multiplicadores totais pelos respectivos prazos. O valor e o número das prestações são obtidos pela aplicação dos coeficientes mensais sobre a importância a ser financiada; as prestações podem ser também bimestrais, trimestrais ou semestrais, ou até mesmo mensais com carência.

Para se determinar o multiplicador total, partimos de dois componentes básicos e distintos de custos:

- as despesas antecipadas, resultantes da soma das taxas de aceite, corretagem, distribuição e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- a correção monetária.

Das variáveis anteriores, apenas as taxas de correção monetária têm obrigatoriamente um crescimento exponencial no tempo; a taxa de distribuição é fixa em cada prazo e a alíquota do IOF incide sobre o valor do contrato, independente do seu prazo; as taxas de corretagem, como temos observado em diversas financeiras, normalmente apresentam um crescimento aritmético no tempo; quanto às taxas de aceite, elas podem ter um desenvolvimento aritmético ou exponencial. Portanto, construindo-se os multiplicadores a partir das variáveis citadas, e de acordo com as ponderações feitas, jamais poderemos chegar a uma tabela do tipo *price* (capitalização composta), em que a taxa de juros resultante é a mesma para todos os prazos. As poucas empresas de financiamento que apresentam suas tabelas segundo o sistema *price* utilizaram um critério de construção inverso ao tradicional, partindo dos multiplicadores e chegando, por resíduo, às taxas de aceite, visto que as demais taxas são conhecidas *a priori*.

Outra razão que podemos apresentar para justificar o critério utilizado reside no fato de que várias financeiras ainda determinam os juros globais em cada prazo, multiplicando-se uma taxa fixa mensal de juros pelos respectivos prazos médios, elaborando, a partir daí, seus multiplicadores.

Uma outra razão de ordem prática, não desprezível, é que as taxas de juros simples são facilmente calculadas, ao contrário do que ocorre com o cálculo dos juros compostos. Como veremos mais adiante, das 30 financeiras que compõem a nossa amostra, apenas 7 apresentam tabelas construídas segundo o sistema *price*. Assim, para as 23 tabelas restantes, que apresentam prazos de 6 até 36 meses, teríamos que calcular os juros compostos referentes a cada tabela, em cada prazo, visto que essas taxas diferem de um prazo para outro. Admitindo-se que se tenha uma média de 20 multiplicadores mensais por tabela, teríamos que processar $C \times i \times (1+i)^n$

cerca de 540 cálculos do tipo $P = \frac{C \times i \times (1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$

onde P representa o coeficiente mensal, C a unidade de capital financiada, n o prazo e i a taxa de juros. E, por fim, a razão que julgamos ser a mais importante. Tendo-se em vista os objetivos a que o trabalho se propõe, ou seja, mostrar as diferenças de taxas existentes entre as diversas empresas de financiamento, bem como entre os diversos prazos

de uma mesma financeira, entendemos que a utilização de qualquer dos critérios nos levaria às mesmas conclusões, embora do ponto de vista financeiro, o correto seja o da capitalização composta.

Para finalizar esta introdução, vamos mostrar a maneira prática de como chegamos às taxas médias mensais de juros efetivos.

O multiplicador total normalmente representa um valor financiado de 100, mais os respectivos acréscimos de custos (despesas antecipadas e correção monetária).

Exemplo: um multiplicador total igual a 133,440, para 24 meses, significa que o financiado receberá um valor líquido de 100 e terá um acréscimo de custos de 33,440% no período; esse financiamento será liquidado em 24 prestações mensais, iguais e consecutivas de:

$$\frac{133,440}{24} = 5,560$$

valor esse que representa o coeficiente ou multiplicador mensal apresentado nas tabelas.

Para se determinar a taxa média mensal de juros efetivos, dividimos o acréscimo de custos no período (juros globais) pelo respectivo prazo médio, sendo este determinado pela fórmula a seguir:

$$\text{prazo médio} = \frac{n.^{\circ} \text{ de meses} + 1}{2}$$

Assim, no caso do exemplo dado, a taxa média mensal de juros efetivos é de:

$$\frac{33,440\%}{12,5} = 2,675\%$$

onde o prazo médio 12,5 foi determinado pela fórmula especificada.

Para se entender a aplicação e validade do prazo médio, vamos considerar o seguinte exemplo: um capital de Cr\$ 1.000,00 deve ser amortizado em 10 parcelas de capital + juros, à taxa de 2,5% ao mês. Tem-se:

Prazo	Saldo devedor	Prestação de capital	Juros	Valor da prestação
0	1.000,00	—	—	—
1	900,00	100,00	25,00	125,00
2	800,00	100,00	22,50	122,50
3	700,00	100,00	20,00	120,00
4	600,00	100,00	17,50	117,50
5	500,00	100,00	15,00	115,00
6	400,00	100,00	12,50	112,50
7	300,00	100,00	10,00	110,00
8	200,00	100,00	7,50	107,50
9	100,00	100,00	5,00	105,00
10	—	100,00	2,50	102,50
Total	—	1.000,00	137,50	1.137,50

$$\text{Taxa global de juros} = \frac{137,50}{1.000,00} = 13,75\%$$

Qual o prazo médio? É o determinado pela divisão da taxa global de juros pela taxa mensal, isto é,

$$\frac{13,75\%}{2,5\%} = 5,5$$

Esse número bate como o determinado pelo critério proposto, ou seja:

$$\frac{n.^{\circ} \text{ de meses} + 1}{2} = \frac{10 + 1}{2} = 5,5$$

A diferença que existe entre o exemplo citado e aquilo que se faz entre as empresas de financiamento, é que estas fixam prestações iguais, dividindo-se o montante de capital + juros pelo número de parcelas; no caso do exemplo, teríamos 10 prestações iguais de Cr\$ 113,75.

2. A amostra

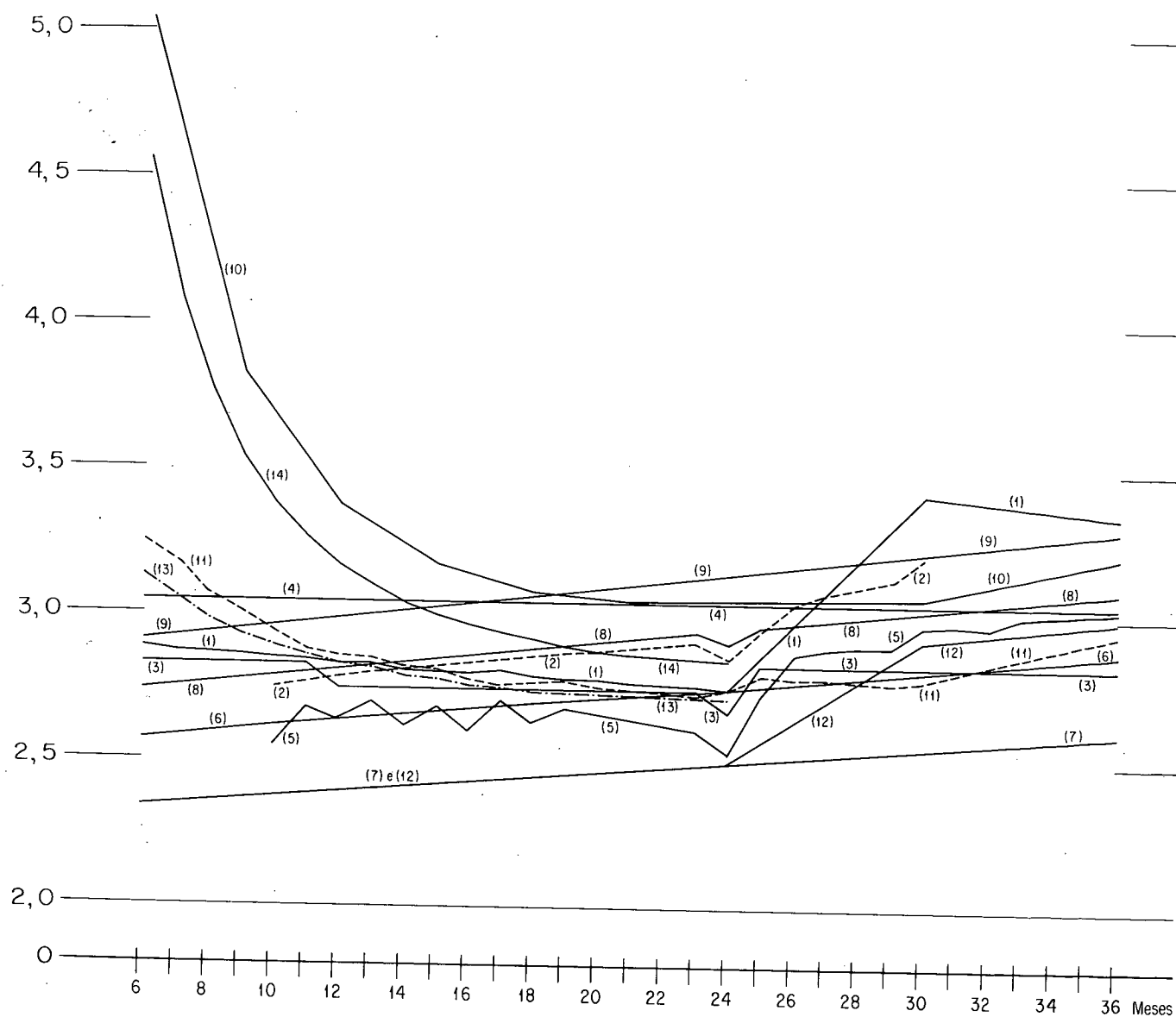
Nossa amostra é constituída por 30 tabelas das principais financeiras que operam no país,² a saber: América do Sul, Auxilium, Aymoré, BCN, BMG, Banespa, Banorte, Bradesco, Cidade de São Paulo, City Bank, Comind, Continental, Credibrás, Crefisul, Emissor, Fibenco, Fidelidade, Fimasul, Francard, Halles, Ipiranga, Itaú, Mappin, Real, SPI, Safra, Sofisa, Volkswagen, União Financeira e Zogbi. Essas tabelas foram obtidas junto às próprias empresas ou através de publicações feitas em jornais e se referem ao financiamento de veículos novos. No caso das tabelas publicadas, quando não havia especificação do tipo de financiamento a que se destinavam, tomamos sempre aquelas de multiplicadores mais reduzidos, por se referirem normalmente ao financiamento de veículos "zero".

Por uma questão de ética, as financeiras não foram identificadas. Entendemos que, caso o fizéssemos, estaríamos colaborando para a promoção daquelas de taxas mais reduzidas, em detrimento das demais.

Na representação gráfica, por uma questão de clareza, fomos obrigados a dividir as empresas em dois grupos, segundo o volume de aceites cambiais. Assim, no gráfico 1, estão representadas as 14 maiores financeiras da amostra, e no gráfico 2, as 16 restantes. A distribuição dos números atribuídos a cada uma das empresas, dentro de cada grupo, foi feita aleatoriamente, sem se levar em conta a ordem alfabética ou o volume de aceites cambiais.

Gráfico 1

Taxas médias mensais de juros efetivos (%)



COMUNICAÇÃO EM PROSA MODERNA

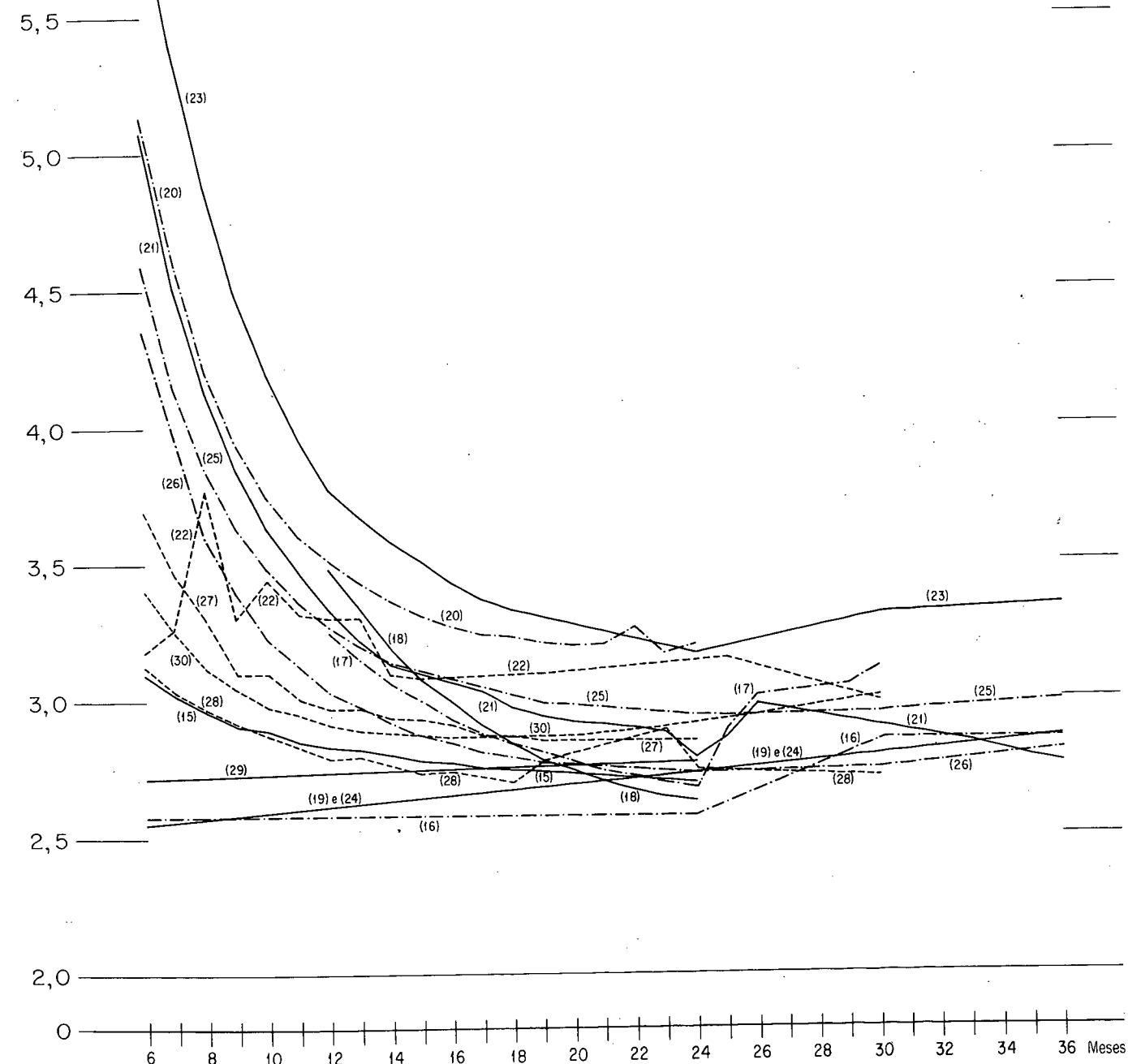
2.^a edição — 3.^a tiragem — 502 p. — Cr\$ 25,00

Othon M. Garcia

Obra revolucionária no campo da expressão em língua portuguesa, ensina não apenas a escrever, mas principalmente a pensar com eficácia e objetividade e a escrever sem a obsessão do purismo gramatical, mas com a clareza e a coerência indispensáveis a fazer da linguagem, oral ou escrita, um veículo de comunicação e não de escamoteação de idéias.

Gráfico 2

Taxas médias mensais de juros efetivos (%)



CIÊNCIA POLÍTICA

2.^a edição — 627 p. Inclui índice analítico — Cr\$ 36,00

Paulo Bonavides

Valiosa contribuição para o desenvolvimento da ciência política em nosso país, rompe com o ensino da especialidade ainda preso ao currículo jurídico e dá uma segura visão desta ciência nos vários países onde ela está mais avançada.

Quadro 1
Taxas médias mensais de juros efetivos (%)

Prazos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
6	2,886	—	2,833	3,051	—	2,577	2,344	2,747	2,911	5,031	3,251	2,344	3,127	4,559	3,103
7	2,878	—	2,833	3,051	—	—	2,352	2,759	2,925	—	3,180	2,352	—	4,083	3,019
8	2,862	—	2,833	3,051	—	—	2,364	2,770	2,938	—	3,068	2,364	2,983	3,767	2,960
9	2,860	—	2,833	3,051	—	—	2,374	2,783	2,951	3,831	3,015	2,374	—	3,544	2,919
10	2,855	2,753	2,833	3,051	2,553	2,618	2,379	2,795	2,965	—	2,940	2,379	2,893	3,384	2,885
11	2,858	2,765	2,833	3,051	2,686	—	2,387	2,807	2,978	—	2,880	2,387	—	3,264	2,857
12	2,837	2,786	2,749	3,051	2,633	2,634	3,396	2,818	2,991	3,380	2,861	2,396	2,833	3,171	2,835
13	2,837	2,798	—	3,051	2,702	—	2,404	2,830	3,004	—	2,859	2,404	—	3,101	2,815
14	2,813	2,810	—	3,051	2,618	—	2,414	2,841	3,017	—	2,823	2,414	—	3,045	2,787
15	2,819	2,821	2,749	3,051	2,674	2,669	2,421	2,853	3,031	3,180	2,815	2,421	2,778	3,001	2,787
16	2,805	2,833	—	3,051	2,602	—	2,430	2,865	3,044	—	2,786	2,430	—	2,967	2,771
17	2,810	2,844	—	3,051	2,706	—	2,440	2,876	3,057	—	2,751	2,440	—	2,938	2,759
18	2,794	2,854	2,749	3,051	2,634	2,699	2,449	2,888	3,070	3,081	2,761	2,449	2,746	2,915	2,751
19	2,787	2,867	—	3,051	2,676	—	2,456	2,899	3,083	—	2,776	2,456	—	2,897	2,738
20	2,781	2,878	2,749	3,051	2,658	1,724	2,465	2,912	3,096	—	2,756	2,465	—	2,884	2,731
21	2,765	2,889	2,749	3,051	2,642	—	2,474	2,923	3,109	3,050	2,762	2,474	—	2,871	2,721
22	2,763	2,901	—	3,051	2,624	—	2,482	2,935	3,123	—	2,746	2,482	—	2,863	2,714
23	2,764	2,912	2,749	3,051	2,609	—	2,492	2,946	3,136	—	2,735	2,492	—	2,858	2,705
24	2,752	2,863	2,666	3,051	2,523	2,752	2,499	2,906	3,148	3,055	2,748	2,499	2,725	2,852	2,698
25	—	2,962	—	3,051	2,736	—	2,509	2,969	3,162	—	2,798	—	—	—	—
26	—	3,035	—	3,051	2,866	—	2,517	2,981	3,175	—	2,787	—	—	—	—
27	—	2,841	2,832	3,051	2,881	—	2,525	2,994	3,187	—	2,789	—	—	—	—
28	—	3,098	—	3,051	2,899	—	2,535	3,004	3,200	—	2,793	—	—	—	—
29	—	3,131	—	3,051	2,900	—	2,542	3,015	3,213	—	2,780	—	—	—	—
30	3,419	3,210	2,832	3,051	2,967	2,819	2,550	3,028	3,226	3,063	2,788	2,926	—	—	—
31	—	—	—	3,051	2,976	—	2,560	3,038	3,239	—	2,816	—	—	—	—
32	—	—	—	3,051	2,971	—	2,568	3,051	3,252	—	2,841	—	—	—	—
33	—	—	—	3,051	3,009	—	2,577	3,063	3,265	—	2,868	—	—	—	—
34	—	—	—	3,051	3,020	—	2,586	3,075	3,277	—	2,898	—	—	—	—
35	—	—	—	3,051	3,023	—	2,594	3,085	3,290	—	2,928	—	—	—	—
36	3,351	—	2,832	3,051	3,034	2,884	2,602	3,096	3,302	3,208	2,956	2,991	—	—	—

Quadro 2
Taxas médias mensais de juros efetivos (%)

Prazos	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(30)	Média da amostra
6	2,585	—	—	2,551	5,133	5,077	3,184	6,011	2,551	4,610	4,362	3,702	3,133	2,723	3,414	3,454
7	2,585	—	—	2,563	4,579	4,516	3,268	5,400*	2,563	4,160	—	3,482	3,035	2,725	3,246	3,252
8	2,585	—	—	2,571	3,941	4,132	3,764	4,880*	2,571	3,854	3,594	3,300	2,971	2,727	3,127	3,166
9	2,585	—	—	2,582	3,951	3,848	3,303	4,500*	2,582	3,632	—	3,109	2,925	2,732	3,040	3,101
10	2,585	—	—	2,593	3,740	3,635	3,438	4,200*	2,593	3,480	3,230	3,109	2,873	2,735	2,986	2,981
11	2,585	—	—	2,603	3,601	3,467	3,320	3,960*	2,603	3,363	—	3,013	2,836	2,735	2,947	2,949
12	2,585	3,252	3,483	3,612	3,505	3,335	3,201	3,767	2,612	3,269	3,036	2,975	2,793	2,738	2,912	2,948
13	2,585	3,149	3,335	2,623	3,426	3,225	3,205	3,674*	2,623	3,203	—	2,975	2,780	2,741	2,894	2,929
14	2,585	3,065	3,192	2,633	3,357	3,134	3,093	3,588*	2,633	3,146	—	2,927	2,761	2,744	2,880	2,895
15	2,585	2,995	3,076	2,644	3,314	3,100	3,093	3,508*	2,644	3,102	2,868	2,927	2,729	2,748	2,870	2,876
16	2,585	2,936	2,985	2,654	3,266	3,093	3,078	3,434*	2,654	3,061	—	2,908	2,741	2,749	2,862	2,864
17	2,585	2,886	2,910	2,664	3,237	3,031	3,084	3,366*	2,664	3,037	—	2,908	2,720	2,753	2,862	2,855
18	2,585	2,843	2,845	2,675	3,231	2,970	3,089	3,305	2,675	3,013	2,783	2,870	2,699	2,756	2,862	2,837
19	2,585	2,808	2,789	2,685	3,205	2,941	3,097	—	2,685	2,994	—	2,870	2,770	2,758	2,865	2,823
20	2,585	2,775	2,743	2,694	3,200	2,928	3,107	—	2,694	2,979	2,759	2,870	2,800	2,760	2,872	2,811
21	2,585	2,749	2,702	2,705	3,207	2,915	3,116	—	2,705	2,967	—	2,848	2,833	2,762	2,879	2,825
22	2,585	2,725	2,668	2,715	3,263	2,903	3,127	—	2,715	2,959	—	2,848	2,867	2,767	2,890	2,821
23	2,585	2,705	2,638	2,725	3,176	2,887	3,136	—	2,725	2,958	—	2,848	2,898	2,768	2,903	2,776
24	2,585	2,687	2,633	2,735	3,199	2,788	3,148	3,169	2,735	2,944	2,730	2,848	2,742	2,777	2,915	2,812
25	—	2,892	—	2,745	—	2,865	3,158	—	2,745	2,942	—	—	2,740	—	2,926	2,880
26	—	3,016	—	2,756	—	2,983	—	—	2,756	2,944	—	—	2,738	—	2,941	2,895
27	—	3,030	—	2,766	—	2,965	—	—	2,766	3,061	—	—	2,735	—	2,955	2,892
28	—	3,044	—	2,776	—	2,946	—	—	2,776	2,948	—	—	2,731	—	2,972	2,912
29	—	3,046	—	2,785	—	2,927	—	—	2,785	2,952	—	—	2,729	—	2,989	2,918
30	2,850	3,110	—	2,795	—	2,906	2,995	3,313	2,795	2,957	2,755	—	2,726	—	3,007	2,961
31	—	—	—	2,806	—	2,885	—	—	2,806	2,961	—	—	—	—	—	2,913
32	—	—	—	2,816	—	2,861	—	—	2,816	2,965	—	—	—	—	—	2,920
33	—	—	—	2,825	—	2,839	—	—	2,825	2,971	—	—	—	—	—	2,929
34	—	—	—	2,835	—	2,813	—	—	2,835	2,976	—	—	—	—	—	2,937
35	—	—	—	2,846	—	2,786	—	—	2,846	2,984	—	—	—	—	—	2,943
36	2,850	—	—	2,856	—	2,760	—	3,340	2,856	2,991	2,810	—	—	—	—	2,988

* Valores projetados.

3. Análise das taxas médias mensais de juros efetivos

3.1 ANÁLISE INDIVIDUAL DOS COMPONENTES DA AMOSTRA

O enfoque principal do nosso trabalho reside na análise das taxas médias mensais de juros efetivos discriminadas nos quadros 1 e 2 e representadas nos gráficos 1 e 2.

Observando-se os dois gráficos, podemos constatar a existência de diversos perfis de curvas representativos das taxas médias de juros, apresentados pelas empresas da amostra no período de 6 a 36 meses. Entretanto, como o comportamento das taxas no período de 6 a 24 difere nitidamente do comportamento observado nos prazos de 25 a 36 meses, vamos dividir nossa análise em dois períodos:

a) prazos de 6 a 24 meses

Analisando-se os perfis das curvas, verificamos a existência dos seguintes tipos principais:

— *reta paralela ao eixo horizontal*, o que significa que a empresa tem a mesma taxa média em todos os prazos. São os casos das financeiras (4) e (16); a empresa (3) também pode ser enquadrada nesta classificação, embora no período de 6 a 11 meses ela tenha uma taxa superior àquela do período de 12 a 23.

— *reta ascendente a partir do prazo 6 até o prazo 24*, o que evidencia a utilização, pela empresa, do sistema de capitalização, composta para determinar os seus coeficientes. Várias financeiras apresentam curvas com esse perfil, a saber: (2), (7), (8), (9), (12), (19), (24) e (29).³

— *perfil hiperbólico*, em que a empresa apresenta taxas médias decrescentes a partir de 6 até 24 meses, assemelhando-se o seu perfil a uma hipérbole retangular. Nesse tipo de curva se enquadram 50% das financeiras componentes da nossa amostragem, e que são as seguintes: (10), (11), (13), (14), (15), (17), (18), (20), (21), (23), (25), (26), (27), (28) e (30).

14 — *perfil irregular*, que parece indicar a utilização, pela empresa de financiamento, de um critério pouco racional para a elaboração de suas tabelas; como exemplos, temos as curvas das financeiras (5) e (22).

É de se observar que várias financeiras "forçaram" claramente suas taxas para baixo no prazo de 24 meses, onde normalmente se concentra o maior número de contratos e cujo coeficiente mensal vem sendo tradicionalmente utilizado como elemento de comparação para se determinar a tabela mais baixa. Entre as empresas que assim procederam, temos a (2), (3), (5), (8), (21) e (28).

b) prazos de 25 a 36 meses

Podemos observar que, neste período, as financeiras, em sua maior parte, aumentaram consideravelmente suas taxas. Algumas, entretanto, chegaram mesmo a reduzi-las, como fizeram as empresas (21) e (22). Apenas sete ou oito empresas mantiveram suas taxas crescendo ou decrescendo na mesma proporção, relativamente ao período anterior.

3.2 TAXAS MÉDIAS DAS AMOSTRAS E SUA EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS⁴

A fim de possibilitar ao leitor uma visão de como evoluíram as taxas médias de juros no tempo, recorremos a dois outros trabalhos semelhantes que já tínhamos elaborado em março de 1970 e em maio de 1972, e deles extraímos as taxas médias das amostras, as quais, juntamente com as taxas médias da amostra atual, são encontradas no quadro 3 e representadas no gráfico 3. A primeira amostra é resultante de uma relação de 17 financeiras, sendo que as taxas são determinadas até 24 meses, porque as empresas normalmente não financiavam além desse prazo. A segunda, composta por 28 companhias de financiamento, tem suas taxas estendidas até 30 meses.

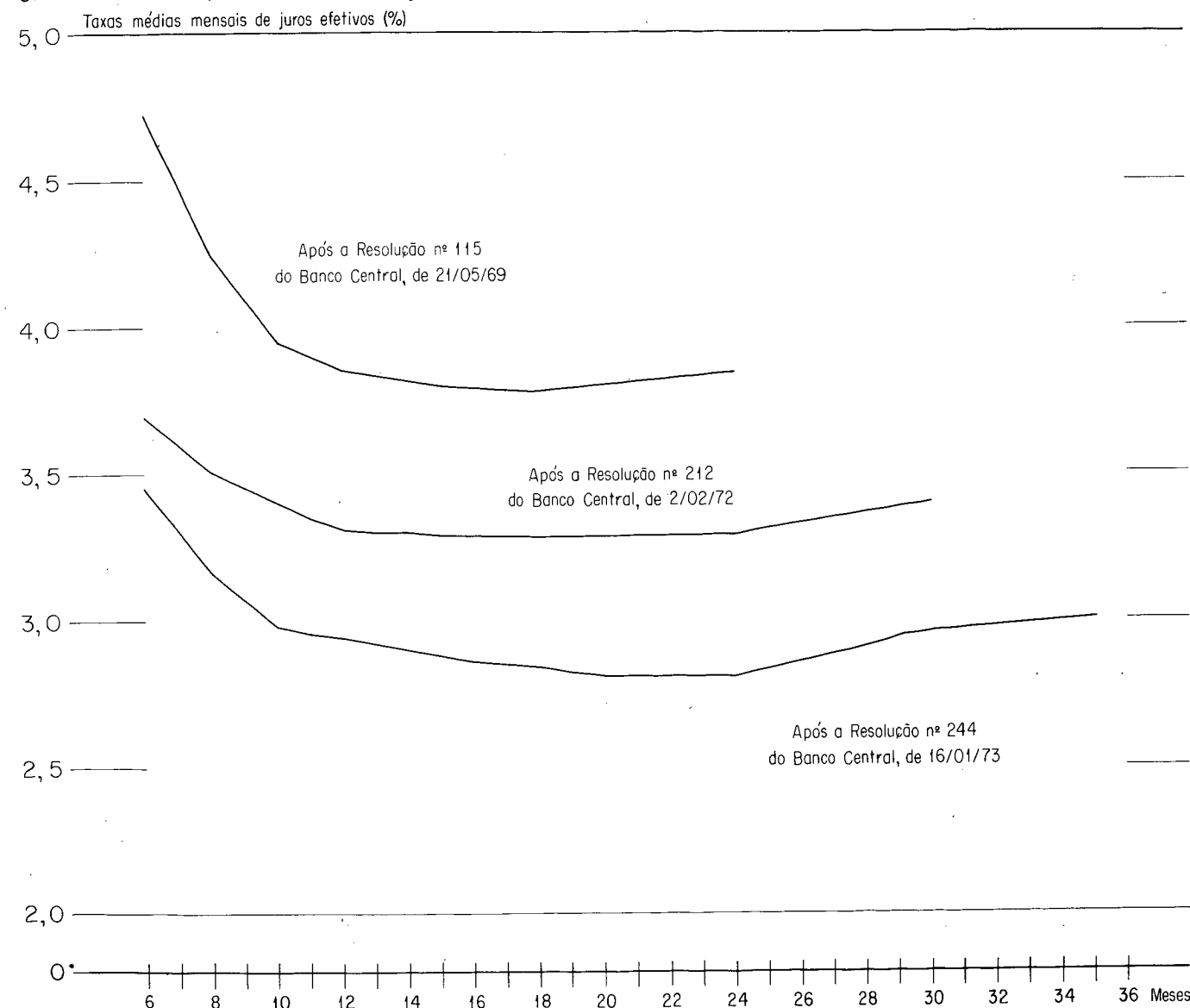
Com base no gráfico 3, podemos verificar que as taxas médias baixaram substancialmente de 1969 para 1973, embora os perfis das suas curvas representativas praticamente não tenham sofrido nenhuma alteração nos prazos de 6 a 24 meses, conservando a mesma forma hiperbólica. Como acreditamos serem as nossas amostras bastantes representativas, suas taxas médias devem estar bem próximas das taxas médias reais de mercado, que passaram a vigorar após as reduções determinadas pelo Banco Central, mencionadas no gráfico 3 e na introdução deste trabalho.⁵

Quadro 3

Evolução das taxas de juros efetivos
Médias das amostras

Prazos	Após a Res. 115 de 21/05/69	Após a Res. 212 de 2/02/72	Após a Res. 244 de 16/01/73
6	4,717	3,691	3,454
8	4,238	3,501	3,166
10	3,945	—	2,981
12	3,858	3,308	2,948
15	3,803	—	2,876
18	3,787	3,278	2,837
20	3,802	—	2,811
24	3,838	3,291	2,812
30	—	3,402	2,961
36	—	—	2,988

Gráfico 3 - Evolução das taxas de juros efetivos - médias das amostras



4. Porquê do perfil hiperbólico

As empresas que apresentam suas taxas de juros dispostas segundo uma curva hiperbólica, são aquelas que normalmente teriam construído suas tabelas de *crédito ao consumidor*, admitindo o não-financiamento, com recursos próprios, das cinco primeiras prestações, isto é, aplicam sobre as seis parcelas iniciais as mesmas taxas (antecipadas e de correção monetária) que incidem sobre a sexta prestação. E isso realmente ocorreu em larga escala em nosso mercado, quando apareceram as primeiras tabelas de financiamento ao consumidor no início de 1967, e mesmo nos anos seguintes.

Para explicar melhor, vamos admitir, hipoteticamente, duas épocas distintas:

- a) a época t_1 , em que vamos supor a existência de letras de câmbio emitidas a partir de 30 dias;
- b) a época t_2 , em que o governo estabelece o prazo mínimo de 180 dias para a emissão de letras de câmbio.

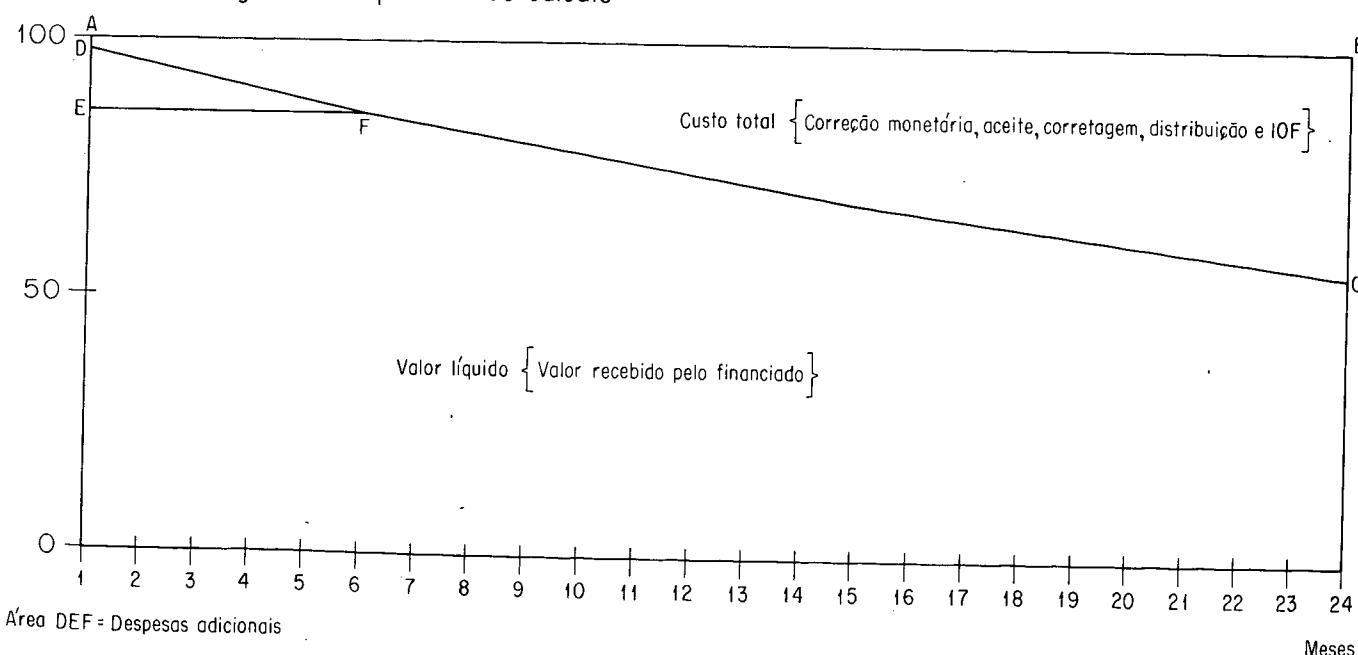
Vamos admitir ainda uma empresa fictícia de financiamento que, na época t_1 , estivesse cobrando do financiado uma taxa de juros efetivos de 2,5% ao mês, capitalizada mensalmente (quadro 4 e gráfico 5, curva a). Então, para um financiamento em 24 prestações de 100, temos a "fotografia" da Planilha, de cálculo dada pelo gráfico 4, em que os custos globais (despesas antecipadas e correção monetária) referentes a cada uma das prestações crescem gradativamente da primeira à última prestação.

Quadro 4

Meses	Momento t_1			Momento t_2		
	Taxa de desconto	Multiplicador total	Taxa média mensal de juros efetivos	Taxa de desconto	Multiplicador total	Taxa média mensal de juros efetivos
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1	2,439	102,500	2,500	13,753	—	—
2	4,819	103,765	2,510	13,753	—	—
3	7,139	105,041	2,521	13,753	—	—
4	9,407	106,327	2,531	13,753	—	—
5	11,631	107,627	2,542	13,753	—	—
6	13,753	108,930	2,551	13,753	115,946	4,556
7	15,877	110,247	2,562	15,877	116,355	4,089
8	17,919	111,574	2,572	17,919	117,012	3,780
9	19,931	112,911	2,582	19,931	117,838	3,568
10	21,885	114,259	2,593	21,885	118,783	3,415
11	23,788	115,617	2,603	23,788	119,815	3,303
12	25,640	116,985	2,613	25,640	120,915	3,218
13	27,454	118,363	2,623	27,454	122,067	3,152
14	29,220	119,751	2,633	29,220	123,265	3,102
15	30,968	121,150	2,644	30,968	124,502	3,063
16	32,626	122,558	2,654	32,626	125,769	3,032
17	34,284	123,977	2,664	34,284	127,066	3,007
18	35,882	125,406	2,674	35,882	128,388	2,988
19	37,454	126,845	2,684	37,454	129,732	2,973
20	38,964	128,294	2,695	38,964	131,098	2,962
21	40,450	129,753	2,705	40,450	132,480	2,953
22	41,938	131,223	2,715	41,938	133,885	2,947
23	43,321	132,702	2,725	43,321	135,303	2,942
24	44,707	134,191	2,735	44,707	136,739	2,939

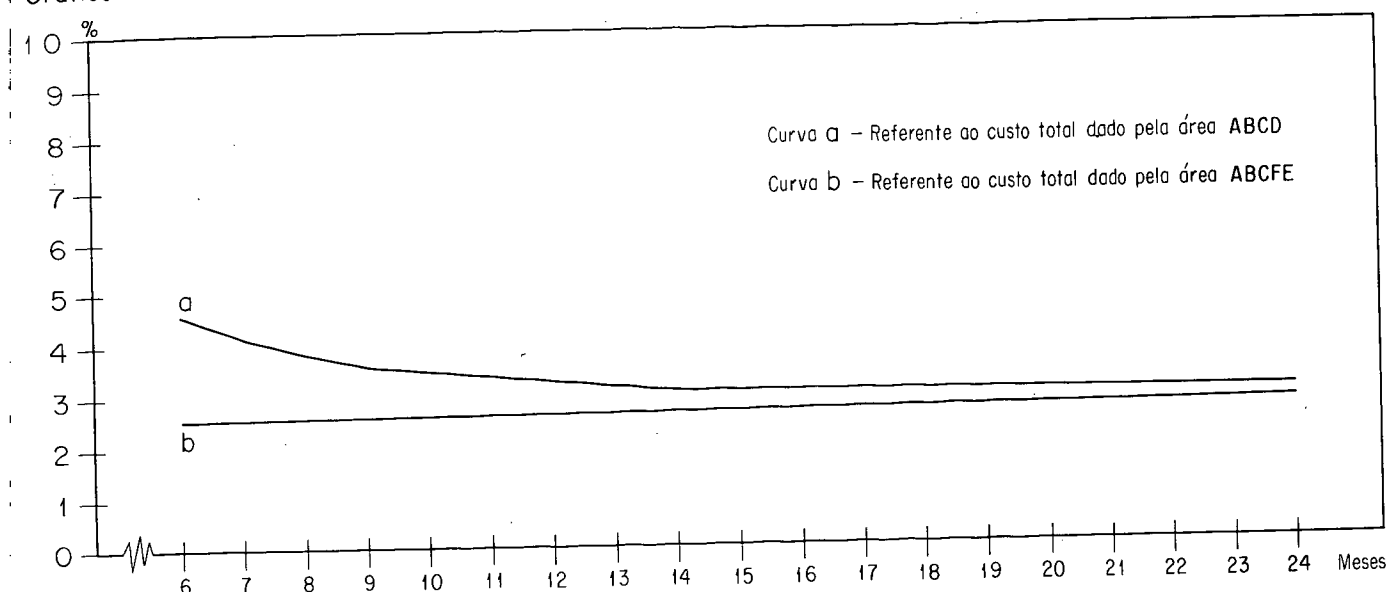
Obs.: As taxas de descontos acima incidem sobre cada uma das 24 prestações, iguais a 100, e nelas estão englobadas todas as despesas antecipadas e de correção monetária (ver Esquematização teórica e justificação matemática da tabela de crédito ao consumidor, no anexo 1).

Gráfico 4 - "Fotografia" da planilha de cálculo



Área DEF = Despesas adicionais

Gráfico 5 - Taxas médias mensais de juros efetivos resultantes das hipóteses representadas no gráfico 4



Na época t_2 , quando o governo proíbe a emissão de letras de câmbio com prazos inferiores a 6 meses, nossa empresa fictícia tem duas alternativas:

a) financiar com recursos próprios as 5 prestações iniciais, ou b) englobar as seis primeiras parcelas e emitir uma letra de câmbio de valor de resgate 600 com vencimento a 180 dias.

Se optar pela primeira alternativa, a empresa poderá continuar com os mesmos custos, entregando ao financiado o mesmo valor líquido global e, portanto, cobrando a mesma taxa de juros de 2,5% ao mês (curva a).

Se, entretanto, optar pela segunda, a empresa em questão fará incidir sobre as seis primeiras parcelas os mesmos custos que incidem sobre a sexta prestação, onerando dessa forma o financiado, o qual receberá um valor líquido global menor que o anterior. A maior diferença de custos que recai sobre o financiado é o que chamamos de "despesas adicionais", que está representada no gráfico 4 pela área DEF. Essas "despesas adicionais" são rateadas nos prazos, o que explica o perfil hiperbólico da curva b representada no gráfico 5.

O que se vê no mercado é a predominância, ainda, de taxas mais elevadas nos prazos mais curtos; para um financiamento a ser liquidado em seis prestações, o financiado chega a pagar taxas médias superiores a 5% ao mês, enquanto que numa operação para pagamento em 24 parcelas a taxa é normalmente inferior a 3%.

Na verdade, entendemos que aquelas financeiras, que possuem suas taxas de juros dispostas segundo uma curva de perfil hiperbólico, estão obtendo um ganho adicional indevido. Entre as empresas

que conhecemos, todas financiam as cinco primeiras prestações com recursos próprios. Além do mais, também entendemos que o financiado nada tem a ver com o problema específico de obtenção de recursos por parte da empresa.

5. Comentários sobre as reduções de taxas determinadas pelo Banco Central

A Resolução n.º 115, de 21/05/69, estabelecia uma "redução mínima de 12% sobre o custo final da operação para o financiado, entendido como custo final o acréscimo cobrado sobre o valor do capital mutuado". Como o acréscimo sobre o valor do capital mutuado é composto pelas taxas antecipadas e pela correção monetária, as financeiras poderiam processar a redução exigida através da utilização de um dos seguintes critérios:

- reduzir somente a correção monetária;
- reduzir somente as despesas antecipadas (especificamente a taxa de aceite);
- reduzir ambas as parcelas, adequadamente.

Obviamente a grande maioria optou pelo terceiro critério. Caso uma financeira optasse pelo primeiro, todo peso da redução recairia sobre as taxas de correção monetária e então, fatalmente, a empresa teria dificuldades na colocação de suas letras de câmbio no mercado; caso optasse pelo segundo, suas receitas operacionais seriam drasticamente diminuídas.

No início de 1972, enquanto se propalava que a taxa de inflação prevista para aquele ano se situaria em torno de 15%, as taxas de correção monetária vigente no mercado oscilavam entre 28 e 30% a.a. Coerente com a política de diminuição.

do ritmo inflacionário, o Banco Central baixou a Resolução de n.º 212, de 2/02/72, estabelecendo que as taxas anuais de correção monetária superiores a 27,69% fossem reduzidas de 13% e aquelas menores ou iguais a essa taxa, reduzidas de 12%; estabelecia ainda que a taxa máxima permitida era de 26,56% ao ano. Essas reduções, obviamente, implicavam também a redução das taxas de financiamento.

Finalmente, no dia 16 de janeiro do corrente, as autoridades monetárias determinaram uma nova redução nas taxas de correção monetária, estabelecendo, através da Resolução n.º 244, um teto anual de 22% para as financeiras ligadas a bancos comerciais e de 23% para aquelas que não tivessem tal vínculo. E assim, como consequência direta, os custos do financiamento para o mutuário foram novamente reduzidos.

A tendência atual, segundo nos parece, é a de o Banco Central vir a estabelecer uma taxa anual limite, referente aos custos do financiamento nas operações de crédito ao consumidor, à semelhança do que foi recentemente determinado para os bancos de investimentos nas operações de capital de giro. Entretanto, no caso específico das financeiras, é necessário que as autoridades monetárias ponderem muito sobre essa medida, visto que, como já foi mostrado anteriormente, a maior parte das empresas de financiamento tem, seguramente, maior ganho nas operações de prazos mais curtos. A eliminação desse *handicap* poderia trazer sérias consequências para um razoável número de empresas, especialmente para aquelas não ligadas a grupos financeiros e que se dedicam mais ao financiamento de roupas e eletrodomésticos, operações normalmente de prazos mais reduzidos.

Anexo 1

Esquema teórico de construção da tabela de crédito ao consumidor e sua justificação matemática

1. Esquema teórico de construção

1.1 Simbologia usada

AC = taxa de aceite
CR = taxa de corretagem das letras de câmbio
DS = taxa de distribuição das letras de câmbio
IOF = taxa do Imposto sobre Operações Financeiras
TA = taxa total antecipada

CM = taxa de correção monetária
d = taxa de desconto (ou de juros por dentro)
md = taxa média de desconto
M = multiplicador total (ou coeficiente total)
m = multiplicador mensal (ou coeficiente mensal)
VF = valor do financiamento (ou valor do contrato)
VE = valor de emissão das letras de câmbio
VR = valor de resgate das letras de câmbio
VL = valor líquido entregue ao financiado (ou ao mutuário)
= prazo = número de prestações ($i = 1, 2, 3, 4, \dots, n$)
Normalmente as tabelas de crédito ao consumidor apresentam multiplicadores de 6 até 36 ou 40 meses. Esta demonstração, sendo genérica, seguirá o seguinte esquema:

Prazos	Taxa de aceite	Taxa de corret.	Taxa de distrib.	Taxa de IOF	Taxa total antecipada	Taxa de cor. monetária	Taxa de desconto	Taxa média de desconto	Multiplicadores (ou coeficientes)	
									Total	Mensal
1	AC ₁	CR ₁	DS ₁	IOF ₁	TA ₁	CM ₁	d ₁	md ₁	M ₁	m ₁
2	AC ₂	CR ₂	DS ₂	IOF ₂	TA ₂	CM ₂	d ₂	md ₂	M ₂	m ₂
3	AC ₃	CR ₃	DS ₃	IOF ₃	TA ₃	CM ₃	d ₃	md ₃	M ₃	m ₃
4	AC ₄	CR ₄	DS ₄	IOF ₄	TA ₄	CM ₄	d ₄	md ₄	M ₄	m ₄
5	AC ₅	CR ₅	DS ₅	IOF ₅	TA ₅	CM ₅	d ₅	md ₅	M ₅	m ₅
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
15	AC ₁₅	CR ₁₅	DS ₁₅	IOF ₁₅	TA ₁₅	CM ₁₅	d ₁₅	md ₁₅	M ₁₅	m ₁₅
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
n	AC _n	CR _n	DS _n	IOF _n	TA _n	CM _n	d _n	md _n	M _n	m _n

As taxas de corretagem, distribuição e correção monetária, além da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras, são fixadas pelas autoridades governamentais; apenas as taxas de aceite são — ou eram — de livre arbítrio das financeiras.⁶

1.2 Como determinar TA_i, d_i, md_i, M_i e m_i

a) As taxas antecipadas resultam da soma das taxas de aceite, corretagem, distribuição e imposto, isto é:

$$TA_i = AC_i + CR_i + DS_i + IOF_i$$

Portanto, temos:

$$TA_1 = AC_1 + CR_1 + DS_1 + IOF_1; TA_2 = AC_2 + CR_2 + DS_2 + IOF_2;$$

$$TA_3 = AC_3 + CR_3 + DS_3 + IOF_3;$$

$$\dots TA_{15} = AC_{15} + CR_{15} + DS_{15} + IOF_{15}$$

$$\dots TA_n = AC_n + CR_n + DS_n + IOF_n$$

b) As taxas de descontos, prazo a prazo, são dadas pela expressão:

$$d_i = \frac{TA_i + CM_i}{100 + CM_i}$$

onde 100 representa o valor de emissão em todos os prazos.⁷ Assim, temos que:

$$d_1 = \frac{TA_1 + CM_1}{100 + CM_1}; d_2 = \frac{TA_2 + CM_2}{100 + CM_2};$$

$$d_3 = \frac{TA_3 + CM_3}{100 + CM_3}; \dots$$

$$\dots d_{15} = \frac{TA_{15} + CM_{15}}{100 + CM_{15}};$$

$$\dots d_n = \frac{TA_n + CM_n}{100 + CM_n}$$

c) As taxas médias de desconto resultam da divisão do somatório das taxas de desconto pelo prazo respectivo, ou seja:

$$md_i = \frac{\sum_{i=1}^n d_i}{i}$$

Portanto, temos o seguinte:

$$md_1 = \frac{d_1}{1}; md_2 = \frac{d_1 + d_2}{2}; md_3 = \frac{d_1 + d_2 + d_3}{3};$$

$$\dots$$

$$md_{15} = \frac{d_1 + d_2 + d_3 + \dots + d_{15}}{15};$$

$$\dots$$

$$md_n = \frac{d_1 + d_2 + d_3 + \dots + d_{15} + \dots + d_n}{n}$$

d) O multiplicador total é dado pela fórmula:

$$M_i = \frac{100}{100 - md_i}$$

Assim, temos que:

$$M_1 = \frac{100}{100 - md_1}; M_2 = \frac{100}{100 - md_2}; M_3 = \frac{100}{100 - md_3};$$

$$\dots; M_{15} = \frac{100}{100 - md_{15}};$$

$$\dots; M_n = \frac{100}{100 - md_n}$$

e) O multiplicador mensal obtém-se com a divisão do multiplicador total pelo prazo respectivo, isto é:

$$m_i = \frac{M_i}{i}$$

Portanto:

$$m_1 = \frac{M_1}{1}; m_2 = \frac{M_2}{2}; m_3 = \frac{M_3}{3}; \dots$$

$$m_{15} = \frac{M_{15}}{15}; \dots m_n = \frac{M_n}{n}$$

Cabe ressaltar os seguintes aspectos:

Devido à restrição, de ordem legal, de não se poder emitir letras de câmbio com prazos inferiores a seis meses, ainda é prática corrente em nosso mercado, mesmo entre algumas instituições que financiam as cinco primeiras prestações com recursos próprios, considerar os custos das seis primeiras prestações iguais ao da sexta. Assim, tem-se que:

$$TA_1 = TA_2 = TA_3 = \dots = TA_6; CM_1 = CM_2 = CM_3 = \dots = CM_6;$$

e, portanto, $d_1 = d_2 = d_3 = \dots = d_6$. Daqui, segue-se que: $d_1 + d_2 + d_3 + \dots + d_6 = 6 \times d_6$

Esse fato explica a existência de curvas de juros com perfis hiperbólicos, como já vimos.

O valor do financiamento é normalmente amortizado em i prestações iguais e consecutivas, representadas por i notas promissórias de igual valor, emitidas pelo financiado. Cada nota promissória (NP) serve como lastro para a emissão de uma ou mais letras de câmbio, de mesmo valor de resgate, de forma que $NP = VR$; o vencimento da letra de câmbio, segundo a Resolução n.º 45 do Banco Central, deve ser posterior ao vencimento da nota promissória.

Todas as taxas, antecipadas e de correção monetária, incidem sobre o valor de emissão das letras de câmbio.

O multiplicador total representa a soma de duas parcelas: a do valor líquido entregue ao financiado, mais o total de juros efetivos, que deverá ser pago pelo financiado no período (engloba todas as despesas antecipadas e a correção monetária).

Anexo 3
Tabelas de financiamentos

(Coeficientes mensais correspondentes a um valor financiado de 100)

Quadro 5

Prazos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
6	18,350	—	18,319	18,447	—	18,170	18,034	18,269	18,365	19,601	18,563	18,034	18,491	19,326	18,477
7	15,930	—	15,904	16,029	—	—	15,630	15,862	15,957	—	16,103	15,630	—	16,619	16,011
8	14,110	—	14,093	14,216	—	—	13,830	14,058	14,153	—	14,226	13,830	14,178	14,619	14,165
9	12,700	—	12,685	12,806	—	—	12,430	12,657	12,751	13,239	12,786	12,430	—	13,080	12,733
10	11,570	11,514	11,558	11,678	11,404	11,440	11,308	11,537	11,631	—	11,617	11,308	11,591	11,861	11,587
11	10,650	10,599	10,636	10,755	10,556	—	10,393	10,622	10,715	—	10,662	10,393	—	10,871	10,649
12	9,870	9,842	9,822	9,986	9,760	9,760	9,631	9,860	9,953	10,164	9,883	9,631	9,868	10,051	9,869
13	9,220	9,199	—	9,335	9,147	—	8,987	9,216	9,310	—	9,232	8,987	—	9,362	9,208
14	8,650	8,648	—	8,778	8,545	—	8,436	8,665	8,759	—	8,655	8,436	—	8,774	8,636
15	8,170	8,171	8,133	8,294	8,093	8,090	7,958	8,188	8,283	8,363	8,168	7,958	8,148	8,267	8,153
16	7,740	7,755	—	7,871	7,632	—	7,541	7,772	7,867	—	7,730	7,541	—	7,826	7,722
17	7,370	7,388	—	7,498	7,315	—	7,174	7,405	7,501	—	7,339	7,174	—	7,438	7,343
18	7,030	7,062	7,006	7,166	6,946	6,980	6,848	7,080	7,176	7,181	7,013	6,848	7,005	7,094	7,007
19	6,730	6,772	—	6,869	6,672	—	6,556	6,789	6,886	—	6,724	6,556	—	6,788	6,704
20	6,460	6,511	6,443	6,602	6,396	6,430	6,294	6,529	6,626	—	6,447	6,294	—	6,514	6,434
21	6,210	6,275	6,202	6,360	6,146	—	6,058	6,293	6,391	6,360	6,209	6,058	—	6,266	6,187
22	5,990	6,062	—	6,141	5,917	—	5,843	6,080	6,178	—	5,981	5,843	—	6,042	5,964
23	5,790	5,867	5,782	5,940	5,709	—	5,648	5,885	5,984	—	5,775	5,648	—	5,839	5,759
24	5,600	5,658	5,555	5,756	5,481	5,600	5,468	5,680	6,806	5,758	5,598	5,468	5,586	5,652	5,572
25	—	5,540	—	5,587	5,422	—	5,304	5,544	5,644	—	5,455	—	—	—	—
26	—	5,422	—	5,431	5,334	—	5,153	5,394	5,495	—	5,293	—	—	—	—
27	—	5,177	5,172	5,286	5,198	—	5,013	5,256	5,356	—	5,150	—	—	—	—
28	—	5,176	—	5,156	5,072	—	4,884	5,127	5,229	—	5,018	—	—	—	—
29	—	5,068	—	5,027	4,948	—	4,763	5,008	5,110	—	4,886	—	—	—	—
30	5,100	4,992	4,797	4,910	4,866	4,790	4,651	4,898	5,000	4,916	4,774	4,845	—	—	—
31	—	—	—	4,801	4,762	—	4,547	4,794	4,898	—	4,679	—	—	—	—
32	—	—	—	4,698	4,667	—	4,449	4,698	4,802	—	4,590	—	—	—	—
33	—	—	—	4,602	4,580	—	4,358	4,608	4,712	—	4,508	—	—	—	—
34	—	—	—	4,512	4,496	—	4,272	4,524	4,628	—	4,433	—	—	—	—
35	—	—	—	4,426	4,412	—	4,191	4,444	4,549	—	4,363	—	—	—	—
36	4,500	—	4,233	4,346	4,337	4,260	4,115	4,369	4,475	4,426	4,297	4,315	—	—	—

Quadro 6

Prazos	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)	(28)	(29)	(30)
6	18,175	—	—	18,155	19,661	19,628	18,524	20,173	18,150	19,356	19,211	18,826	18,800	18,255	18,658
7	—	—	—	15,750	16,902	16,866	16,153	—	15,750	16,663	—	16,275	16,321	15,843	16,140
8	—	—	—	13,947	14,717	14,824	14,617	—	13,950	14,668	14,522	14,356	14,469	14,034	14,259
9	—	—	—	12,546	13,306	13,249	12,946	—	12,550	13,129	—	12,838	13,326	12,629	12,800
10	11,422	—	—	11,426	12,057	11,999	11,891	—	11,430	11,914	11,777	11,710	11,631	11,504	11,642
11	—	—	—	10,511	11,055	10,982	10,902	—	10,510	10,925	—	10,734	10,687	10,583	10,697
12	—	10,095	10,220	9,749	10,232	10,140	10,067	10,374	9,750	10,104	9,978	9,945	9,917	9,817	9,911
13	—	9,388	9,488	9,105	9,537	9,429	9,418	—	9,100	9,417	—	9,294	9,242	9,168	9,251
14	—	8,785	8,853	8,554	8,941	8,822	8,800	—	8,550	8,828	—	8,711	8,699	8,613	8,686
15	9,733	8,264	8,307	8,077	8,434	8,320	8,316	—	8,080	8,321	8,197	8,228	8,197	8,132	8,197
16	—	7,810	7,836	7,660	7,985	7,893	7,885	—	7,660	7,876	—	7,795	7,778	7,711	7,771
17	—	7,410	7,423	7,293	7,596	7,487	7,515	—	7,290	7,490	—	7,422	7,485	7,340	7,397
18	6,919	7,056	7,057	6,967	7,261	7,123	7,186	7,300	6,970	7,146	7,025	7,070	7,054	7,010	7,066
19	—	6,741	6,731	6,676	6,950	6,811	6,893	—	6,680	6,839	—	6,774	6,778	6,715	6,771
20	6,357	6,457	6,440	6,415	6,680	6,537	6,631	—	6,410	6,564	6,449	6,507	6,526	6,449	6,508
21	—	6,202	6,177	6,179	6,442	6,289	6,394	—	6,180	6,316	—	6,254	6,287	6,209	6,270
22	—	5,970	5,940	5,965	6,251	6,063	6,180	—	5,960	6,092	—	6,034	6,094	5,992	6,056
23	—	5,759	5,724	5,770	6,005	5,854	5,984	—	5,770	5,891	—	5,834	5,921	5,792	5,863
24	5,513	5,566	5,538	5,591	5,833	5,619	5,806	5,817	5,590	5,700	5,589	5,650	5,692	5,613	5,685
25	—	5,504	—	5,428	—	5,490	5,642	—	5,430	5,530	—	—	5,524	—	5,522
26	—	5,412	—	5,277	—	5,395	—	—	5,280	5,375	—	—	5,366	—	5,373
27	—	5,275	—	5,138	—	5,241	—	—	5,140	5,291	—	—	5,220	—	5,236
28	—	5,148	—	5,009	—	5,097	—	—	5,010	5,098	—	—	5,084	—	5,110
29	—	5,024	—	4,889	—	4,962	—	—	4,890	4,975	—	—	4,957	—	4,994
30	4,806	4,940	—	4,778	—	4,835	4,881	5,045	4,780	4,861	4,757	—	4,839	—	4,887
31	—	—	—	4,674	—	4,715	—	—	4,670	4,754	—	—	—	—	—
32	—	—	—	4,577	—	4,600	—	—	4,580	4,654	—	—	—	—	—
33	—	—	—	4,486	—	4,493	—	—	4,490	4,561	—	—	—	—	—
34	—	—	—	4,401	—	4,389	—	—	4,400	4,473	—	—	—	—	—
35	—	—	—	4,321	—	4,290	—	—	4,320	4,392	—	—	—	—	—
36	4,243	—	—	4,245	—	4,196	—	4,494	4,250	4,315	4,222	—	—	—	—

¹ Vamos considerar como juros globais o total das despesas incidentes nas operações de crédito ao consumidor.

² As tabelas aqui analisadas são aquelas atualmente em vigor no mercado, já com a última redução da correção monetária determinada pelo Banco Central, através da sua Resolução n.º 244, de 16 de janeiro do corrente.

³ Dividindo-se os juros globais contidos nos multiplicadores construídos segundo o sistema Price, pelos respectivos prazos médios, obtêm-se taxas médias mensais crescentes prazo a prazo, que representadas em um gráfico, nos dão exatamente uma reta.

⁴ Chamamos de taxa média da amostra a média aritmética das taxas das empresas componentes da amostra, referente a um mesmo prazo.

⁵ Devido ao fato de que várias empresas somente publicam seus multiplicadores nos prazos tidos como mais importantes, e a fim de evitar distorções, somente consideramos as taxas médias nos prazos em que elas são mais significativas, ou seja: 6, 8, 10, 12, 15, 18, 24, 30 e 36 meses.

⁶ A taxa de corretagem está fixada hoje em 2% ao ano; a taxa de distribuição é uma constante de 0,25%, qualquer que seja o prazo, e a taxa de correção monetária tem um teto fixado pela Resolução n.º 244 de 16 de janeiro do corrente, que é de 22% ao ano para as financeiras vinculadas a bancos comerciais e 23% para aquelas que não têm esse vínculo. Quanto ao IOF, sua alíquota está estipulada em 1%, independente do prazo da operação, e incide sobre o valor do contrato, exclusive sobre sua própria parcela, a qual está contida dentro daquele valor.

⁷ O valor de emissão em cada prazo é igual ao valor de resgate da letra de câmbio, menos a correção monetária respectiva.



A coleção que vale por uma biblioteca para o empresário brasileiro.

Aspectos Legais e Econômicos
Bouzan, Souza Prado, Angarita Silva - Problemas de direito do trabalho, direito comercial e tributário,

utilização de índices estatísticos, variações sazonais, assistência técnica, planos governamentais e inflação.

Administração de Vendas
Richers, Figueredo, Hamburger - Análise qualitativa e quantitativa do mercado,

avaliação das vias de distribuição, da organização e do corpo de vendas, determinação de preços e do esforço promocional.

Administração da Produção
Machline, Sá Motta, Weil - Problemas gerais da empresa e específicos da produção, administração da fábrica, métodos de trabalho mais produtivos, planejamento e controle da produção.

Administração Geral e Relações Industriais

Leite Cordeiro, Ribeiro de Carvalho e Bresser Pereira - Panorama administrativo geral da pequena empresa brasileira e seus problemas de produção, vendas, distribuição, compras, contabilidade e organização.

Administração Contábil e Financeira
Monte Carmello Wolfgang Schoeps - Sistemas de escrituração, de controle interno e análise financeira, crédito, cobrança e crediário, financiamento a curto, médio e longo prazo e contabilidade de custos. Publicações da FGV

À venda nas boas livrarias, ou pelo Reembolso Postal.



ATUALIZE SEUS CONHECIMENTOS EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS quer transmitir a você sua experiência em Administração de Empresas. Aproveite quase 30 anos de atividade nessa área. Cursos destinados a homens de negócio e administradores em geral são apresentados cinco vezes por ano em FEVEREIRO, ABRIL, JUNHO, AGOSTO e OUTUBRO. As inscrições estão permanentemente abertas. Matricule-se pessoalmente ou dê essa possibilidade a seus auxiliares.

CURSOS FUNDAMENTAIS

I BÁSICO DE ADMINISTRAÇÃO (8 semanas)

Princípios de Administração; Organização e Métodos; Administração Financeira; Marketing; Administração de Material; Administração de Pessoal; Psicologia das Organizações; Legislação Fiscal; Legislação Trabalhista.

II ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I (8 semanas)

Noções de Contabilidade; Análise Econômico-Financeira; Contabilidade Gerencial; Noções de Macroeconomia; Orçamento; Matemática Financeira; Custos; Legislação Fiscal.

III ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II (8 semanas)

Análise de Balanço (Revisão); Matemática Financeira (Revisão); Balanço de Fontes e Aplicações; Ativo de Operação e Passivo Corrente; Cash Flow; Custos; Capital Budgeting; Financiamento; Orçamento; Noções de Computador; Pesquisa Operacional; Projeto Econômico.

IV MARKETING (8 semanas)

Administração de Marketing; Pesquisa de Marketing; Planejamento e Previsão de Vendas; Canais de Distribuição; Promoção de Vendas; Propaganda; Administração da Força de Vendas; Ferramentas Financeiras do Marketing; Desenvolvimento do Produto; Compras; Comunicações no Marketing.

V PESSOAL (8 semanas)

Introdução à Administração de Pessoal; Delineamento de Cargos; Recrutamento, Seleção e Colocação; Treinamento; Avaliação de Desempenho; Administração de Cargos e Salários; Movimentação de Pessoal; Legislação Trabalhista.

VI ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (8 semanas)

Estruturas de Organização; Impacto de Novas Técnicas; Tempos e Movimentos; Lay-Out; Ferramentas de Análise; Técnica de Arquivo; Máquinas de Escritório; Análise de Sistemas.

CURSOS ESPECIAIS (Duração variável)

NOÇÕES DE CONTABILIDADE PARA ADMINISTRADORES; ANÁLISE DE BALANÇO E BOLSA DE VALORES; CUSTOS INDUSTRIAIS; ORÇAMENTO; MATEMÁTICA FINANCEIRA; SIMPLIFICAÇÃO DO TRABALHO; PERT; AVALIAÇÃO DE CARGOS; COMUNICAÇÕES NA EMPRESA; PESQUISA OPERACIONAL; LEGISLAÇÃO TRABALHISTA; IMPOSTO DE RENDA; PROJETO ECONÔMICO FINANCEIRO; NOÇÕES DE COMPUTADOR; JOGO DE NEGÓCIOS E OUTROS;

NOTA:

Os Cursos Especiais não obedecem a programação sistemática. As turmas são constituídas em função do interesse dos candidatos.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA A ALTA ADMINISTRAÇÃO (8 meses)

Revisão de Matemática; Revisão de Economia; Administração Econômico-Financeira; Problemas de Marketing; Pesquisa Operacional; Teoria da Decisão; Sistema Global de Controle de Empresa; Estratégia de Empresas; Noções de Computador; Jogo de Negócios.

HORÁRIO DAS AULAS

1.º tempo: 18:45 às 20:00 horas
2.º tempo: 20:15 às 21:30 horas

INÍCIO DOS CURSOS

FEVEREIRO, ABRIL, JUNHO, AGOSTO E OUTUBRO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo n.º 190 sala 312 Telefones: 246-6934 e 266-1512 Ramal 112-GB

Carlos Vogt*

FINALMENTE PEIRCE

1. Contendo sete textos, um dos quais é um fragmento de uma carta, entre a imensa produção do lógico e filósofo americano, a edição brasileira de Peirce deve ser acolhida com entusiasmo, num momento em que sabemos o quanto, adequada ou inadequadamente se fala no novo espírito científico — para arremedar o título do importante trabalho de Bachelard — e em que as chamadas ciências humanas tentam, numa multiplicação de esforços, assumir a sua classificação como tal e povoam, mitologicamente, o seu discurso com o sucesso de personagens migrados do seu próprio interior, isto é, de áreas que conseguiram mais rapidamente importar os métodos da matemática e da lógica, como é o caso da lingüística. Daí a comunicação, a de massa e a do pão feito, os signos, os modelos, as estruturas e quejandos apetrechos, que a fase heróica ou de lua-de-mel do processo de irmanização da natureza e do homem vai incorporando com zelo ou modismo no preenchimento do novo espírito da ciência.

Há, nesta edição, como seria inevitável que houvesse, todos os problemas que uma tal seleção apresenta à aventura de quem a empreende, muito menos por falha de quem seleciona e muito mais por complexidade e amplitude do material a selecionar: obra vastíssima, em parte publicada em revistas, em grande parte inédita e só postumamente publicada em volumes (oito ao todo, os *Collected Papers*, sendo que os seis primeiros foram publicados entre 1931 e 1935 e os dois últimos em 1958, todos pela Harvard University Press).

Contudo, e no sentido do que acima foi dito, esta divulgação de alguns dos trabalhos de Peirce deve ser recebida com apreço.

A seleção feita pelos tradutores brasileiros destacou os seguintes textos da obra de Peirce: "A propósito do autor", "Como tornar claras as nossas idéias", "A fixação das crenças", "Classificação dos signos", "O ícone, o indicador e o símbolo", "A propósito de signos e categorias", destacado de uma carta de 12 de outubro de 1904 para Lady Welby, personagem das relações de Peirce que foi dama de honra da rainha Vitória e interessada no estudo da semântica, e, por fim, o artigo "Dedução, indução e hipótese".

Se tais textos conseguirem fornecer ao leitor brasileiro uma amostra o quanto possível, representativa da obra, então sua tarefa estará cumprida.

O primeiro texto dá ao leitor a possibilidade de se confrontar com o traçado geral que Peirce faz de sua atividade de pesquisador, apontando a perseverança de suas leituras, o longo tempo de sua indagação e produção ("o desenvolvimento de minhas idéias foi trabalho de 30 anos" p. 46), as obras e os autores caminhados e a profissão de fé no conhecimento ("sempre senti que minha filosofia bro-

* Professor de lingüística do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

tassem de um contrito falibilismo, combinado com decidida fé na realidade do conhecimento, e de um intenso desejo de investigação" p. 47).

O falibilismo como método científico, contrariamente a outros métodos, o da tenacidade, o da autoridade e o método *a priori*, que o autor discute no artigo "A fixação das crenças" admite fundamentalmente que toda tentativa no sentido de descobrir a verdade pode estar laborando em erro e é exatamente à espreita do erro provável que a verdadeira pesquisa científica avança, na medida em que a certeza absoluta, a precisão absoluta, a universalidade absoluta e mesmo o chamado inexplicável são cuidadosamente examinados e afastados como entraves à pesquisa pelo método científico ou experimental.

Preocupado em estabelecer uma relação necessária entre ciência e filosofia, Peirce formula o método pragmático no intuito de fornecer um método científico para a filosofia, isto é, um método que pudesse conferir significado às idéias filosóficas em termos experimentais, de modo que a investigação das opiniões, a fim de estabelecer-lhes a verdade, é o objetivo fundamental do método científico, enquanto o pragmatismo deve responder pela determinação experimental do significado das idéias ou conceitos intelectuais.

O método do pragmatismo, segundo o testemunho e reconhecimento de William James, "foi pela primeira vez introduzido em filosofia pelo Sr. Charles Peirce, em 1878. Em um artigo intitulado "How to make ours ideas clear", publicado em *Popular Science Monthly*, em janeiro daquele ano, o Sr. Peirce, ao assinalar que nossas crenças são na verdade regras de ação, declarou que, para desenvolver o significado de um pensamento, temos apenas de determinar que conduta é ele adequado para produzir: essa conduta constitui para nós a sua única importância".²

Contudo, e apesar da influência que Peirce exerceu sobre todo o desenvolvimento do pragmatismo nos trabalhos de James e Dewey entre outros, apesar também do reconhecimento desta influência por parte destes filósofos, é importante ressaltar que o próprio Peirce nem sempre se mostrou de acordo com a utilização que outros fizeram do termo "pragmatismo" tendo mesmo proposto uma nova designação de seu método, suficientemente inusitada e estranha, pragmaticismo, mas com a vantagem de não atrair visitantes afoitos.

Fato é que as conseqüências práticas de um conceito e que lhe constituem o significado nada tem a ver, necessariamente, com a utilidade que James lhes atribuiu. Para Peirce, ao contrário, comprometer a pesquisa científica com qualquer objetivo de ordem moral ou de qualquer outra ordem que não fosse o da investigação impessoal da verdade, era

um risco que a ciência devia evitar sob pena de incorrer nas falhas que os métodos discutidos no artigo "A fixação das crenças" apresentam.

Desvinculando assim o conceito de conseqüências práticas dos limites da utilidade ou do valor econômico, Peirce entende por tal aquelas conseqüências possíveis de serem previstas e cuja realização é resultado de alguma operação, de forma que o caminho definitivo para o esclarecimento das idéias é experimental, isto é, o caminho que leva a encontrar na prática as conseqüências previstas de qualquer conceito.

No sentido desta predictibilidade do método, o pragmatismo constitui-se como uma hipótese para o estabelecimento do significado de conceitos intelectuais e ainda como meio para estabelecer a legitimidade de uma hipótese, enquanto tal.

Neste ponto o artigo "Dedução, indução e hipótese" aparece como fundamental para que se compreenda tanto o papel do elemento lógico no pragmatismo de Peirce como a identificação do método com o raciocínio abduutivo ou hipotético.

Distinguindo a dedução como o tipo de raciocínio cuja conclusão decorre necessariamente das premissas, raciocínio de tipo analítico que não é mais do que a aplicação de uma regra a um caso para chegar a um resultado particular, de dois outros raciocínios de tipo sintético, a indução e a abdução, Peirce, neste artigo já aponta os caminhos para melhor compreensão da afirmação que faz em outro artigo quando diz:

"Se considerarmos cuidadosamente a questão do pragmatismo, veremos que não é nada menos que uma questão de lógica ou de abdução".³

Na verdade, tanto a indução como a hipótese são raciocínios cujas conclusões não se seguem necessariamente das premissas de forma que não podem ser validadas aprioristicamente como no caso da dedução. Tanto a indução como a abdução não são mais que prováveis, com a diferença que a indução parte de um caso para chegar a uma regra, passando pelo resultado, enquanto que a abdução parte de um resultado, para, aplicando a ele uma certa regra, chegar a um novo caso.

Deste modo, embora mais precário que o raciocínio indutivo, na medida em que a margem de erro de tal raciocínio é maior do que na indução, isto é, no sentido de que a abdução não é mais do que uma explicação provável, este tipo de raciocínio, no entanto, tem uma importância fundamental para a ciência, pois é a partir dele que se podem fazer novas descobertas e prever fatos ainda não determinados.

É este caráter criativo e ousado da hipótese que lhe confere especificidade em relação ao raciocínio indutivo, ao mesmo tempo que a identifica com o método pragmático; primeiro, porque a abdução

tanto quanto o pragmatismo como método científico são falíveis e suscetíveis de correção quando o teste experimental o exigir e segundo, porque o pragmatismo, na medida em que é um método para a determinação experimental do significado de um conceito, é como a abdução a aplicação de uma regra geral a um resultado observado.

Vê-se, assim, esclarecida a afirmação de Peirce, acima transcrita, da mesma forma que podemos agora apontar de modo mais preciso a natureza de sua regra pragmática, seguindo para tanto as indicações de Guy W. Stroh. Diz ele:

"Sua regra pragmática é, pois, a) hipotética, b) operacional, c) predictiva e d) observacional. Dizê-la hipotética significa que é enunciada sob a forma de uma proposição condicional: se A então B. Dizê-la operacional significa que a parte A, ou o antecedente da condicional, envolve a ação ou realização, propositadamente controlada, de alguma coisa, para obter um certo resultado. Dizê-la predictiva significa que se prevê que a parte B, ou conseqüente da condicional, seguir-se-á como um resultado inevitável da parte A, ou da operação realizada. Finalmente, dizê-la observacional significa que podemos realmente nos referir à experiência ou à observação para determinar se os resultados previstos realmente ocorrem".⁴

Podemos, desde já, a partir destas observações, verificar a atualidade do pensamento de Peirce. Com efeito, se atentarmos para as posições de Popper, e tal como observam os tradutores da edição brasileira na introdução por eles realizada, ainda que não aceite a indução,⁵ ele descreve o progresso científico em linhas análogas às de Peirce: "uma hipótese é proposta, submetida a teste e 'corroborada' (na medida em que inexistam casos de refutação). Como a corroboração não é conclusiva, o máximo que se pode ter é certo grau de confiança na hipótese — que não foi refutada e se presta para explicar e prever os acontecimentos a que se refere".⁶

Mas não é tudo. Sabemos ainda que na área da lingüística, e mais especificamente da lingüística transformacional é esta a posição teórica que tem sido assumida com resultados realmente interessantes para as ciências humanas em geral. É neste sentido que vai, por exemplo, a afirmação de Ruwet, passando por Chomsky, quando diz:

"De uma acumulação de observações ou de experiências, não é possível induzir rigorosamente uma teoria; a formulação de uma teoria comporta sempre uma parte de risco, representa uma aposta. Mas em revanche, observações ou experiências bem conduzidas (e que podem ser poucas numerosas), podem somente, levar a aceitar ou a rejeitar uma teoria".⁷

O realismo de Peirce, ao mesmo tempo que aponta os erros em que mergulhavam tanto o nominalismo quanto o subjetivismo, estende-se, como não podia deixar de ser, à crença categórica na realidade do conhecimento de tal modo que "diferentes espíritos podem firmar-se nas mais conflitantes posições e, não obstante, o progresso da investigação os levará, por força externa a uma única e mesma conclusão. Essa atividade do pensamento pela qual somos levados não para onde queremos, mas à meta preestabelecida, chama-se destino. Nenhuma alteração de ponto de vista, nenhuma escolha de fatos outros para estudo e nem mesmo uma natural inclinação de espírito pode dar meio ao homem de escapar à opinião predestinada. Essa grande esperança está presente nas concepções de verdade e realidade. A opinião que será afinal sustentada por todos os que investigam é o que entendemos por verdade e o objeto que nesta opinião se representa é o real".⁸

É este mundo de fatos reais, cuja existência independe de nossas opiniões, que o método científico deve levar a descobrir, uma vez que a verdade não se constitui a partir daquilo que se pense que ela seja, mas como a adequação ao real das hipóteses formuladas, isto é, pela repetibilidade das conseqüências práticas previstas em tais hipóteses, na experiência.

Neste sentido, talvez não fosse exagero, nem excesso de zelo para com a atualidade de um autor, que dele não necessita, ver no realismo de Peirce uma certa correspondência com a afirmação de Russell, quando este diz que "verdade" é o conceito fundamental, e que é o "conhecimento" que deve ser definido em termos de "verdade", e não o inverso.⁹

Na medida em que o pragmatismo propõe-se como um método científico para determinar o significado de conceitos intelectuais e na medida em que, contestando o intuicionismo de Descartes, Peirce nega a idéia de que o pensamento possa interpretar-se a si mesmo, é só em termos de signo que ele se efetua.

Menos interessado numa interpretação direta da realidade e preocupado com o caráter representativo dos signos, o pragmatismo vê o pensamento complexamente estruturado numa relação triádica: significa alguma coisa para alguém de alguma maneira. Em outras palavras, é o caráter relacional do pensamento que torna fundamental uma teoria dos signos. Daí a preocupação de Peirce em elaborar tal teoria, de que os artigos "Classificação dos signos", "O ícone, o indicador e o símbolo" e a carta para Lady Welby que constam da edição brasileira, podem fornecer ao leitor uma primeira aproximação.

Segundo Peirce, "um signo, ou *representamen*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido".

Ao signo assim criado Peirce denomina *interpretante* do primeiro signo.

E continua:

"O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Coloca-se no lugar desse objeto, não sob todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que tenho, por vezes, denominado o fundamento do *representamen*".¹⁰

Se não há no homem nenhum poder intuitivo e se a mente não é, em absoluto, independente ou introspectiva e se a natureza do pensamento é relacional, a tarefa do pragmatismo é estabelecer a natureza desta relação, isto é, determinar o significado dos signos. Desta maneira entende-se a afirmação de Peirce, quando diz:

"A lógica, em sentido geral, é (...) apenas outra denominação da semiótica, a quase necessária ou formal doutrina dos signos".¹¹

A partir do caráter triádico do signo, Peirce divide a semiótica em três ramos: o da *gramática especulativa* segundo a denominação de Duns Scotus ou da *gramática pura*, segundo Peirce, e que tem como objetivo "determinar o que deve ser verdadeiro a propósito do *representamen* utilizado por toda inteligência científica para que possam incorporar um significado"; o da lógica propriamente dita, isto é, da "ciência formal das condições de verdade das representações"; o da *retórica pura*, cujo objetivo é "determinar as leis em obediência às quais, em toda inteligência científica, um signo dá surgimento a outro e, especialmente, um pensamento provoca outro".¹²

Os signos podem classificar-se, se considerados em si mesmos, em *quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo*, se considerados em sua relação com o objeto, em ícone, indicador e símbolo e, se considerados em sua relação com o interpretante, em *rema*, *dici-signo* ou *dicente* e *argumento*, e de suas combinações possíveis resulta o estabelecimento das 10 classes de signos que Peirce distingue.¹³

2. A medida da importância dos estudos de Peirce sobre o signo, não fosse a seriedade e o zelo com que ele os conduziu no sentido de um esclarecimento cada vez maior do método pragmático, poderia ser avaliada pelas influências que tais escritos têm exercido sobre o pensamento científico, em geral, e, em particular, sobre as ciências humanas.

Com efeito, se atentarmos para a importância que as distinções de Peirce tem assumido no cam-

po da lingüística, nos trabalhos, por exemplo, de um Jakobson, ou para a reflexão epistemológica de um Granger acerca das ciências humanas, tal medida se configurará ainda mais precisa.

Tomemos, para que tal afirmação adquira toda sua realidade, e a título de exemplo, o importante artigo de Granger "Objet, structures et significations".¹⁴

Reservando o termo "objeto" para designar aquilo que é visado e conhecido pelas ciências, o termo "estrutura" para designar o conjunto de relações abstratas que definem o objeto enquanto tal, Granger procura mostrar, dentro de sua perspectiva, que o único caminho viável que as ciências podem seguir, se quiserem desenvolver-se como ciência, é o desta prática. Em outras palavras, a ciência deve, para se constituir como tal, recortar sobre a experiência¹⁵ um conjunto de relações abstratas que constituem o que ele chama "estrutura", ou ainda, que são o resultado de uma prática específica definida em termos de estruturação da experiência. A forma definida no interior destas relações constitui o objeto da ciência.¹⁶

No entanto, a estruturação não recobre jamais inteiramente a totalidade da experiência. Há sempre um resíduo, uma indefinição a constituir-se como desvio e cuja natureza é móvel: quanto mais a ciência constitui a experiência em objeto de estrutura, tanto maior é o espectro referencial para a constituição de novos desvios, de modo que a prática científica apresenta-se não como um definitivo, mas como um provisório, necessário contudo para que o conhecimento se atualize.

É esta complementariedade que se define em relação à estrutura que Granger chama de significação.¹⁷

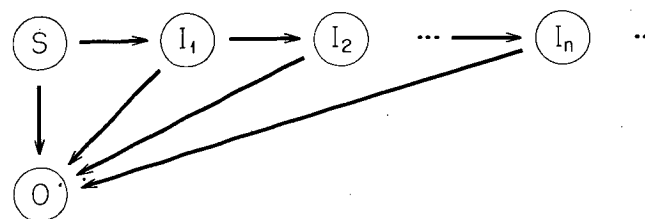
Contestando a homogeneidade entre a objetivação científica e a da percepção nos termos afirmativos em que Kant responde a este problema, Granger não pode, entretanto, deixar de enfrentar um problema análogo que se instaura no interior de sua perspectiva, isto é, o problema da homogeneidade estrutural e funcional das línguas naturais e das "línguas" científicas.

Podemos, neste momento, não fosse toda a atividade do epistemólogo francês, amplamente preocupado com os problemas de linguagem,¹⁸ ampliar a visão da importância dos estudos de Peirce sobre o signo, quer para uma epistemologia que não pode prescindir da teoria da linguagem, quer para a própria lingüística, no sentido da constituição de uma tal teoria.

É exatamente no sentido de esclarecer a noção de significação que Granger vai recorrer ao esquema de funcionamento do signo, lingüístico ou não, tal como ele aparece em Peirce.

Este define o signo como sendo "uma coisa ligada sob um certo aspecto a um *segundo signo*, seu 'objeto', de tal maneira que ele põe em relação uma *terceira coisa*, seu 'interpretante', com este mesmo objeto, e isto de modo a pôr em relação uma *quarta coisa* com este objeto, e assim por diante *ad infinitum*..."¹⁹.

A imagem gráfica que Granger apresenta para tal funcionamento é a representada pelo desenho:²⁰



O fato de que o objeto do signo seja ele mesmo um signo significa, segundo Granger, que o signo não remete a uma coisa isolada mas a uma estrutura simbólica da qual ele mesmo é um elemento.

Neste caso, a teoria de Peirce antecipa o estruturalismo dos lingüistas, na medida em que, conforme observa Granger, "o esquema puramente designativo não é, com efeito, senão um caso-limite fictício; o significante remete sempre a um objeto designado em relação a outros objetos e estas relações o situam necessariamente ao nível de conceito".

É a partir da doutrina de Peirce sobre os signos que Granger irá não apenas precisar a distinção entre estrutura e significação, como também situar melhor o problema da homogeneidade entre a língua científica e a língua natural, situando as significações ao nível dos interpretantes e a estrutura ao nível das relações signo/objeto.

A "língua científica" se definirá pelo escamoteamento dos interpretantes, no interior da estrutura, enquanto que a língua natural o fará na integridade complexa da relação signica. Lingüisticamente falando, tal distinção manifesta-se, em seu estado puro, pela ausência, no caso de uma linguagem formalizada, de elementos lingüísticos embraiados na experiência — os *shifters*, de que nos fala Jakobson —²¹ enquanto que tais elementos constituem propriedade fundamental da língua natural, concebida, como o faz Granger, essencialmente como instrumento de comunicação, cujo conteúdo é emprestado ao que ele chama de experiência.²²

Compreende-se, desta forma, que o problema da homogeneidade da língua natural e da língua científica é fundamental para o pensamento grangeriano tanto quanto para o de Peirce. Com efeito,

se, como vimos, é no interior das relações signicas que o pensamento pode ser apreendido, só a especificidade de tal funcionamento nos autoriza a pensar a ciência como uma prática cuja natureza é recortada no interior de um universo, que não é outro senão o universo do discurso.

A noção de significação, que recobre o residual da prática científica, introduz-se, como diz Granger,²³ na utilização de todo sistema simbólico, e como "não importa que conjunto de fatos humanos se caracteriza por um aspecto simbólico", isto é, remete, de um lado, à organização estrutural a descobrir — e a uma sequência aberta de interpretantes, de outro, a constituição de uma ciência não pode prescindir de uma teoria elaborada do signo e neste aspecto os trabalhos de Peirce revelam-se essenciais.

No que concerne à lingüística, a contribuição de Peirce é, dissemos, de primeira ordem.

Assim, se a olharmos através do uso e da interpretação que dela faz Granger, poderemos com maior segurança, entender a natureza do conceito de língua que aparece já em Saussure e em todo estruturalismo, bem como num certo sentido, na lingüística transformacional, onde tal conceito remete ao conjunto de relações abstratas, cientificamente objetivadas no interior do universo estruturado por uma prática específica, ou seja, a da lingüística. Nestes termos, o conceito de língua é uma invenção teórica, cuja realidade só é concebível como objeto de estrutura. Abstratamente definido, se tal conceito ganha em generalidade e em eficácia deve necessariamente perder em rigor e em complexidade, segundo o ensinamento de Auguste Comte. É por isso que a afoiteza com que muitos vão à fonte, afoga ao invés de matar a sede.

Tentar transpor tal e qual o método, seja ele qual for, com que a lingüística trabalha o seu objeto, ainda que para áreas cuja contigüidade com a língua pareça mais evidente, como é o caso da literatura, é esquecer que a atualização da linguagem se faz aí, de modo intenso e sistemático pelo viés das significações. É evidente que se tomada como um instrumento para o tratamento de uma experiência, a noção de estrutura e, conseqüentemente, a noção de língua evitarão mal-entendidos desta espécie e outros tais como o que leva, por exemplo Roland Barthes, a reduzir o problema da moda às descrições que os jornais especializados fazem dela, para, não podendo ampliar o método, reduzir o fenômeno.²⁴

Na linha das observações feitas acima sobre a noção de língua, a noção de sentido também será definida em termos de estrutura, isto é, o sentido tal como a língua não constitui um dado de observação, mas um objeto da teoria, uma construção do lingüista, um objeto de estrutura, enfim. Deste

modo, nossa observação vai ao encontro do conceito de sentido estrutural, conceito de natureza puramente formal e cuja objetivação só pode dar-se no interior da codificação da linguagem, entendida como estrutura. A fala abre-se, no entanto, como um leque de possibilidades significativas, numa cadeia de interpretantes, região onde o acaso e as grutas escondem surpresas e passeiam tentações.²⁵

Na medida em que o sentido não constitui um dado de observação, pois que ele é um abstrato, as teorias lingüísticas que afirmam ou pressupõem necessariamente a hipótese de que os enunciados de uma dada língua têm valor semântico, não podem fazê-lo senão pelo método da introspecção artificial, através de uma experimentação intelectual que parece contrariar de forma flagrante algumas das exigências fixadas para a teoria, como é o caso da previsibilidade e da adequação. Refiro-me em particular a Chomsky e aos caminhos abertos da lingüística pela Gramática Gerativa Transformacional.²⁶

Se o sentido é uma noção estrutural, nos termos de Granger e a partir de Peirce, ele constitui um instrumento, uma noção operacional, da mesma forma que a língua para Saussure é um princípio de classificação para os fatos da fala. Neste ponto, e como já observei no artigo "A palavra envolvente" a proposta de descrição semântica feita por Oswald Ducrot aparece de modo realmente interessante.²⁷

Considerando como dado de observação a significação, o sentido aí aparece como uma noção operatória, isto é, como um princípio de explicação para os fatos de significação. Trabalhando sobre dois componentes, o lingüístico (CL) e o retórico (CR), esta proposta de descrição semântica atribui ao primeiro componente a tarefa de determinar o sentido de um enunciado (E), em termos, por exemplo de posição (P) e pressuposição (PP), enquanto que o componente retórico tem como atribuição interpretar o resultado da análise feita pelo componente lingüístico, levando agora em conta os fatores relativos à situação (S) ou, se se quiser, às condições de produção de tal enunciado. O objetivo desta descrição é, não a atribuição de um valor semântico ao enunciado, mas a determinação da significação da enunciação, entendida como ato de fala.²⁸

Tomemos um exemplo, a título de esclarecimento. Seja o enunciado:

1) Ele ainda mora na casa

Dito por um locutor A, numa situação específica em que A é o dono que quer livre do inquilino (Ele) há muito tempo, mas que não consegue o seu intento. O enunciado 1) é pronunciado por A para

um interlocutor B, ambos se encontrando num contexto social em que A deve ser, por força das circunstâncias, educado e não dar vazão a todo seu desespero de proprietário. B que no entanto está a par de todas as tentativas frustradas de A para despejar o inquilino, interpreta o enunciado 1) como significando:

1') Ele nunca vai sair da casa

A tarefa da descrição semântica é então explicar como, a partir do sentido literal ou estrutural, nos termos de Granger, se produziu a significação 1') que é no caso um subentendido (SE) de 1).

Em linhas gerais, o processo para a determinação de 1') é o seguinte:

a) submetido ao tratamento do CL o enunciado 1) receberá uma representação analítica de seu sentido em termos, por exemplo, de posto e pressuposto,²⁹ e

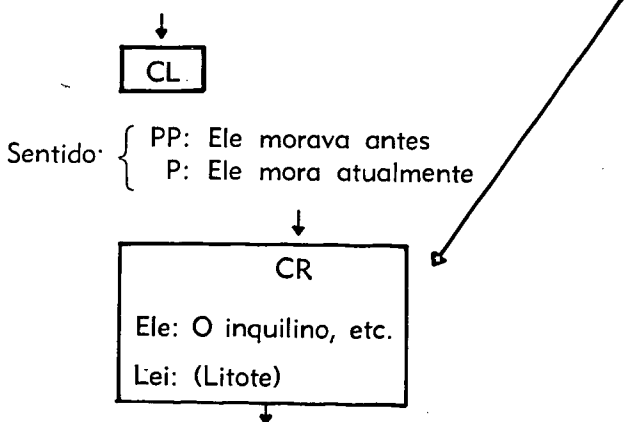
b) o sentido literal assim representado será, por sua vez, submetido ao trabalho do CR, juntamente com os dados de situação em que tal enunciado ocorre, para que se obtenha a significação 1').

O CR deve, portanto, na concepção de Ducrot, ter dupla atribuição: de um lado, deve preencher as variáveis de tipo referencial e intencional e, de outro, deve estabelecer as leis capazes de explicar, dada a situação, como a partir do sentido literal estabelecido pelo CL, produziu-se tal ou tal significação.

No caso específico de 1) o locutor B, que ouve A, raciocina a partir do fato de A ter dito tal enunciado numa situação específica, de tal forma que B interpreta 1) como sendo mais forte do que literalmente é. Assim, o que intervém no CR, para a produção de 1') é uma lei de discurso bastante conhecida das retóricas clássicas: a (litote) ou eufemismo.

O esquema abaixo pode representar mais sucintamente tal processo de descrição semântica:

E: 1) Ele ainda mora na casa



Significação: { O inquilino nunca vai sair da casa

Não se trata aqui de discutir os méritos de tal forma de descrição semântica, que é, no entanto, bastante eficaz. O que nos interessa é fazer ver o quanto esta proposta, no que concerne em particular o CR, desenvolve-se como não podia deixar de ser, uma vez que se propõe estabelecer sistematicamente a significação de um ato de fala, na linha do que Peirce chama de terceiro ramo da semiótica, ou seja, o da *retórica pura*, cujo objetivo, como já observamos anteriormente em citação do próprio autor, "é o de determinar as leis em obediência às quais, em toda inteligência científica, um signo dá surgimento a outro e, especialmente, um pensamento provoca outro".

Trata-se, neste sentido, como observa Granger, "dos encadeamentos interpretativos com o signo originário e de suas ligações mútuas". Estas ligações não relevam da estrutura do "objeto" que é signo; elas fazem intervir uma experiência exterior à linguagem, o que manifesta claramente o uso do termo "retórico para designar suas leis".³⁰

Por outro lado, a preocupação com a lógica que os trabalhos de Ducrot revelam podem perfeitamente reencontrar o segundo ramo da semiótica de Peirce, assim como sua preocupação com os gramáticos medievais marcaria o encontro de sua atividade com o primeiro ramo da semiótica peirceana, ou seja, o da gramática pura ou especulativa.³¹

Isto não quer dizer que haja necessariamente uma influência direta do lógico e filósofo americano sobre os trabalhos do lingüista francês. Não importa. O acaso no discurso é tão significativo quanto a intenção. Vale dizer que o trabalho de Ducrot, revelador de preocupações que a lingüística não pode mais postergar — ou seja, a preocupação com o mais que a frase — encontra em alguns pontos a sua atualidade, por coincidência ou não (pouco importa) num discurso de fins do século XIX e começos do século XX.

Importante é notar ainda que a proposta de descrição semântica, tal como ela aparece em Ducrot, na medida em que busca estabelecer as significações dos atos de enunciação, admite explicitamente a possibilidade de objetivar, cientificamente falando, aquilo que Granger chama de resíduo da estruturação. Desta forma, a prática que aí se encontra busca intencionalmente o desvio, sem contudo a ilusão de que seja definitivamente possível amarrá-lo aos nós da estrutura. Ao contrário, quanto mais se estende o campo do estruturável, mais é intensa a imagem do residual. Sala dos espelhos que multiplica ao infinito, torce e deforma o objeto, cuja realidade é explicativa, mas jamais totalizante do real. Assim apresentada, a lingüística de Ducrot, pode, sem abuso de confiança, ser apontada

como uma lingüística do desvio, no sentido em que este termo foi aqui utilizado.

Neste momento, é também possível entender o papel da lógica, situando-a conforme faz Peirce, como um dos ramos da semiótica, na descrição das línguas naturais: ela não é determinante do funcionamento das línguas naturais, vale dizer, não tem nenhum papel normativo em relação a elas; ao contrário, o seu valor é explicativo e determinador de desvios. Além disso, é impossível conceber a natureza da linguagem lógica sem a totalidade desta experiência que se chama linguagem natural. E é desta forma que ela aparece nos trabalhos de Ducrot e na maior parte da lingüística que hoje se pratica.³²

Procurando estabelecer a natureza do que ele chama de significação implícita, Ducrot recorre à célebre fórmula de Hjelmslev, utilizada com fidelidade por Barthes, sobre a linguagem conotativa, para diferencialmente atingir o seu propósito.³³

De um lado, tal distinção nos permite recolocar, de modo mais claro, a observação que acima fizemos sobre o problema da objetivação das significações na lingüística de Ducrot, sobretudo se levarmos em conta a distinção que o autor faz entre os fatos de significação implícita e aqueles que, resultantes de procedimentos estilísticos, são passíveis de uma codificação de segundo grau, de que trata a *retórica conotativa*.

Definida a canotação como a constituição de uma segunda linguagem, ao nível da expressão do sistema denotado, segundo o esquema abaixo transcrito,

Significante		Significado
Significante	Significado	

Mais uma vez encontramos a anterioridade fecunda de sugestões, do trabalho de Peirce sobre o signo. Assim, no artigo "A classificação dos signos", no parágrafo 2 "Os signos e seus objetos", Peirce, insistindo sobre a diversidade necessária entre o signo e aquilo que ele representa — o seu objeto — faz a seguinte observação:

"Para que algo seja um signo deve 'representar', (...), algo diverso que é chamado seu 'objeto' embora a condição de que um signo deva ser diverso de seu objeto seja talvez arbitrária, pois se insistirmos a respeito desse ponto, deveremos, pelo menos, introduzir uma exceção para o caso de um signo que parte de um signo."³⁴

Um dos exemplos que Peirce dá para tal exceção é o seguinte: um ator que, desempenhando um papel num drama histórico, portasse como "propriedade" teatral a relíquia mesma que poderia ser representada por um sucedâneo, conseguiria um grande efeito sobre o público. Suponhamos que tal re-

líquia fosse a coroa de espinhos do martírio de Cristo, se é que tanto se pode supor. O efeito então conseguido decorre, em última análise, do elemento de conotação que se constitui sobre o "objeto" denotado: é a própria cristandade glorificada na ideologia do sofrimento que se faz presente, da mesma forma que, como observa Ducrot³⁵ o emprego de uma palavra italiana por Stendhal introduz no texto "toda a complexidade de sentimentos e emoções que ele liga à Itália: o que é, deste ponto de vista, significativa, não é mais a simples forma material da palavra, mas o fato de ter empregado a palavra (tomada globalmente, como um complexo comportando ao mesmo tempo significante e significado)".

Suponhamos, ao contrário, que um determinado autor pretenda atingir, no caso ainda da relíquia, o efeito contrário; que será, ainda que comicamente, sempre um grande efeito, e substitua a coroa de espinhos por uma peça do vestuário feminino, e a faça aparecer no momento de maior ansiedade e "fervor" religioso, num processo de envolvimento das personagens e do leitor que ele soube desenvolver como preparação deste momento. O efeito, por exemplo, a hipocrisia religiosa, não é contrário em virtude de não estar lá o instrumento mesmo do martírio de Cristo, poderoso bálsamo para as mazelas do corpo e da alma, mas porque o seu sucedâneo remete de forma violenta e definitiva para um outro sistema conotativo, que oferece como resposta ao fervor da espera a consumação do pecado. Tal é o procedimento estilístico que se pode, por exemplo, verificar no uso da ironia moralizante com que Eça de Queirós distingue a hipocrisia religiosa em *A relíquia*.

3. Tal é a obra de Peirce. Complexa e rica de sugestões, de difícil leitura, às vezes, de profundidade e rigor, sempre.

Nosso intuito não foi em nenhum momento pretender esgotar numa panorâmica, se tal se pudesse fazer, a intensidade com que sua obra resiste ao tempo e influencia as mais recentes atitudes diante do pensamento científico. Se conseguirmos passar ao possível leitor deste escrito a curiosidade autêntica pelo autor, então nosso objetivo estará satisfeito.

Nesse sentido, como disse no início deste trabalho, é louvável o esforço dos tradutores e dos editores para colocar alguns textos significativos do autor americano ao alcance do leitor de língua portuguesa.

É sempre triste que coisas como esta cheguem aqui como visitantes convidados, além disso, com atrasos sintomáticos.

Quanto à edição brasileira, ainda uma palavra, a título de sugestão. Há irregularidades sistemáti-

cas na publicação, sobretudo no que concerne as citações. Aponto aqui algumas, com o propósito de chamar a atenção dos interessados para uma virtual nova edição do livro.

Em primeiro lugar, as notas de rodapé ao longo do livro são indicadas de forma diversificada: ora com números em alguns artigos, ora com asteriscos em outros. Acontece que na edição americana os editores tiveram o cuidado de distinguir as notas do próprio autor com números, reservando outros índices, como o asterisco, para as suas próprias notas. Na edição brasileira, o leitor fica sem esta distinção.

Em segundo lugar, há no artigo "Classificação dos signos" omissão de todas as notas dos editores dos *Collected Papers*, enquanto em outros artigos elas aparecem indistintamente.

Em terceiro lugar, o problema da remetência de um artigo para outro está também muito maltratado na edição da Cultrix. Assim, à página 50, no artigo "Como tornar claras as nossas idéias", Peirce refere-se ao artigo anterior (Cf. "... tal como descrito em meu trabalho anterior..."). Acontece que nos *Collected Papers*, o anterior é o artigo "A fixação das crenças" que na edição brasileira segue o artigo "Como tornar claras as nossas idéias". À página 163 no artigo "Dedução, indução e hipótese", o autor refere-se a trabalhos anteriormente publicados e os editores americanos remetem em nota de rodapé ao artigo "A fixação das crenças", nota também omitida na edição brasileira.

Finalmente, para terminar esta lista cujo caráter não é de nenhum modo exaustivo, mas que se propõe simplesmente sugerir uma revisão cuidadosa e necessária da edição brasileira, não se entendem quais os critérios que levaram os editores a omitir a separação titulada dos parágrafos em alguns artigos e mantê-la em outros. É verdade que muitos títulos são atribuídos pelos editores americanos, mas isso não vem ao caso porque bastaria atribuir-lhes, o que é feito nos *Collected Papers* em nota de introdução, quando tal ocorresse, um índice qualquer que diferenciase os títulos dados pelo próprio autor. Além disso, há na edição dos *Collected Papers* uma numeração dos parágrafos que percorre cada livro o que torna o sistema de referências internas muito mais simples e eficiente.

Paramos aqui. Fica a certeza de que, em qualquer hipótese, sejam quais forem os pressupostos teóricos e filosóficos de quem o lê, a obra de Peirce tem o vigor capaz de suportar tanto os mistificadores da ciência como os da filosofia. Porque não se trata de buscar aí a verdade definitiva nem o credo dos idólatras da superstição. Aos que o fizerem, certamente encontrarão a resposta desalentadora de um pensador consciente de que o único

fim concebível é o da substituição do provisório pelo provisório:

"Minha obra não transmite regras impositivas. Como um tratado de matemática, sugere certas idéias e fornece algumas razões para considerá-las verdadeiras; se o leitor as aceitar, será porque teve boas razões, e a responsabilidade é dele. O homem é, essencialmente, um animal social: ser social, entretanto, é uma coisa, e ser gregário é outra; declino do papel do guia de rebanho. Minha obra destina-se a pessoas que *desejam perquirir*; os que desejam a filosofia mastigada podem buscar outro rumo, há botequins filosóficos em todas as esquinas, graças a Deus."³⁶

Eis a resposta.

¹ A propósito do aparecimento, em edição brasileira, de alguns textos do autor: *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos de Charles Sanders Peirce*. Introdução, seleção e tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo, Ed. Cultrix, 1972. 164 p.

² James, William. *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking, together with four related essays selected from the meaning of truth*. New York, Longmans, Green, 1907. p. 46.

³ Pragmatism and abduction, *Collected Papers*, v. 5, bk. 1, lecture 7, p. 121.

⁴ Stroh, Guy W. *A filosofia americana: uma introdução (de Edwards a Dewey)*. Trad. de Jamir Martins. São Paulo, Editora Cultrix, 1972. p. 120.

⁵ Cf. Popper, Karl R. *The logic of scientific discovery*. New York, Basic Books, Inc., 1961. p. 27: "É evidente que de um ponto de vista lógico, nada nos justifica inferir proposições universais a partir de proposições singulares, por mais numerosas que elas sejam; porque toda conclusão tirada desta maneira poderá sempre se revelar falsa: pouco importa o número de cisnes brancos que possam ter observado, isto não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos".

⁶ Id. ibid. p. 33.

⁷ Ruwet, Nivolas: *Introduction à la grammaire générative*. 2. ed. Paris, Plon, 1968. p. 13. Cf. também Chomsky, Noam. *Current issues in linguistic theory*. Haia, Mouton, p. 105, citado por Ruwet, op. cit.: "Os dados de observação são interessantes na medida em que tem uma incidência sobre a escolha entre teorias rivais". Ver ainda a Introdução do n. 16 da revista *Langages*: "Psycho-linguistique et grammaire générative", em que Jacques Mehler observa com pertinência a natureza abductiva do modelo gerativo transformacional. Diz ele: "... o lingüista, na realidade, não faz senão apresentar uma formalização do processo da abdução (o que a língua natural é o que ela não é) e de maneira pela qual as leis universais de abdução são incorporadas em qualquer uma das numerosas línguas naturais de que são capazes os indivíduos humanos". p. 11.

⁸ Peirce, Charles Sanders: *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*. ... São Paulo, Cultrix, 1972. p. 67-8. *Collected Papers*, v. 5, bk. 2, paper 5, p. 268.

⁹ Russell, Bertrand. *An inquiry into meaning and Truth*. 7 ed. London, George Alken and Unwin Ltd., 1966. p. 22.

¹⁰ Peirce, Charles Sanders: *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*. ... cit. p. 94; *Collected Papers*, v. 2, bk 2, chap. 2, p. 195.

¹¹ Id. ibid. p. 93; id. ibid. p. 134.

¹² Id. ibid. p. 93-4; id. ibid. p. 134 e seg.

¹³ Id. ibid. p. 105 e seg.; id. ibid. p. 146 e seg.

¹⁴ Granger, Gilles Gaston. *Objet, structure et significations*. In: *Revue Internationale de Philosophie*, n. 73-74, fascículo 3-4, p. 251-90, 1965.

¹⁵ Granger chama de experiência "um momento vivido como totalidade, por um indivíduo, ou indivíduos que formam uma coletividade". E esclarece: "Totalidade não deve ser aqui entendida no sentido místico; o caráter de totalidade de uma experiência não se erige de modo algum num absoluto; é simplesmente um certo fechamento, circunstancial e relativo, comportando horizontes, primeiros planos, lacunas. Fechamento, no entanto, radicalmente diferente do que busca a estruturação: sem horizontes, completamente dominado, claro e distinto. Toda prática poderia ser descrita como uma tentativa para transformar a unidade da experiência em unidade de uma estrutura, mas esta tentativa comporta sempre um resíduo". Op. cit. p. 258. Compare-se com o que Peirce chama de experiência: "A consciência da ação de um novo sentimento, a destruir o sentimento anterior, é aquilo a que denominamos experiência. De modo geral, experiência é o que, ao longo da vida, me compeliu a pensar". *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*. ... cit. p. 138; *Collected Papers*, v. 8, bk. 2, p. 221.

¹⁶ Cf. Granger. op. cit., p. 254: "Todas as propriedades logicamente conhecíveis do objeto são desdobradas como relações com outros objetos no interior de uma estrutura, onde este objeto não é senão o nó de uma rede".

¹⁷ Cf. Granger. op. cit., p. 253: "Propomos chamar significações este aspecto da prática que não recebe estruturação manifesta, mas que é o avesso inseparável de toda atividade apreendida na sua integridade". Cf. também: *L'explication dans les sciences sociales*. p. 42. *Inform. Sci. Soc.* v. 10, n. 2, p. 31-44: "(...) a noção de superestrutura aparecerá primeiro, com um sentido relativo, como toda estruturação que pressupõe uma outra, depois, com um sentido absoluto, como organização das 'significações' que o pensamento abstrato não consegue reduzir; mas esta incapacidade, se nós postulamos como constitutiva e simétrica por assim dizer, da irredutibilidade do vivido sensível, ela não define de modo algum de uma vez por todas os limites do estruturável por modelos, cujas flutuações dependem dos progressos da prática humana". Comp. com a indeterminação produzida, completamente, segundo Peirce, pela lei, relativamente à natureza: "Experimente verificar qualquer lei da natureza e descobrirá que quanto mais precisas forem suas observações, tanto mais certo que demonstrem irregulares desvios da lei". Peirce, Charles Sanders, *Collected Papers*, v. 6, liv. 1, cap. 2, p. 36-7.

¹⁸ Cf., por exemplo, Colin, Armand. *Essai d'une philosophie du style*. Paris, 1968, principalmente a segunda parte — *Style et structures de langage* — onde, aliás, o artigo "Objet, structures et significations" é retomado com modificações e desenvolvimento.

¹⁹ *Collected Papers*, v. 2, liv. 1, p. 51; cit. por Granger. op. cit. p. 260.

Um dos exemplos de Peirce *Collected Papers*, v. 2, § 281; *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*... cit. p. 119, é o seguinte: "(...) um ébrio é apresentado para mostrar por contraste a excelência da sobriedade...", ao que Granger observa: "O representamen é o homem bêbado, a idéia ou objeto é a excelência da sobriedade; o interpretante pode ser constituído por outras representações da embriaguez, associadas às da sobriedade, representações encadeadas numa sequência infinita e que remetem todas à idéia ou objeto primitivo". *Essai d'une philosophie du style*. cit. p. 114.

²⁰ Granger. op. cit. e também "Objet, structures et significations", p. 260.

²¹ Les embrayeurs, les catégories et le verbe russe. *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit, 1963. cap. 9, p. 176-96.

²² Quanto à função da língua natural, concebida essencialmente como comunicação, não concordo inteiramente. Acredito, a partir dos trabalhos da filosofia analítica de Oxford, dos trabalhos de Oswald Ducrot, que a linguagem se define igualmente por outras funções específicas tão importantes quanto a função comunicativa. A este propósito, ver meu artigo "A palavra envolvente", a aparecer no *Boletim do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*.

²³ Granger. art. cit. p. 266.

²⁴ Ver, neste sentido, as críticas de Cesare Segre à semiologia de Barthes, em: "Verso una crítica semiológica. I segni e la critica. Einaudi, 1969, cuja tradução brasileira deverá aparecer pela Editora Perspectiva.

²⁵ Cf. Granger. art. cit. p. 273: "O sentido que pode ser dito 'literal' ou estrutura da mensagem é assim recebido pela remetência normal que se efetua das marcas que tem valor na língua ao 'objeto' do esquema de Peirce. Mas a utilização feita pelo locutor na sua fala dos elementos redundantes não pode ser diretamente e totalmente decifrada, pois que ele não se apóia em nenhuma regra explícita, uma vez que não existe uma supralíngua..." O uso é, no entanto, aprendido primeiramente como possibilidade de significação, uma vez que a distribuição, o arranjo destas marcas virtuais, ainda vazias para o receptor, é percebida globalmente como significativa. Uma espécie de crivo flexível, lacunar e deformável se constitui, tanto mais é o receptor sensível e o locutor tiver "estilo".

²⁶ Ver neste sentido, o artigo "A palavra envolvente", cit. ant.

²⁷ Ver Ducrot, Oswald. *Dire et ne pas dire — Principes de sémantique linguistique*. Paris, Hermann, Col. Savoir, 1972.

²⁸ Para um estudo mais preciso dos atos de linguagem, ver, além do livro de Ducrot, citado acima, Austin, J. L. *Quand dire c'est faire*. Paris, Seuil, 1970, Todorov, T. et alii: *L'enonciation. Langages*, Paris, Didier — Larousse, v. 17, março de 1970.

²⁹ A distinção entre posto e pressuposto pode ser sistematicamente verificada numa dada língua, o que evidentemente garante a sua validade descritiva. Assim, quando submetemos um enunciado — o enunciado 1), por exemplo — a modificações como as operadas pela negação e pela interrogação, ve-

rificamos que apenas aquilo que é posto sofre tal modificação, enquanto que o pressuposto permanece inalterado. Da mesma forma, a coordenação e a subordinação que logicamente encadeiam tal enunciado à continuidade do discurso, concernem sempre o posto e nunca o pressuposto.

A posição de um enunciado é, portanto, relativa ao conteúdo informacional que este enunciado veicula, enquanto que a pressuposição dispõe as condições para que tal conteúdo se atualize. Evidentemente, haverá casos em que os critérios apontados para a distinção destes dois elementos semânticos deixarão entrever desvios, que no entanto podem ser recuperados como índices sistemáticos de um funcionamento específico da linguagem, ou, mais precisamente, da função polêmica da linguagem a que me refiro em "A palavra envolvente" e que será assunto de um próximo artigo.

Quanto à natureza da pressuposição lingüística, as posições são divergentes: desde Frege, passando pelos trabalhos dos filósofos de Oxford até mais recentemente Fillmore, tem-se sustentado a definição dos pressupostos como condição de emprego. Ducrot, em *Dire et ne pas dire*, além de discutir estas opiniões propõe que a pressuposição seja entendida como um ato específico de linguagem — o ato de pressupor — cuja função é dispor certas condições de continuidade do discurso.

³⁰ Granger. art. cit., p. 263. Na sequência desta observação, Granger oscila entre o termo "retórico" e o termo "pragmático" no sentido de Morris-Carnap. O que importa, no entanto, reter é que, seguindo o pensamento do autor, "pelo jogo dos interpretantes — que varia evidentemente de um para outro receptor — significações indefinidas são associadas ao sentido determinado do 'objeto', que é, no caso, uma estrutura canônica imposta pela língua à experiência".

³¹ Mais de uma vez, em cursos, Ducrot manifestou seu interesse por gramáticos como Pierre d'Espagne e Occam, fato também manifesto não só em conversas pessoais com o autor, como também em sua obra, como é o caso de *Dire et ne pas dire*.

³² Cf., por exemplo, Weinreich, Uriel. On the semantic structure of language, p. 148-9. In: *Universals of language*. 2. ed. Greenberg, Joseph H. ed. Cambridge — London, M.I.T. Press, 1966, p. 142-216, quando defende a investigação do discurso em seus aspectos lógicos, desde que, entre outras condições, seja satisfeita a de que não haja aí nenhuma espécie de normativismo. Diz ele: "O lingüista descritivo não tem nenhum interesse em tornar o uso da linguagem 'mais lógico' do que ele é — ao contrário, ele deve explicar, se possível por que ele não é, com efeito, mais lógico".

³³ A noção de significação implícita não pode ser reduzida a nenhuma forma de codificação, ainda que segunda, sob pena de tornar-se explícita e perder assim a propriedade que permite, por exemplo, ao locutor, dizer sem assumir a responsabilidade de ter dito. Deste modo, a significação implícita não poderia ser tratada como um fenômeno de conotação, no sentido em que a retórica, como codificação das manobras estilísticas, trata do problema. Cf. Ducrot, Oswald. *Dire et ne pas dire*. cit. p. 16 e seg. Barthes, Roland. *Éléments de sémiologie*. ed. avec Le degré zéro de l'écriture. Paris, Contier, 1965. p. 163 e seg.

³⁴ *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*... cit. p. 95, *Collected Papers*, v. 2, bk. 2, chap. 2, p. 136.

³⁵ *Dire et ne pas dire*. cit. p. 16-7.

³⁶ A respeito do autor. *Semiótica e filosofia — Textos escolhidos*... cit. p. 46.

1. Atividade legislativa no Brasil (1959-1966): alguns aspectos quantitativos;
2. Produção do Legislativo e produção do Executivo através do Legislativo: outros aspectos quantitativos;
3. Produção do Legislativo: alguns aspectos quantitativos do comportamento dos partidos;
4. Conclusão.

Wanderley Guilherme dos Santos*

PARALISIA DE DECISÃO E COMPORTAMENTO LEGISLATIVO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 1959-1966

O presente estudo tem por objeto investigar a capacidade de produzir decisões do Congresso brasileiro, durante o período coberto pelas quarta e quinta Legislaturas (1959-1966), que compreende os anos imediatamente anteriores e posteriores ao desenlace político de 1964.¹ O suposto teórico deste trabalho é de que a crise de 1964 caracterizou-se pela incapacidade do sistema político de produzir decisões, como resultado de determinado perfil de distribuição de recursos políticos associado aos fenômenos de fragmentação e radicalização políticas. Em modelos políticos plebiscitários como o que prevaleceu no Brasil de 1945 a 1964, certas formas de distribuição dos recursos políticos podem eventualmente pôr em risco a estabilidade das regras do jogo, pela mediação da paralisia do sistema. O desenvolvimento do modelo plebiscitário com base na distribuição de recursos políticos e de intensidade das crenças foi realizado em outro lugar.² Trata-se aqui de estudar as predições do modelo relativas ao comportamento do Congresso, com base em dados estritamente quantitativos da produção legislativa.³

Durante o período que se inicia com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, até a turbulência política de 1964, e ainda durante algum tempo depois, a vida política brasileira foi constitucionalmente regulada pela carta de 1946. Como de costume, as manobras e contramanobras diárias que caracterizam a política prática jamais foram limitadas por esse regulamento. Imposições outras que os civilizados requisitos de obedecer estritamente à lei estão sempre atuando e, por isto, além dos comandos constitucionais, os políticos são normalmente obrigados a seguir algumas regras de comportamento experimentalmente estabelecidas. Seria ingenuidade pensar que a Constituição e as demais leis escritas são as únicas matrizes do comportamento político em qualquer comunidade humana. Contudo, também é um fato que as provisões constitucionais impõem certas obrigações institucionais em relação àquilo que os atores políticos estão autorizados a fazer no processo de "politicar". Em certas circunstâncias, ainda mais importante que isso são as inescapáveis restrições que as Constituições impõem sobre o modo pelo qual as coisas podem ou não ser feitas. Para o propósito deste estudo, o fato mais relevante sobre a vida política brasileira, no período 1945-1964, consiste em que, de acordo com a carta de 1946, a maioria das decisões sobre políticas substantivas, relacionadas à alocação de valores na sociedade, deveria ser tomada através do Congresso.

É possível encontrar duas opiniões aparentemente contraditórias sobre o Legislativo no Brasil. Uma sublinha o ponto de que o Executivo tem sido sempre, desde a Primeira República, a fonte verdadeira

das decisões políticas, não passando o Legislativo de uma arena simbólica onde os desejos presidenciais recebem sanção legal. Em contraposição, a outra crença sustenta que o Legislativo foi, no período, tão poderoso que deve arcar com total responsabilidade pelo ritmo conservador do desenvolvimento econômico e social. Embora conflitantes na superfície, esses dois pontos de vista têm sido não obstante conciliados por uma terceira abordagem, segundo a qual o papel próprio do Presidente era o de um líder legislativo, e que enquanto o Presidente se mantivesse nos limites políticos traçados por seus seguidores, suas opiniões teriam prioridade sobre qualquer outra.

É quase seguro que dentro de um período de cerca de 60 anos — a partir do início da República até a crise de 1964, e excluindo-se os 15 anos de Vargas —, tanto o Executivo quanto o Legislativo devem ter tido momentos de ascendência de um sobre o outro. Mas não é esse o ponto relevante aqui. Não é o *locus* real de poder que interessa, neste momento, mas o fato de que, fosse qual fosse o ator político cuja opinião era tão forte que se convertia em decisão coletiva, esta decisão obrigatoriamente se canalizava através do Congresso. Os políticos brasileiros foram levados a atuar, de 1945 a 1964, em um contexto institucional desenhado por um grupo de homens que acabara de atravessar a experiência de um governo autoritário. Não deve surpreender, portanto, que a carta constitucional que vieram a considerar como a melhor para o Brasil tenha sido um documento que mal deixava espaço para o Executivo respirar. Na medida em que a ação do Executivo dependia da lei escrita, esta ação deveria estar sob contínua inspeção do olhar do Legislativo. Isto significa, em primeiro lugar, que não havia praticamente nenhuma área na qual o Executivo tivesse obtido completa autonomia. Políticas de curto prazo, e não apenas aquelas de longo prazo, eram analisadas e autorizadas pelo Legislativo antes de serem implementadas. Ademais, esta implementação deveria ser acompanhada muito de perto pelo apropriado comitê legislativo.

38

A extensão em que este desejo constitucional tornou-se retórica vazia como resultado da permanente luta entre os dois centros de poder é uma questão a ser resolvida com base em cuidadosa investigação histórica. Contudo, independentemente do real processo ocorrido, o Congresso manteve pelo menos sua posição, enquanto canal formal para a autorização, no sentido hobbesiano, de políticas substantivas. Dessa posição estratégica deriva a importância do comportamento do Congresso para qualquer análise. Ele possuía o poderoso recurso político de ser uma das agências legitimadoras do sistema. Ainda mais que isso, o Congresso

podia impedir a ação do Executivo recusando-se a transformar os desejos do Executivo em políticas aprovadas. Precisamente este poder faz do Legislativo brasileiro peça de estratégica importância para os propósitos deste estudo. Se a crise de 1964 foi uma crise de paralisia de decisão, e se o Congresso era um canal necessário para decisões de política substantiva, então o Legislativo deve ter refletido a crise geral do sistema político, sob a forma de uma produção decrescente de políticas sancionadas.

1. Atividade legislativa no Brasil (1959-1966): alguns aspectos quantitativos

O último Presidente do Brasil sob a Constituição de 1946, João Goulart, iniciou seu período presidencial no último quadrimestre de 1961, na esteira de uma tempestade política provocada pela inesperada renúncia do então Presidente Jânio Quadros. Os anos críticos da presidência João Goulart cobriram parte de 1961 e integralmente 1962 e 1963. Durante este período, a crise latente entrevista por ocasião da renúncia de Jânio Quadros não foi reprimida mas, ao contrário, emergiu publicamente. Como apareceu esta crise sob a forma de produção do Congresso? Como respondeu o Congresso a um ambiente de clivagens políticas aguçadas e de crescente rigidez ideológica? A tabela 1 apresenta uma primeira resposta às questões, mostrando a quantidade de decisões coletivas produzidas pelo Congresso desde o início até o fim do governo Goulart:

Tabela 1
Projetos aprovados

1961	1962	1963
185	156	123

Parece claro que a capacidade de decisão do Congresso foi constantemente decrescente durante o período Goulart. Esta tendência ganha apoio quando se alarga o período de tempo considerado e se começa a contagem a partir do primeiro ano da 4.^a legislatura (4.^a legislatura = 1959-1962; 5.^a legislatura = 1963-1966). É o que a tabela 2 apresenta:

Tabela 2
Projetos aprovados

1959	1960	1961	1962	1963
190	145	185	156	123

Embora a tabela 2 não apresente nenhuma evidência contrária à tendência anunciada pela tabela 1, algumas observações especiais se fazem necessárias. É possível apreciar esses dados a partir

de dois pontos de vista distintos. Um conduz a explicar a entrada para 1960 como um brusco desvio da tendência moderadamente decrescente da série total, induzido pelo fato de ser este o último ano do período Kubitschek. Brusca diminuição na atividade do Congresso indicaria então ausência de programas para serem decididos e expectativa em face do novo governo. Assim, tomar-se-iam os anos de 59, 61, 62 e 63 como a série que revela a tendência "normal" do sistema.

De outro ponto de vista pode-se interpretar 1961, e não 1960, como o ano espúrio da série. Este é o ano em que se inaugura a presidência Jânio Quadros, homem que jamais havia escondido suas suspeitas quanto à eficiência do Congresso. Foi ele o candidato eleito sem obedecer as regras partidárias convencionais e que desejava exercer o poder sem responder por ele perante os partidos, e consequentemente sem responder por ele perante o Congresso. Pode ter sido o caso então de que o Congresso, em manobra para reverter a tendência prévia, superproduzisse em 1961 em resposta a desconfiança do novo Presidente.

Não é impossível que ambas as interpretações possuam cada uma seu grão de verdade. O último ano de um período presidencial pode ter ajudado a inflacionar a tendência já existente, enquanto que o primeiro ano de um presidente agressivo pode ter contribuído com sua parcela contextual para forçar o Congresso a uma demonstração. Em qualquer caso, a idéia de que o Congresso brasileiro deveria apresentar uma tendência para atividade decrescente parece ser plausível de acordo com a evidência disponível até aqui.

Isto contudo não é suficiente. Se é verdade que a crise de 1964 tinha em seu bojo um processo de paralisia de decisão, rompido afinal pela intervenção militar, então as mudanças operadas através da queda de Goulart devem transparecer na arena congressional como uma subversão mais ou menos drástica da tendência decrescente. A tabela 3 apresenta a série completa da produção do Legislativo para a quarta e quinta legislaturas:

Tabela 3
Projetos aprovados

1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966
190	145	185	156	123	278	332	270

A produção do Legislativo indubitavelmente deu um salto depois de 1964. A tendência à atividade decrescente foi revertida e o Congresso atingiu nível de produção legislativa muito mais alto do que em qualquer outro ano das duas legislaturas. Mas novamente um ano discrepante introduz-se na série. Comparando 1966 com o ano imediatamente precedente verifica-se que um novo movimento para

baixo parecia haver começado. É possível explicar esse fato de acordo com as antecipações teóricas?

A primeira resposta que poderia ser oferecida é que 1966 foi o ano do Ato Institucional n.º 2, após o qual o Executivo começou efetivamente a usar o direito de legislar por decreto sem consulta ao Congresso.⁴ Foi desde então que o Congresso começou a perder qualquer função fiscalizadora que ainda poderia possuir. Não é impossível, portanto, que este decréscimo na produção do Legislativo tenha sido compensado, e para os presentes propósitos explicado, por um aumento na atividade "legislativa" do Executivo.

Esta explicação contextual pode ser reforçada pela consideração de que nenhum Legislativo está obrigado a aumentar continuamente sua produção. Tudo que deveria ter aparecido, neste ponto, era evidência em favor de duas tendências: uma, para baixo, antes da mudança política de 1964; outra, para cima, após essa mudança. Efetivamente, estas tendências apareceram. Próprio de um Legislativo seria um comportamento estável e, não, tendências para cima e para baixo. Quando se verifica uma tendência decrescente fica revelado que a capacidade de decisão do Congresso foi de algum modo prejudicada. Isto, contudo, não implica que um Legislativo "saudável" devesse produzir a níveis cada vez mais altos. Atividade estável é o indicador apropriado de um Legislativo produzindo em condições normais.

O que significa estabilidade, contudo, neste caso? Que padrões devem ser usados para medir-se a estabilidade operacional de um Legislativo? A abordagem mais imediata consiste, tal como foi feito anteriormente, em comparar o desempenho do presente com o desempenho do passado. Ou então buscar padrões que permitam comparar a atividade legislativa com outra coisa ou, ainda mais propriamente, um tipo de atividade legislativa com outro tipo de atividade legislativa. Foi esta última alternativa a adotada no presente estudo e que será desenvolvida a seguir.

Diversas atividades são normalmente desempenhadas no Congresso. Existem os comitês, os pedidos de informações, as comissões de investigação, a oratória. Duas dessas atividades são particularmente importantes: a atividade de apresentação de projetos e a atividade de aprovação de projetos. Esses são provavelmente dois dos processos mais importantes desenvolvidos dentro do Congresso em relação a decisões sobre políticas substantivas. A atividade de apresentar projetos identifica tanto as áreas nas quais os políticos estão interessados quanto, na medida em que mais de um projeto sobre o mesmo assunto seja apresentado, o grau de consenso e conflito entre eles. A outra atividade, aprovação de projetos, implica decisões sobre polí-

ticas substantivas de acordo com o voto majoritário. Ambas as atividades requerem investimento de tempo e esforço e uma medida da estabilidade operacional do Congresso pode ser a estabilidade ou instabilidade do esforço dedicado comparativamente a cada uma dessas atividades durante períodos regulares de tempo. Empiricamente esta medida pode ser verificada tomando-se a quantidade de projetos aprovados como uma proporção da quantidade de projetos apresentados ano a ano. A tabela 4 apresenta os dados para o período completo:

Tabela 4

Ano	Projetos apresentados	Projetos aprovados	b/a
1959	1.409	190	0,13
1960	1.139	145	0,13
1961	1.227	185	0,15
1962	1.127	156	0,14
1963	1.629	123	0,07
1964	859	278	0,33
1965	895	332	0,37
1966	705	270	0,37

A inspeção desta tabela revela pontos interessantes. Em primeiro lugar permite uma reinterpretação dos dados apresentados anteriormente sobre a atividade do Legislativo no período 1959-1963. Os valores absolutos dessas quantidades conduziram a interpretações alternativas dos resultados de dois anos da série. Agora, parece que, comparativamente, a atividade de aprovar projetos em 1961 não melhorou tanto quanto os números absolutos sugeririam, embora pareça ser verdade que 1961 marcou uma nova etapa para o Legislativo no processo político brasileiro.

A tabela revela, ademais, que comparativamente não houve o brusco decréscimo em 1960, tal como as quantidades absolutas para aprovação de projetos haviam indicado. Ao contrário, a atividade legislativa parece ter sido bem estável nos dois anos anteriores ao início da administração Quadros. Segue-se então pequeno aumento proporcional, mais ou menos mantido em 1962, e finalmente uma aguda queda de 50% em 1963. A tendência decrescente, a partir de 1961, aí está, com um abrupto mergulho em 1963.

A última porção da tabela apresenta os três restantes anos da quinta legislatura, agora sob comando autoritário. Duas observações parecem evidentes. Primeiro, o período revela uma subversão da tendência decrescente. Ademais, fica indicada mais eqüitativa distribuição de esforços entre as duas atividades, com uma tendência para que a

estabilidade se fixe a um nível de equilíbrio mais elevado entre as duas atividades no Congresso. Este último aspecto se tornará ainda mais claro quando for visto sob outro ângulo apresentado mais tarde.

A introdução de evidências relativas ao processo de apresentação de projetos sugere novos problemas para a análise. A comparação direta entre projetos apresentados e aprovados apenas indica a magnitude relativa do esforço dedicado a cada uma dessas atividades. A proporção não revela contudo nenhuma taxa de aprovação dos projetos apresentados porque estes raramente são discutidos e decididos no mesmo ano em que são apresentados. Existe sempre um intervalo de tempo entre o ano em que o projeto é apresentado e o ano em que é discutido e votado. Este intervalo podia expandir-se além de um ano e era possível até mesmo adiar a discussão de projetos por várias legislaturas. Na verdade a possibilidade de reter projetos e impedir a implementação de políticas mediante esta manobra foi um dos mais importantes instrumentos de barganha do Legislativo no período 1945-1964. A manobra podia ser bem sucedida através de diversas formas e todas foram intensamente usadas pelos grupos parlamentares no Congresso, sem que houvesse qualquer medida automática capaz de forçar a decisão dentro de razoável limite de tempo. Precisamente por isto, o Ato Institucional n.º 1 estabeleceu o período máximo de 30 dias para o Congresso tomar posição em face de qualquer projeto proposto pelo Executivo, sendo a medida automaticamente aprovada na ausência de uma decisão.

A comparação entre as duas atividades do Congresso no mesmo período de tempo não constitui, portanto, nenhuma medida da taxa de aprovação dos projetos apresentados.⁵ O que está sendo medido pela comparação é a estabilidade do esforço parlamentar relativo, investido em cada uma das atividades. Observada através do tempo esta medida revela se o Congresso envolveu-se mais na atividade de apresentação de projetos do que na atividade de discussão e aprovação de projetos, ou vice-versa, ou ainda, se existe uma divisão balanceada entre as duas, através do tempo.

Vista por este ângulo a tabela 4 leva à conclusão de que houve uma tendência decrescente na atividade parlamentar, corrigida após 1964, tal como sugerido pela tabela 3. O ponto importante mostrado agora é que tal tendência não indicava níveis de operação global do Congresso cada vez mais baixos, mas sobretudo crescente descompasso entre o esforço dedicado à apresentação de projetos e o esforço dirigido à atividade de autorizar políticas. O ganho em informação consiste em que, aparentemente, parte cada vez menor do que se passava no Congresso resultava em definições de políticas.

O relativo declínio da atividade legislativa global do Congresso pode ser explicado ao longo de três diferentes linhas: a) estabilidade na atividade de apresentação de projetos acompanhada de decréscimo na atividade de aprovação de projetos; b) acréscimo na atividade de apresentação de projetos mais estabilidade na atividade de aprovação; c) simultânea inflação na atividade de apresentação e deflação na atividade de aprovação. Embora direta inspeção na tabela 4 permita considerar que c é a explicação mais aproximada, convém voltar à anterior abordagem que compara desempenho presente com desempenho passado e observar a variação anual independente de cada atividade. A tabela 5 apresenta os dados pertinentes:

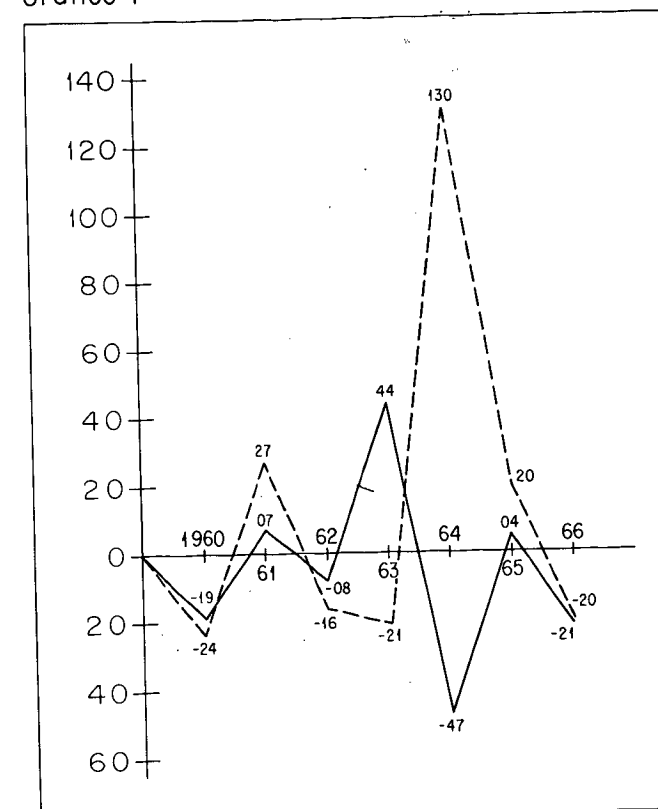
Tabela 5
Variação anual

Ano	Projetos apresentados	Projetos aprovados
1960	-0,19	-0,24
1961	0,07	0,27
1962	-0,08	-0,16
1963	0,44	-0,21
1964	-0,47	1,3
1965	0,04	0,20
1966	-0,22	-0,19

Pode-se discernir plausivelmente quatro períodos distintos durante o intervalo 1959-1966. Esses períodos tornam-se claros quando os resultados da tabela 5 são apresentados sob forma gráfica, onde as linhas cheias correspondem à atividade de apresentação de projetos e a linha pontilhada à atividade de aprovação de projetos.

Parece que embora os períodos tenham sido quatro, os tipos de movimento identificáveis são apenas três, um deles aparecendo duas vezes, com sinais trocados. Primeiro o período 59-61 revela uma convergência de direção e magnitude nas curvas de ambas as atividades. Existe um decréscimo global em ambas as atividades em 1960, compensado por um crescimento em ambas, em 1961, embora a magnitude da mudança na atividade de aprovação de projetos apareça mais salientemente do que a magnitude da mudança na atividade de apresentação de projetos. O segundo período cobre de 1961 a 1963 e revela um tipo de movimento diferente, a saber, em x, onde uma das curvas vai em uma direção e a outra na direção contrária. Pode ser observado que de 1961 a 1963 a variação simultânea de ambas as curvas foi no sentido de distanciamento uma da outra. Enquanto a atividade de apresentação de projetos cresce consistentemente, a atividade de aprovação decresce con-

Gráfico 1



sistentemente. Em 1963 a atividade da apresentação de projetos atinge um máximo de excitação ao mesmo tempo em que o desempenho da atividade de aprovação cai a um mínimo. O ano de 1964 constitui o terceiro período, apresentando o mesmo tipo de movimento em x, apenas com os sinais trocados: enquanto que a atividade de apresentação de projetos é drasticamente reduzida, a atividade de aprovação atinge seu ponto máximo de variação no período. Aparentemente, a acumulação de decisões não tomadas durante o período precedente explode em 1964. Finalmente pode-se observar, durante 1965-1966, um retorno ao padrão prevalente no período 1959-1961: primeiro (1965), uma redução na tendência divergente pelo simultâneo decréscimo na atividade de aprovação e reativação da atividade de apresentação; então, em 1966, a variação coordenada de aproximadamente igual magnitude das duas atividades.

Com base na evidência apresentada neste item parece plausível concluir que existiu a tendência decrescente na atividade legislativa, durante o período Goulart, subvertida após o movimento militar de 1964. A instabilidade do sistema, ademais, decorreu de um duplo movimento, e provavelmente do mesmo processo político substantivo, que conduziu a uma agitação da atividade de apresentação de projetos e a uma aguda diminuição na atividade propriamente decisória do Legislativo. Este duplo movimento também foi corrigido após o movimento de 1964.

2. Produção do legislativo e produção do executivo através do legislativo: outros aspectos quantitativos

As principais fontes de propostas de políticas substantivas no Brasil eram o Executivo e o Legislativo. O item precedente discutiu a produção do Legislativo sem discriminar entre a legislação iniciada pelo Executivo e a legislação iniciada pelo Legislativo. Neste item os dados serão desagregados segundo a origem, permitindo uma leitura mais refinada da tendência decrescente da atividade legislativa. As tabelas 6 e 7, a seguir, apresentam os dados em valores absolutos e em percentagens.

Tabela 6
Projetos apresentados e aprovados segundo a origem

Ano	Apresentados		Aprovados	
	Exec.	Leg.	Exec.	Leg.
1960	250	889	49	96
1961	218	1.009	70	115
1962	202	925	70	86
1963	169	1.460	51	72

1964	180	670	208	70
1965	210	685	259	73

Tabela 7
Projetos apresentados e aprovados segundo a origem (% do total do ano)

Ano	Apresentados		Aprovados	
	Exec.	Leg.	Exec.	Leg.
1960	0,22	0,78	0,34	0,66
1961	0,18	0,82	0,38	0,62
1962	0,18	0,82	0,45	0,55
1963	0,10	0,90	0,42	0,58

1964	0,21	0,78	0,75	0,25
1965	0,23	0,76	0,78	0,22

Inicialmente, duas observações preliminares. Em primeiro lugar, parece que no período pré-1964 a atividade legislativa do Executivo foi consistentemente caracterizada por uma participação decrescente no processo de sugestão de políticas (apresentação de projetos) e por crescente quota na quantidade total de decisões sobre políticas (aprovação de projetos). Então, após 1964, o Executivo ganha definitivamente a liderança no processo de decisões políticas através do Legislativo mas, ao mesmo tempo, principia igualmente a acentuar sua presença no processo de sugestão de políticas. Apa-

rentemente, a conclusão do item anterior relativa à tendência decrescente da atividade legislativa não se referia igualmente a ambas as fontes de sugestões políticas. De fato, se o Executivo tivesse sofrido por igual o impacto do processo de diminuição da atividade legislativa, sua participação na produção legislativa total deveria ter evoluído, como sua participação no processo de sugestão de políticas. Contudo, enquanto a participação do Executivo no esforço de apresentação de projetos cai oito pontos percentuais, a queda correspondente no processo de decisões políticas é de apenas três pontos percentuais. Estes resultados preliminares serão apoiados por ulterior análise dos dados, tal como apresentados nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8

Ano	Executivo	Legislativo
	Z	Z
1960	1,5	0,8
1961	2,1	0,7
1962	2,5	0,7
1963	4,2	0,6

1964	3,4	0,3
1965	2,3	0,3

Tabela 9
Proporção de projetos do Executivo em relação a projetos do Legislativo

Ano	Proj. do Exec. apres. Proj. do Leg. apres.	Proj. do Exec. aprov. Proj. do Leg. aprov.
1960	0,28	0,51
1961	0,22	0,61
1962	0,22	0,81
1963	0,11	0,71

1964	0,26	3,0
1965	0,31	3,5

A tabela 8 apresenta a relação entre a participação de ambas as fontes de políticas no duplo processo de apresentação e aprovação de projetos, medida pela percentagem de projetos aprovados, tomada como uma proporção dos projetos apresentados, controlando pela origem. A interpretação dos resultados é simples e direta: se Z é maior do que 1, então quer o Executivo, quer o Legislativo ocupam uma posição relativamente melhor na dimensão aprovação de projetos do que na dimensão apresentação de projetos; se Z é igual a 1, as posições são relativamente as mesmas em ambas as dimensões; finalmente, se Z é menor do que 1, então a obversa da primeira alternativa é verdadeira. O

que aparece então através da tabela 8 é que, embora a participação do Executivo na quantidade total de projetos aprovados tenha diminuído em 1963 (ver tabela 7), sua posição relativa melhorou ainda mais espetacularmente do que em anos precedentes. Por seu turno, o Legislativo revela uma tendência para perda gradual em sua posição relativa. Após 1964, além da estabilidade do Legislativo a um nível abruptamente mais baixo, a tabela revela um movimento do Executivo em direção a um comportamento mais equilibrado em ambas as dimensões, o que é consistente com a tabela 7.

A tabela 9 mostra não uma comparação entre ambas as atividades de cada fonte de políticas, mas entre as duas fontes ao longo de cada atividade. Os resultados somam-se aos dados das tabelas 7 e 8 e conduzem a uma das possíveis interpretações sobre o desempenho do Legislativo durante o período 1960-1963. Do ponto de vista do Executivo pareceria que a tendência era para mais forte presença do Executivo no processo de produção através do Legislativo. Enquanto que o esforço de agitação ou apresentação de projetos era desenvolvido principalmente pelo Legislativo, a produção efetiva tendia para uma igual divisão entre as duas fontes iniciadoras de políticas. De fato, um número igual a 1 na coluna da direita da tabela 11 significaria que o Executivo estava na origem da mesma quantidade de projetos aprovados que o Legislativo. Após 1964, o Executivo torna-se responsável pela grande maioria dos projetos aprovados, numa proporção de 3 para 1 em relação ao Legislativo. Do ponto de vista do Executivo, portanto, o ano de 1963 poderia ter aparecido não como um ano de produção legislativa em rápido declínio, tal como a tabela 5 mostrou, mas antes como o ano no qual a liderança do Executivo na produção legislativa atingiu níveis nunca vistos anteriormente.

Havia alguma evidência que poderia ter servido como aviso ao Executivo, em relação ao comportamento não exatamente tão favorável da produção legislativa? As tabelas 10 e 11, a seguir, apresentam dados que revelam um quadro diferente da situação.

Tabela 10
Projetos legislativos apresentados e projetos executivos aprovados. Variação anual

Ano	Apres. Leg.	Aprov. (orig. Exec.)
1961	0,13	0,79
1962	-0,08	0
1963	0,57	-0,27

1964	-0,54	3,1
1965	0,009	0,24

Tabela 11
Projetos aprovados segundo origem. Variação anual

Ano	Legislativo	Executivo
1961	0,20	0,79
1962	-0,25	0
1963	-0,16	-0,27

1964	-0,03	3,1
1965	0,04	0,24

A primeira coisa a observar na tabela 10 é que qualquer conclusão baseada na tabela 8 relativa à crescente importância do Executivo seria enganadora. Dependendo do tipo de análise em que se está interessado, os números absolutos podem ser muito informativos, e este é precisamente o caso da tabela 10, que apresenta as variações anuais dos projetos apresentados pelo Legislativo e as diferenças anuais dos projetos com origem no Executivo que foram aprovados. De acordo com esta abordagem, a presença absoluta do Executivo diminuiu constantemente desde 1961. Particularmente no ano de 1963 a quantidade de projetos aprovados que tiveram origem no Executivo foi 27% menor do que no ano precedente. Ao mesmo tempo, a quantidade de projetos apresentados com origem no próprio Legislativo cresceu em 50%. É claro que durante o ano de 1963 o Legislativo esteve muito mais interessado em agitar sugestões de políticas substantivas do que em autorizar propostas políticas oriundas do Executivo.

Igualmente importante é o resultado apresentado na tabela 11, de acordo com a qual o pequeno esforço despendido pelo Legislativo, em 1963, para aprovar leis, afetou mais o Executivo do que o Legislativo.

Embora seja possível interpretar a evidência sobre produção do Legislativo de maneira favorável ao Executivo, parece plausível considerar que, de 1961 a 1963, houve contínuo decréscimo no nível de operação do Legislativo relacionado à aprovação de políticas que afetou em primeiro lugar as propostas políticas do Executivo. Ao mesmo tempo, confirmou-se que houve abrupto acréscimo na atividade de apresentação de projetos, em 1963, devido a agitação do próprio Legislativo.

3. Produção do legislativo: alguns aspectos quantitativos do comportamento dos partidos

Até aqui o Congresso brasileiro foi considerado como uma simples e homogênea entidade à qual se pudesse imputar um comportamento coerente.

Para os propósitos dos itens anteriores esta foi uma simplificação razoável e permitiu a discussão de importantes resultados sobre a inequívoca tendência do sistema para a paralisia. Neste item, contudo, uma análise ainda mais desagregada será desenvolvida com o objetivo de verificar se é

possível encontrar um partido que possa ser considerado como o principal responsável por alguns dos resultados agregados anteriores. O primeiro conjunto de dados pertinentes é apresentado a seguir nas tabelas 12a e 12b.

Tabela 12a
Projetos apresentados e aprovados de acordo com origem partidária

Partidos	1960		1961		1962		1963		1964		1965	
	Apres.	Aprov.	Apres.	Aprov.	Apres.	Aprov.	Apres.	Aprov.	Apres.	Aprov.	Apres.	Aprov.
PSD	311	26	229	32	190	22	325	18	132	10	104	12
UDN	126	12	119	17	90	11	335	12	100	15	100	15
PTB	209	15	312	30	322	26	401	15	230	9	290	10
PSP	86	11	59	2	90	5	65	6	37	5	31	4
PP*	121	13	105	13	93	8	225	5	96	5	77	8
Total	853	77	824	94	785	72	1.351	56	595	44	602	49

* Pequenos Partidos

Tabela 12b
% de projetos apresentados por partido no ano

Partidos	1960	1961	1962	1963	1964	1965
PSD	0,36	0,28	0,24	0,24	0,22	0,17
UDN	0,15	0,14	0,11	0,25	0,17	0,17
PTB	0,24	0,38	0,41	0,28	0,39	0,48
PSP	0,10	0,07	0,11	0,05	0,06	0,05
PP	0,14	0,13	0,12	0,17	0,16	0,13

A primeira observação está relacionada à aparente tendência de todos os partidos, à exceção do PTB, de apresentarem a longo prazo um nível mais ou menos igual de atividade ao longo da dimensão "apresentação de projetos". Este fato torna-se claro quando os dois anos extremos, 1960 e 1965, são comparados. O comportamento do PTB constitui o segundo fato interessante revelado pelos dados. O PTB foi o mais excitado partido no Congresso e sua participação na quantidade total de projetos apresentados cresce continuamente desde 1960, à importante exceção do ano crítico de 1963. Finalmente, os números para 1963 são extremamente reveladores. Neste ano, como foi mostrado antes, o Congresso brasileiro apresentou febril atividade de apresentação de projetos, implicando rápido

crescimento no estoque de sugestões políticas. Considerando que houve uma grande queda na quantidade de decisões tomadas sobre políticas substantivas, naquele ano, talvez não seja muita ousadia supor que ambos movimentos indicam a extensão em que os conflitos já haviam se enraizado no Parlamento. Tomada em si mesma, a atividade de apresentação de projetos poderia ser interpretada como uma resposta agitacional de qualquer partido a uma situação de conflito radical. Inspeção mais atenta dos números para 1963 na tabela 12, precedente, e da tabela 13, a seguir, discernirá evidências de apoio a este raciocínio.

Tabela 13
Projetos apresentados por partido. Variação anual

Ano	PSD	UDN	PTB	PSP	PP
1961	-0,26	-0,05	0,49	-0,31	-0,13
1962	-0,17	-0,24	0,03	0,52	-0,11
1963	0,71	2,7	0,24	-0,28	1,4
1964	-0,59	-0,70	-0,43	-0,43	-0,57
1965	-0,21	0	0,26	-0,16	-0,20

Chama a atenção desde logo o grande salto da UDN em sua atividade agitacional, no ano de 1963, acompanhado por salto menor, mas ainda significativo, da atividade dos pequenos partidos. O PSD, por sua vez, interrompeu a tendência decrescente de sua participação na atividade agitacional e, para poder estabilizar sua posição relativa (tabela 12b), foi obrigado a reacelerar a quantidade absoluta de projetos apresentados (tabela 12a).

Após a queda de Goulart um igualmente rápido retorno ao velho padrão de diminuição do nível de atividade pode ser discernido nos dados. Mas então o PTB, sabidamente o partido que apoiava o Presidente deposto, revela um padrão de comportamento exatamente oposto. Começando em 1960, e até 1963, o PTB foi o partido mais agressivo no Congresso. Em 1963, enquanto o PSD, seu suposto parceiro de coalisão governamental,⁶ mas sobretudo a UDN e os pequenos partidos iniciaram uma violenta campanha de agitação de projetos, o PTB acalmou-se e apresentou sua maior queda relativa em todo o período. Então, após a queda de Goulart, observa-se uma mudança de posição, e enquanto os outros partidos diminuem sua participação na atividade agitacional, é a vez do PTB inundar o Congresso com propostas políticas.

Aparentemente, a brecha existente entre o esforço investido pelo Parlamento em atividades de sugestão política e em atividades de autorização de políticas foi sobretudo devido a uma agitação parlamentar comandada pela UDN e os pequenos partidos, e discretamente seguida pelo PSD. A justo título, a UDN era o principal partido oposicionista, durante a era Goulart, papel que passou a ser desempenhado pelo PTB, após o movimento de 1964.

Considere-se agora os dados relativos a projetos aprovados.

Tabela 14
% de projetos aprovados por partido

Partidos	1960	1961	1962	1963	1964	1965
PSD	0,34	0,32	0,32	0,32	0,23	0,24
UDN	0,15	0,18	0,15	0,21	0,34	0,30
PTB	0,19	0,32	0,36	0,27	0,20	0,20
PSP	0,14	0,02	0,07	0,11	0,11	0,08
PP	0,17	0,14	0,11	0,09	0,11	0,16

Medida pela magnitude de sua quota na produção legislativa global, o PSD foi indubitavelmente o partido brasileiro mais importante até 1963. À única exceção de 1963, em nenhum ano durante o período o PSD ocupou outra posição que não o

primeiro lugar na dimensão das propostas passadas ou projetos aprovados, embora sempre seguido de perto pelo PTB. Em todos os anos do período os dois partidos foram responsáveis por praticamente 50% da produção legislativa. Este resultado confirma apropriadamente o conhecimento tácito sobre o Congresso brasileiro prevalente entre os analistas políticos. Também de acordo com o que poderia ser esperado é o fato de que, após a queda de Goulart, ambos os partidos sofreram acentuada queda em sua participação na quantidade de projetos aprovados, compensada pela crescente presença e importância da UDN.

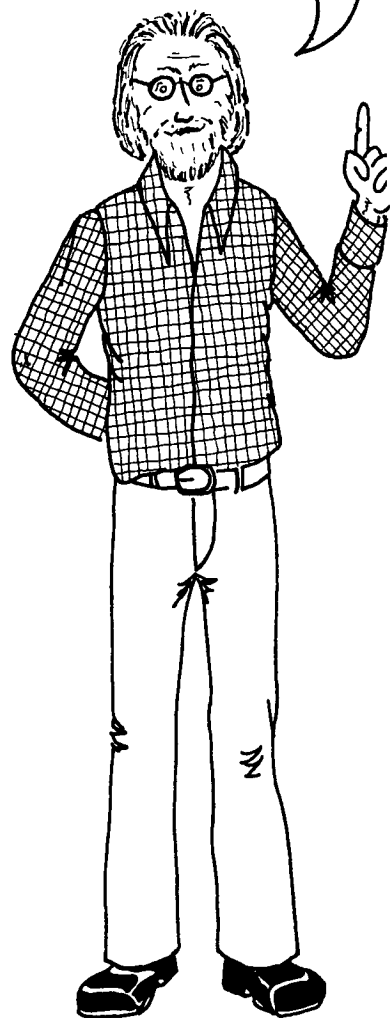
Tabela 15
Projetos aprovados por partido. Variação anual

Ano	PSD	UDN	PTB	PSP	PP
1961	0,23	0,42	1,0	-0,82	0
1962	-0,31	-0,35	-0,13	1,5	-0,38
1963	-0,18	0,09	-0,42	0,20	-0,37
1964	-0,80	0,25	-0,40	-0,17	0
1965	0,20	0	0,11	-0,20	0,37

4. Conclusão

A conclusão deste estudo será limitada a uma rápida lembrança do que parece ter sido encontrado como plausível. Aceitando-se o fato de que o Congresso brasileiro constituiu uma arena, de 1945 a 1964, na qual todos os conflitos políticos deveriam também exprimir-se, mostrou-se que o fenômeno da paralisia de decisão, característica fundamental imputada à crise política pré-1964, refletiu-se ao nível do Congresso por uma tendência decrescente da produção legislativa. O decréscimo na produção de decisões políticas foi devido tanto a um absoluto decréscimo em decisões tomadas, quanto a uma atenção inflacionada à atividade de agitação de projetos. Ainda mais, enquanto a fonte de agitação de projetos era o Congresso, foi o Executivo o centro que mais sofreu com os cortes na produção de decisões políticas. Dentro do Congresso, os partidos responsáveis pela inflação de propostas políticas foram a UDN e os pequenos partidos, com moderado apoio do PSD. Após a queda de Goulart esse papel de agitador de propostas políticas foi desempenhado pelo PTB, mas já aí em um contexto no qual os impasses políticos haviam sido rompidos e o Executivo assumido completa liderança pela produção legislativa. Para todos os pontos mencionados observações foram feitas para os períodos pré e pós-1964.

Aquilo que não está nos jornais



Pelo jornal você sabe que uma praga destruiu certa plantação, Johnson morreu de um enfarte, Jorge Amado publicou mais um livro ou foi assinada a paz no Vietnam.

Lendo *O Correio*, você ficará conhecendo a ação dos modernos inseticidas, as recentes conquistas da cardiologia, o papel sociocultural do livro, o patrimônio artístico vietnamita. *O Correio*, uma janela aberta para um mundo que você não encontra no jornal.

¹ O presente texto constitui versão parcial do capítulo 1, segunda parte, de Santos, Wanderley Guilherme dos. *Impass and crisis in Brazilian politics*. Stanford University, 1972. Ph.D. dissertation (first draft).

² Cf. Santos, W. G. dos. op. cit., Appendix 1, onde se desenvolve em sistema semiformalizado o modelo plebiscitário.

³ Nota sobre a fonte dos dados: Salvo engano, o primeiro trabalho que apresentou dados quantitativos sobre a produção legislativa brasileira, para efeitos de análise, foi *O veto legislativo — estudo comparado*, de Luiz Navarro de Brito, publicado pelo Ministério da Justiça em 1966. Independentemente, Reynaldo Barros, professor da Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, iniciou um levantamento sobre a produção global do Legislativo brasileiro. Em 1970 a EIAP e o IUPERJ formalizaram um convênio mediante o qual estudantes graduados de mestrado de Ciência Política assistiriam o prof. Barros no levantamento e escreveriam trabalhos com base nesse material. Dessa colaboração resultou a tese de mestrado de Clóvis Brigagão, *Poder e Legislativo no Brasil*, defendida perante o IUPERJ em princípios de 1971. Posteriormente, o presente autor usou parte do material levantado pelo prof. Barros e sua equipe, e por ele gentilmente cedidos, em *Impass and crisis in Brazilian politics*, op. cit., de onde se extraiu o presente artigo. No segundo semestre de 1972 o prof. Gláucio Soares e associados, da Universidade de Brasília, fizeram circular um texto mimeografado sobre *As funções do Legislativo*, contendo análise dos dados publicados por Brigagão e alguns outros colhidos por sua equipe.

Os dados de *O veto legislativo* diferem marginalmente do levantamento orientado pelo prof. Reynaldo Barros, possivelmente em razão da própria incoerência das fontes. Dado o nível agregado da análise, entretanto, acredita-se que essas discrepâncias não tenham impacto significativo sobre os resultados da investigação.

⁴ Esse fenômeno realmente ocorreu. De todos os decretos-lei assinados por Castello Branco, com base em Ato Institucional n.º 2, 92% foram expedidos após o Ato Institucional n.º 2. Aliás, o mesmo se passou com Costa e Silva, que expediu a maior parte de seus decretos-lei depois de promulgado o Ato Institucional n.º 5. Cf. Santos, Wanderley Guilherme dos. *Governing by decree — an empirical introduction to a theory of authoritarian spending*. ISSC-IUPERJ, Rio de Janeiro, maio de 1972, tabela 6. *Paper* apresentado ao Seminário sobre indicadores sociais do desenvolvimento nacional na América Latina.

⁵ Este erro foi cometido por Brigagão em uma de suas tabelas a que intitulou "taxa de aprovação de projetos". Embora Brigagão se mostre ciente de que os projetos aprovados não são os projetos apresentados naquele ano, sua insistência em uma nomenclatura inapropriada pode induzir o leitor a conclusões errôneas. Cf. Brigagão. op cit., tabela 5, p. 28.

⁶ As coalisões parlamentares foram bastante instáveis durante o período e dependiam da área de problema. O PSD não foi de modo algum parceiro seguro do PTB, nem, de resto, apresentou um comportamento altamente coeso durante o período. A análise do comportamento das coalisões parlamentares durante o período Goulart pode ser encontrada em Santos, W. G. dos. *Coalisões parlamentares e instabilidade governamental — a experiência brasileira 1961-1964*, a ser proximamente publicado na *Revista de Administração Pública e Revista Mexicana de Sociologia*.

EM JULHO VOCÊ CONHECERÁ OS SÓCIOS DO GRUPO MAIS FECHADO DO PAÍS

aqueles que freqüentam as páginas
da edição especial de CONJUNTURA ECONÔMICA
sobre as 500 maiores empresas

FREQÜENTE TAMBÉM ESSA
SOCIEDADE ANUNCIANDO EM JULHO
EM CONJUNTURA ECONÔMICA

SE VOCÊ ACHA QUE SABE TUDO SOBRE PSICOLOGIA NÃO DEVE ASSINAR ABPA.

ABPA* destina-se aos profissionais de psicologia que desejam estar bem informados.

Em suas páginas, o leitor encontra sempre novas questões. ABPA* publica artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos e informa sobre tudo que se publica na área da psicologia. Não assine ABPA se você não deseja questionar seus conhecimentos.



* Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (diga ABPA)

1. Introdução;
2. A indústria de calçados;
3. Formas de organização das classes industrial e trabalhadora;
4. Manifestações ideológicas dos industriais e sapateiros;
5. As reivindicações dos grevistas;
6. O desenvolvimento histórico da greve.

Maria Cecília Baeta Neves**

* Este trabalho se beneficiou enormemente do apoio e interesse do Prof. Edgard Carone, a quem sinceramente agradeço.

** Mestranda em Ciência Política no Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro e bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas.

GREVE DOS SAPATEIROS DE 1906 NO RIO DE JANEIRO: NOTAS DE PESQUISA*

1. Introdução

O movimento sindical brasileiro tem sido muito pouco estudado, tanto por historiadores, quanto por sociólogos e cientistas políticos. Exceto alguns trabalhos de natureza ideológica como *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, de Edgar Rodrigues, e alguns estudos clássicos como *O sindicato único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, a literatura científica sobre sindicalismo e classe operária reduz-se, aproximadamente, a uma dezena de livros e 20 artigos. No mais, uma enorme quantidade de fontes primárias dispersas e, muitas vezes, de difícil acesso.

Considerando o sindicalismo fenômeno essencial ao conhecimento e estudo das relações entre as classes operária e empresarial e entre estas e o Estado, iniciamos uma pesquisa sobre a greve dos sapateiros que se estendeu de 28 de agosto a 16 de novembro de 1906, no Rio de Janeiro. Escolhemos este tema, porque trata-se de uma das primeiras greves gerais (de um só ofício), relativamente longa, verificada no Rio de Janeiro, sendo ademais bastante rica como objeto de análise, em função do debate travado a sua margem.

Este, portanto, é um estudo monográfico, sincrônico e, como tal, nos impõe uma série de limites, pois nos atém somente aos elementos que aparecem nas fontes estudadas. Assim, não nos preocuparemos nem com os antecedentes e consequências históricas da greve, nem com a elaboração de um modelo que explique o movimento sindical como um todo, naquele período. Pretendemos apenas analisar um caso concreto, procurando ganhar em profundidade o que perdemos em generalidade.

As fontes primárias consultadas foram basicamente o *Jornal do Comércio* e o *Correio da Manhã*. Escolhemos estes dois periódicos porque, sendo o *Jornal do Comércio* conservador, situacionista, lido pela elite agrária e industrial, pelos políticos e funcionários graduados, e o *Correio da Manhã* um jornal da oposição, simpatizante da "questão social" agitada pelos operários, nos pareceram fontes de certo modo representativas das forças sociais que constituem objeto de nosso estudo. Desses jornais, foram pesquisados todos os números entre 1.º de agosto de 1906 e 20 de novembro de 1906, inclusive, período no qual foram publicadas notícias sobre a greve.

Nossos projetos de acompanhar o movimento grevista através do jornal anarquista *Novos Rumos* tiveram que ser abandonados, porque deste periódico não encontramos um só exemplar. Da chamada imprensa operária conseguimos localizar apenas os números dos dias 17 de novembro, 1.º e 8 de dezembro de 1906, do jornal *A Gazeta Operária*, do qual extraímos alguns dados importantes.

Finalmente, fizemos uma pequena consulta ao *Diário Oficial* do dia 10 de outubro de 1906, porque nele haviam sido publicados os estatutos do Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas, órgão surgido em consequência da greve.

2. A indústria de calçados

A indústria de calçados do Rio de Janeiro é, em 1906, predominantemente artesanal. Dos 127 estabelecimentos industriais por nós computados, mais da metade é constituída de *oficinas*, que empregam aproximadamente 20 operários, tendo-se verificado a existência de apenas uma fábrica com mais de 100 operários. Já existe, entretanto, um processo de concentração de capital nas mãos de alguns industriais, que começam a mecanizar suas fábricas e a absorver aqueles que dependem de seu crédito.

Característico de uma época de transição é a nítida superposição e ambivalência no emprego das categorias, no discurso dos atores: o trabalhador é visto ora como *operário*, ora como *artífice*, ou mesmo como *artista*; o patrão, isto é, todo aquele que emprega mão-de-obra assalariada, é sempre encarado como *industrial*, mas sua unidade de produção pode ser indistintamente chamada de *fábrica* ou de *oficina*, embora muitas vezes o termo *fábrica* seja reservado às maiores unidades de produção.

A produção tem um caráter individual, na medida em que o operário trabalha a seu modo e com relativa independência dos outros trabalhadores. As ferramentas são utilizadas como extensão de si próprio, pois a produção depende diretamente de sua inteligência e qualificação profissional. Não existe qualquer forma de adequação das atividades humanas aos ritmos e movimentos do processo mecânico, própria da indústria moderna. O trabalho se dá "por processos paralelos e atomísticos de unidades individuais, e não como atividades interdependentes que precisam ser integradas num organismo, se quiserem funcionar".¹

Apesar da relativa especialização da mão-de-obra, a mecanização dá seus primeiros passos, o trabalhador das máquinas constituindo uma categoria específica ao lado de *pespontadores*, *montadores*, *canadores*, *acabadores*, *chinelheiros*, *empregados de corte*, etc. Além do mais, permanecem relações de produção características da produção artesanal anterior e/ou contemporânea à Revolução Industrial do início do século XIX: são admitidos *aprendizes* na oficina ou fábrica, para que estes aprendam o ofício; o *contra-mestre* é o elemento de mediação entre patrão e empregado; o trabalho caseiro é largamente utilizado, existindo inclusive algumas especializações, como o *pesponto* e as obras viradas, que por sua natureza são quase sem-

pre manufaturadas fora da oficina. A mão-de-obra domiciliar é constituída basicamente de mulheres, artesãos mais idosos, adolescentes e crianças. Não encontramos, aliás, quaisquer referências a mulheres que trabalhassem em oficinas ou em fábricas, mas sim evidências de que isso, se acontecia, não era fato corriqueiro: "querem os sapateiros que as mulheres de uma família se apresentem na oficina, deixando a casa entregue às crianças?"²

Característico também de uma época de transição para a sociedade de mercado é o fato da separação entre capital e trabalho não estar definitivamente feita. Como a mecanização apenas começava a ser introduzida e a indústria de calçados requeria u'a mão-de-obra altamente especializada, os "artesãos" que nela trabalhavam, embora assalariados, eram donos de seus instrumentos de produção, como se pode claramente deduzir da nota seguinte, publicada em todos os jornais da cidade, pelos industriais: "... os operários que houverem faltado aos trabalhos por motivo da "greve" e nela persistirem deverão retirar das fábricas e oficinas os bancos e ferramentas que lhes pertencem até o dia..." Além do mais, freqüentemente os operários forneciam, também, parte da matéria-prima. Por exemplo, os aviamentos, isto é, a linha e a agulha, corriam por conta da *pespontadora* ou *pespontador* que trabalhava em casa.

As pressões visando a reduzir os custos da produção, e conseqüentemente o aumento do lucro através da compressão salarial, eram muito fortes. Os acordos salariais entre patrões e empregados não eram respeitados; impunham-se salários muito mais baixos do que os previstos nas tabelas aos operários que trabalhavam em casa; pagavam-se quantias irrisórias pelo trabalho da mulher, e menos ainda pelo do menor. A ocorrência e relevância dessas pressões podem ser vistas claramente através dos documentos contemporâneos: "... muitas tabelas têm sido por nós (operários) apresentadas e pelos mesmos senhores (industriais) aceitas e firmadas... e no entanto todas ficam sem efeito!"³ "Há... certas obras de *pesponto*, geralmente feitas por moças, e pagas a 3\$ por dúzia, que estragam o organismo mais forte, e rara é a operária que se conserva sem interrupção no trabalho durante três anos. Há patrões que têm coragem de estabelecer as bancas de *palmilhado*, só ocupadas por crianças, sob regime de *correias*, ganhando cada aprendiz, durante um ano ou mais tempo, de 300 a 500 réis".⁴

A exploração do trabalho do menor está, por outro lado, intimamente relacionada à introdução de maquinaria nas oficinas. Para trabalhar nas máquinas o operário não precisava ser um sapateiro — bastava conhecer a máquina. Algumas fábricas

passaram a substituir, então, empregados adultos, ganhando 6\$ diários, por crianças de 12 a 13 anos, que trabalhavam nove horas por dia para ganhar apenas 1\$ ou 1\$500 — tendência que começou a se generalizar com a freqüência das greves.

As condições de vida e de trabalho do operariado não podiam ser piores. "... foi dito pelos industriais que os cadernos demonstrariam com facilidade que muitos operários obtêm por semana férias de 50\$ e 60\$000. O que eles não expuseram foi a tristíssima situação a que fica reduzida toda uma família para conseguir essas ou outras elevadas férias semanais. Olhai... para uma habitação de sapateiros. Em geral é ela colocada em uma rua de mísero aspecto ou em afastado subúrbio, quando não consiste em mesquinho cômodo em uma dessas enormes colmeias que tanto mal causam à higiene social. Ali, naquele espaço estreito e mal alumado, mourejam cinco ou seis pessoas; só se consentindo inatividade às crianças menores de cinco ou seis anos. Os demais trabalham, vendo-se o velho operário de 50 ou 60 anos ao lado da *pespontadora* de 12 ou 14 e do aprendiz de 10 anos. O levantar da cama é pela madrugada... E todos, à porfia, atiram-se à labuta, desde 5 ou 6 horas da manhã. Nem sempre a tarefa profissional, a dura escravidão da máquina, concede à dona da casa o tempo necessário para cuidar dos arranjos domésticos e dos filhos menores. O serviço perturba, assim, a alimentação das crianças, o zelo pelo corpo e pela saúde... No sábado, havendo labutado incessantemente... se descansa afinal, alta noite; e então, é bem possível aparecer no caderno uma soma de férias na importância de 60\$ ou mais..."⁵

A tudo isto, acrescentavam-se as vicissitudes do desenvolvimento do processo industrial. Dependente de capitais gerados pela agricultura de exportação, a industrialização brasileira se deu por fases que correspondiam a maior ou menor valorização dos produtos agrícolas no mercado internacional. A inexistência de um genuíno processo de acumulação, a instabilidade do mercado industrial, os problemas advindos da concorrência estrangeira afetavam diretamente as relações de trabalho. Resistindo por exemplo ao aumento salarial proposto pelos grevistas, os industriais argumentavam que a indústria de calçados não poderia suportar salários mais altos, pois com a elevação dos custos do processo produtivo não poderiam lutar contra o similar estrangeiro que "penetra à sombra de tarifas benevolentes". A dificuldade de colocação dos produtos manufaturados num mercado interno demasiadamente restrito também pode ser vista pela leitura dos jornais da época: "os industriais muitas vezes não têm necessidade de fabrico, porque suas

prateleiras estão cheias de obras que não têm saída..."⁶

Para enfrentar a concorrência estrangeira, para superar a insuficiência do capital, era preciso diminuir o custo da produção, o que está intimamente ligado à compressão salarial, analisada anteriormente. Por outro lado, a instabilidade do desenvolvimento da indústria tinha efeitos diretos sobre a vida do operário, que de uma hora para outra podia se ver sem trabalho: "mas os senhores industriais... sabem que não ganhamos esses fabulosos ordenados... pois não quiseram dizer que na maioria das vezes estamos — como se diz — às moscas; pois não podem negar que o nosso trabalho é de épocas..."⁷ ou então: "Junte-se a essas verídicas e insofismáveis observações a consideração de não ser certo, *garantido diariamente* o trabalho do sapateiro, podendo diminuir a quantidade da sua tarefa, por muitas causas estranhas a sua vontade — e ter-se-á elementos para bem ajuizar qual pode ser, no fim de um ano ou de um mês, o produto de tamanhos e tão cuidadosos esforços".⁸

A baixa capitalização e o grau incipiente da concentração da indústria de calçados no Rio de Janeiro não permitem aos industriais a formulação de uma política agressiva de defesa de seus interesses. A possibilidade de uma organização duradoura e da adoção de políticas a longo prazo eram dados do futuro e não, realidade contemporânea. Para defender seus interesses, os industriais de calçado contavam apenas com a Associação Comercial, órgão que lutava conjuntamente pelas reivindicações de comerciantes e industriais (que, no entanto, eram muitas vezes contraditórias) e servia de mediador entre estes grupos e o Estado. Suas tentativas, até então abortadas, de organização independente haviam sido feitas visando resistir aos movimentos grevistas dos trabalhadores, e esmoreciam quando a razão que as determinara desaparecia. Assim, com a greve dos sapateiros de 1906, nasceu o Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas, que analisaremos posteriormente.

Acomodados à situação político-econômica existente, os industriais de calçado não reivindicam mais do que uma posição secundária em relação ao pólo dinâmico da estrutura social vigente, ou seja, o setor agrário. Referindo-se, por exemplo, ao baixo nível salarial do operário, assim se exprimiu um porta-voz dos industriais: "Neste país, onde só duas indústrias odiosamente privilegiadas (tecidos e fósforos) conseguem resultados financeiros, pode ser vantajosa a posição do operário?"⁹ — e poderíamos acrescentar: do industrial? — pois a idéia subjacente a esta questão é a de que se a agricultura está em crise, que dizer da indústria? Para fazer frente a esta situação de crise, não encontra-

mos referências a qualquer programa concreto, mas encontramos trechos que, como este, são mais uma afirmação conformista do que um protesto: "Numa fábrica de calçados o industrial tem o seu capital e o seu trabalho. Hoje em dia dá-se ele por muito feliz se tira os recursos para a sua subsistência do trabalho próprio. O capital, esse não dá de si coisa muito apreciável".¹⁰ Além do mais, desorganizados politicamente, os industriais de calçado só conseguem lamentar a política de tarifas baixas (ditada pelos interesses agrários) que permite a entrada de similares estrangeiros com os quais não podem competir.

Afirmando que "o poder público há de acordar um dia", os industriais pedem a repressão do movimento grevista, sem, no entanto, consegui-la, pelo menos com a intensidade que desejavam. "Temos pedido, sim, por nossos direitos. . . Temos pedido pela nossa propriedade. . . Não inventamos coisa estranha. Aí vai o que está passando no Rio Grande do Sul".¹¹ Transcrevem então um telegrama de Porto Alegre, noticiando a repressão violenta de uma greve, numa insinuação clara de que o chefe de polícia do Rio de Janeiro estava agindo como devia. O mesmo pode ser deduzido de uma mensagem dirigida, agora, ao Presidente da República: "Queira o Sr. Presidente da República ler os jornais. . . Vê o Sr. Presidente da República que os industriais não têm manejado a menor violência. . . Apenas exigem que se respeitem os direitos de sua propriedade. . . Não será possível obter isso na capital da República? Fazendo esta exposição dos fatos, deixamos aqui a expressão da nossa confiança no ânimo do ilustre Sr. Presidente da República".¹²

A posição fria e distante do Estado e dos poderes públicos em relação à questão trabalhista agitada pelos industriais só pode ser explicada pela inexpressividade da indústria de calçados para a economia nacional, e mesmo estadual, o que, logicamente, limita a margem de atuação política dos industriais, que não dispunham de meios político-administrativos para enfrentar as tensões geradas pela industrialização.

A estrutura da indústria de calçados também limita a ação dos trabalhadores, na medida em que a produção artesanal e domiciliar enfraquecem o movimento operário. A posse de uma técnica manual mais desenvolvida é o suficiente para assegurar a possibilidade de ascensão social, permitindo que o individualismo do artesão e mestre, com pretensões a se transformar num pequeno empregador, se torne um obstáculo sério ao sindicalismo. Durante a greve que estamos analisando, parecem ter sido freqüentes os atentados aos mestres e contra-mestres, identificados com os interesses do patrão. No dia 7 de setembro, por exemplo, é noticiada

uma tentativa de assassinato do mestre da fábrica Condor, por não ter aderido à greve com os demais empregados.

Entretanto, a dispersão da mão-de-obra, agravada pela permanência do trabalho caseiro, constituiu talvez o maior empecilho à organização do operariado. Trabalhando isoladamente, atomizado, o trabalhador domiciliar não se interessava pelo sindicato. Além do mais, desorganizado e sem poder de barganha, aceitava trabalhar por muito menos do que os operários regularmente empregados nas oficinas. Estes, sem trabalho, acabavam por ceder, fazendo com que as tabelas salariais nunca fossem respeitadas. " . . . Um dos meios mais eficazes para a não execução das tabelas era o trabalho para fora, pois . . . dava-se a entender aos operários que havia pouco trabalho até para os que estavam (na oficina); que os preços da mão-de-obra estavam *puxadinhos* na tabela, mas que se eles quisessem trabalhar por menos (por fora), então teriam trabalho, o quanto pudessem fazer".¹³

A relevância do problema pode ser abalizada pela freqüência com que se desenrolavam cenas como esta: "Às 9 horas da manhã de ontem, em plena praça da cidade, na parte entre a ponte das barcas de Niterói e a Secretaria da Viação, um grupo de grevistas atacou o operário. . . que trazia dessa cidade dois volumes de obra. Foi esta apreendida e queimada. Lá estão 50 a 60 pares de botinas reduzidos a torresmos".¹⁴

Representados, no entanto, pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, os trabalhadores apresentavam um grau de organização muito superior ao dos industriais, como procuraremos demonstrar pela análise subsequente das formas de organização das classes industrial e trabalhadora. Isto talvez possa ser explicado pela elevada taxa de estrangeiros existente no seio do operariado brasileiro, fruto da política imigratória do Estado, e pelo movimento operário nacional que crescia e se fortalecia nas principais cidades do país.

"Os imigrantes vinham imbuídos de idéias e, mais do que isso, de técnicas desenvolvidas simultaneamente, na época fértil do industrialismo europeu. . . agitando não só os meios operários mas, direta e indiretamente, os meios intelectuais de classe média, sobretudo jornalistas, estudantes, alguns setores do funcionalismo e mesmo dos meios militares".¹⁵

Apesar de não termos dados a respeito da percentagem de estrangeiros existentes entre os sapateiros, pudemos observar sua presença pelas referências ocasionais a trabalhadores portugueses e italianos e pelos sobrenomes estrangeiros como: Rossi, Lantancio, Noro, Cocharale, Scola, Casa Motes etc.

de sapateiros citados nos jornais por nós pesquisados.

Do I Congresso Operário Brasileiro, realizado de 15 a 20 de abril de 1906 no Rio de Janeiro, participaram organizações do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Estado do Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A delegação do Rio de Janeiro contava com representantes de 23 sindicatos, entre os quais a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros. A organização dos sapateiros num órgão de classe atuante não é, portanto, fenômeno isolado. Sabemos, por exemplo, que durante a greve os sapateiros receberam apoio de diversos sindicatos do Rio de Janeiro e se corresponderam com entidades de outros estados. Assim podemos levantar a hipótese de que a politização decorrente da militância de operários estrangeiros e a solidariedade existente entre as organizações operárias do Rio de Janeiro contribuíram para contrabalançar os limites impostos aos sapateiros pela produção artesanal e domiciliar.

É preciso, no entanto, não superestimar o papel do trabalhador estrangeiro. Somente na medida em que tenha havido uma redefinição social das experiências individuais dos emigrados em função da nova realidade econômico-social na qual estavam inseridos, é que sua prática política pode ser considerada positiva. Além do mais, como o próprio ato de emigrar traduz, em geral, expectativas polarizadas no sentido da ascensão social, muitos europeus devem ter-se mantido alheios à luta sindical, esforçando-se para enriquecer e muitas vezes voltar ao país natal. O grande número de pequenas unidades de produção e de nomes estrangeiros entre os industriais de calçado (Seves, Gambero, Cortez, Baldessarini, Catriz, Spier, Robalinho, Peres, Lassinesta etc.) parece indicar que a ascensão econômico-social não era, para os sapateiros do Rio de Janeiro, um eldorado muito difícil de ser conquistado.

3. Formas de organização das classes industrial e trabalhadora

3.1 O CENTRO DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO E CLASSES CORRELATIVAS

Ao estourar a greve dos sapateiros a 28 de agosto de 1906, os industriais de calçado do Rio de Janeiro não estavam organizados num órgão de classe. Assim, no dia 7 de setembro, os industriais da fábrica de calçados Condor procuraram a Associação Comercial e pediram que esta interviesse junto aos poderes públicos a fim de conseguir garantias contra os sapateiros em parede. Mais tarde, com a persistência da greve, fundou-se o Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas "o terceiro que se forma por ocasiões de greves".¹⁶

Este seria portanto um órgão de vida intermitente: nascia com as greves e desaparecia com a solução das mesmas. Fundado como resposta imediata à luta econômica dos trabalhadores, o Centro dos Industriais tinha como objetivo "o congrasamento das diversas classes congêneres, que dela farão parte, e a defesa, em qualquer emergência e perante qualquer autoridade, dos interesses da indústria e profissão exercida pelos seus membros".¹⁷ O caráter imediatista dos seus objetivos pode ser visto pela análise de alguns artigos de seus estatutos:

Art. 4.º — A associação organizará um arquivo dos cadastros que se tornarem necessários, a juízo de sua diretoria.

Comentando o artigo correspondente dos estatutos do Centro fundado por ocasião da greve de 1903 (a associação organizará um escritório de informações, com seu arquivo especial e os cadastros que julgar necessários) pergunta Evaristo de Moraes, advogado da União dos Sapateiros, num artigo escrito pela União, no *Jornal do Comércio* do dia 13 de outubro: "a respeito de quem seriam prestadas informações pela polícia secreta industrial? . . . O espírito menos arguto percebe que só operários independentes seriam objeto de tais prejuízos e só para eles se estabeleceria o registro". De fato, este artigo visava a impedir que "os elementos perturbadores que são, na classe, atualmente, de incomparável importância. . . agitem por agitar. . . e que por mais fortemente repelidos que sejam pela maioria, não deixam de conquistar espíritos menos capazes de resistência".¹⁸

Art. 14 — No caso de paredes parciais em uma ou mais fábricas de calçado, os colegas co-associados se obrigam a prestar-lhes todo o auxílio, inclusive fornecer os operários de que eles careçam para acorrer às exigências do fabrico, ou a suspender o trabalho em suas fábricas, se os operários se recusarem a substituir os que se tiverem declarado em parede.

Parágrafo único — Para os efeitos deste artigo, precederá convocação imediata de assembléia geral, para tomar conhecimento do motivo que determinou a greve e resolver sobre as medidas a tomar, incidindo a sua deliberação no disposto no art. 11, § 5.º.

Art. 11 — § 5.º — Incorrerá na multa de 5\$000 o associado que faltar ao cumprimento de qualquer deliberação, aprovada em assembléia geral extraordinária por dois terços dos membros presentes.

Os sapateiros reagiram violentamente a esta medida que visava claramente a enfraquecer e dividir seu movimento reivindicativo: a) procurando evitar que as fábricas fossem paralisadas pela greve,

minando a solidariedade existente entre os operários, ao deixar sem trabalho aquele que se recusasse a substituir um grevista; b) o grito de alarma foi dado por um libelo publicado no *Correio da Manhã*: "Greve dos sapateiros. O art. 14 moderno. Os paladinos da liberdade operária. Graças a Deus! Descobriram-se finalmente as nobres intenções dos nossos protetores. Quem leu o *Diário Oficial* de ontem? Pois quem não leu, leia". Cita então o art. 14 e comenta: "De forma que o operário sapateiro passa a *ser uma coisa que se empresta a um vizinho?* . . . Mas por que é que os sapateiros fazem greve? Por que não lhes pagam o preço combinado? . . . Mirem-se neste espelho os tais operários livres, porque quem não vai na onda são . . .

Os ex-escravos."¹⁹

Uma análise mais fria e cuidadosa foi publicada depois, pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros no *Jornal do Comércio*: "De uma parte, este dispositivo dos Estatutos do novo 'Centro' implica a escravização dos trabalhadores, ou, pelo menos, pressupõe que ela se pode estabelecer, conferindo aos patrões o direito de mandar os salarizados para oficinas em que outros trabalhadores hajam declarado greve. Em tal situação seria o operário como um escravo, sem vontade própria, condenado à defesa dos interesses contrários, obrigado a abandonar e a combater seus companheiros em luta. . . . De outra parte, os industriais cujos operários tivessem a necessária dignidade para se recusarem à substituição dos companheiros em greve, seriam castigados com a obrigação de fechar suas fábricas (sob pena da multa de 5:000\$. . .)".²⁰

A tática de luta dos industriais visava basicamente a conquistar a opinião pública e a simpatia da polícia, e dividir os operários, criando antagonismos que tornassem a manutenção da greve impossível. Para tanto desenvolveram uma intensa campanha jornalística em torno dos seguintes pontos:

- a) atacar as reivindicações descabidas dos sapateiros;
- b) caracterizar a greve como violenta;
- c) defender os interesses dos operários prejudicados pela greve (trabalhadores domiciliares);
- d) pedir enfaticamente, mas de um modo um tanto velado, a repressão da greve. Além disso, ameaçaram despedir definitivamente todos os grevistas, falaram em interromper temporariamente suas atividades (o que atingiria os operários que não haviam aderido à greve) e procuraram subornar os soldados que guardavam suas fábricas, fato que foi denunciado pelo *Correio da Manhã*. . . "os soldados se alimentam, na sua maioria, nas fábricas à sua guarda, sentando-se à mesa dos industriais. Para tais fatos chamamos a atenção. . . a fim de não suceder o que se deu outrora,

quando uns industriais disseram à polícia que muito e muitos contos lhes havia custado a regressão de uma greve".²¹

O Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas, todavia, não tem condições para implementar uma política de resistência sequer a curto prazo. Fundado a 14 de setembro de 1906, cinco dias depois já enunciava asperamente a covardia da classe: "Ao que se diz, há hoje em dia uma fábrica sob a gerência da União dos Sapateiros. É de se crer que estejam satisfeitas as duas partes; os que se agacharam e os que cavalgaram".²² Além do mais, formado a poder de medidas coercitivas e controlado pelos grandes industriais, não consegue manter-se coeso — enfrenta a oposição dos pequenos industriais. As dissensões internas aumentam com o arrastar da greve e começam a transbordar pelos jornais: "Meus companheiros andam errados, mais errados do que os próprios sapateiros. . . Eu, se não fosse a coação em que me encontro no Centro, já teria desde muito proposto outro acordo sério, e nas minhas condições estão muitos colegas. O colega Eduardo Baldessari ni deu o fora porque sentiu que ali dentro do nosso Centro há verdadeira tirania da opinião de uns tantos que só cuidam das suas fábricas".²³

As relações de poder dentro do Centro e o conflito de interesses entre as pequenas oficinas e as fábricas de maior capital e mão-de-obra são claramente explicitados neste artigo publicado no *Correio da Manhã*, no dia 24 de outubro de 1906 por "um industrial pequeno aos seus iguais: Lamento seriamente que até hoje não tenhamos visto o único fim do Centro para conosco, os pequenos fabricantes. Não sabeis que já antes de todas as 'greves', os grandes industriais faziam ver aos próprios operários a necessidade do desaparecimento dos pequenos fabricantes? Pois como os operários não deram atenção a isso. . . são os próprios grandes industriais que querem aniquilar-nos, e como? Pela 'greve'! Pois não vedes os meios de que se têm servido para nos impedir de trabalhar? Caçam-nos os créditos e outras perseguições. . . e nós resistindo. . . Mas, amanhã, quando eles mesmos forem obrigados a trabalhar, o que será de nós? Eles em pouco tempo reaverão os seus prejuízos, mas alguns de nós teremos infalivelmente de fechar as portas, porque se contaís com o auxílio de colegas para lhes fazerdes concorrência na venda, estais enganados. E assim seremos liquidados e, o que é mais triste, — por nós mesmos — que por um capricho mal entendido não queremos abrir os olhos à verdade. Vale mais tarde do que nunca, é melhor prevenir do que remediar! . . . — Madrileno".

Assim, "o acordo dos industriais de calçado, grandes fábricas e pequenas oficinas, no movi-

mento de defesa comum, com o amparo da briosa classe dos negociantes de couro, também interessados nos problemas fabris da indústria de calçado"²⁴ é apenas a imagem idealizada de um acordo fictício. O Centro é o resultado da liderança de alguns grandes industriais que, apoiados pelos comerciantes de couro, forçam a adesão daqueles que dependem de seu crédito. Os grandes industriais não têm força, no entanto, dado o grau ainda muito baixo de concentração, para enfrentar a concorrência que lhes fazem duas ou quatro fábricas e a maioria das pequenas oficinas, que paulatinamente haviam aceitado as reivindicações dos sapateiros e reiniciado os trabalhos. Como não possuem, também, junto aos poderes públicos, grande poder de pressão, não conseguem impor uma política de repressão violenta ao movimento grevista, acabando por capitular depois de dois meses e 19 dias de resistência.

3.2 A UNIÃO AUXILIADORA DOS ARTISTAS SAPATEIROS

A descontinuidade que, como vimos, marca o desenvolvimento do Centro dos Industriais de Calçado também parece ter sido uma característica comum às entidades sindicais operárias até aproximadamente 1930. Isto porque o desenvolvimento industrial brasileiro neste período é muito instável, sendo constante a ocorrência de crises sérias que limitam o crescimento do operariado urbano: pelo recenseamento do Rio de Janeiro, de 1906, numa população de 811.443 habitantes, apenas 118.770 são operários.²⁵ Além do mais, fruto das sérias resistências estatais ao sindicalismo operário, a repressão policial é constante, o que reflete a rigidez do sistema institucional de poder que "negava aos operários qualquer possibilidade de definir interesses autônomos e de agir ou reagir diante dos problemas seus ou nacionais".²⁶

Apesar destes fatores que atingem o movimento operário como um todo, debilitando-o, a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros apresenta um grau de organização superior ao dos industriais. Fundada em 1899, tinha 1.248 sócios em 1903,²⁷ ano em que dirigiu uma greve por aumentos salariais. De 1903 a 1906, manteve-se viva e atuante, constituindo o único canal de participação significativa na vida social e política, aberto aos trabalhadores. Assim é à União que os sapateiros se dirigem para conseguir auxílio material (ajuda mútua), em casos de necessidade;²⁸ é à União que levam suas queixas e reivindicações, em vista do não cumprimento, pelos industriais, do acordo salarial de 1903; e é a União que prepara, articula e dirige o movimento grevista que é o nosso objetivo de análise.

Refletindo o caráter artesanal da indústria de calçados, a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros obedece ao princípio da arregimentação por ofício: é um *sindicato profissionalmente diferenciado* do qual participam apenas operários de uma mesma atividade econômica (ofício). Embora não tenhamos dados específicos a respeito do corpo de associados da União, é possível determinar sua composição com certo rigor, a partir das reivindicações específicas dos sapateiros e da polêmica que se desenvolve paralelamente à greve.

A maioria dos operários sindicalizados trabalhavam como assalariados em oficinas ou fábricas. Destes, número significativo é constituído por *operários mensalistas*, como fica evidenciado por essa crítica feita pelos sapateiros a uma das tabelas salariais proposta pelos industriais. — "O plano de não incluir na tabela os *empregados de mês* tendia a diminuir o prestígio da União, à qual pertenciam muitos dessa seção, causando a cisão na classe e estabelecendo odiosas distinções".²⁹ Como os trabalhadores mais especializados (montadores, canadores, acabadores etc.) eram, de modo geral, empreiteiros, isto é, recebiam pelo número de obras (peças) realizadas, podemos levantar a hipótese de que a mão-de-obra mensalista era constituída principalmente de operários menos qualificados, como por exemplo os trabalhadores das máquinas e os cortadores. Estes, facilmente substituídos, estavam muito mais à mercê dos industriais do que os artesãos mais especializados, voltando-se, portanto, com maior intensidade para atividade sindical como forma de luta e defesa de seus interesses. (A atitude dos industriais parece reforçar nossa hipótese: logo no dia 5 de setembro decidem dispensar os empregados de corte e máquinas que se mantivessem em greve, mas só no dia 18 tomam medidas semelhantes contra os operários mais especializados).

O foco de resistência à sindicalização está entre os trabalhadores domiciliares. Dispersos, desorganizados, trabalham por salários aviltantes, tornando-se terríveis concorrentes da mão-de-obra regularmente empregada e sindicalizada, e anulando as possibilidades do sindicato vir a regulamentar e normalizar as relações entre patrões e empregados. A gravidade do problema é claramente revelada pelas reivindicações dos grevistas: o art. 3.º do regulamento que acompanha a tabela salarial exigida pelos sapateiros proíbe que os industriais mantenham entre seu pessoal operários que trabalhem fora da oficina.

Isto não quer dizer, no entanto, que todos os trabalhadores das fábricas pertençam à União e que todos os operários domiciliares lhe sejam hostis. Os grevistas conseguem, por exemplo, a ade-

são dos trabalhadores domiciliares residentes em Niterói, e têm que lutar contra a resistência de alguns operários regularmente empregados nas fábricas e oficinas, liderados, em geral, por mestres ou contra-mestres. Como entidade de classe, a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros também parece ser mais representativa que o Centro dos Industriais de Calçado e Classes Correlativas. Embora não arregimente todos os sapateiros, consegue paralisar praticamente todas as indústrias de calçado da cidade: em carta à Associação Comercial os industriais declararam, por exemplo, que a fábrica Condor era a única que ainda permanecia em atividade, estando os trabalhos interrompidos em todos os estabelecimentos congêneres.³⁰ Isto parece indicar que quase todos os operários regularmente empregados nas oficinas e fábricas eram sindicalizados ou apoiavam a política da União. Durante a greve, uma assembléia marcada para comemorar a "grande união de toda a classe" contou com a presença de 3.115 associados quites,³¹ o que para a época é uma cifra bastante alta, mesmo levando-se em conta que em períodos de greve o número de sócios dos sindicatos tende a aumentar.

O período histórico compreendido pelas duas primeiras décadas do século XX e caracterizado por todos quantos estudaram o movimento operário brasileiro como predominantemente anarquista, sendo os sapateiros freqüentemente destacados como categoria profissional profundamente dominada pelo anarquismo. "Um lugar semelhante (ao dos gráficos) era ocupado pelos sapateiros, devido, igualmente, a um nível de qualificação acima da média dos operários da época. Nesse setor, igualmente politizado, sobressaía justamente um considerável número de imigrantes italianos e espanhóis, justamente os que se notabilizaram, com os portugueses em menor escala, como os maiores propagandistas de anarquismo".³²

56 Caraterizar a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros segundo sua filiação ideológica nos parecia uma tarefa quase impossível, quando apenas dispúnhamos de dados relativos a uma greve por ela dirigida. No entanto, depois de juntar todas as peças do quebra-cabeça e comparar as mais diversas notícias publicadas pelos dois jornais pesquisados, durante o período da greve, conseguimos encontrar elementos que nos permitem afirmar que a União não é um sindicato anarquista, nem do ponto de vista de sua organização interna, nem quanto aos objetivos finais de sua prática efetiva.

Uma das principais características do sindicato anarquista é a flexibilidade de sua estrutura interna, ou seja, a inexistência de estruturas hierárquicas rígidas. "Considerando que a ação operária constante, maleável e pronta, sujeita às diversas

condições de tempo e lugar, seria grandemente embaraçada por sua centralização;... o Primeiro Congresso Operário considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária, o método — Federação — da mais larga autonomia do indivíduo no Sindicato, do Sindicato na Federação e da Federação na Confederação, e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade, e delibera...". "Considerando que o Sindicato é a coesão de operários que se unem para a ação contra o capital; que, portanto, essa ação deve ser de todos, pois, do contrário, seria insubsistente; e que as delegações do poder ou mando levam os operários à obediência passiva e prejudicial nas lutas operárias; o I Congresso Operário Brasileiro aconselha os sindicatos a procurarem substituir as suas diretorias por simples comissões administrativas unicamente com delegação de funções."³³

A estrutura sindical preconizada pelos anarquistas é a expressão de uma visão de mando individualista e igualitária. Sua prática, justamente porque a ação individual não pode ser apagada ou dirigida por uma liderança ativa, é marcada pelo espontaneísmo: a existência de uma diretoria, de uma vanguarda, "impediria o desenvolvimento da iniciativa e da capacidade do operariado se emancipar", levando os trabalhadores "à obediência passiva e prejudicial para a luta dos trabalhadores". A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros afasta-se bastante deste modelo — é muito mais centralizada do que os anarquistas considerariam legítimo. O sindicato é presidido por um Conselho Administrativo, que apesar da denominação de caráter nitidamente anarquista, tem um campo de atuação muito mais amplo que o das comissões administrativas previstas pelos anarco-sindicalistas.

No dia 13 de setembro, os sapateiros publicam um artigo em nome da "classe", no qual expõem claramente o papel do sindicato e de sua diretoria, a fim de rebater acusações, de que a greve era imposta por um pequeno grupo representado pela União: começam afirmando que a tabela de preços contendo os aumentos salariais exigidos fora apresentada por uma classe unida, isto é, por um sindicato em trabalho, que assume, assim, a responsabilidade de um contrato comercial. A vigilância deste só pode ser feita pelos operários unidos em sindicato "pois é a quem esse contrato, essa responsabilidade assumida, interessa diretamente". Se os industriais o infringem, perguntam, "quem intervém? Os operários em massa? Um só isoladamente? Não, seria incoerente". A primeira alternativa apenas causaria confusão e balbúrdia, a segunda seria totalmente ineficaz, fazendo (ambas)

com que fossem facilmente subjugados. Concluem, então:

"Homens que entenderam ser preciso unirem-se para conseguir um fim, viram também que necessitam entre si alguém que, representando o seu todo, ouça as suas vontades e as exponha a quem deve, e é assim que *não há povo sem governo, casa sem chefe, nem sociedade, centro, grêmio ou união sem uma diretoria*. A diretoria tem o dever de manter a boa ordem dos seus *dirigidos*, ouvir-lhes as vontades, escutar suas opiniões, esclarecer pontos obscuros, tornando-se *centro ou coração da classe que representa*".³⁴

A União é portanto um órgão representativo a quem cabe zelar, através da mediação de sua diretoria, pelos interesses da classe, e a diretoria é a consequência natural da organização em sindicatos, pois toda ação coletiva implica liderança.

A União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros não é um sindicato revolucionário, mas uma entidade reformista, ou seja, uma entidade que luta muito mais pela melhoria das condições sociais e materiais dos operários sob o regime capitalista, do que pela destruição da ordem burguesa. Aqui, uma vez mais, a distância existente entre o anarquismo e a União é muito grande. Para o anarquista, o sindicato é uma organização revolucionária que, através de seus métodos de ação direta — organização no campo econômico, greve, boicote, sabotagem, piquete, propaganda oral e escrita etc. — torna-se o principal meio para a fundação de uma nova ordem social *sem governo e sem leis*, formada pelo acordo mútuo, com base na solidariedade humana e na liberdade perfeita. Isto porque para ele o Estado, fruto da sociedade de classes, só tem sentido como defensor dos privilégios gerados pela propriedade privada. "Matai o Estado, deixando de pé o monopólio econômico: os proprietários... reconstituirão o poder político, a violência organizada, para se manterem na sua posse. Do mesmo modo, matai a propriedade particular, mas conservai um governo, e esse criará uma classe interessada na sua conservação...".³⁵ É preciso, portanto, destruir o Estado juntamente com a propriedade privada, para que se possa edificar, em seu lugar, uma sociedade livre e igualitária, organizada numa federação de associações de produção e consumo. Para tanto, é legítimo lançar mão da violência, mas não é legítimo utilizar as instituições vigentes como meio de luta. O sindicato anarquista rejeita os princípios da participação política, não aceitando qualquer tipo de colaboracionismo (com o poder central, governos estaduais, partidos políticos etc.), nem mesmo para fins de reforma social: o sindicato anarquista postula meios de ação próprios, antiestatais e inteiramente alheios à ordem jurídica vigente.

A União, pelo contrário, move-se no quadro institucional existente, sem questioná-lo com maior profundidade. Suas críticas são periféricas: não atingem nunca o valor das instituições republicanas, pelas quais aliás parece demonstrar profundo respeito. Assim, clama por uma Justiça "clara, evidentemente correta", aquela "que não distingue o potentado do miserável, aquela que se estriba na lei, não olhando para a condição social do indivíduo",³⁶ sem elaborar, como o anarquista, uma teoria que, ao apresentar a Justiça como o poder constituído de uma classe, a questiona como um valor em si mesmo — pelo menos enquanto existir a sociedade de classes. Procura legitimar sua ação perante o Governo e a Justiça, declarando seu respeito às prescrições legais e às autoridades em geral, e procurando demonstrar que durante toda a greve ninguém invadiu, a mando ou conselho seu, os limites da liberdade individual, atacando a propriedade privada ou ferindo os preceitos democráticos nos quais se baseia a ordem republicana.

Como tática de luta a União defende a *resistência pacífica*, pois a única arma que empregou "e que sempre deu efeito foi a palavra, e esta é livre". A União nega, portanto, qualquer responsabilidade pelos atentados contra os operários que não aderiram à greve, pois "ninguém tem o direito de impedir por *meio da violência* que este ou aquele trabalhe".³⁷ Nega também participação nos atentados contra a propriedade privada levados a efeito pela queima de obras confeccionadas por trabalhadores domiciliares. Já dissemos e repetimos: a União nada tem a ver com delitos porventura praticados a pretexto de greve, não podendo responsabilizar-se pelas paixões alheias, mais ou menos excitadas".³⁸

A Constituição Republicana dá a todos os cidadãos brasileiros o direito de reunião, de formar associações, de lutar pelos seus interesses, e é em função deste direito que a União declara que sua prática não transgredir os limites que lhe facultam as leis constituídas. A greve só é aceita como instrumento de luta, depois que todos os recursos legais foram esgotados, embora ainda lhe fazendo restrições: "O respeito às prescrições legais e à consideração pública e particular que nos merece as autoridades não nos levam até à desistência da greve, embora tenhamos consciência de que ela dá muita canseira e *perturba mais de um bom negócio*",³⁹ ou seja, perturba a ordem e as atividades da indústria capitalista.

Sem ter acesso aos estatutos da União, às atas das assembléias, aos manifestos distribuídos durante a greve, é impossível, no entanto, garantir ser este o real perfil ideológico da União. Todas essas posições poderiam ser defendidas pelos jornais apenas como efeito de retórica. Não existindo no país

um aparelho sindical suficientemente forte para resistir à ação repressiva do Estado, a União poderia estar simplesmente jogando com palavras, a fim de encobrir seus verdadeiros objetivos revolucionários. Contudo, alguns dados parecem desmentir esta hipótese:

a) Evaristo de Moraes, jurista republicano, pioneiro da legislação trabalhista no Brasil, simpaticamente da "causa operária", mas decididamente não um revolucionário, era o advogado e o principal mentor intelectual da União. Durante a greve, participou de várias assembléias, escreveu todos os artigos que a União publicou em seu debate com o Centro dos Industriais de Calçado, participou da passeata feita pelos sapateiros, onde discursou e foi delirantemente aclamado pelos grevistas. Num sindicato anarquista, nunca conseguiria ter tal margem de atuação.

b) No dia 28 de setembro, numa assembléia-geral que contou com a presença de Evaristo e de uma comissão de acadêmicos e 3.115 associados, foi aprovada a criação do Livro 115 "para o nome do pequeno número de exaltados". Se a União apoiasse a prática destes "exaltados" e estivesse interessada apenas em camuflá-la, não se preocuparia em arquivar os seus nomes.

c) A imprensa operária da época não escondia suas posições, pelo contrário, defendia suas idéias abertamente, sem procurar esconder os objetivos finais da sua prática. As leis, o Estado, a propriedade privada e os privilégios burgueses eram sistematicamente atacados, principalmente pelos anarquistas, que não deixavam nunca de afirmar de público seus objetivos revolucionários.

d) A *Gazeta Operária*, único jornal operário ao qual tivemos acesso, publicou um artigo de Evaristo de Moraes, no qual a greve dos sapateiros continuou a ser caracterizada como um movimento pacífico e respeitoso da ordem legal.

Assim, mantemos nossa afirmação de que a União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros é um sindicato reformista, que luta por reformas sociais de cunho trabalhista, sem pretender grandes transformações estruturais. Ela se diz socialista, não por exigir a abolição da propriedade privada, e sim por ser partidária da teoria sindical (expressão que nunca define ou se quer explicita melhor); mas socialista, na época, era uma denominação geral que abrangia desde positivistas e socialistas utópicos até marxistas e anarquistas.

Finalmente, é preciso caracterizar melhor o papel dos "exaltados" dentro do sindicato. Enquanto a diretoria da União e a maioria dos associados adotam a resistência pacífica como tática de luta ("O fracasso do acordo que demos notícia não produziu os efeitos que foram anunciados. . . , pois os

operários, obedientes à voz da associação de classe, confiam na sua causa e se obstêm de violências"),⁴⁰ procurando, através de passeatas ordeiras e do debate travado com o Centro dos Industriais, legitimar o movimento grevista perante o público e as autoridades; alguns operários partem para a ação violenta (apedrejamento de fábricas, queima de "obras" feitas por trabalhadores domiciliares, ataques a operários dissidentes) visando ampliar a greve ou simplesmente impedir que algumas fábricas continuem funcionando parcialmente com a entrega de mercadorias feitas pelo sistema do trabalho caseiro. Este choque de tendências ideológicas, revelado pelo exame da tática de luta da União, se deve à penetração de alguns elementos anarquistas e marxistas entre os sapateiros.

A *Gazeta Operária* do dia 17 de novembro publica um artigo do sapateiro Antonio Rossi, de conteúdo claramente marxista: "Demonstraremos ao nosso carrasco que sabemos impor o direito à força; que nossa luta é maior e mais nobre, porque é a luta para a emancipação do proletariado. . . , o triunfo do trabalho sobre o egoísmo capitalista e destruição de todos os privilégios burgueses. Companheiros! Sejam unidos e tenhamos sempre na memória a frase sublime, consciente e imorredoura do grande mestre do socialismo, Carlos Marx: '— Proletários de todo o mundo, uni-vos!' " O *Jornal do Comércio* do dia 30 de setembro transcreve uma matéria da *Última Hora* comentando a agressão feita por um grupo de trabalhadores aos operários que saíam de uma fábrica, e a prisão de apenas dois libertadores (isto é, libertário, anarquista), pois o grupo se dispersara com a chegada da polícia e os outros haviam conseguido fugir. Marxistas ou anarquistas, esses operários constituíam uma minoria sem forças para impor aos sapateiros e à União Auxiliadora sua ideologia revolucionária. Minoria que precisava ser controlada, como a criação do Livro 115 nos faz supor.

4. Manifestações ideológicas dos industriais e sapateiros

Nesta parte do trabalho foram utilizados como objeto de análise os textos publicados pelo Centro dos Industriais e Classes Correlativas e pela União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, assim como duas entrevistas, feitas por um jornalista do *Correio da Manhã*, com um sócio do Centro e um membro da diretoria da União. Como nos propomos a estudar manifestações ideológicas, vários problemas imediatamente se apresentam: como definir ideologia? quais as relações existentes entre ideologia e prática? como dizer que as representações e valores identificados, por exemplo, no discurso dos industriais constituem imagens ideológicas da classe

burguesa, distintas, portanto, das imagens próprias do operariado? Nossos objetivos são, no entanto, muito limitados: resolver tais questões não está dentro do escopo deste estudo. Pretendemos apenas explicitar as representações e valores subjacentes no discurso dos atores, na medida em que estes indicam uma determinada forma de apreensão do social.

A análise do discurso dos industriais aponta para uma visão idealizada do Brasil como um país possuidor (provavelmente pela sua grandeza territorial) de uma relação extremamente favorável entre a oferta e a demanda de oportunidades: aqui, "o trabalho é oferecido a todos quantos busquem nele a fonte de subsistência";⁴¹ aqui não há miséria, não há escassez, nem concorrência: os industriais de calçado "estão conscientes de que não exploram o trabalho do operário, porque este vive na folgança relativa em que vivem as classes trabalhadoras neste país".⁴² Se existe trabalho para todos e se os salários pagos ao sapateiro são até "superiores aos de muitos trabalhadores públicos", a greve não tem sentido, pois, na verdade, a "questão social" agitada pelos operários não existe, o que é uma forma de negar a existência de um potencial real de conflito entre patrões e empregados. Os grevistas são, portanto, elementos "desordeiros", "violentos", de cuja influência e ação os operários "de boa-fé", os operários "de boa vontade" precisam ser defendidos.

Fica explicitada, assim, uma das mais persistentes apropriações ideológicas das relações entre as classes em nossa sociedade — a *imagem paternalista de relações entre patrão e empregado*, imagem que freqüentemente se apresenta articulada com uma concepção idealizada do homem brasileiro. Presente em toda a campanha jornalística empreendida pelo Centro dos Industriais de Calçado está a imagem do industrial como defensor dos direitos e interesses dos trabalhadores. Assim, contra as práticas exclusivas da União, que pretende eliminar o trabalho caseiro, levanta-se a voz do industrial: "impõem os grevistas que não se dê trabalho às famílias operárias que não sejam sócias da União. A isso não podemos sujeitar-nos porque temos consciência do auxílio indireto que prestamos à família operária".⁴³ Sua resistência à greve é apresentada, então, como um ato de defesa, dos trabalhadores oprimidos pela União: os patrões não podem capitular, porque, se o fizerem, o operário "diligente" e que lhe é "fiel" não terá outro remédio senão submeter-se ao "poder violento" da União.

A caracterização da União Auxiliadora como um poder necessariamente violento ancora-se numa concepção ideológica da natureza do homem brasileiro: as categorias "de boa fé", "de boa vontade",

"ordeiro", empregadas para qualificar o trabalhador, traduzem a apropriação do *homem brasileiro como um ser pacífico e cordial*. E é justamente porque o operário é "bom" e "fiel" a quem o protege, que ele não se revolta — aliás, não existem razões para tanto: a apropriação paternalista da relação patrão/operário, imprimindo-lhe uma dimensão personalizada de "deveres" mútuos — o operário serve com fidelidade ao patrão e este em troca o protege e ampara — dissolve, no nível da ideologia, e portanto da consciência inconsciente dos atores, a possibilidade da eclosão de conflitos agudos entre os mesmos. Neste contexto, a União só pode ser encarada como um corpo estranho, violento e discricionário que "sacrifica os artistas à sanha truculenta de uma solidariedade forçada",⁴⁴ a fim de arrastá-los à greve.

Essas mesmas categorias, "de boa fé", "diligente", revelam também uma forma atomizada de apreensão do social. Os operários não são vistos, nem como um grupo que tem unidade e características próprias, e que por isso mesmo se distinguiria de outros grupos existentes na sociedade, nem como parte integrante de uma totalidade maior constituída pelo operariado brasileiro. Os operários são percebidos *individualmente* e o grupo por eles formado nada mais é do que uma soma de indivíduos — daí a adjetivação psicologizante: "ordeiro", "fiel", própria para qualificar pessoas e não grupos, classes ou camadas sociais.

Embora estejamos analisando noções ideológicas sem qualquer pretensão de explicá-las em função de relações sociais concretas, gostaríamos de ressaltar que a atitude paternalista dos industriais se imbrica na existência de relações pessoais entre patrões e empregados alimentada pelo caráter ainda artesanal da indústria de calçados. Estas relações, gerando laços de fidelidade pessoal e um sistema de autoridade/submissão definido em torno do "chefe da oficina", sancionam uma relação de dominação direta do industrial sobre o trabalhador. O reconhecimento de um sindicato é, portanto, inaceitável, porque implica a legitimação de um poder intermediário que solaparia as formas de controle direto exercidas pelos industriais sobre os operários: ". . . não será possível a manutenção de disciplina e ordem em uma fábrica onde um poder estranho possa levantar conflitos a todas as horas. (. . .) O que se repele é a investidura de um poder reconhecidamente infenso à ordem e à disciplina".⁴⁵ Com isso não queremos dizer, no entanto, que os industriais manipulem conscientemente o paternalismo com o objetivo de dominar os trabalhadores. Isto seria conferir à ideologia uma instrumentalidade grosseira que consideramos inteiramente imprecisa.

política sindical. A melhor arma do operário é sua qualificação profissional, seu "apuro artístico", qualificação que não é apenas um ponto numa escala de especialização técnica, mas sim, ponto a partir do qual se definem relações entre parceiros econômicos, isto é, as relações entre mestre/artesão, artesão/aprendiz, patrão/empregado, relações que podem ser valorizadas ou contestadas em função do parceiro em questão. Assim, ao defender seu ofício, o operário defende muito mais do que uma posição numa escala socioprofissional, "ele defende todo um conjunto de orientações que explicita um determinado sistema de ação. Esse sistema de ação caracteriza-se pela presença repressora e direta do adversário patronal. É com ele que se negociam as reivindicações, é nele que se projeta a responsabilidade pela gestão econômica da empresa e a iniciativa em matéria de organização".⁵⁵

No modelo referente ao *sindicalismo de ofício*, o primeiro campo é, portanto, representado pela defesa da "arte" — regulamentação e controle do mercado de trabalho; o segundo, pelo patrão, que além de adversário é também encarado como árbitro, e o terceiro, pelo próprio mercado de trabalho, o qual se procura controlar por relações de força.

As reivindicações dos sapateiros do Rio de Janeiro em 1906 consistem numa tabela geral de preços estabelecendo aumentos salariais, e em seu regulamento forçando a aceitação do sindicato, isto é, da União, no interior das fábricas e oficinas. Embora não tenhamos tido acesso a todos os pontos do regulamento, não é difícil concluir, pelos artigos que foram publicados, a importância do ofício, não só como matéria-prima para a formulação de reivindicações, mas como área de intervenção e luta:

Art. 1.º — Reconhecer a Comissão do Sindicato e só com esta resolver qualquer dúvida sobre os preços da tabela.

Como não existia uma legislação trabalhista, na qual pudessem apoiar-se, e sendo freqüentes os desrespeitos aos acordos salariais estabelecidos, o regulamento é encarado como o único meio para a fiscalização e controle da tabela proposta: os operários de uma fábrica delegariam a dois ou três companheiros o direito de verificar se as quantias lançadas eram as estabelecidas pela tabela. Estas quantias deveriam ser registradas numa caderneta fornecida e carimbada pela União.

Art. 3.º — Não coser obras de outras fábricas, nem ter em sua fábrica operários fora da oficina, salvo acordo feito com a União.

Art. 4.º — Só dar trabalho aos sócios da União, de acordo com a Comissão do Sindicato.

A luta contra o trabalho domiciliar é, aqui, claramente explicitada. Os sapateiros pretendem sim-

plesmente suprimi-lo, agindo diretamente sobre o mercado de trabalho: a) procurando diminuir o volume de obras feitas fora da fábrica; b) forçando a sindicalização do operário domiciliar que, como já mostramos, constituía o principal foco de resistência à União. O problema da concorrência entre a mão-de-obra domiciliar e a mão-de-obra regularmente empregada é evidente. Que os industriais lançavam mão deste "exército de reserva" para aviltar os salários também já foi demonstrado. É lógico, portanto, a tentativa dos sapateiros de procurarem forçar a sindicalização da mão-de-obra domiciliar ou mesmo o seu desaparecimento. Não temos elementos, contudo, para responder a uma questão que imediatamente se coloca a partir desta problemática. Tanto o art. 3.º quanto o art. 4.º do regulamento propõem medidas que, pelo controle que exerceriam sobre as relações de trabalho, visam a defender e evitar o aviltamento da "arte". É impossível, entretanto, desconhecendo as formas de sindicalização, as qualificações exigidas pela União (grau de qualificação do associado, quantia exigida como mensalidade etc.), avaliar até que ponto tais medidas, justamente por serem exclusivas, poderiam agir sobre o mercado de trabalho no sentido de se criar ou não um grupo de "oficiais privilegiados" que detivessem em suas mãos as vantagens e os meios de acesso à posição de "artista sapateiro".

Também os outros artigos do regulamento referem-se a problemas surgidos a partir das relações de trabalho: reivindicar a determinação de multas pelas faltas cometidas pelos trabalhadores na execução da tabela, o que logicamente, visava a impedir que os operários trabalhassem por menos, desobedecendo à mesma. Evitar que o industrial burlasse o operário lançando no respectivo caderno os preços das obras posteriormente à sua entrega pelo trabalhador. Evitar que se empregasse sem autorização da União, por exemplo, aprendizes no corte, especialmente sendo pessoas estranhas à "arte". Por outro lado, a própria tabela geral é justificada, não só como forma de acabar com as greves parciais determinadas pelo não cumprimento dos acordos salariais, mas também como meio de eliminar a possibilidade de alguns sapateiros virem a ser favorecidos por tabelas parciais, ou seja, acordos salariais válidos apenas para determinadas fábricas, e, portanto, para determinados grupos de operários.

Para a União, o adversário é claramente o industrial. É interessante notar, no entanto, que o industrial é visto não como um homem que desempenha um determinado papel social explicado pela própria relação de trabalho existente na fábrica, papel que o coloca sempre numa situação de opo-

sição aos interesses do operário, mas como um homem em si mesmo, como o árbitro que pode ser bom ou mal, compreensivo ou injusto; o industrial torna-se o adversário da União por recusar-se a ouvir e atender às reivindicações justas do trabalhador. Daí toda a campanha de denúncia contra certos industriais considerados "baixistas"; daí terem eliminado, durante o desenrolar da greve, a possibilidade de mediação de outros grupos ou pessoas: "...atendendo que os mesmos senhores industriais só procuram intermediários e mediadores da polícia com o único fim de nos esconderem suas intenções duvidosas, coagindo-nos na nossa defesa; ... a União resolve: agradecer as comissões maçônicas e os últimos chefes de polícia; que a datar de hoje a diretoria da União só poderá resolver ou aceitar propostas que partam diretamente dos senhores industriais para a classe..."⁵⁶ Tal atitude só é possível porque, para o sapateiro, seus problemas nascem e morrem na fábrica. Não existe outro campo de atuação política: suas dificuldades surgem a partir das atitudes tomadas pelo industrial e é com ele, portanto, que, em última instância, elas devem ser resolvidas.

Assim, o referencial da política sindical da União é claramente a *fábrica*, o *ofício*: todas as reivindicações nascem da situação de trabalho — condições de vida, status profissional, salários, defesa do mercado de trabalho etc. É por isso que um de seus deveres é lutar pelos ideais e valores da "arte": ideais de perfeição, qualidade de mercadoria, defesa e valorização da obra do artesão frente ao mercado consumidor. Segundo Vidal, é este núcleo central de problemas que, finalmente, dá sentido a reivindicações que podem referir-se até a sociedade como um todo — "o sindicalismo de ofício é inteligível como movimento social se não se leva em consideração sua realização histórica: o anarco-sindicalismo".⁵⁷ A União, no entanto, parece não ter conseguido efetuar esta passagem. Não encontramos, em nenhum dos textos estudados, menções a um referencial mais amplo: a indústria brasileira como um todo, os problemas criados pelo tipo de desenvolvimento industrial do país, o Estado, a concorrência estrangeira. Tudo, em suma, é um problema do *ofício*, que deve ser pensado e resolvido a partir e dentro da unidade de produção — a *oficina*, a *fábrica* — e diretamente com o adversário real do *artista* — seu *patrão*.

6. O desenvolvimento histórico da greve

Em decorrência da greve de 1903, os industriais de calçado assinaram tabelas parciais que fixavam os preços do "acabado" e da "montagem", mas

que deixavam a critério do patrão o estabelecimento do preço dos "pespontos". Assim, havia, mesmo logo após a greve, grande disparidade de salários (segundo o operário entrevistado pelo *Correio da Manhã*, um mesmo trabalho de pesponto podia ser pago a 16\$000 ou a 9\$000), disparidade que aos poucos foi aumentando porque a maioria dos industriais não cumpriu o acordo salarial estabelecido.

A questão que se colocava para os sapateiros não era tanto reivindicar novos aumentos salariais, mas principalmente encontrar meios que assegurassem a efetivação de suas reivindicações. Era preciso defender a "classe", controlar o mercado de trabalho, garantir a manutenção do "ofício". A inexistência de uma legislação trabalhista, ou melhor, de qualquer apoio jurídico-político ao trabalhador, parece apenas reforçar a visão que o sapateiro tem de sua prática política — sua luta é na fábrica, pelo "ofício", contra o patrão. O operário não combate o Estado, que permanece surdo às suas reclamações e alheio aos seus problemas, e nem mesmo o critica. Em contraposição, também não tenta usá-lo para implementar seus interesses — pede apenas que ele se mantenha à margem do conflito, como o árbitro imparcial que só intervém para controlar as regras do jogo. Toda a sua atenção está voltada para o que se passa no interior da unidade de produção: é preciso conseguir um aumento salarial que atinja igualmente a todos, eliminando as diferenças salariais existentes no seio da classe, o que só pode ser obtido pela imposição de uma tabela geral. É preciso forçar o industrial (seu adversário) a reconhecer a União Auxiliadora e a aceitar a caderneta oficial do sindicato que uniformizaria a escrituração e controlaria o pagamento dos trabalhadores. São essas as reivindicações centrais dos grevistas e é por elas que vão se bater durante toda a greve. Os outros pontos do regulamento (veja item anterior) foram abandonados e esquecidos.

A greve foi articulada em fins de julho e princípios de agosto, período em que foram elaborados a tabela geral e o regulamento por uma comissão especial de sócios da União. Encontramos, aliás, vários anúncios na seção "Vida operária" do *Correio da Manhã*, chamando os operários, por especialização, para prestarem esclarecimentos à comissão. Depois de pronta, a tabela foi discutida em várias assembléias-gerais, nas quais participavam apenas os operários que estavam em dia com os seus pagamentos — para participar da assembléia era preciso ter um recibo de entrada. Durante este período houve, também, reuniões periódicas do Conselho Administrativo.

Aprovada, a tabela foi submetida a mais de 40 industriais (os mais importantes) para que estes a

discutissem ou apresentassem uma contraproposta. Como não encontraram qualquer forma de diálogo com seus patrões, que nem ao menos se dignaram a responder à União, os sapateiros reuniram-se em assembléia, no dia 27 de agosto, e decidiram iniciar a greve geral no dia seguinte. A União Auxiliadora passou, então, a coordenar o movimento grevista da seguinte maneira:

- a) nomeou uma comissão para comunicar ao Chefe de Polícia a decisão dos trabalhadores;
- b) nomeou um delegado para cada fábrica, a fim de zelar pela política da União;
- c) formou várias comissões para entregar em todas as fábricas e oficinas da cidade a tabela geral e o regulamento;
- d) colocou a classe em sessão permanente;
- e) procurou, por meio de intermediários, conseguir a adesão dos companheiros;
- f) lançou, no dia 30 de agosto, um manifesto explicando os motivos da greve.

Embora a greve atingisse logo grandes proporções, e imenso número de operários acatasse as ordens da União, alguns estabelecimentos continuaram funcionando. Todavia, o movimento prosseguiu alastrando-se e a União conseguiu depois adesões importantes como a dos operários da fábrica de Madureira (em número superior a 100), a 5 de setembro; e, após várias reuniões, a de todos os operários residentes em Niterói, no dia 25 do mesmo mês. O período inicial da greve foi, entretanto, relativamente violento, porque alguns grupos de trabalhadores, contrariando a política oficial da União, procuraram conseguir adesões pelo emprego da força. Durante todo o mês de setembro foram freqüentes as notícias de choques e atentados (principalmente contra mestres), assim como de apreensões e queima de obras feitas por operários domiciliares.

Ao estourar a greve, os industriais reagiram de forma um tanto desordenada. Alguns aceitaram de pronto as reivindicações dos sapateiros e assinaram a tabela geral e o regulamento. A maioria, contudo, voltou-se para a Associação Comercial com o objetivo de organizar a resistência, iniciando imediatamente uma campanha jornalística contra a União e logo depois os contatos necessários para a criação do Centro dos Industriais e Classes Correlativas, cujos estatutos foram assinados no dia 14 de setembro. No dia 6 de setembro tomam a primeira medida concreta contra os grevistas: é publicado um anúncio convidando os operários a voltarem ao trabalho no dia 10; os empregados de corte e máquinas que não se apresentassem no dia marcado seriam dispensados.

A resposta dos sapateiros é imediata. No dia seguinte é publicada uma nota de esclarecimento à

classe, exortando-a à resistência e denunciando a desonestidade do Centro que colocara ao final do documento assinaturas de industriais que haviam entrado em acordo com a União. Publicam, também, dias depois, um longo artigo rebatendo todas as acusações feitas pelos industriais em sua campanha pela imprensa. O prazo acaba expirando e, apesar de todo o aparato policial colocado nas ruas "para defender aqueles que quisessem trabalhar", ninguém se apresentou e a greve continuou.

No dia 18 de setembro o Centro dos Industriais dá mais um passo na tentativa de conter a greve. Decide em assembléia-geral despedir todos os grevistas que persistissem no movimento: se até o dia 24 os trabalhadores não retirassem seus instrumentos das fábricas e oficinas, estes seriam recolhidos ao Depósito Público. Acontece, então, a primeira interferência de pessoas estranhas à indústria de calçados visando ao apaziguamento das partes litigantes. Um grupo de maçons das Lojas Capitulares Amor ao Trabalho e União Escocesa vai à União e se oferece como mediador junto aos industriais. Os operários desistem de grande parte de suas reivindicações fixando as bases para um acordo nos seguintes pontos: a aceitação do aumento salarial proposto e da caderneta oficial da União, o que implicava o reconhecimento do sindicato. O Centro dos Industriais suspende por 48 horas a entrega das ferramentas dos sapateiros, mas sua posição inflexível quanto à tabela geral e à caderneta torna o acordo impossível. Numa assembléia em que participam mais 3 mil operários, decide-se prosseguir a greve.

No dia 26 de setembro os sapateiros fazem uma manifestação de agradecimento ao *Correio da Manhã*. Cerca de 2 mil operários vão à sede do jornal para agradecer o apoio que este órgão lhes estava prestando. Vários trabalhadores e jornalistas discursam e a manifestação termina com vivas à causa operária, à justiça e aos jornalistas.

A greve atinge então o seu ponto crítico. A 27 de setembro os industriais começam a depor as ferramentas dos grevistas no Depósito Público, e no mesmo dia os sapateiros fazem uma grande assembléia em que participam representantes de várias associações operárias do Rio de Janeiro, uma comissão de acadêmicos, 3.115 sapateiros e Evaristo de Moraes, advogado da União. Nesta assembléia é aprovado o livro 115, numa tentativa para conter os atos de violência praticados por alguns trabalhadores, e decide-se nomear uma comissão para agradecer o apoio moral e material que outros sindicatos operários estavam dando à greve.

No dia 2 de outubro, Evaristo de Moraes entra em contato com o Chefe de Polícia e por seu intermédio propõe ao advogado do Centro um encontro

para discutir as reivindicações dos sapateiros. No dia 3 de outubro, uma comissão do Centro e outra da União, acompanhadas de seus respectivos advogados, reúnem-se no Gabinete da Chefia de Polícia para discutir os termos da proposta do acordo, com base na caderneta oficial da União e da tabela geral, mas a atitude inflexível dos industriais corta, uma vez mais, qualquer possibilidade de entendimento entre as partes. Este será o último passo dado pelos grevistas no sentido de alcançar uma solução de compromisso com os seus adversários. Os operários decidem continuar a greve e numa reunião realizada no Centro Galego, no dia 7 de outubro, resolvem agradecer aos maçons e ao Chefe de Polícia e não mais aceitar intermediários em seus contatos com o Centro — as futuras propostas de acordo teriam que partir diretamente dos industriais para a classe.

A partir daí os industriais começam a perder terreno. O número de oficinas que assina a tabela geral e admite a caderneta cresce assustadoramente, tornando muito difícil a posição do Centro. No dia 10 de outubro, 49 estabelecimentos industriais pequenos e a fábrica Globo haviam aceitado as condições dos grevistas — no dia 15 esse número havia subido para 60. Os sapateiros, por sua vez, continuavam resistindo, aparentemente sem maiores problemas. O fundo de greve do sindicato recebia ajuda de várias organizações operárias da cidade: Associação dos Trabalhadores em Trapiche e Café, União dos Estivadores, União dos Foguistas, União dos Artistas Alfaiates, União Operária do Engenho de Dentro, Resistência dos Marinheiros e Remadores, União Auxiliadora dos Chapeleiros etc.⁵⁸ Muitos sapateiros mudaram temporariamente de profissão, trabalhando como ajudantes de pedreiro, carregadores de café, vendedores de bilhetes de loteria, empregados nas obras do porto etc. Outros formaram grupos de três ou quatro e passaram a trabalhar em casa, por conta própria, obtendo materiais por crédito pessoal ou da União.⁵⁹

No dia 11 de outubro os sapateiros realizam uma enorme passeata, numa evidente demonstração de força. Os jornais calcularam em 4 mil o número de manifestantes (cerca de 3 mil pessoas assinaram os livros de presença da União) e embora deva haver exagero nestas cifras, o número de manifestantes deve ter sido realmente muito elevado, primeiro porque durante o trajeto os sapateiros ridicularizaram várias vezes as acusações do Centro de que a União era apenas um pequeno grupo repressor; segundo porque os industriais não escreveram uma linha sequer sobre a passeata, e desistiram de afirmar que o movimento se restringia a um pequeno número de pessoas. Os sapateiros percorreram todas as ruas onde se achavam as fábricas de cal-

çado fechadas, as redações de todos os jornais e as repartições do Ministério da Justiça e da Chefatura de Polícia passando depois em frente ao Palácio do Catete.

No dia 16 de outubro, Evaristo de Moraes recebe uma carta do advogado do Centro propondo a discussão de uma tabela organizada pelos industriais. No dia 17, numa assembléia convocada especialmente para deliberar sobre o assunto, a referida tabela foi minuciosamente estudada e rejeitada por votação nominal. As razões da recusa foram expostas numa série de artigos publicados pela União sob o título "A tabela da fome", artigos que a partir de um dado momento não foram mais respondidos pelo Centro. A argumentação dos sapateiros baseava-se nos seguintes pontos:

- a) a tabela da União era geral e a do Centro só se referia a quatro seções de trabalho;
- b) os salários, principalmente os do pesponto, eram inaceitáveis, tendo em vista que já se pagava mais na maioria das fábricas antes da greve em questão;
- c) a tabela proposta pelos industriais visava a dividir a classe, separando os operários em grupo de interesses contrários, conforme as especialidades;
- d) a proposta repelia o sistema fiscalizador da caderneta oficial da União.

As dissensões entre os sócios do Centro começam a tornar-se cada vez mais sérias. Artigos são publicados pelos próprios industriais, condenando a política de seu órgão representativo. Além do mais, aumentava o número daqueles que cediam aos sapateiros e recomeçavam seus trabalhos. No dia 16 de novembro, depois de mais uma tentativa frustrada, o Centro dos Industriais capitula, assinando um acordo definitivo pelo qual aceita finalmente a tabela geral e a caderneta oficial da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros.

¹ Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. p. 318.

² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1906.

³ Idem, 13 de setembro de 1906.

⁴ Idem, 11 de outubro de 1906.

⁵ Id. ibid.

⁶ Idem, 15 de setembro de 1906.

⁷ Idem, 13 de setembro de 1906.

⁸ Idem, 10 de outubro de 1906.

⁹ Idem, 14 de setembro de 1906.

¹⁰ Idem, 15 de setembro de 1906.

¹¹ Idem, 11 de outubro de 1906.

¹² Idem, 10 de outubro de 1906.

¹³ Idem, 13 de setembro de 1906.

¹⁴ Idem, 10 de outubro de 1906.

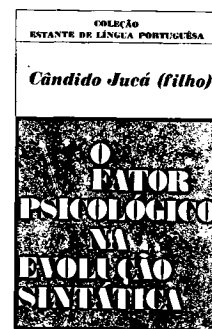
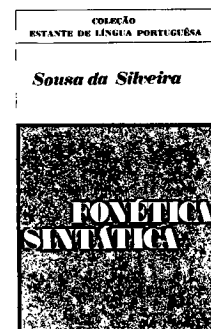
¹⁵ Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. p. 32.

¹⁶ *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1906.

¹⁷ *Diário Oficial*, ano 45, n. 235, 10 de outubro de 1906.

- 18 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1906.
- 19 *Idem*, 11 de outubro de 1906.
- 20 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1906.
- 21 *Correio da Manhã*, 6 de outubro de 1906.
- 22 *Jornal do Comércio*, 19 de setembro de 1906.
- 23 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1906.
- 24 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1906.
- 25 Carone, Edgard. *A República Velha — instituições e classes sociais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. p. 189. É preciso entretanto olhar estes dados com certo cuidado; nesses 118.770 operários, provavelmente, estão incluídos artesãos, trabalhadores domiciliares, empregados em restaurantes etc.
- 26 Cardoso, Fernando Henrique. O proletariado brasileiro — situação e comportamento social. *Sociologie du Travail*, n. 4, 1961.
- 27 Barbosa, Luiz, *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tipografia Luzeiro, 1908. Apêndice estatístico.
- 28 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1.º de setembro de 1906.
- 29 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1906.
- 30 *Idem*, 7 de setembro de 1906.
- 31 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1906.
- 32 Rodrigues, José Albertino. op. cit. p. 36.
- 33 Documentos do Movimento Operário, Resoluções do I Congresso Operário Brasileiro. *Estudos Sociais*, n. 16, p. 387-97, 1963.
- 34 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1906.
- 35 Vasco, Neno. Estado e propriedade. In.: Rodrigues, Edgar. *Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1969.
- 36 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906.
- 37 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1906.
- 38 *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1906.
- 39 *Idem*, 14 de outubro de 1906.
- 40 *Idem*, 6 de outubro de 1906.
- 41 *Idem*, 10 de setembro de 1906.
- 42 *Idem*, 14 de setembro de 1906.
- 43 *Idem*, 10 de setembro de 1906.
- 44 *Idem*, 12 de setembro de 1906.
- 45 *Idem*, 19 de setembro de 1906.
- 46 *Idem*, 25 de setembro de 1906.
- 47 *Idem*, 9 de outubro de 1906.
- 48 *Idem*, 12 de outubro de 1906.
- 49 *Idem*, 10 de outubro de 1906.
- 50 *Idem*, 9 de outubro de 1906.
- 51 Lamounier, Bolivar. Ideologia conservadora e mudanças estruturais. *Dados*, n. 5, Rio de Janeiro.
- 52 *Ibid.* p. 7.
- 53 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1906. (Os grifos são nossos)
- 54 Vidal, Daniel. *Essai sur l'idéologie — le cas particulier des idéologies syndicales*. Paris, Editions Anthropos, 1971.
- 55 *Ibid.* p. 71.
- 56 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1906.
- 57 Vidal, Daniel. op. cit., p. 78.
- 58 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1906.
- 59 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1906.

A sintaxe vista por dois mestres



Fonética Sintática de Sousa da Silveira — Interpretações definitivas de passagens até então mal explicadas dos grandes escritores do nosso idioma. Preciosos subsídios para o esclarecimento de frases feitas.

O Fator Psicológico na Evolução Sintática — Cândido Jucá (filho) — Trabalho que consolida vários e diversos fatos de linguagem e de psicologia social, os quais têm sido tratados profundamente, mas como alheios uns aos outros.

Publicações da Fundação Getúlio Vargas. À venda nas boas livrarias.

1. Definições genéricas;
2. Padrões conflitantes de comportamento social;
3. Hedonismo no consumo;
4. Dimensões éticas do hedonismo;
5. Propaganda hedonística;
6. Avaliação da propaganda;
7. Conclusão.

Alberto de Oliveira Lima Filho*

1. Definições genéricas

O hedonismo é uma teoria de comportamento que enfatiza, como critério central, o prazer. Para os hedonistas, o prazer pode assumir um amplo espectro, que vai desde prazeres puramente sensíveis até sensações de prazer espirituais e extremamente subjetivas, as quais podem ser derivadas da fama, reputação, amizade ou simpatia.

A perspectiva hedonística sustenta que os prazeres físicos e sensuais não são efêmeros, mas, ao contrário, são causa e efeito de primeiros requisitos para a felicidade; portanto, ninguém pode desfrutar a vida e ser feliz sob dor ou outro tipo qualquer de condição restritiva.

O hedonismo é uma palavra de origem grega, que significa literalmente prazer (*hedone*). Os primeiros hedonistas foram os epicuristas, para quem beleza, estética e prazer apenas devem ser obtidos sob a orientação da razão; portanto, para eles, o comportamento hedonístico estava muito próximo do racional e não poderia ser rotulado como um comportamento desviado dos padrões normais.

Mais tarde, Bentham continua a análise do hedonismo, ao longo das mesmas linhas, propondo que cada indivíduo não tem outra finalidade que o seu próprio prazer; assim, ele diz: "Eu me comporto da maneira pela qual eu creio que terei maior prazer".

Para Bentham, a natureza colocou a espécie humana sob o domínio de dois mestres soberanos: dor e prazer.

Se concordarmos com tais assertivas, podemos estabelecer uma escala de felicidade diretamente relacionada à escala de prazer. Estas escalas estão, evidentemente, sujeitas a diferenças relativas e individuais, as quais estão sempre mudando de período a período.

Os níveis de racionalização e não-racionalização do comportamento hedonístico, pela mesma razão, são extremamente diferenciados para grupos ou indivíduos na sociedade. Além disso, mesmo a sociedade, devido a seus costumes e valores, pode ou não legitimar alguns padrões de hedonismo.

Acreditamos que o comportamento promocional e de *marketing* tem um importante efeito sobre os traços hedonísticos da sociedade moderna. O principal objetivo deste estudo é, portanto, examinar a natureza deste problema e estabelecer alguns critérios para avaliar, de um ponto de vista ético, o impacto e o efeito da propaganda sobre o hedonismo que é, atualmente, difundido e aceito em larga escala entre os consumidores.

A fim de atingir este objetivo, o assunto será tratado, na primeira parte deste trabalho, de uma perspectiva macroanalítica, e de uma perspectiva microanalítica, na segunda parte.

As conclusões pretendem conduzir o leitor a uma avaliação do hedonismo do ponto de vista racional.

2. Padrões conflitantes de comportamento social

A cultura ocidental moderna sempre foi sujeita a valores e costumes sociais de natureza conflitante. Partindo do Puritanismo e do Tradicionalismo, que são basicamente doutrinas fundamentadas em motivos econômicos e tradicionais, hoje em dia o analista é capaz de determinar contrastes flagrantes, se adotar uma posição retrospectiva. As áreas metropolitanas de países do mundo ocidental foram consideradas, por um moralista, como extremamente hedonísticas e orientadas por forças não significativas, em direção a objetivos materialistas e, freqüentemente, sem nenhum valor intrínseco.² A última década e o presente momento da cultura ocidental, evidentemente, mostram um profundo conflito entre hedonismo e puritanismo tradicional. No primeiro conjunto de valores, a finalidade precípua é a satisfação e gratificação dos consumidores por meio de uma extensa gama de produtos de luxo e sofisticados. No segundo, os temas centrais são a temperança, economia e emancipação de desejos materialísticos.³

Se a análise toma uma posição imparcial, pode-se determinar três diferentes períodos ao longo do desenvolvimento desse processo:

1º período: o puritanismo foi bom e adequado para incrementar a economia e o bem-estar na cultura ocidental;

2º período: o hedonismo e a economia de mercado estão levando a civilização ocidental a uma completa e amadurecida economia consumerística;

3º período: os padrões hedonísticos estão ameaçando o sistema e alguns retrocessos em direção ao puritanismo seriam convenientes para a cultura ocidental.

O puritanismo e o tradicionalismo, os quais foram, sem dúvida, a tônica predominante da história econômica da civilização ocidental, devem ser avaliados como adequados aos objetivos econômicos do Renascimento e pré-revolução industrial; a busca da moderação dos costumes, a racionalização de necessidades e desejos, o orgulho pelo trabalho e o respeito aos objetivos comunitários foram, certamente, a única e verdadeira razão que explica o sólido e contínuo crescimento de nações como Inglaterra, França, Alemanha e EUA. A motivação de consumo era orientada para objetivos conservadores e não sofisticados,

os quais deram lugar a uma hierarquia ortodoxa no consumo e aceitação do produto.

Estes traços mantêm-se ainda firmes nas características antropológicas das culturas anglo-saxônica e latina. Em produtos domésticos, por exemplo, a propaganda ainda continua usando apelos econômicos e racionais.

Os padrões hedonísticos, como características importantes e difundidas, aparecem mais tarde na cultura ocidental, e são mais um resultado do avanço tecnológico e um produto do conjunto de valores urbanos.

Durante esse período, e até o presente, a legitimação do lazer, a busca do sensual, das recompensas estéticas e psicológicas tornam-se aparentes e amplamente aceitas.

A tendência nesse sentido, certamente, teve início entre os membros da classe de rendimentos altos. Dentre as inúmeras condições que possibilitaram tais mudanças, podem ser mencionadas: aumento de rendas discricionárias, decréscimo de lealdade para com a Igreja, modernização e comunicação em massa. Os primeiros a adotarem atitudes genericamente hedonísticas foram, portanto, membros da alta sociedade, os quais possuíam, pelas mesmas razões, segurança suficiente para consumir em altos padrões e estabelecer estilos de consumo.

Os estudos de Pierre Martineau, Lloyd Warner e Wroe Alderson explicam como indivíduos pertencentes a classe alta agiam como geradores de um novo estilo de vida para todas as outras classes da sociedade.⁴

Seguindo o novo comportamento hedonístico e, em virtude de um processo de adaptação, emulação e assimilação, outras classes sociais rejeitam a idéia de que tais atitudes e valores consumerísticos não eram mais do que formas aparentes e vulgares de ostentação.

O sistema de *marketing* imediatamente se aproveitou destas condições permissivas, porque elas estavam em perfeita compatibilidade com as regras de produção e de consumo em massa.

A fim de sustentar o acréscimo no consumo de produtos hedonísticos e de luxo, a propaganda seguiu a mesma trilha com as mais proveitosas contribuições para esta revolução nos padrões de comportamento dos consumidores.

O final dos anos 60 e começo dos 70 são representativos de uma interessante dicotomia de valores; os dias atuais são marcados por dois tipos de grupos hedonísticos: o primeiro grupo que ainda está voltado ao bem-estar material e continua com a mesma maneira de viver, consumindo bens duráveis de alto custo, novidades e mercadorias de etiquetas exclusivas; o segundo grupo, na maio-

* Professor do Departamento de Mercadologia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

ria os “não-conformistas” da nova geração, apelam para o hedonismo, procurando romper com os padrões formais da sociedade. Os membros deste grupo rejeitam os bens materiais para atingir suas metas de vida; assim sendo, a liberdade transforma-se no alvo básico e principal de suas aspirações.

Portanto, conflito de valores e de atitude sociais trazem disfunções ao sistema e requerem uma reavaliação das dimensões éticas do mesmo, em termos de urgência, uma vez que a felicidade coletiva está desaparecendo e a tristeza aumentando assustadoramente.

Se é certo que os mercadólogos devem assumir uma posição ética e racional, com relação ao problema, torna-se necessário fazer uma análise objetiva da orientação básica que os sistemas econômicos capitalistas e neocapitalistas deram à utilização dos recursos econômicos. É preciso ainda entrar na consideração dos efeitos da tecnologia sobre os padrões de vida que os grupos humanos desfrutam na atual década.

É fácil perceber que a manutenção de padrões de consumo, nos quais seja possível o uso de telecomunicação, de energia elétrica, de transporte rápido a longa distância, de medicina socializada, exige que os recursos econômicos sejam utilizados de maneira eficiente; de modo muito especial, o trabalho precisa continuar legitimado, as economias de escala necessitam ser atingidas, e o consumo em massa deve ser incentivado. É somente neste contexto que a escassez típica dos períodos de consumo restrito poderá desaparecer gradativamente.

Entretanto, nota-se atualmente uma atitude ambígua no que se refere à liberdade de consumo, em contrapartida à liberdade de produzir e incentivar o consumo.

Os críticos do sistema de *marketing* e da propaganda insistem em fazer ataques drásticos às duas atividades, afirmando que a primeira tem características ultramaterialistas, enquanto que a segunda poderia gerar uma multidão de consumidores sem orientação própria, conformista e com a liberdade de escolha totalmente anulada.⁵

O primeiro conjunto de críticas não encontra uma sustentação muito sólida, principalmente se levarmos em conta que as atividades do *marketing* são primordialmente destinadas a servir e obter a demanda, e mais ainda, se considerarmos o fato de que quanto mais eficiente for o nível de desempenho de um sistema de *marketing*, tanto maior será a variedade de produtos e serviços ofertados. Desta maneira, aqueles que não quiserem consumir em alto estilo, por convicções individuais ou antimaterialistas, poderão simplesmente comprar

produtos para mantê-los em nível modesto e sem nenhuma característica de sofisticação.

Ao segundo conjunto de críticas bastaria uma resposta simples sugerida por Alderson; segundo este autor, a função da propaganda é um composto de elementos informativos e persuasivos; ambos os elementos servem como ingredientes catalisadores do processo decisório de compra, dependendo a solução final das características de racionalidade e não-racionalidade do próprio consumidor.

De um ponto de vista mais genérico, os críticos de propaganda afirmam que seu efeito sobre os consumidores tem características de “plasticidade”, ou seja, criam uma mudança de comportamento quase que permanente em certos segmentos de mercado.⁶

Entretanto, como um resumo da análise anterior, pode-se afirmar que ambos segmentos da sociedade, ou seja, os tradicionalistas e os modernistas, os materialistas e os espiritualistas, os conservadores e os renovadores, procuram no consumo uma forma hedonística de sofisticação dos seus desejos e necessidades.

Para atingir tal “estado de natureza”, que é inerente à real complexidade do sistema, Alderson propõe que empresas, e mais especificamente *marketing*, deveriam iniciar a difusão de um novo tipo de abordagem, chamada *hedonomia*.⁷

À primeira vista, o significado de hedonomia pode ser simplesmente definido como ... aplicação dos instrumentais e recursos de *marketing* ao desenvolvimento da maximização de prazer individual, levando-se em conta que muito poucas pessoas podem atingir o prazer máximo por si sós...

Na realização desta tarefa, o *marketing* representa o instrumental, e a propaganda, a força catalisadora. Se esta linha de raciocínio for considerada correta, a propaganda tem um papel de destaque no desenvolvimento de condições para tornar operante o processo hedonístico, uma vez que irá prover informação, persuasão e conhecimento, relativamente às ações competitivas.

Neste caso, a propaganda terá três dimensões básicas:

1. Informativa: que dá as informações necessárias sobre o produto, a satisfação do que se pode oferecer ao consumidor hedonístico;

2. Persuasiva: que dá ênfase ao uso de bens materiais para que o consumidor se aproxime do nível ótimo de satisfação hedonista;

3. Competitiva: que reduz a incerteza, atendendo para diferentes aspectos das marcas e dos produtos.⁸

As três dimensões descritas estão aptas a prover uma boa base para os objetivos da hedonomia.

Assim, os consumidores estarão aptos a superar confusões, a se tornarem mais racionais, alcançando maior liberdade no processo de escolha.

O poder da hedonomia deve, também, ser usado apropriadamente pelas empresas, as quais visam à maximização do lucro a longo prazo.

Tal perspectiva deve ser concebida com *uma utilização racional do poder do marketing e da propaganda*, considerando-se que as empresas devem usar seus recursos de maneira correta a fim de incrementarem a satisfação, prazer e felicidade do consumidor.

Do ponto de vista dos consumidores, a hedonomia é útil para melhorar a eficiência das tarefas de fazer compras, é útil também para aumentar a escala de satisfação que os mesmos, por si sós, não seriam capazes de alcançar sem a orientação sólida e adequada de propaganda, as quais são o ponto de apoio da perspectiva hedonômica.

3. Hedonismo no consumo

Parece ser bastante difícil encontrar um produto ou classe de produtos, no amplo conjunto de grandes ofertas proporcionadas pela indústria moderna, que não represente a característica hedonística em suas dimensões. Todos os produtos, certamente, são em última instância vendidos ao consumidor e por ele aceitos, devido à sua capacidade própria de prover satisfação. O processo de compra é multidimensional e inclui aspectos funcionais estéticos, sociais e psicológicos.⁹ Quase todos os aspectos do conceito de *produto total* incluem aspectos hedonísticos, uma vez que os consumidores querem a satisfação de suas necessidades e desejos, os quais, em outras palavras, são o aumento dos prazeres hedonísticos, tais como felicidade, altruísmo, conforto, orgulho, amizade e assim por diante.¹⁰

Uma vez que necessidades e desejos são geradores de padrões de comportamento, os quais provêm recompensas, é fácil compreender que muitas das atitudes do consumidor estão diretamente relacionadas à aquisição de recompensas, as quais são por sua própria natureza hedonísticas.

Diferentes indivíduos percebem o prazer de uma perspectiva ampla e heterogênea, mas de uma maneira geral, a escolha de compra, preferências de marca e outros padrões de consumo são relativos ao conceito de satisfação individual. Os consumidores usam mais de decisões emocionais, para instrumentar o seu comportamento de compra. Exemplos:

a) satisfação dos sentidos: perfumes, desodorantes, sabonetes, xampu, música, comidas especiais, ar condicionado etc.;

b) preservação de espécie: seguros, ações, investimento etc.;

c) descanso e recreação: esportes, *camping*, viagens, leitura, TV ou música;

d) medo: remédios, vitaminas, serviços de segurança da casa, exame físico geral etc.;

e) orgulho: sabonetes, escovas de dentes, máquinas de lavar roupa, cosméticos;

f) sociabilidade: pertencer a clubes e organizações, coquetéis, grupos com atividades esportivas etc.¹¹

Entretanto, os indivíduos econômicos, por sua vez, desenvolvem seu critério de escolha; em função de outro conjunto de motivações, que podem levar a padrões de consumo conservadores. Porém, este comportamento é, da mesma maneira, conduzido por recompensas de sua própria motivação. Em ambos os casos, o analista está apto a perceber que o hedonismo, ou a rejeição de situações desagradáveis, está presente em todas as decisões de consumo.

4. Dimensões éticas da hedonomia

O fundamento básico da hedonomia, estabelecido por Wroe Alderson, presume um nível ideal de comportamento ético, no sentido de tornar esta perspectiva aceitável socialmente. Alderson sustenta também que as mudanças de gosto e preferências são desenvolvidas dentro de certa ordem, as quais estamos preparados para suportar e queremos que se efetue, em qualquer nível de renda.¹² Portanto, é verdade que a hedonomia não pode ser prejudicial ao bem-estar do consumidor. Alderson crê também que a hedonomia pode, isto sim, diminuir a extensão das mudanças causadas pela propaganda, pois ela pode reduzir o desperdício nas compras, as quais, por outro lado, não estariam sujeitas a um objetivo processo de escolha.

A hedonomia também aumenta a sensibilidade do consumidor, levando-o a estar mais atento para a exata qualidade e desempenho dos produtos que compra e usa.

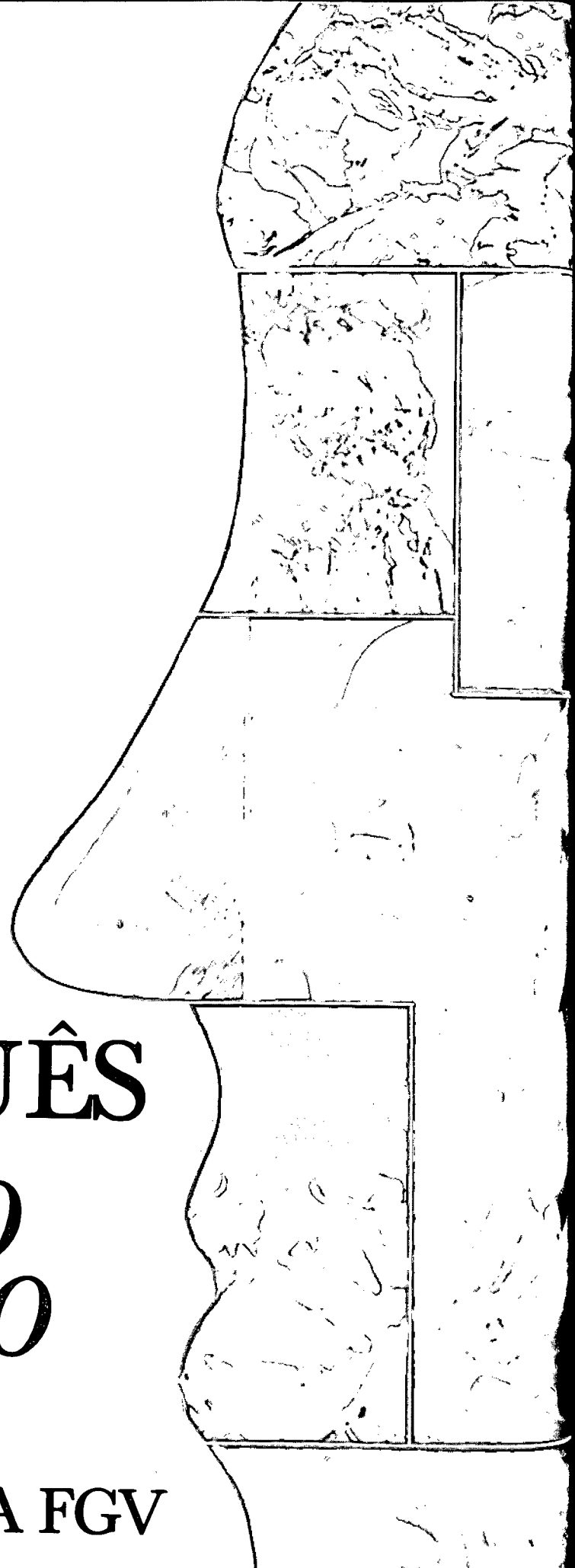
Nos aspectos aqui analisados pode-se chegar a conclusão de que a propaganda, como um instrumental da hedonomia, pode ser desempenhada dentro de padrões altamente éticos, uma vez que aumenta a capacidade de satisfação individual e, o que é mais importante, enfatiza a habilidade de escolha do consumidor.

Para alcançar o estágio no qual a hedonomia tenha um nível desejável de ética, instrumentos e práticas corretas de propaganda são evidentemente desejáveis; entretanto, de uma maneira geral, a propaganda pode prover os seguintes fatores:

INGLÊS
FRANCÊS
ESPAANHOL
RUSSO
ALEMÃO
ÁRABE
JAPONÊS
ITALIANO
HINDU
TÂMIL
HEBREU
PERSA
HOLANDÊS
AGORA EM
PORTUGUÊS

*O CORREIO
DA UNESCO*

PUBLICADO PELA FGV



© DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E A CRISE DA ALALC

1. Introdução;
2. A insuficiência dos mecanismos atuais;
3. O aproveitamento das concessões;
4. O acordo sub-regional andino;
5. Possibilidades de ação empresarial;
6. O balanço positivo.

José B. Mindlin*

1. Introdução

A estagnação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que se tem agravado nos últimos anos, preocupa o empresariado brasileiro mais do que se supõe. Especialmente as áreas mais dinâmicas da indústria nacional — seria um erro admitir que somente as empresas internacionais se interessam pela integração latino-americana — estão profundamente preocupadas com as implicações da crise da ALALC para todo o processo de desenvolvimento econômico, quer da região em seu conjunto, quer de cada um dos países participantes. Certas características da evolução recente das relações internacionais — que parecem indicar toda uma nova tendência a longo prazo da política mundial — tornam oportuno o exame dos problemas relacionados com o nosso tema do ponto de vista de um empresário que deseja a realização dos objetivos do Tratado de Montevideu.

O enquadramento do problema dentro do contexto mundial em que ele deve ser visto leva-nos a duas constatações preliminares muito importantes. Primeiro, o estágio em que se encontra atualmente o Mercado Comum Europeu e as vicissitudes políticas que caracterizam a África e a Ásia dão à América Latina uma posição especial nas prioridades externas dos países altamente desenvolvidos e exportadores de capital. De outro lado, os movimentos de integração regional ou sub-regional — tenho em mente especialmente o Grupo Andino — na medida em que alcancem êxito, também atrairão iniciativas de fora da Zona.

As implicações que dessas tendências decorrem para as empresas brasileiras são óbvias e devem ser vistas tendo-se em conta a nova etapa de crescimento da economia brasileira. Elemento essencial nesta fase de crescimento acelerado, que tende a se consolidar, é a necessidade de as empresas programarem sua expansão tendo em vista não apenas o mercado interno, mas o mercado ampliado das áreas externas em processo de integração. Limitar o desenvolvimento das empresas nacionais ao crescimento do mercado interno implica em restringir os benefícios das economias de escala e da absorção de tecnologia moderna. Equivale, por outro lado, a abandonar os demais mercados da região, a longo prazo, as empresas internacionais, com as quais normalmente deveríamos competir, ou das quais deveríamos participar, sob a forma de empresas multinacionais. Nesse quadro, é importante salientar que as atuais incertezas em face do desenvolvimento da ALALC constituem grave fator de insegurança na definição de projetos de expansão das empresas ou das áreas mais

* Diretor da Metal Leve S. A. Indústria e Comércio, São Paulo.

dinâmicas do setor privado da economia nacional: levar ou não em conta o mercado regional?

Ninguém ignora que a instabilidade política existente em muitos países latino-americanos e algumas diferenças de sistemas políticos, têm contribuído para aumentar o pessimismo de muitos em face das perspectivas de evolução da ALALC e de todo o processo de integração latino-americana. Não participo desse pessimismo, pois creio que devemos levar em consideração o pragmatismo que está caracterizando atualmente as relações internacionais. Devemos reconhecer que diferenças de sistemas políticos não anulam a comunidade de interesses, nem as possibilidades de cooperação econômica entre países, sempre que esta seja mutuamente vantajosa, sobretudo quando já associados num processo de integração, como é o caso dos países da ALALC.

Não menos inquietante é o fato de que a participação do empresariado nacional nas decisões referentes à realização dos objetivos da ALALC tem de certa forma evoluído negativamente nos últimos anos. Segundo informa, por exemplo, recente documento da Secretaria da ALALC, apresentado na 7ª Reunião da Comissão Consultiva de Assuntos Empresariais, os governos não negociaram, em lista nacional, em 1970 e 1971, praticamente nenhuma das sugestões de desgravação tarifária formuladas pelos empresários nas duas a três dezenas de reuniões setoriais que realizaram em cada ano. Somente em acordos de complementação — de que participam quase exclusivamente empresas internacionais — foram negociadas nos dois mencionados anos algumas rebaixas tarifárias: respectivamente 121 e 329.

Naturalmente a concessão tarifária não é tudo para que se originem ou ampliem correntes de comércio. A eficácia das concessões depende também do grau de inexistência de obstáculos ou gravames não tarifários e de uma série de condições de mercado, assim como dos mecanismos do comércio exterior de cada país, mas nem por isso é menor a importância das concessões. Por outro lado, configura igualmente a crise da ALALC o fato de que, ao lado da estagnação das negociações tarifárias em lista nacional, também se verifica um escasso aproveitamento, por muitos dos países participantes, das concessões vigentes.

Não é bem esse o caso do Brasil, cujo aumento das exportações para a ALALC — em números redondos, de 86,4 para quase 303 milhões de dólares entre 1960 e 1970 — apresenta crescente participação de manufaturas. Mas esse aumento, por sua vez, além das concessões tarifárias recebidas pelo Brasil, deve-se aos incentivos, à desburocratização dos trâmites e às condições especiais do mer-

cado interno, que levam o empresário privado a descobrir ou investigar a demanda existente para seus produtos no mercado dos países vizinhos.

O quadro favorável da participação e da posição do Brasil na ALALC não nos deixa, por isso, plenamente satisfeitos com o que se tem realizado até agora, nem permite considerar perfeito (longe disso) o desenvolvimento da Associação desde 1961 até hoje. Ao contrário, sentimo-nos participantes das frustrações que têm sido causadas pela estagnação dos últimos anos, que se seguiu à euforia dos primeiros tempos. Também não considero satisfatória a solução encontrada na Conferência de Caracas, quando, entre outras medidas, se propôs a extensão do período de transição da ALALC até o fim de 1980. Bastaria essa decisão para configurar o reconhecimento oficial do não-cumprimento do Tratado, ou da impossibilidade de cumpri-lo nos prazos inicialmente previstos. Isso não deve levar-nos, porém, a um pessimismo que impeça a busca de novas idéias e novas soluções.

Para investigar essas novas possibilidades, é útil um breve retrospecto, que talvez nos ajude a encontrar as causas reais da estagnação de que tanto se tem falado nos últimos anos. Antes de mais nada, é preciso lembrar que a ALALC foi concebida inicialmente como mecanismo para libertar o comércio entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile das limitações dos acordos bilaterais e das moedas "convênio". Esse regime, além de estrangular o crescimento do comércio exterior, apresentava certas incompatibilidades com as normas do GATT. O instrumento imaginado pelos criadores da ALALC seria assim apenas um novo mecanismo de política comercial que, harmonizando-se com certas exigências do GATT, permitiria o estabelecimento de um certo grau de preferência no intercâmbio entre os quatro mencionados países. A adesão à Associação de mais países, com estruturas e condições diversas, e que entreviam na iniciativa um instrumento de novas e maiores possibilidades de aceleração de seu desenvolvimento econômico, por atuação de fatores externos, modificou bastante a estrutura e o funcionamento da ALALC. Não podemos deixar de reconhecer, num exame realista da experiência dos anos passados, que aos poucos se foram configurando e consolidando expectativas conflitantes, que acabaram por limitar as próprias possibilidades de negociações tarifárias. Eis como a Confederação Nacional da Indústria, em trabalho preparado para a 4ª Reunião da Comissão Consultiva de Assuntos Empresariais da ALALC (Assunção, abril de 1969, p. 28 e seg.), analisou esse problema:

"Criaram-se na ALALC duas correntes de pensamento bem definidas:

a) a dos países chamados 'maiores' (Argentina, Brasil e México), que guardam a idéia original do Tratado de Montevideu como instrumento comercial com o objetivo imediato de estimular o intercâmbio entre as Partes Contratantes, sem prejuízo dos esforços nacionais de desenvolvimento autônomo;

b) a dos países chamados 'menores' (Bolívia, Equador e Paraguai) e 'medianos' (Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai) que entendem que a simples liberação de comércio, sem outras medidas correlatas visando ao desenvolvimento global da região, agravaria as disparidades econômicas em benefício dos países maiores."

As observações feitas sobre o assunto pelo mencionado estudo continuam válidas, não se modificando em consequência das resoluções da Conferência de Caracas;

"... os países 'menores' e 'medianos' mostram-se totalmente desinteressados no programa de liberação, por considerarem:

a) que a simples liberação do intercâmbio tenderia a beneficiar os países de maior desenvolvimento econômico relativo, que teriam efetivamente condições para o aproveitamento das preferências;

b) que, embora as possibilidades de aceleração do desenvolvimento dependam, em parte, de mercados ampliados, só poderiam aproveitar esses mercados através de uma adequada política de inversões em função de metas comuns de desenvolvimento que contemplassem a situação dos 'pequenos' e dos 'medianos'.

No caso de três países maiores, Argentina, Brasil e México, embora seja grande o interesse na liberação, mostram também resistências a posições liberais devido principalmente a que as concessões começam a atingir setores de produção comum, competitiva ou programada, e em face das diferenças de tratamento para terceiros países, seja quanto à assimetria das margens de preferência, seja quanto à falta de uniformidade no tratamento dos insumos e práticas de estímulo à exportação que desfiguram as condições de concorrência.

Atua como importante fator negativo, nas condições expostas, o mecanismo da liberação através de negociações produto por produto, vale dizer, reduções consentidas. Dependendo cada concessão de ato expresso dos países, preferem estes não negociar, posição mais cômoda, a se verem face a problemas internos de adaptação de sua economia a situações criadas pelas liberações.

Os fatos expostos acima evidenciam uma profunda mudança na concepção do Tratado de Montevideu, que de simples instrumento de comércio vai se transformando em compromisso de integração e desenvolvimento econômico."

A conclusão que naturalmente decorre dessas observações também deve ser meditada e pode constituir ponto de partida para um amplo debate visando-se a reformulações de que depende o futuro da ALALC: "O conflito de concepções antes referido torna extremamente difícil a recolocação das negociações anuais como o principal mecanismo da formação da Zona, sem que antes se proceda a modificações substanciais de redefinição de objetivos da ALALC e reformulação de seus mecanismos, matéria de profundas implicações políticas."

Desse conflito de concepções, devido, como sabemos, a diferenças de condições estruturais e políticas internas de cada país, bem como a diferentes expectativas, originaram-se todos os componentes do que se denomina a crise da ALALC: a estagnação das negociações anuais; a reduzida aceitação, pelos governos, das recomendações das reuniões setoriais; a escassa ou quase nula participação dos países "médios" e "menores" nos projetos de acordos de complementação; o malogro da Lista Comum; a insuficiência de resultados práticos das reuniões e dos estudos sobre harmonização de políticas; o desinteresse dos governos por projetos de complementação industrial em setores básicos que, por requererem mercados ampliados ou maiores que os de qualquer dos países participantes individualmente considerado, seriam tecnicamente justificáveis.

Tudo isso configura o impasse em que se encontra a Associação, e para o qual não se descortinam soluções imediatas, pois as medidas propostas na Conferência de Caracas, entre as quais a dilatação do período de transição até 1980 e os programas de estudo, são na realidade protelatórias. O programa de trabalho contido na Resolução 206, do Comitê Executivo Permanente, não apresenta nada de propriamente novo. Seu objeto é a mesma problemática sobre a qual já se têm feito estudos cujo único destino foi o arquivo, ou que não pôde ser solucionada por falta, ora de entendimento, ora de decisão política por parte dos governos dos países da ALALC. Assim, o impasse persiste, com a diferença de que agora se nos oferece a perspectiva de uma pausa decenal para meditação.

Começemos pois a meditar, se é de nosso interesse, como efetivamente me parece ser, salvar a ALALC.

2. A insuficiência dos mecanismos atuais

Muitos observadores e estudiosos dos problemas da ALALC têm afirmado que as negociações de desgravação tarifária seletiva ou por produto

constituem obstáculo ao cumprimento do Tratado de Montevideu. A objeção, aliás, já havia sido feita até mesmo por críticos do próprio projeto de que nasceu o Tratado de Montevideu. A alternativa que naturalmente surge é a de substituir o sistema por uma desgravação linear programada, com listas de exceção e/ou com cláusulas de salvaguarda. Estariam, porém, os governos dos países-membros da ALALC preparados para promover esta alteração, que implica em importante decisão política? Quanto ao Brasil, creio que nos círculos industriais é bastante generalizada a opinião favorável à desgravação programada. Naturalmente, seria difícil afirmar se essa corrente de opinião tem suficiente representatividade, ou grau de consenso necessário para fundamentar uma decisão de governo no mais alto nível político. Por outro lado, a desgravação linear, com negociação de lista de exceções, poderia acabar por transformar-se em outra negociação produto por produto (das exceções), voltando-se ao impasse anterior. É uma dificuldade previsível, para a qual confesso que não tenho solução, a não ser a do apelo à racionalidade, ou da severa restrição do número de exceções. Mas estou convencido de que esse é o caminho a seguir, com maiores probabilidades de sucesso do que o sistema atual.

Também se tem mencionado a possibilidade de desgravação programada por capítulos NABALALC, escolhendo-se os setores de maior importância estratégica para a aceleração de todo o processo de desenvolvimento dos países da Zona.

Não vou prolongar aqui o exame das deficiências do sistema atual de desgravação seletiva. Elas são conhecidas de todos os que têm acompanhado a vida da Associação. Não podemos deixar, porém, de mencionar brevemente outro instrumento que, ao lado das listas nacionais, constitui atualmente importante mecanismo de liberação de comércio. Trata-se dos Acordos de Complementação Setorial. Tem-se afirmado que, em face da estagnação das negociações anuais para listas nacionais, tenderia a aumentar a utilização dos Acordos de Complementação por iniciativa dos setores industriais mais interessados na liberação do comércio. Não acredito que essa hipótese justifique muito otimismo, pois que o instrumento é limitado pelas dificuldades gerais características da negociação seletiva, mas mesmo assim devemos empenhar-nos por utilizá-lo ao máximo. Aliás, também se faz aos Acordos de Complementação uma objeção de outra natureza, que me parece oportuno mencionar, com o simples propósito de sugerir estudos e debates.

Em primeiro lugar, afirma-se que os Acordos de Complementação interessam somente às empresas internacionais que operam em dois ou mais

países, o que parece de certo modo confirmado pela experiência, pois os projetos existentes, e os acordos em vigor, de fato dizem respeito a setores industriais em que predominam empresas internacionais. Em segundo lugar, tais acordos são impropriamente chamados de complementação, pois no seu aspecto formal constituem simples instrumentos de rebaixas tarifárias. É aqui que surge, porém, a objeção mais séria: à margem da simples negociação tarifária consubstanciada no acordo, as empresas deles participantes estabeleceriam diretrizes ou entendimentos visando à especialização, em determinados produtos, de suas fábricas em cada país, em busca de maior grau de racionalização. O objetivo das empresas é legítimo e salutar, de um ponto de vista estritamente econômico. Isso implica, porém, em transferir para fora dos países da ALALC o poder de decisão sobre o desenvolvimento de setores industriais que podem ter importância estratégica, quer para o crescimento econômico dos países interessados, quer para a sua própria segurança nacional.

As conclusões que se podem tirar desse fato são óbvias: se a complementação propriamente dita, a que se refere o art. 16 do Tratado de Montevideu, deve ser o objetivo dos acordos setoriais, seria necessária uma reforma que permitisse explicitar em seu texto os programas de desenvolvimento setorial que em cada caso constituam objetivo das empresas deles participantes, para que os governos pudessem examinar a compatibilidade desses programas com sua política econômica nacional.

Outra objeção tem sido feita por representantes de países "médios" e "pequenos": é que somente os países maiores e mais industrializados têm utilizado esse mecanismo de desgravação tarifária.

3. O aproveitamento das concessões

Como é sabido, tem-se estimado em cerca de 1/3 apenas do total negociado o número de concessões efetivamente aproveitadas ou utilizadas pelos países da ALALC. Esse fato, por sua vez, tem sido motivo de queixas, por parte de alguns países, de que somente os "grandes" estariam beneficiando-se das preferências tarifárias negociadas na ALALC. O fato parece ilustrar outro tipo de problema: o grau em que a simples rebaixa tarifária poderia dar lugar à formação de correntes de comércio. Ora, seria supérfluo repetir que a preferência tarifária é apenas uma condição fiscal, que pode gerar comércio se também ocorrerem outras condições necessárias. Entre estas, cabe lembrar: a existência de produção exportável, isto é, competitiva; o conhecimento dos mercados importadores; a estrutura do comércio exterior de

cada país; a existência de incentivos fiscais e apoio creditício nos países exportadores; o grau de dinamismo do setor empresarial privado de cada país etc. Não seria demasiado lembrar aqui que o comércio exportador de nossos países tradicionalmente tem operado — e para isso foi organizado — com poucos produtos primários e com poucos mercados internacionais. A entrada em novos mercados regionais, com produtos substitutivos de importação tradicionalmente extrazonal, não só exige novos tipos de organização, mas também novos métodos e nova mentalidade. Um exame mais aprofundado do problema nos levaria, porém, além dos limites propostos para este trabalho.

4. O acordo sub-regional andino

Felizmente, as dificuldades da ALALC não têm sido obstáculo ao florescimento de outras iniciativas, quer dentro da própria Associação, quer à margem dela, estimuladas pelo clima de cooperação regional que ela consolidou. Entre elas destacam-se o Projeto da Lagoa Mirim, que interessa ao Brasil e ao Uruguai; o Acordo para o Desenvolvimento Comum da Bacia do Prata; o Acordo Sub-Regional Andino; entendimentos entre setores específicos para uma política comum de exportação de produtos tradicionais para terceiros países.

O Pacto Sub-Regional Andino, já em vias de implantação, apesar de muitos percalços, merece algumas observações. O Acordo de Cartagena entre os cinco países andinos¹ foi, como é sabido, um resultado das perspectivas insatisfatórias oferecidas aos mesmos países pelo desenvolvimento da ALALC. Pode-se até afirmar que ele nasceu de alguns ressentimentos causados pelo fato de que, ao cabo de alguns anos, a ALALC afinal não se revelou o instrumento de aceleração do desenvolvimento que esses países esperavam. Não obstante essa origem, vejo na Sub-Região um passo altamente construtivo e benéfico, não apenas para os países que a constituem, na medida em que a sua implantação se realize com êxito, mas para toda a ALALC. Minha opinião é de que a própria Associação e os governos dos países individualmente considerados não devem poupar esforços para colaborar, por todos os meios ao seu alcance, para o êxito do Acordo Sub-Regional Andino. Não esqueçamos que a integração dos cinco países,² mediante processos de desgravação tarifária mais audaciosos e mais racionais que os da própria ALALC, criará um mercado de dimensões consideráveis. A simples perspectiva de sua formação, com as primeiras rebaixas tarifárias negociadas, já está dando lugar a uma revisão de projetos de grandes empresas internacionais para adequá-los às dimensões do novo mercado e novos

programas de investimentos estão sendo considerados, principalmente por empresas extrazonais, inclusive do Japão. Não poderíamos nós, que somos associados à Sub-Região, através da ALALC, mostrar-nos menos otimistas e menos cooperativos com o grande projeto das nações andinas, cujo desenvolvimento acelerado, agora previsível, atenuará os desequilíbrios que têm sido uma das causas dos impasses da ALALC.

5. Possibilidades de ação empresarial

No quadro que acabo de esboçar, sabemos que não são muito amplas nem fáceis as possibilidades de ação empresarial, com o objetivo de dinamizar a ALALC e maximizar os benefícios que de seu funcionamento podem decorrer para a economia dos nossos países. Contudo, algumas possibilidades de iniciativa existem e devemos utilizá-las da maneira mais eficiente possível.

Colocaria em primeiro plano a promoção de esforços conjuntos para convencer os governos da oportunidade, necessidade, e mesmo urgência, de se estudar a idéia da desgravação linear programada, pelo menos por capítulos NABALALC, escolhidos com o critério de preferir aqueles cujo desenvolvimento possa ter maior efeito multiplicador sobre os investimentos. Só assim poderemos começar a dar à economia de nossos países, ou aos setores industriais mais dinâmicos, dimensões regionais, de modo que possamos todos beneficiar-nos da absorção da mais moderna tecnologia existente em cada campo. Não seria preciso lembrar que cada um dos mercados nacionais em si é demasiado limitado para justificar a absorção da tecnologia mais avançada existente no mundo atual. Aos próprios empresários e às suas entidades de classe cabe, de outro lado, promover a idéia também na esfera privada e vencer as resistências que nela ainda existam contra a desgravação programada.

No que diz respeito à harmonização de políticas, sobretudo a de investimentos de capitais extrazonais, um requisito prévio para a desgravação programada, já se tem registrado considerável progresso nos meios empresariais. Vem ganhando aceitação a idéia de adotar-se uma política de seleção de investimentos, com definição dos setores em que devem ser preferidos ou desejados, de modo a assegurar-se proteção adequada aos capitais ou às empresas nacionais dos países latino-americanos, e igualmente de se evitarem ônus cambiais perfeitamente dispensáveis. Também é importante a busca de instrumentos que uniformizem tanto as exigências formuladas, como as vantagens concedidas por cada um dos países em

relação aos investimentos estrangeiros, para que sejam evitados excessos de umas ou outras.

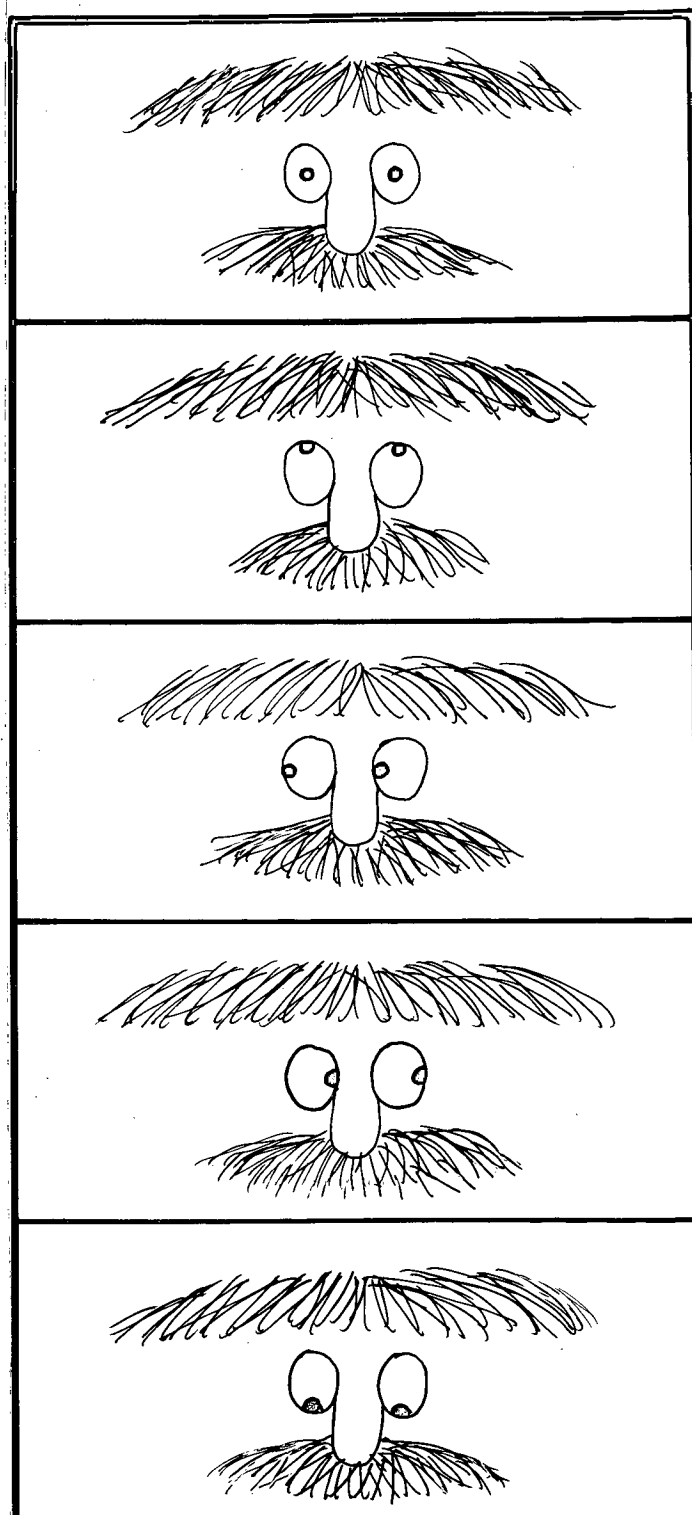
Tudo isso envolve, por sua vez, uma revisão mais profunda do Tratado de Montevideu, que também deve constituir objetivo da ação empresarial junto aos seus respectivos governos.

6. O balanço positivo

Não gostaria que a preocupação de fazer uma análise realista dos problemas atuais da ALALC deixasse uma impressão de pessimismo. Ao contrário, acho que o balanço final é bastante satisfatório. Apesar de tudo, a ALALC representa um conjunto de instrumentos e de condições positivas, que não teríamos sem ela. A simples experiência que adquirimos nestes 10 anos, no tratamento de problemas de interesse comum, é um ativo de grande valor. Técnicos dos governos e do setor privado aprenderam a trabalhar juntos; empresários conheceram-se e estabeleceram intercâmbios antes inexistentes; muitos problemas comuns foram resolvidos e concluíram-se entendimentos sobre trânsito de pessoas e transporte terrestre; funciona satisfatoriamente um acordo entre bancos centrais; o comércio cresceu; há alguns importantes exemplos de associação de capitais para investimentos conjuntos. Para se avaliar o significado de tudo o que foi feito, devemos ter em conta que antes da ALALC nossos países eram compartimentos estanques, com contatos muito escassos. Se ainda estamos longe de uma integração total ou de um mercado comum, mesmo assim já foi conseguido um progresso considerável sob numerosos aspectos, inclusive o do conhecimento realista de dificuldades que desafiam maior cooperação. Já temos um bom ponto de partida, que antes não existia, e que fortalece a nossa consciência de que temos um futuro comum a conquistar. Um futuro certamente mais rico em realizações, em progresso, em entendimento e bem-estar do que se continuássemos no isolamento de antes.

¹ A. recente adesão da Venezuela deverá apresentar fator positivo de sucesso.

² Atualmente seis.



**ESTAMOS DE OLHO
EM TUDO O QUE
DIZ RESPEITO À
ECONOMIA**

CONJUNTURA ECONÔMICA

UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

1. Planejamento e orçamentos;
2. Coordenação e integração de sistemas;
3. Contabilidade por área de responsabilidade;
4. Contabilidade de custos;
5. Relatórios sumários de posição (flash);
6. Controle sobre projetos;
7. Sumário.

Lutz Renato Alfano e
Eduardo Lutz Curtioni*

O termo Sistema de Informações Gerenciais (MIS) é um dos mais discutidos nos meios empresariais de nossos dias. Sua definição, entretanto, não está ainda totalmente clara. Para uns, pode significar complexos relatórios extraídos de computadores; para outros, apenas um conjunto simples (tambora integrado) de reportes sobre as operações da companhia. Todavia, em ambas as hipóteses, a efetividade de um sistema de informações é medida pelos dados apresentados, sua forma de apresentação, e pela verificação de se os mesmos possibilitam um planejamento adequado das operações, tomada de decisões, bem como medidas corretivas sempre que um desvio significativo do plano original tiver ocorrido. O tipo de informações necessárias varia de empresa para empresa, devido, principalmente, à natureza dos produtos, a diferentes mercados, tecnologias, etc. Portanto, o conteúdo deste trabalho não representa um sistema-padrão de relatórios gerenciais. Não pretendemos, tampouco, emitir conceitos generalizados sobre os princípios do sistema de informações gerenciais.

Nosso objetivo é apresentar alguns tópicos sobre o tema, os quais acreditamos ser de bastante importância, podendo auxiliá-lo no aprimoramento de seus sistemas atuais. Estes conceitos, da mesma forma que um sistema integrado de relatórios gerenciais, não dependem da utilização de computadores, sejam os relatórios simples ou complexos.

Neste trabalho apresentam-se considerações sobre os seguintes conceitos:

1. Planejamento e orçamentos
2. Coordenação e integração de sistemas
3. Contabilidade por área de responsabilidade
4. Contabilidade de custos
5. Relatórios sumários de posição (flash)
6. Relatórios especiais — controle de projetos

1. Planejamento e orçamentos

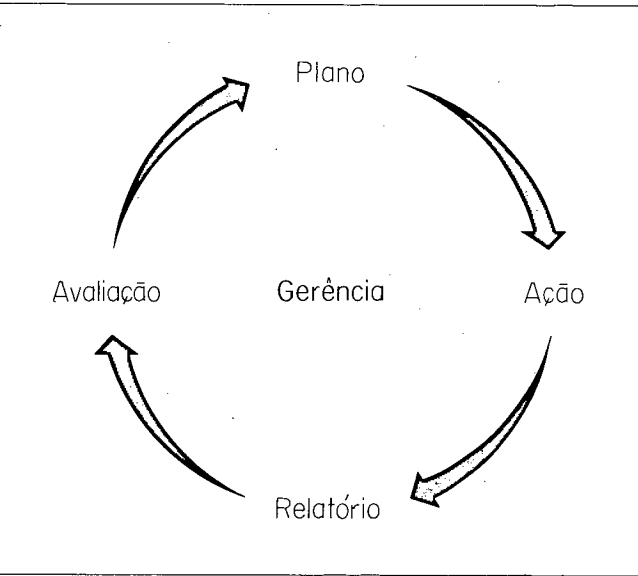
O ciclo básico de atividades, necessárias para o controle das operações engloba: um processo de planejamento, a tomada de ações, a emissão de relatórios sobre os resultados de tais ações e, finalmente, uma avaliação dos mesmos. A habilidade de planejar e controlar depende em grande parte das informações recebidas e da forma como são as mesmas apresentadas.

Um bom planejamento deve considerar duas etapas, ou seja, a longo e a curto prazo. O planejamento a longo prazo estabelece as metas principais da empresa, as direções a serem seguidas e as providências gerais necessárias para atingi-las. O planejamento a curto prazo estabelece os passos imediatos para se atingir os objetivos definidos a longo prazo. De uma forma prática, podemos afir-

* Gerentes de Sistemas e Métodos da
Arthur Andersen & Co., São Paulo, SP.

mar que o planejamento a curto prazo se traduz em um orçamento ou um plano de ação, o qual fornece meios de comparação com a *performance* real da empresa, possibilitando a tomada de ações corretivas em caso de desvios. Em um sistema de informações gerenciais, o orçamento desempenha um papel preponderante, pois possibilita medir-se a eficiência operacional alcançada em cada segmento da empresa.

Figura 1 - Ciclo de atividades do sistema



O aspecto principal do ciclo anteriormente descrito é o elemento humano, pois cada setor de atividade requer tomada de decisões por parte dos responsáveis. Assim sendo, um sistema de informações gerenciais envolve um planejamento e respectivos reportes de todos os custos e receitas para os elementos que exercem controle direto sobre os mesmos. Os fundamentos básicos seguidos são:

82 a) designar os elementos, na empresa, responsáveis por receitas e despesas incorridas em cada órgão da estrutura organizacional;

b) elaborar relatórios demonstrando a *performance* de cada indivíduo, o qual exerce controle direto sobre custos e despesas;

c) responsabilizar cada elemento da organização, somente, pelos gastos sobre os quais possui controle direto.

2. Coordenação e integração de sistemas

A importância deste tópico pode ser demonstrada por dois fatores. O primeiro é que a necessidade de informações envolve três grandes áreas: financeira, pessoal e logística (vendas, produção, armazenamento, distribuição, etc.). Estas áreas recebem e fornecem informações entre si. O segundo

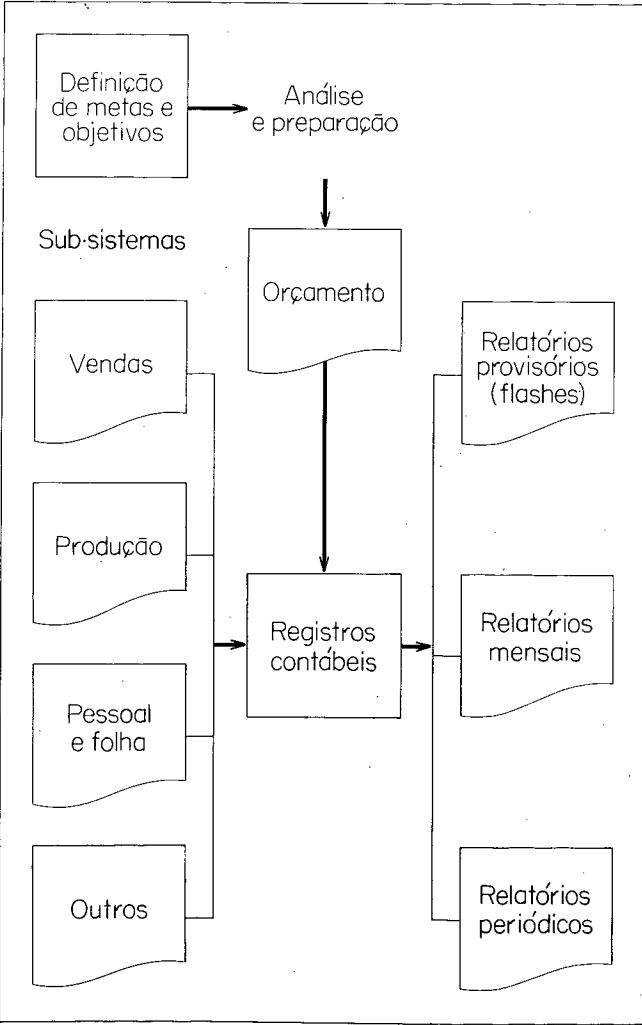
fator é que todas as funções significam parte de um todo, ou seja, a empresa.

A figura 2 mostra-nos como as várias fontes de dados se relacionam entre si, dentro do sistema.

O passo inicial deve ser a definição, por parte da gerência, das metas e objetivos a serem seguidos a curto, médio e longo prazos.

Essas metas propiciam as diretrizes para a elaboração de orçamentos, os quais são iniciados nos níveis inferiores da organização e transportados aos níveis mais elevados. O controle orçamentário fornece os dados para avaliação da *performance* real, contra as metas preestabelecidas. Ações corretivas deverão ser geradas, sempre que um desvio significativo for identificado.

Figura 2 - Coordenação e integração de sistemas



A estrutura contábil é montada seguindo-se a mesma orientação dada aos sistemas orçamentário e de relatórios gerenciais. Assim, os relatórios fluem diretamente dos livros, sem que haja quaisquer necessidades de ajustes de dados para adaptá-los à estrutura orçamentária e de relatórios gerenciais.

Está consumado então o objetivo primeiro da contabilidade, ou seja, prover informações à administração.

3. Contabilidade por área de responsabilidade

Nos últimos anos, o assunto contabilidade por área de responsabilidade (ou funcional) tem sido de vital importância para a cúpula administrativa das empresas. Desenhado com o objetivo principal de atender às necessidades gerenciais e com o objetivo secundário de obedecer às exigências fiscais, o sistema de contabilidade funcional, provou ser o método mais eficiente para fornecer à administração as informações necessárias a um controle efetivo sobre suas operações. Como todos novos conceitos, existia uma série de dúvidas com relação ao que vem a ser esse sistema. O objetivo deste tópico é ilustrar seu funcionamento, além de responder algumas questões básicas, as quais normalmente surgem em apresentações desse tema. Genericamente, podemos definir contabilidade funcional como sendo um sistema, no qual os custos fluem seguindo a mesma estrutura organizacional da empresa, sendo acumulados e reportados aos vários níveis de responsabilidade estabelecidos. Cada área é debitada, somente, por custos pelos quais é diretamente responsável. Isto significa que em uma companhia onde o sistema é utilizado, a estrutura organizacional deve espelhar exatamente a maneira como os custos opera-

cionais são lançados e reportados. Assim, todo o sistema contábil e de informações é desenhado para atender aos requerimentos específicos de cada companhia; como não existem duas companhias idênticas, podemos afirmar também a não-existência de dois sistemas de contabilidade funcional idênticos.

O desejo de obtenção de informações detalhadas diferentes daquelas providas por um sistema contábil trivial foi sentido pelo meio empresarial na última década.

Técnicas contábeis, combinadas com sistema de informações, vieram atender aos anseios do administrador.

As divisões naturais de funções são refletidas em contas de despesas apropriadas, as quais são definidas para atender às necessidades particulares de cada órgão dentro da organização.

Isto é conseguido por meio de contatos com os elementos responsáveis por sua operação, determinando-se suas necessidades, as informações requeridas e em que forma devem as mesmas ser apresentadas para prover um controle mais efetivo de suas operações.

Cumprir salientar que a nomenclatura das contas é determinada de forma a ser facilmente entendida pelo pessoal de operação, pois serão estes elementos que deverão tomar ações corretivas com base em relatórios recebidos. Para tanto, faz-se necessário um entendimento perfeito das informações contidas nos relatórios.

Figura 3

COMPANHIA ABC					Abril
DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS					
Mês corrente			Até a data		
Abaixo/(Acima) Orçado	Valor	Descrição	Valor	Abaixo/(Acima) Orçado	
Cr\$ (18.006)	Cr\$ 1.069.281	Vendas Líquidas	Cr\$ 3.977.542	Cr\$ (24.092)	
(25.069)	772.181	Custo das Vendas	2.874.369	(25.807)	
7.063	297.100	Lucro Bruto	1.103.173	1.715	
31	51.997	Despesas-Gerais e Administrativas	204.444	3.528	
(10.736)	79.136	Vendas	288.558	(15.612)	
156	11.935	Engenharia e Pesquisa	46.788	1.480	
(10.549)	143.068	Total de Despesas	539.790	(10.604)	
17.612	154.032	Lucro Operacional	563.383	12.319	
(8)	2.708	Despesas de Juros	10.882	(82)	
580	3.470	Outras Rendas — Líquida	18.640	(2.640)	
588	712	Total — Outras Rendas	7.758	(2.558)	
		Lucro Antes do Imposto de			
18.200	154.744	Renda	571.141	9.761	
10.000	84.000	Provisão para Imposto de Renda	309.000	5.000	
Cr\$ 8.200	Cr\$ 70.744	Lucro Líquido	Cr\$ 262.141	Cr\$ 4.761	

Os relatórios ilustrados neste trabalho identificam-se exatamente com as áreas de responsabilidade definidas pelo organograma da empresa. Variações relativas ao plano original são identificadas e reportadas a cada um dos níveis administrativos.

Para exemplificação numérica, iniciamos pela demonstração de lucros e perdas (figura 3).

Valores reais incorridos no mês e respectivas variações com relação ao plano original são demonstrados. Totais acumulados até o mês são também incluídos em colunas apropriadas.

Figura 4

COMPANHIA ABC					Abril	
RELATÓRIO SUMÁRIO POR ÁREA DE RESPONSABILIDADE						
(Presidência)						
Mês corrente			Até a data			
Abaixo/(Acima) Orçado		Valor	Descrição	Valor	Abaixo/(Acima) Orçado	
Cr\$	314	Cr\$ 16.233	Escritório da Presidência	Cr\$ 65.030	Cr\$	1.175
	(283)	35.764	Vice-Presidência — Finanças	139.414		2.353
	31	51.997	Sub Total	204.444		3.528
	(10.736)	79.136	Vice-Presidência — Vendas	288.558		(15.612)
			Vice-Presidência — Engenharia			
	156	11.935	E Pesquisa	46.788		1.480
	(10.580)	91.071	Sub Total	335.346		(14.132)
	(4.520)	202.898	Vice-Presidência — Operações	810.125		(7.956)
	(4.520)	202.898	Sub Total	810.125		(7.956)
Cr\$	(15.069)	Cr\$ 345.966	Total	Cr\$ 1.349.915	Cr\$	(18.560)
Abaixo/(Acima) Padrão		Padrão	Mão-de-Obra e Material Direto	Padrão	Abaixo/(Acima) Padrão	
Cr\$	(1.951)	Cr\$ 110.365	Mão-de-Obra	Cr\$ 457.922	Cr\$	(14.583)
Cr\$	1.217	Cr\$ 419.837	Material	Cr\$ 1.817.091	Cr\$	19.218
Cr\$	(734)	Cr\$ 530.202	Total	Cr\$ 2.275.013	Cr\$	4.635

O próximo relatório (figura 4) já apresenta uma subdivisão dos custos operacionais por departamentos. Este reporte é enviado à Presidência da empresa. Conforme podemos observar, os custos mais elevados ocorreram na Vice-presidência de Operações, ou seja, Cr\$ 202.898,00 no mês corrente e Cr\$ 810.125,00 as despesas acumuladas até o mês.

São demonstrados ainda no reporte os totais de mão-de-obra e material direto aplicados no mês e acumulado até a data, com o objetivo de fornecer à gerência uma orientação quanto ao montante alcançado por esses itens.

Cada vice-presidente recebe relatório demonstrando a composição do total de seus custos apresentado à Presidência da empresa.

A figura 5 mostra-nos a forma de apresentação desses valores. Verificamos que, na Vice-presidência de Operações, o setor que apresentou maiores dispêndios foi a Gerência de Produção, ou seja, Cr\$ 143.347,00 no mês, e Cr\$ 565.195,00 acumulados até o mês. Os valores relativos a custos diretos são mais uma vez demonstrados e comparados aos custos padrões.

Nosso próximo passo será verificar a composição dos custos relativos à Gerência de Produção.

Figura 5

COMPANHIA ABC					Abril	
RELATÓRIO SUMÁRIO POR ÁREA DE RESPONSABILIDADE						
(Vice-Presidência — Operações)						
Mês corrente			Até a data			
Abaixo/(Acima) Orçado	Valor	Descrição	Valor	Abaixo/(Acima) Orçado		
Cr\$ 71	Cr\$ 8.848	Escritório — Vice-Presidência	Cr\$ 35.063	Cr\$ 601		
197	4.843	Departamento de Relações Industriais	20.272	(110)		
(102)	7.275	Departamento de Controle de Qualidade	28.917	(233)		
708	6.861	Departamento de Engenharia de Produção	29.951	329		
326	31.724	Gerência de Materiais	130.727	(2.408)		
5.720	143.347	Gerência-Produção	565.195	(6.135)		
Cr\$ (4.520)	Cr\$ 202.898	Total	Cr\$ 810.125	Cr\$ (7.956)		
Abaixo/(Acima) Padrão	Padrão	Mão-de-Obra e Material Direto	Padrão	Abaixo/(Acima) Padrão		
Cr\$ (1.951)	Cr\$ 110.365	Mão-de-Obra	Cr\$ 457.922	Cr\$ (14.583)		
Cr\$ 1.217	Cr\$ 419.837	Materiais	Cr\$ 1.817.091	Cr\$ 19.218		
Cr\$ (734)	Cr\$ 530.202	Total	Cr\$ 2.275.013	Cr\$ 4.635		

No exemplo apresentado neste trabalho, a companhia mantém controle sobre seus custos de produção mediante um sistema de custeio-padrão. Esse sistema deve ser aplicado sempre que a natureza das operações permitirem, pois o uso de padrões estende à área de produção os conceitos de planejamento. Os custos de mão-de-obra produtiva são medidos contra um padrão e as variações são reportadas obedecendo-se ao princípio de responsabilidade pelas mesmas. Os preços dos materiais são igualmente comparados a seu preço-padrão.

A utilização excessiva de matérias-primas (perdas) são lançadas aos centros de custos responsáveis. Os gastos gerais de fabricação são controlados por meio de comparações entre as despesas reais e os valores fixos e variáveis orçados. Como ilustração, apresentamos anteriormente um modelo de relatório de custos, ou seja, análise de custo-padrão e variação (figura 8). Uma série de outros reportes são também gerados pelo sistema de custos.

Na figura 8 são demonstrados, por totais, a composição dos custos reais incorridos, bem como sua variação com relação ao padrão. Cumpre notar que o montante de Cr\$ 2.874.369,00 relativo ao custo das vendas é a mesma importância transportada para a demonstração de lucros e perdas.

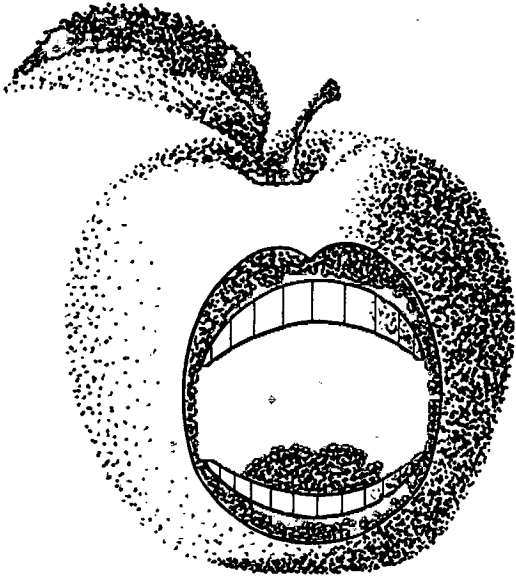
5. Relatórios sumários de posição (flash)

Considerações importantes em todo sistema de informações são as datas em que os relatórios são apresentados, bem como sua relevância. Relatórios apresentados com atraso perdem totalmente sua finalidade, pois não mais propiciam ações corretivas. Conforme já frisamos, os relatórios devem ser suficientemente claros, evitando assim cálculos adicionais e interpretações por parte dos usuários.

88 Todo sistema de informações gerenciais devem incluir relatórios sumários de posição (flash) extraídos imediatamente após os dados estarem disponíveis. Esses relatórios apresentam uma idéia preliminar dos resultados obtidos no período. Os relatórios finais (extraídos posteriormente) virão confirmar os valores ali apresentados.

Este relatório (figura 9) objetiva dar algumas informações de ordem geral à administração. Margens de contribuição líquida são demonstradas por linha-produto.

Outros dados importantes são também incluídos em bases comparativas entre o mês corrente e igual período do ano precedente.



**SE O SEU ASSUNTO
É ECONOMIA
PROCURE CONHECER
NOSSOS TÍTULOS**

*Editora da
Fundação Getulio Vargas*

Livrarias:
RIO DE JANEIRO
Livraria Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
C.P. 21120 Tel.: 266.1512 R. 110
Livraria Teixeira de Freitas
Av. Graça Aranha, 26 Lj. He C
Tels.: 222.4142 e 242.5378
SÃO PAULO
Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2029
C.P. 5534 - Tel. 288.3893
BRASÍLIA
S.Q. 104 Bloco A loja 11
Tel.: 24.3008

Figura 9

COMPANHIA ABC						Abril
RELATÓRIO SUMÁRIO DE POSIÇÃO						
(Flash)						
Mês corrente		Descrição	Até a data		Orçamento Anual	
Abaixo/ (Acima) Orçado	Real		Real	Abaixo/ (Acima) Orçado	Revisão	Original
Vendas Líquidas:						
4.001	170.020	Produto A	714.846	12.540	3.008.117	2.812.700
(7.710)	456.118	B	1.710.112	(27.280)	6.829.912	7.414.600
3.260	47.739	C	200.415	16.120	1.146.000	925.166
(110)	3.608	D	15.019	(412)	100.715	110.809
(2.004)	77.800	E	221.150	(6.410)	1.019.814	1.218.704
(2.036)	337.614	F	1.116.000	(18.650)	4.810.515	5.408.688
(4.599)	1.092.899	Total	3.977.542	(24.092)	16.915.073	17.890.667
Contribuição Líquida:						
640	22.100	Produto A	210.146	6.512	816.600	871.400
1.136	117.111	B	356.100	10.167	1.117.848	1.225.100
18	13.367	C	61.200	5.412	236.601	254.992
(27)	900	D	3.124	(76)	15.619	13.109
896	31.622	E	58.400	4.809	200.644	216.821
4.400	112.000	F	414.203	(25.209)	1.746.813	1.525.369
7.063	297.100	Total	1.103.173	1.715	4.134.125	4.106.791
(10.549)	143.068	Despesas	(539.790)	(10.604)	(1.976.733)	(2.002.688)
588	712	Outras Rendas	7.758	(2.558)	21.620	18.231
10.000	84.000	Provisão para Imposto de Renda	(309.000)	5.000	(1.304.900)	(1.126.312)
8.200	70.744	Lucro Líquido	262.141	4.761	874.112	996.022
Mês corrente						
			Este Ano	Ano Anterior		
Capital de Giro			1.825.326	1.712.429		
Relação Ativo e Passivo Correntes			3,42	3,58		
Dias em Inventário			61	66		
Dias de Cobrança			91	96		
Utilização da Fábrica			96,4%	96,1%		
Despesas de Capital			364.500	294.225		

6. Controle sobre projetos

Diversos tipos de despesas podem ser controladas por meio do sistema tradicional de contabilidade funcional. Entretanto, existem determinadas áreas, onde as informações devem ser suplementadas por relatórios adicionais de controle.

A figura 10 demonstra dados relativos a controles sobre projetos. São apresentadas colunas de custo real, custo acumulado no ano corrente e custo acumulado total do projeto. O reporte demonstra também a importância ainda disponível para inversão, de acordo com orçamento prévio estabelecido por projeto individual.

Relatórios sobre projetos devem ser relacionados diretamente com os relatórios de responsabilidade. O exemplo escolhido inclui valores, os quais são apresentados de duas maneiras, ou seja, em termos de áreas de responsabilidade, como também em termos de projetos individuais.

Figura 10

COMPANHIA ABC											Abril
RELATÓRIO DE CONTROLE DE PROJETOS											
Encarregado do Projeto: J. B. Silva											
Mês Corrente				Acumulado do Projeto							
Horas	Custo	Custo	Saldo a N.º do Utilizar Projeto	Descrição	Data Prevista de Término	Horas	Custo	% Gasto	Saldo a Utilizar		
10.632 Reparo na Torre de Secagem 31.3.73											
409	3.071	12.389	13.111	Salários Técnicos	2.009	15.067	53,4		13.111		
	367	2.663	3.337	Materiais e Suprimentos		2.985	47,2		3.337		
	2.806	5.021	6.129	Serviços Contratados		6.608	51,9		6.129		
	27	403	207	Outros Serviços Diretos		403	66,1		207		
409	6.271	20.476	22.784	Total do Projeto	2.009	25.063	52,4		22.784		
10.644 Instalação de Unidade de Segurança 31.3.73											
175	1.233	4.089	2.483	Salários Técnicos	630	4.406	64,0		2.483		
	478	1.962	1.476	Materiais e Suprimentos		2.234	60,2		1.476		
	138	721	308	Serviços Contratados		721	70,1		308		
	—	—	—	Outros Serviços Diretos		—	—		—		
175	1.849	6.772	4.267	Total do Projeto	630	7.361	63,3		4.267		
584	8.120	27.248	27.051	Total Geral	2.639	32.424	54,5		27.051		

7. Sumário

Um sistema de contabilidade funcional e de informações gerenciais apresenta três grandes vantagens:

a) Os relatórios de custos preparados são simples, concisos e fáceis de serem entendidos. Um relatório somente é válido quando é realmente utilizado. Relatórios que apresentam dificuldade muito grande em seu entendimento são utilizados somente por contadores especializados e, normalmente, os indivíduos que controlam uma companhia não são contadores treinados. Como resultado, esses elementos se impacientam quanto a utilização dos relatórios e sua eficiência fica bastante prejudicada. Se os relatórios são facilmente entendíveis e definem as responsabilidades, eles serão utilizados numa base diária pelo pessoal de operação;

b) A responsabilidade pelos custos incorridos é claramente identificada em cada relatório. Os custos são mesclados com as responsabilidades em todos os níveis;

c) O sistema orçamentário torna-se simplificado em virtude da experiência que o pessoal vai desenvolvendo em orçar e, posteriormente, comparar os valores reais incorridos contra o orçamento efetuado.

A implantação de um sistema de contabilidade por nível de responsabilidade envolve basicamente quatro passos: 1. identificar claramente os responsáveis de cada órgão dentro da organização; 2. preparar manuais de funções, com instruções ao pessoal de campo. Estas instruções devem estar em linguagem acessível aos usuários; 3. modernizar os sistemas e procedimentos contábeis; 4. estudar detalhadamente os relatórios a serem gerados, bem como sua distribuição.

A AMÉRICA LATINA E A CLÁUSULA DE NAÇÃO MAIS FAVORECIDA

Laércio F. Bettol*

1. A propalada igualdade entre as nações, tão do gosto dos juristas formalistas, vem sendo contestada com ênfase crescente. Não que essa igualdade não seja de desejar, mas que, considerando realisticamente, ela faz parte de uma fase idealista do direito, a qual tem visto seus princípios, seus dogmas, contestados cada vez com maior intensidade, conforme transcorre o tempo e as distâncias mais se encurtam. E essa maneira de considerar o direito, não como uma ciência em si, mas como um dos elos na grande corrente das relações sociais, tem na sua base uma grande influência dos estudos sociológicos, políticos e econômicos que apareceram em maior número — e talvez com maior senso crítico — após a II Guerra Mundial.

No âmbito internacional, o enfraquecimento das grandes potências coloniais, dentre outras razões, provocou a independência de um grande número de ex-colônias. Concomitantemente, devido à grande expansão dos meios de comunicação, os povos passaram a se conhecer melhor, e a descobrir suas similaridades e diferenças. Despontou então, como fruto principalmente dos estudos econômicos, o conceito de subdesenvolvimento econômico, e deste, o confronto entre independência política e independência econômica.

No âmbito do Direito Internacional, nasce a polêmica a respeito da justiça da aplicação de princípios jurídicos estabelecidos entre as potências coloniais, para regular as suas relações, à nova ordem emergente do nascimento de um sem-número de novas nações independentes. Estas, traumatizadas pelo longo período de submissão a que estiveram sujeitas, já nascem predispostas a contestar a velha ordem, fruto de uma época em que à livre determinação dos povos se sobrepunham o “dever civilizador”, o “dever catequético”.

Se, formalmente, a independência política havia sido conquistada, efetivamente a dependência em relação às antigas metrópoles continuava. A fórmula salvadora apareceu logo nítida nos espíritos: não basta a simples independência política formal, há necessidade de um complemento essencial — a independência econômica. E, se politicamente convém que as nações se respeitem como iguais, no âmbito econômico existe a necessidade de manter presentes as desigualdades existentes entre elas.¹

A América Latina, a despeito de ter tido o seu grande surto de independência política há mais de século e meio, solidarizou-se com essa corrente de pensamento, característica principalmente dos países jovens. Daí sua inclusão entre o “Grupo dos 77”; daí a criação do Comitê Econômico de Coordenação Latino-Americana — CECLA; daí a preocupação dos elaboradores da obra, objeto deste

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

comentário, em determinarem o comportamento da América Latina em face da cláusula de nação mais favorecida.

2. É bastante recente, no âmbito jurídico, o reconhecimento do Direito Econômico Internacional. E dentro desse novo ramo do velho Direito das Gentes, a tentativa de descobrirem-se e conceituarem-se direitos regionais econômicos.

A obra recentemente publicada pela Dotação Carnegie para a Paz Internacional insere-se nessa nova tendência.² Ela é fruto do trabalho do Grupo de Estudo Interamericano sobre Problemas de Direito Internacional. Seu propósito é ambicioso, pois pretende estudar a cláusula de nação mais favorecida dentro da perspectiva da América Latina. O estudo da cláusula é feito por juristas de grande nomeada, que se confessam funcionalistas e que portanto se preocupam em fugir ao formalismo jurídico, trazendo para a obra, não a interpretação rígida e fria do texto dos tratados, mas sim a contribuição de um estudo amadurecido dos aspectos históricos, político, conjuntural e instrumental daqueles.

Recebemos com grande entusiasmo e satisfação o aparecimento de *América Latina y la cláusula de nación más favorecida* e acreditamos que o sistema de abordagem do tema, o interesse de que se reveste no momento, as importantes observações e conclusões a que chega, o espírito aberto com que os autores enfrentam problemas ainda não deslindados, dentre inúmeras outras razões, a tornam de leitura obrigatória para todos aqueles voltados para os problemas de relações internacionais, quer sejam juristas ou não.

3. Convém, antes de mais nada, esclarecer que, inserida dentro do campo do Direito Econômico Internacional, a obra em apreço restringe o estudo da cláusula de nação mais favorecida às relações econômicas e comerciais, não abrangendo portanto as relações diplomáticas e consulares, e o campo do direito privado como acontece com problemas de cidadania, exercício de profissões liberais etc... Os autores pretendem determinar em que grau a cláusula de nação mais favorecida tem sido aplicada na América Latina e qual o conceito que se tem nessa área a respeito de tal cláusula. A nosso ver, o problema central está em responder à seguinte indagação: o que se entende hoje por cláusula de nação mais favorecida na América Latina, e quais as implicações desse conceito?

A obra compreende duas partes. Na primeira procura-se estudar a cláusula dentro de um prisma histórico, isto é, seu aparecimento nos tratados internacionais do passado, que tenham como parte pelo menos um país latino-americano. Na segunda parte procura-se estudar a cláusula dentro do

sistema institucional estabelecido logo após a II Guerra Mundial.

4. Quanto à parte histórica, a obra principia com um estudo do seu relator, prof. Francisco Orrego Vicuña, que se denomina *Estudios sobre la cláusula Bello y la crisis de solidaridad latino-americana en el siglo XIX*. Aí, o autor procura contrapor a cláusula de nação mais favorecida à cláusula Bello, nascida no Chile, durante o período em que Andrés Bello ocupava o Ministério das Relações Exteriores e que, concebendo a América Latina como um conjunto, face aos grandes países industrializados da época, assim explicava, em 1832, sua teoria:

"Una nación obrará cueramente si en sus relaciones con otras se abstiene de parcialidades y preferencias siempre odiosas; pero ni la justicia ni la prudencia reprueban las ventajas comerciales que franqueamos a un pueblo en consideración a los privilegios o favores que este se halla dispuesto a concedernos."³

Mas, de tão idealista e de tão justa, a cláusula Bello, apesar de ter conseguido sensibilizar e influenciar alguns outros países latino-americanos que a fizeram constar tanto de tratados bilaterais como multilaterais, não conseguiu resistir ao apregoado sentido igualitário da cláusula de nação mais favorecida que acabou voltando a ser admitida mesmo pelo Chile, berço de Bello. Este fato já pode ser notado a partir do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Chile e a Grã-Bretanha, assinado em Santiago a 5 de outubro de 1845. Diz ele:

"Art. III — Su Majestad la Reina del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda se compromete, además, a que los habitantes de Chile tengan igual derecho de comercio y navegación... en todos sus Dominios situados fuera de Europa, con la plenitud en que son permitidos actualmente o sean permitidos en adelante, a cualquiera otra Nación."⁴

Ainda dentro da parte histórica da obra, segue-se o trabalho do prof. Isidro Morales Paul *La cláusula de la nación más favorecida y la evolución de las relaciones comerciales interlatinoamericanas hasta 1950*. Ela chega portanto até aos anos subseqüentes à II Guerra Mundial, época que constitui um divisor de águas entre a aplicação da cláusula como prova de boa vontade, quer em tratados bilaterais, quer multilaterais, e uma época em que, dentro do espírito da criação da Organização das Nações Unidas — ONU — a expressão cooperação internacional tornou-se chave. Daí a criação de um grande número de entidades de caráter internacional, dentre as quais o GATT — General Agreement on Tariffs and Trade — que

tem na cláusula de nação mais favorecida uma de suas pedras angulares.

5. O trabalho do prof. Celso Lafer, denominado *El GATT, la cláusula de la nación más favorecida y América Latina* serve ao mesmo tempo de introdutório ao plano institucional da obra e de pano de fundo, pois, a partir dele, a cláusula de nação mais favorecida não será mais estudada em termos particularistas, isto é, de país para país, mas em termos institucionais. A partir da criação do GATT, temos um conceito de tratamento de nação mais favorecida, que é aceito por todos os países-membros do acordo. E é com base nesse conceito que se vai estudar a cláusula em relação à ALALC, ao Grupo Andino e ao Mercado Comum Centro-Americano. Vamos ver aí o reverso da medalha, isto é, a grande expansão da utilização das exceções à cláusula, contidas no art. XXIV do acordo do GATT — a formação de áreas preferenciais objetivando a integração econômica regional.

Nota-se claramente a preocupação do prof. Lafer em estudar as linhas mestras do acordo do GATT, quais sejam, o estudo do acordo sob o prisma da cooperação econômica internacional, a definição da cláusula, contida no seu art. I, o intrincado problema da solução de controvérsias, entre outros. Faz um estudo crítico de fatos históricos relacionados com a negociação do acordo, relembra fatos específicos relacionados com a negociação do próprio conteúdo da cláusula. Estuda detidamente o acordo, aprofundando-se em observações e conclusões a respeito da parte IV, que foi ulteriormente acrescentada ao acordo visando atender aos reclamos dos países subdesenvolvidos, e que versa sobre comércio e desenvolvimento. Finalmente, quanto ao sistema de solução de controvérsias no seio do GATT conclui:

"Puede decirse en conclusión que el sistema de solución de controversias de GATT, que deriva logicamente de su mecanismo de negociaciones, sólo es eficaz para las partes contratantes que son los principales proveedores y principales consumidores de los principales productos transados internacionalmente."⁵

E mais adiante irá acrescentar:

"... En la terminología de Myres S. McDougal y Harold D. Lasswell, puede sostenerse validamente que tanto en el caso del GATT como en el de la propia UNCTAD, el proceso legal de creación de la norma jurídica no completó su ciclo. Hemos tenido 'intelligence' — información — sobre el asunto y 'recommendations' — recomendaciones — sobre el problema, pero estos dos aspectos no se cristalizaron en 'prescriptions', esto es, en normas invocables y aplicables."⁶

Segue-se o trabalho do prof. Bernardo Sepúlveda Amor sobre *GATT, ALALC y el trato de más favor*, que irá estudar a cláusula contida no acordo do GATT, à luz do Tratado de Montevideo, e, dentre outras apreciações, de grande alcance, conclui:

"... Los países de ALALC fueron presionados a instaurar una entidad con apariencias de zona de libre comercio, cuando su deseo era la constitución de un sistema parcial de acuerdos preferenciales para fomentar el comercio entre ellos."⁷

E mais adiante:

"... En la práctica, el proceso de integración latinoamericana se ha orientado hacia la búsqueda de soluciones peculiares y convenientes a los requisitos del área."⁸

A nosso ver, essas e muitas outras considerações que encontramos a cada passo da obra abrem caminho para o candente trabalho do prof. Felix Peña *La cláusula de la nación más favorecida en el sistema jurídico de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio*. A cada passo, encontramos nesse estudo observações, afirmações e conclusões que nos têm despertado muita reflexão. E, para que não nos alonguemos em citações — não deixando ao leitor o gosto de descobrir e avaliar por si próprio — lembramos apenas que o prof. Peña promete logo nas primeiras linhas:

"... Deseamos sostener que la cláusula de la nación más favorecida no es parte del programa de liberación de la ALALC y de sus instrumentos auxiliares, y que..."⁹

E o faz com proficiência...

O prof. Felipe H. Paolillo discorre em seguida sobre *La cláusula de la nación más favorecida y los países menos desarrollados en la ALALC y en el Pacto Andino*. Dá assim início ao exame das chamadas exceções à aplicação da cláusula no interior da ALALC¹⁰ e que é continuado pelo trabalho da prof.^a Frida M. Pflinter de Armas *La cláusula de la nación más favorecida y la excepción del tráfico fronterizo en el Tratado de Montevideo*.

Caminhamos assim em direção ao final do livro. E aí passam pelo crivo dos profs. Francisco Villagram Kramer e Jacques-Ivan Morin, o exame da cláusula com relação aos esquemas de integração econômica centro-americana, e a Comunidade Britânica de Nações. Aqui, um tema que toma conta das preocupações do prof. Villagram é a Cláusula Centro-Americana de Exceção, que nasceu logo após a independência dos países da região e tem resistido até hoje. Numa segunda parte, ele irá estudar a aplicação da cláusula de nação mais favorecida ao sistema de integração econômica da América Central.

6. Duas palavras apenas sobre esses dois últimos estudos. Quanto à América Central, no correr de todo o estudo, não conseguimos afastar da mente o impasse em que se encontra atualmente o Mercado Comum, e sentir que em toda a história daquela região tem-se desenvolvido uma espécie de círculo vicioso que alterna esforços de união com períodos de separação. Não é que o compasso de espera em que se encontra a ALALC nos preocupe menos, mas talvez porque sintamos um certo carinho pelo movimento centro-americano de integração, porque ele tem sido o esforço de integração que mais progrediu no continente, não pudemos evitar tais comparações. E nos pomos a imaginar qual será o próximo lance no complicado emaranhado de conflitos de interesses daquela região.¹¹

Quanto ao trabalho do prof. Morin, a despeito das importantes informações que nos fornece sobre aplicação da cláusula na Comunidade Britânica de Nações, sentimos uma certa insatisfação pois nossa expectativa estava toda dirigida para um estudo sobre a cláusula em face da CARIFTA (Caribbean Free Trade Association). Parece-nos que somente assim o estudo da cláusula, no seu aspecto de aplicação a instituições latino-americanas, estaria coerente com o que a nosso ver foi o plano de trabalho a que se dispôs o Grupo de Estudos Interamericano sobre Problemas de Direito Internacional.

Vêm também a propósito algumas outras observações que gostaríamos de deixar registradas. O trabalho desenvolve-se em dois níveis: um histórico no qual se estuda a presença da cláusula em tratados internacionais de que participam países latino-americanos; outro institucional, no qual se estuda a aplicação da cláusula em relação às entidades dedicadas à cooperação econômica internacional. Como se pretende analisar a cláusula sob a perspectiva da América Latina, parece-nos que

faltou na obra um estudo que tentasse estabelecer uma correlação entre os conceitos prevalentes no passado e no presente.

Sentimos também a falta de um estudo detalhado da posição da América Latina quanto ao sistema geral de preferências instituído pelos países desenvolvidos em favor dos subdesenvolvidos quanto a exportações de produtos manufaturados. Em verdade, esse sistema foi desenvolvido como uma exceção flagrante não somente ao princípio de reciprocidade, mas também à própria cláusula de nação mais favorecida. Aí talvez também se fizesse necessário um estudo histórico-comparativo entre a UNCTAD e o GATT.

¹ Um autor que se tem dedicado a estudos desse tipo é o prof. François Perroux. Veja-se dele: *La coexistence pacifique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958, 3 v.: I. "Industrialisés" ou "non industrialisés". II. *Pôles de développement ou nations?* III. *Guerre ou partage du pain?*; *A economia das nações jovens — industrialização e agrupamento de nações*. Lisboa, Livraria Moraes Editora, 1964.

² Vicuña, Francisco Orrego, ed. *América Latina y la cláusula de la nación más favorecida*. Grupo de Estudio Interamericano sobre Problemas de Derecho Internacional. Santiago de Chile, Dotación Carnegie para la Paz Internacional, 1972.

³ Ibid. p. 37.

⁴ Ibid. p. 67.

⁵ Ibid. p. 143.

⁶ Ibid. p. 147-8.

⁷ Ibid. p. 168.

⁸ Ibid. p. 173.

⁹ Ibid. p. 177.

¹⁰ Ver a respeito o excelente artigo do prof. Celso Lafer, Un analisis de la compatibilidad de los artículos 27 y 28 del Pacto Andino, com el ordenamiento jurídico de la ALALC. *Derecho de la integración*, n. 6, p. 98 a 112, abr. 1970.

¹¹ Sobre conflitos de interesses em toda a América e particularmente na América Central, veja-se Gerassi, John. *A invasão da América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.

ALIENAÇÃO NOS MANUSCRITOS DE 1844

Sergio Miceli*

Com o fim de clarificar o conceito (ou categoria) de alienação, tal como surge no contexto dos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*,¹ pretendo responder a questões como: a) a alienação aparece em que tipo de discurso?; b) que posição ocupa no interior desse discurso?; c) quem é o sujeito desse discurso?; d) a que visa esse discurso?; e) quais as funções que a alienação cumpre para fins da tradução antropológica?

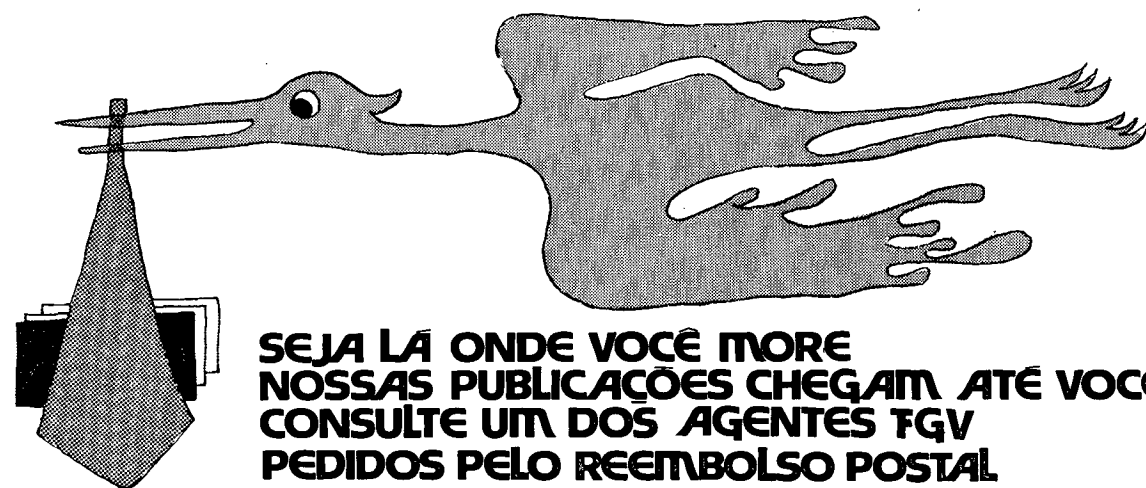
Os *Manuscritos de 1844* (MA) fazem parte da terceira fase das obras de juventude de Marx, se considerarmos esse texto como distinto e único no âmbito desse período de juventude. A seriação estabelecida por Althusser divide o período de juventude em somente duas fases,² mas ele próprio fornece a justificativa para que se considere os *Manuscritos* como um texto radicalmente original. Os *Manuscritos* pretendem ser uma primeira crítica da economia política. Seria até mesmo viável pensar para eles o título hipotético (é claro no caso do Trabalho alienado, seção do primeiro manuscrito) de *Propriedade privada, primeira crítica da economia política*, a exemplo de *O Capital, crítica da economia política*.

A economia política é a ciência da sociedade civil que se caracteriza por um complexo de contradições. A propriedade privada constitui o alicerce dessa sociedade, "axioma oculto e indiscutível"³ das doutrinas daquela ciência. No primeiro manuscrito, Marx interroga a validade do axioma e para sua tematização lança mão da fundamentação antropológica feuerbachiana. O jovem Marx ainda não legitimou o estatuto da economia política e não reconhece nela qualquer validade explicativa. Logo, não poderá ver nessa ciência seu lado descritivo, fenomênico, "o espelho em que se refletem os fatos econômicos",⁴ um espaço privilegiado em que aparecem as contradições da sociedade civil. Seu objetivo é criticar essas contradições da realidade econômica encontradas ao nível da economia política. Mas, para isso, também não é necessária a delimitação de uma realidade econômica da forma mais tarde desenvolvida na *Ideologia alemã* expressa pelo conceito de modo de produção.⁵

Deste modo, a realidade econômica é utilizada simplesmente porque exprime de maneira privilegiada a alienação da essência humana. A partir daí, a tarefa a que Marx se propõe consiste em desvendar, no emaranhado de contradições expressas ao nível fenomênico, a contradição nuclear por meio do conceito de alienação.

A alienação reside na separação do sujeito, o homem, de sua essência que passa a pertencer a um ser estranho ao sujeito. Por sua vez, esse ser estranho composto pelos predicados constitu-

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, e Redator-chefe da Revista de Administração de Empresas.



**SEJA LÁ ONDE VOCÊ MORE
NOSSAS PUBLICAÇÕES CHEGAM ATÉ VOCÊ
CONSULTE UM DOS AGENTES TGV
PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL**

tivos da essência humana torna-se o sujeito e o homem a ele se submete como seu objeto. No entanto, nos diversos planos empíricos, a alienação aparece particularizada. Cada plano, político, religioso, econômico, exprime à sua maneira a alienação genérica. Segundo Rancière ⁶ “as diferentes esferas da manifestação da experiência humana — esferas que correspondem aos diferentes predicados da essência humana — assumem, cada uma, realidade autônoma” e, por isto, a alienação aparece sempre como contradição no interior de uma esfera específica. Pelo fato de que a economia política ainda não se tornou um discurso privilegiado, e portanto só é capaz de oferecer descrições unívocas, ao nível da aparência, cabe à filosofia “elevantar a contradição particular à sua forma geral”.⁷

A matriz fundante dos *Manuscritos* é o conceito de essência genérica, que consiste na unidade originária de um sujeito e de sua essência. Todas as alienações particulares remetem à essência genérica do homem postulada por Feuerbach, cuja antropologia parte de princípios como a universalidade originária, a sociabilidade primitiva e natural. Desta maneira, “posta como base essa matriz abstrata das relações humanas, torna-se então possível encontrar nas várias doutrinas ideológicas certos momentos que a exprimem de modo mais ou menos parcial, porquanto essa verdade do homem, por mais que se transfigure nas diversas zonas de alienação, está sempre a aflorar, a evocar, nos comportamentos mais alienados e egoístas, a universalidade a que ninguém se pode furtar”.⁸ Baseando-se nestes pressupostos, Marx efetua a análise da vida econômica para lançar contra ela o modelo inicial da sociabilidade primitiva. A postura adotada não concede à realidade econômica “valor em si mesma, não existe *per se*, mas é apenas a emanção viciada da sociabilidade primitiva, de uma substância social que se situa muito além do mundo do comércio e da indústria”.⁹ Vemos assim que a alienação é o conceito que exprime a contradição central e será o recurso operacional, metodológico, para que se efetue a tradução antropológica. Por intermédio da alienação, estrutura que funciona como crivo, principal fundamento da antropologia de Marx, todos os conceitos e leis da economia política sofrem uma transposição na tradução antropológica. Esta operação foi chamada por Rancière de “anfibologia” e o fundamento comum de qualquer operação desse tipo nos *Manuscritos* é o sujeito homem, suporte de todas as categorias. Vejamos agora, sumariamente ao nível do próprio texto do Trabalho alienado, como se concretiza a fundamentação do discurso econômico pela antropologia.

O objetivo de Marx é explicar a propriedade privada. Essa constitui o ponto de partida da economia política enquanto fato; contudo, aquela “ciência” não explica esse fato porque se restringe a descrever o processo material da propriedade privada por meio de leis, mas também “não compreende essas leis — isto é, não mostra como essas leis decorrem da essência da propriedade privada”.¹⁰ A diferença essencial reside portanto nos verbos *exprimir* (nível a que consegue atingir a economia política) e *compreender* (passar do fenômeno à essência, exprimir através de conceitos). O ponto de partida do trajeto explicativo é um “fato econômico genuíno” (“We proceed from an actual economic fact”).¹¹ Este fato consiste das contradições fornecidas ao nível da economia política: “O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e que sua produção cresce em força e extensão...”¹² Segundo Rancière, a expressão *nível da economia política* designa ao mesmo tempo um estágio de desenvolvimento que se manifesta pelos fenômenos apontados (as contradições que se mostram ao nível do fenômeno) e o nível conceitual em que se desenvolve o discurso econômico. Portanto, “não há defasagem entre fatos econômicos e ciência econômica”.¹³ Passa-se, então, à fundamentação da inteligibilidade da economia política e da realidade econômica que ela exprime. Inicia-se o processo de explicitação da alienação. Em primeiro lugar, tem-se a relação do trabalhador (homem) com o produto do trabalho como um objeto que lhe é estranho, com o qual o trabalhador não mais se identifica. Essa alienação em relação ao produto do trabalho se manifesta, no estágio da economia política, em três níveis: a) a realização surge como des-realização, como perda de realidade; b) a objetivação surge como perda do objeto; c) a apropriação surge como desapropriação. Enquanto a determinação *a* possui mais uma dimensão subjetiva, as duas últimas correspondem mais à perda do objeto. A alienação do trabalhador com o produto do trabalho envolve também a natureza da qual o homem se aliena duplamente. Isto porque a natureza fornece não somente a matéria de seu trabalho, mas igualmente os meios de subsistência física do trabalhador. Desta forma, ocorre uma perda dupla e uma sujeição dupla do operário à natureza: a) porque, como trabalhador, deve à natureza seu trabalho, ou seja, os meios do trabalho e b) porque, como sujeito físico, recebe cada vez menos meios de subsistência.

Em seguida, Marx analisa a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alienada, na qual ele se torna estranho

a si mesmo. Essa segunda etapa é explicada também por três determinações: a) trata-se de uma atividade *exterior* ao sujeito, à essência do homem e, por isto mesmo, o trabalhador só se realiza fora da esfera do trabalho; b) constitui uma atividade *forçada*, isto é, o trabalhador é obrigado a trabalhar e c) trata-se de uma atividade que não lhe pertence, mas *pertence* a outrem. Enquanto na alienação em relação ao objeto, era o objeto que se tornava estranho ao homem, a alienação em relação à atividade constitui auto-alienação.

Atinge-se, neste ponto, a alienação propriamente fundante, alienação do homem em relação a sua espécie, que contém e explica as demais alienações. Antes, porém, é preciso ver em que consiste a afirmação “O homem é um ser genérico...”,¹⁴ universalidade que, uma vez negada pela alienação, é a raiz da alienação nuclear. O homem é um ser genérico pelo fato de que, prática e teoricamente, adota sua própria espécie, bem como as demais espécies, como seu objeto e, também, porque se considera ele próprio como um ser universal e livre. As demais espécies constituem um objeto para reflexão da consciência e para o fazer humano prático. O caráter da vida genérica do homem está contido no caráter de sua atividade vital. E a atividade consciente e livre é o caráter da espécie humana. Assim, ao alienar o homem da natureza (seu objeto duplamente), o trabalho alienado tornou o homem estranho a si mesmo, porque o homem é parte da natureza e alienou o homem de sua vida individual fazendo dela a meta da vida da espécie. Neste sentido, o trabalho (atividade vital) surge apenas como um meio de satisfazer uma necessidade, a de permitir a subsistência física (como sujeito físico).¹⁵ Tendo alcançado a alienação econômica à sua forma geral através do conceito de ser genérico e da consequente alienação do homem em relação a sua espécie, Marx universalizou o processo de decomposição dessa essência exclusiva, dessa substância imutável.

Neste momento, o texto retorna à realidade econômica, ao plano das relações sociais, e o trabalho alienado aparece como fundamento, como elemento constituinte da propriedade privada. Marx retorna ao estágio da economia política depois de haver reelaborado as contradições iniciais. Erigiu o trabalho alienado em relação nuclear e modificou a posição da propriedade privada, tornada a consequência, o resultado do trabalho alienado, o nível objetivo em que se manifesta o trabalho alienado. Este retorno à propriedade privada se efetua através da alienação do homem ao homem, do trabalhador ao capitalista. Segundo

Gianotti, fechar o círculo, ou seja, retornar ao nível da propriedade privada é um passo necessário porque ela (a propriedade privada) “é de fato a única a revelar o completo alheamento do produto em face do produtor, na medida em que faz do produto propriedade de outrem e, desse modo, desvenda a relação de homem a homem que a categoria de trabalho alienado à primeira vista parecia não comportar”.¹⁶

No meu entender, baseado em textos do próprio Feuerbach (“O homem é de fato e ao mesmo tempo Eu e Você; ele é capaz de se colocar a si mesmo no lugar de outro e por esta razão é que, para ele, a sua espécie, a sua essência e não apenas sua individualidade, constitui um objeto de pensamento”, além de outros textos na edição citada),¹⁷ penso seria cabível incluir também a alienação do homem ao homem no contexto da alienação fundante e geral, a negação de sua essência genérica. Por outro lado, o último parágrafo da edição citada, p. 77 (“In fact, the proposition...”) de *MA*, parece fornecer outro subsídio à referida inserção. Ou então, a alienação do homem ao homem constitui a manifestação concreta da relação instituída no trabalho alienado. Por outro lado, à exceção das partes sobre o ser genérico, o texto de *MA*, a respeito da alienação do homem ao homem, talvez seja a parte em que seja mais evidente a operação anfibológica indicada por Rancière. A todo momento, Marx passa do operário ao homem, do trabalho à atividade, do produto ao objeto.¹⁸ Desta forma, a manifestação objetiva do trabalho alienado se concretiza por meio da alienação do homem ao homem, evidenciada no plano das relações sociais que se estabelecem no regime da propriedade privada.

Até agora, Marx analisou do ponto de vista do trabalhador e, daqui por diante, passa a assumir a perspectiva do proprietário do trabalho, daquele que se apropriou do produto, da atividade. Completa-se, deste modo, a inversão levada a efeito por Marx; ao invés de ser ela o fundamento e causa do trabalho alienado, constitui simplesmente uma consequência dele. Esta inversão foi obtida como um resultado do “movimento da propriedade privada”.¹⁹ Afinal, pode-se reconstituir o trajeto feito por Marx: a) aceita as leis e os pressupostos da economia política; parte das contradições encontradas ao nível da economia política; b) extrai o conceito de trabalho alienado, expressão ao nível econômico da contradição fundamental; examina as determinações desse conceito da forma como aparecem no estágio da economia política; c) impõe o modelo antropológico mediante a noção de ser genérico e verifica que as contradições particulares da realidade econômica impedem a expres-

são da essência universal humana; d) retorna ao regime da propriedade privada, agora explicado pelo trabalho alienado e fundamentado antropológicamente; esse regime surge como a expressão concreta de todo o processo.

Em diversos pontos, os *Manuscritos de 1844* remetem às fases de ruptura (*Ideologia alemã* — IA) e mesmo à fase de maturidade. Em primeiro lugar, a produção faz sua primeira aparição, ainda que não apareça como esfera específica e objetiva a caracterizar (as relações produtivas nela estabelecidas) as relações entre os homens. Nos *Manuscritos*²⁰ temos que “a economia política concebe a alienação inerente à natureza do trabalho ao não considerar a relação direta entre o trabalhador (trabalho) e a produção”. Como ainda não surgiu o conceito de modo de produção, o trabalho vai determinar univocamente, isto é, as demais relações sociais serão um resultado dele, o único fundamento do regime da propriedade privada. Mas, mesmo assim, já existe a perspectiva das relações mantidas no plano da produção. Não é mais necessário explicar os fatos por sua origem longínqua porque a universalidade genérica aponta o próprio homem como sua fonte explicativa, como sua própria matriz e fundamento. O caráter determinante do trabalho alienado em relação aos demais modos e configurações sociais se evidencia de forma definitiva. Ainda não houve a identificação entre a propriedade privada e a divisão do trabalho²¹ como critério explicativo na sucessão dos diversos modos de produção, mas a alienação do homem ao homem e sobretudo o texto seguinte: “Hence within the relationship of estranged labour each man views the other in accordance with the standard and the position in which he finds himself as a worker”,²² apontam a latência de colocações futuras. Em suma, o conceito de trabalho alienado surge como o conceito de compreensão do sistema social inclusivo visível no regime da sociedade civil. E por que o primado e a antecedência do trabalho operário? Segundo Gianotti²³ tal se deve à posição privilegiada em que se encontra o trabalho operário, porque “só ele de fato se defronta com o objeto natural, só ele é transformador”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Althusser, Louis. *Pour Marx*. Paris, François Maspero, 1966. Préface: Aujourd'hui/Sur le jeune Marx. (Coleção *Théorie*, I).
- Bottomore, T. B. & Rubel, M. *Sociologia e filosofia social de Karl Marx*. Trad. Geir Campos (textos escolhidos). Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964 (Biblioteca de Ciências Sociais).

Gianotti, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

Lukács, George. *Histoire et conscience de classe*. La réification et la conscience du prolétariat. Trad. Kostas Axelos & J. Bois. I. Le phénomène de la réification; II. Les antinomies de la pensée bourgeoise. p. 109-88.

Macherey, Pierre. *A propos du processus d'exposition du Capital; Lire Le Capital*. t. 1. p. 213-56. Paris, François Maspero, 1967 (Coleção *Théorie*, II).

Marx, Karl. *Estranged labour*. In.: *Economic and philosophic manuscripts of 1844*. Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1961, p. 67-83.

Marx, Karl. *El Capital, crítica de la economía política*. 4 ed. Trad. Wenceslao Roces. México, Buenos Aires, Fondo de Cultura, 1966. v. 1.

Marx, Karl & Engels, Frederick. *The German ideology*. Moscou, Progress Publishers, 1964.

Rancière, Jacques. *Le concept de critique et la critique de l'économie politique des Manuscrits de 1844 au Capital*. Paris, François Maspero, 1967. p. 97-210. (Coleção *Théorie*, III).

¹ Marx, Karl. *Estranged labour*. In.: *Economic and philosophic manuscripts of 1844*. Moscou, Foreign Languages Publishing, 1961.

² Althusser, Louis. *Pour Marx*. Paris, François Maspero, 1966. p. 26-8, Préface — Aujourd'hui/Sur le Jeune Marx. (Coleção *Théorie*, I).

³ Gianotti, José Arthur. *Origens da dialética do trabalho*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966. p. 86.

⁴ Rancière, Jacques. *Le concept de critique et la critique de l'économie politique des Manuscrits de 1844 au Capital*. Paris, François Maspero, 1967. p. 104 (Coleção *Théorie*, III).

⁵ Marx, Karl & Engels, Frederick. *The German ideology*. Moscou, Progress Publishers, 1964. p. 31 e 32.

⁶ Rancière. op. cit. p. 99.

⁷ Id. ibid.

⁸ Gianotti. op. cit. p. 97.

⁹ Ibid. p. 110.

¹⁰ Marx. op. cit. p. 67.

¹¹ Ibid. p. 69.

¹² Id. ibid.

¹³ Rancière. op. cit. p. 103.

¹⁴ Marx. op. cit. p. 74.

¹⁵ Ver Marx. op. cit. textos relativos à alienação do homem ao objeto, às p. 69, 70 e 71; relativos à alienação do homem em relação à atividade, às p. 71, 72 e 73; e relativos ao homem como ser genérico e alienação de sua espécie, às p. 74, 75 e 76.

¹⁶ Op. cit. p. 147.

¹⁷ Marx, op. cit. p. 77-8.

¹⁸ Ibid. p. 76-80.

¹⁹ Ibid. p. 80.

²⁰ Ibid. p. 71.

²¹ Marx & Engels, op. cit. p. 44.

²² Marx. op. cit. p. 78.

²³ Gianotti. op. cit. p. 137.

VALORES CONTÁBEIS E ECONÔMICOS NO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS

1. Fusão e incorporação;
2. Incorporação de empresa com dívida;
3. Precauções de pós-incorporação.

Yutchi Tsukamoto*

1. Fusão e incorporação

1.1 INTRODUÇÃO

Conforme o Ministro do Planejamento, Reis Velloso, a política do Governo brasileiro no setor das fusões e incorporações tem como objetivo principal definir um modelo de estrutura empresarial nacional — onde cabem grandes, médias e pequenas empresas — em que sejam garantidas a eficiência, o dinamismo e a compatibilidade com a sociedade que se deseja construir, com todas as empresas participando dos resultados do desenvolvimento, num mercado de consumo.¹

Diz ele ainda que no Brasil há excessiva tendência à fragmentação, constituindo-se empresas sem escala adequada da operação e sem condições de competir numa fase de convivência com as empresas multinacionais. Portanto, uma política de prevenção ou reversão da tendência dessa fragmentação em alguns setores significa não somente o fortalecimento de poder competitivo no mercado internacional, mas também representa uma forma para melhor distribuição de renda por meio de uma estrutura mais racional de preços ao consumidor.

1.2 TEMA PRINCIPAL DO ARTIGO

Não pretendemos neste artigo analisar vários instrumentos de incentivos às fusões e incorporações.² Também gostaríamos de deixar para outra ocasião a análise de métodos para determinação de valor de uma empresa num caso de fusão ou incorporação.³

Abordaremos aqui o tratamento que reconcilia as exigências fiscais com os interesses econômicos num caso de incorporação de empresa. Na maioria dos casos de fusão e incorporação, os valores apurados das empresas e os seus valores contábeis são divergentes. Essa diferença é, às vezes, incorretamente chamada de “fundo de comércio”. Quando uma empresa incorpora outra por um valor que é maior do que o valor contábil do seu patrimônio líquido, a diferença a mais poderá originar-se dos seguintes fatores:⁴

a) certos ativos da incorporada foram adquiridos originalmente com preços de barganha ou têm-se valorizado acima dos índices de correção monetária;

b) os estoques das mercadorias são normalmente contabilizados aos custos, mas podem ter valores atualizados que são maiores que os custos numa economia de inflação;

c) a aplicação do princípio de conservatismo contábil tem contribuído para diminuir os valores de ativos e aumentar os de passivos. O primeiro é

* Professor do Departamento de Contabilidade, Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. Diretor Financeiro da CBA — Itatí Fertilizantes S.A., Diretor Técnico da Dinamo Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., e Consultor da INTEC Informações e Análises Técnicas Ltda.

o caso de depreciação acima do gasto real e o segundo é o caso de reservas excessivas para contingências;

d) a incorporada realmente vale seu valor econômico, que é superior ao valor contábil do patrimônio líquido atestado através da sua capacidade de gerar um alto nível de lucros acima do valor contábil do patrimônio líquido;

e) a incorporadora vê, do seu ponto de vista, uma vantagem na aquisição da incorporada. Por isso, a incorporadora está disposta a pagar um valor superior ao valor contábil. Por exemplo, os produtos da incorporada são matérias-primas carentes da incorporadora ou complementam suas linhas de produtos;

f) por último, há casos em que a administração da incorporadora simplesmente cometeu um engano ao aceitar uma proposta de preço mais alto que o justificável.

Numa interpretação restrita do conceito, somente o caso *d* é considerado como de "Fundo de Comércio".⁵ Em uso comum, o conceito de "Fundo de Comércio" é estendido também ao caso *e*. Há, entretanto, uma diferença fundamental entre o caso *d* e o caso *e*. Suponhamos que a Empresa *A* adquirirá 70% do controle acionário da Empresa *B*. Se a aquisição de controle de *B* beneficiar *A* (por exemplo, *B* é uma fornecedora de matéria-prima indispensável para *A* e o controle acionário de *A* sobre *B* proporcionará uma tranquilidade de abastecimento daquela matéria-prima para *A*), *A* estará disposta a pagar um preço superior ao valor contábil do patrimônio líquido de *B*, digamos um preço de Cr\$ 28 mil para 70% do valor contábil de Cr\$ 30 mil, isto é, Cr\$ 21 mil. A diferença a mais de Cr\$ 7 mil poderá ser considerada como "Fundo de Comércio" para *A*. O valor atribuível à participação minoritária de 30% de *B* é de Cr\$ 9 mil (30% de Cr\$ 30 mil do patrimônio líquido contábil sem o "Fundo de Comércio"). Isto é o caso *e*.

100 De acordo com o caso *d*, *A* pagou Cr\$ 7 mil a mais que o valor contábil porque *B* tem valor econômico corrente maior que o valor contábil, devido à sua capacidade de alcançar uma boa taxa de retorno interno sobre os recursos investidos. Neste caso, o "Fundo de Comércio", é de *B* no valor de Cr\$ 10 mil (Cr\$ 7 mil ÷ 70%). O valor atribuível à participação minoritária de 30% de *B*, portanto, é de Cr\$ 12 mil (30% de Cr\$ 30 mil contábil mais Cr\$ 10 mil de "Fundo de Comércio").

Tanto no caso *d* como no caso *e*, *A* pagou Cr\$ 7 mil a mais que o valor contábil. Entretanto, seu efeito poderá ser diferente de acordo com a definição da natureza do "Fundo de Comércio", como resumimos a seguir:

	Fundo de Comércio é de	Valor do Fundo de Comércio	Valor de participação minoritária de 30% de <i>B</i>
Caso <i>d</i>	<i>B</i>	Cr\$ 10 mil	Cr\$ 12 mil
Caso <i>e</i>	<i>A</i>	Cr\$ 7 mil	Cr\$ 9 mil

No último caso, *f*, em que *A* pagou a mais que o valor contábil por engano, este valor em excesso não deverá ser apresentado como "Fundo de Comércio" mas sim como especificamente "Excesso do valor pago". Uma vez que foi *B* quem recebeu o benefício do engano, o valor da participação minoritária de 30% de *B* será de Cr\$ 11,1 mil (30% de Cr\$ 30 mil contábil mais Cr\$ 7 mil de "engano"). Entretanto, na prática, poucos executivos admitem com franqueza um engano desta natureza. Portanto, a hipótese de caso *f* é mais teórica que prática.

Temos examinado até agora os casos em que os valores econômicos atualizados são maiores que os contábeis. Certamente, existem os casos contrários em que os valores contábeis são superiores aos econômicos, como no caso de incorporar uma empresa falida.

Em ambos os casos, há divergência, ou maior ou menor, entre os valores econômicos e os contábeis. As legislações tributárias e pareceres normativos do Imposto de Renda têm traçado uma linha de orientação para os tratamentos dessa divergência. Entretanto, eles representam um tratamento tributário.

Examinamos neste artigo uma solução que reconcilia as exigências fiscais e os interesses econômicos das partes envolvidas.

1.3 ORIENTAÇÃO FISCAL DE INCORPORAÇÃO

O expediente da incorporação da empresa tem suas implicações fiscais, cujos pontos principais são:

a) a tributação continuará a ter sua incidência como se não houvesse alteração nas firmas ou sociedades;

b) a incorporação se efetua tendo por base o patrimônio líquido da incorporada, avaliável inclusive por peritos nomeados;

c) se a avaliação antes mencionada apresenta um valor maior em relação ao contábil, há incidência do imposto de renda sobre o montante da valorização apurada;

d) os acionistas da incorporada — pessoas físicas ou jurídicas — não estarão sujeitos ao imposto de renda sobre o valor das ações novas que receberam em decorrência da valorização do patrimônio da incorporada.

1.4 ORIENTAÇÃO JURÍDICA DE INCORPORAÇÃO

A fusão e a incorporação são dois atos jurídicos de unir duas ou mais empresas, sendo classificadas na categoria genérica das causas que determinam a extinção de sociedades ou pessoas jurídicas e não a dissolução. Na dissolução as sociedades ou pessoas jurídicas continuam a existir para os efeitos de sua liquidação.

Na extinção, as sociedades fusionadas ou a sociedade incorporada cessam de existir no momento da fusão ou incorporação.

A fusão de duas ou mais sociedades importa na extinção dessas sociedades e na criação de uma nova sociedade, distinta das sociedades fusionadas. A fusão é efetivada unindo-se os patrimônios líquidos das sociedades fusionadas. A fusão requer um processo complexo da constituição de uma nova sociedade.

Entretanto, quando uma sociedade incorpora o ativo e o passivo de uma outra, não se opera a constituição de uma nova sociedade. A sociedade incorporadora anexa a sociedade incorporada ao valor do patrimônio líquido, extinguindo-a.

Aos acionistas dissidentes é assegurado o direito de retirar-se da sociedade a ser incorporada ou das sociedades que vão fundir-se. Este direito de recesso, entretanto, não se aplica aos acionistas da sociedade incorporadora.

A forma mais preferida de união de empresas no Brasil tem sido a de incorporação em vez da de fusão, principalmente porque o processo de fusão é mais complexo que o de incorporação e, também, porque a fusão não permite o aproveitamento do prejuízo acumulado, enquanto a incorporação mantém a faculdade de compensação do prejuízo acumulado da sociedade incorporadora.

A incorporação desenrola-se nos seguintes atos:⁶

a) a sociedade incorporadora aprova as bases da operação e o projeto de reforma dos estatutos; se for sociedade anônima, tal aprovação se fará pela assembléia-geral de *quorum* de 2/3 e voto da maioria absoluta para deliberação;

b) a sociedade a ser incorporada aprova, pela assembléia-geral com deliberação da metade do capital social com direito a voto, as bases da incorporação propostas pela sociedade incorporadora e autoriza as medidas necessárias à incorporação, inclusive a subscrição em bens pelo valor de seu patrimônio líquido;

c) a assembléia-geral especial de acionistas de ações preferenciais, sem direito a voto, da sociedade incorporada, é convocada a fim de manifestar-se sobre a incorporação;

d) a sociedade incorporadora nomeia os peritos para a avaliação do patrimônio líquido das sociedades incorporadas;

e) feita a avaliação e aprovado pela sociedade incorporadora o respectivo laudo, seus diretores promovem o arquivamento e a publicação desses atos.

2. Incorporação de empresa com ágio

2.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO: REAL VS. CONTÁBIL

O art. 152 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940 (a Lei das Sociedades por Ações), estabelece as regras para incorporação de uma sociedade a outra. A incorporação é definida como "a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas". Em princípio, pois, o patrimônio líquido da sociedade a ser absorvida será incorporado na sociedade incorporadora, pelo valor demonstrado pela escrituração (PLC — patrimônio líquido contábil) da sociedade incorporada, após a correção monetária do ativo imobilizado, prevista na legislação em vigor.

É perfeitamente viável, entretanto, que o valor do patrimônio líquido real (PLR) seja diferente do do patrimônio líquido contábil (PLC). Relacionamos alguns itens principais que podem ocasionar esta diferença:

Ativo imobilizado	— valor do mercado vs. valor contábil.
Contas a receber	— avaliação mais realista vs. saldo contábil.
Estoques	— custeio diferente de estoques obsoletos vs. saldo contábil.
Fundo de Comércio (<i>goodwill</i>)	— avaliação real vs. inexistência contábil.

Os empresários certamente preferem efetuar a incorporação na base "mais justa" do patrimônio líquido real que do contábil, mas freqüentemente as implicações fiscais os impedem de adotar esta forma realista. No processo de incorporação, pois, o aspecto mais difícil é atingir um equilíbrio entre a proporcionalidade econômica de duas partes (a incorporada e a incorporadora na base do PLR) e o perfeito enquadramento da operação dentro de exigências fiscais (especialmente a do PLC).

2.2 CASO ILUSTRATIVO

A Cia. Alfa pretende incorporar a Cia. Beta. Os valores do PLC e do PLR foram apurados conforme a demonstração seguinte:

Cia. Alfa
(capital social de 80)

	Contábil	Real
Contas a receber	50	40
Estoques	30	25
Outros realizáveis	10	10
Ativo imobilizado	90	125
Total ativo	180	200
Total exigível	80	80
Patrimônio líquido	100	120

Cia. Beta
(capital social de 35)

	Contábil	Real
Contas a receber	30	20
Estoques	10	5
Outros realizáveis	5	5
Ativo imobilizado	40	50
Total ativo	85	80
Total exigível	40	40
Patrimônio líquido	45	40

Se a Cia. Alfa absorver a Cia. Beta na base estritamente fiscal de valores contábeis, a nova sociedade terá o valor patrimonial líquido de 145 (100 + 45). Entretanto, o valor econômico atual das duas empresas é de 160 (120 + 40). Certamente, a Cia. Alfa não aceitaria o PLC de 45 da Cia. Beta, mas possivelmente aceitaria o PLR de 40.

Conforme o princípio de proporcionalidade econômica, são os patrimônios líquidos reais (PLR) que estabelecem a relação proporcional das partes envolvidas. No caso em ilustração, esta proporção é calculada como segue:

$$\begin{aligned} \text{Cia. Alfa: } & \frac{120}{120 + 40} = 75\% \\ \text{Cia. Beta: } & \frac{40}{120 + 40} = 25\% \end{aligned}$$

A incorporação da Cia. Beta pela Cia. Alfa, entretanto, se realizará na base do PLC da Cia. Beta. O balanço da Cia. Alfa, após a incorporação da Cia. Beta, poderá ser demonstrado, se procedermos à simples consolidação de duas sociedades:

Cia. Alfa
(após a incorporação)

	Método PLC
Contas a receber	80
Estoques	40
Outros realizáveis	15
Ativo imobilizado	130
Total ativo	265
Total exigível	120
Capital	125
Reservas e lucros acumulados	20
Total passivo	265

Contabilmente, no caso anterior, o novo capital de 125 é composto de 80 (capital social) da Cia. Alfa e 45 (patrimônio líquido) da Cia. Beta. Entretanto, conforme a proporcionalidade econômica do PLR, a Cia. Alfa terá sua participação de 75%, ou seja 94 e a Cia. Beta, 25%, ou seja 31.

Como devemos solucionar essas diferenças? Em primeiro lugar, vamos manter inalterado o capital de 80 da Cia. Alfa, porque qualquer alteração para mais gerará uma incidência no imposto de renda. Em segundo lugar, equacionamos 80 com 75% do capital novo. Assim, teremos o valor do capital novo de 107 (= 80 : 75%). Em terceiro lugar, calculamos a participação de 25% da Cia. Beta sobre 107, ou seja, 27. Em quarto lugar, verificamos que o ágio na subscrição pela Cia. Beta no aumento do capital da Cia. Alfa é de 18 (45 menos 27). Assim sendo, teremos o seguinte balanço, após a incorporação:

Cia. Alfa
(após a incorporação)

	Método PLR
Contas a receber	80
Estoques	40
Outros realizáveis	15
Ativo imobilizado	130
Total ativo	265
Total exigível	120
Capital	107
Ágio na subscrição	18
Reservas e lucros acumulados	20
Total passivo	265

O ágio na subscrição de 18 do aumento de capital será posteriormente incorporado ao capital, dando ações bonificadas na igual proporção do PLR da incorporação, ou seja 75% para a Cia. Alfa e 25% para a Cia. Beta. Após a bonificação, o capital passará a ser de 125, com a participação de 94 da Cia. Alfa antiga e 31 da Cia. Beta, representando a proporção do PLR, na ocasião da incorporação, em vez do PLC.

2.3 ASPECTOS SOCIETARIOS

A priori, o acionista goza do direito privativo de propriedade sobre o direito de subscrição de novas ações. O direito de preferência é, pois, um dos direitos dos quais não se podem privar os acionistas, quer pelos estatutos, quer pela assembleia-geral, conforme o item d do art. 78 do Decreto-lei nº 2.627 de 26 de setembro de 1940 (a Lei das Sociedades por Ações). Em todo aumento de capital da sociedade por subscrição, é assegurado ao acionista o direito de preferência na subscrição do referido aumento, na proporção das ações possuídas, diz o art. 111 do mesmo Decreto-lei.

Todavia, o art. 152, que rege as normas para incorporação de uma sociedade a outra, estabelece que "a sociedade incorporada fará a subscrição em bens pelo valor que se verificar entre o ativo e o passivo". O uso da palavra "subscrição" levava-nos a julgar que o aumento do capital com ágio na incorporação da empresa está devidamente enquadrado no art. 152. Quem participará do aumento do capital neste caso será somente a sociedade incorporada. Então, o direito de preferência de subscrição ao aumento de capital dos acionistas da sociedade incorporadora não foi respeitado?

A opinião estabelecida dos juristas é que, quando os meios de subscrição forem genéricos e uniformes para todos os acionistas, ou seja, somente em dinheiro, o direito de preferência é assegurado. No caso em que os meios de subscrição forem específicos, ou seja, em bens determinados desde que o aumento de capital desta modalidade for aprovado pela assembleia-geral de acionistas, não vigora o direito de preferência.

Conseqüentemente, no caso da incorporação de uma sociedade a outra não se cria o direito de preferência para os acionistas da sociedade incorporadora, porque a subscrição será feita "em bens pelo valor que se verificar entre o ativo e o passivo".

2.4 ASPECTOS FISCAIS

Uma vez que no caso de incorporação os bens representados de direitos e obrigações da socie-

dade incorporada entram integralmente para a sociedade incorporadora pelo ato de subscrição do aumento de capital, a incorporação, embora importando numa alienação, não é venda, nem circulação de mercadorias.

Configura-se, assim, uma transmissão integral da sociedade incorporada para a incorporadora. A incorporadora, a título universal, sucede em todos os direitos e obrigações da sociedade que se distingue. O valor líquido entre direitos e obrigações é conceituado contabilmente como o patrimônio líquido. Em consequência da incorporação, a sociedade incorporadora terá um aumento no seu patrimônio líquido no valor líquido da sociedade incorporada. Repetindo, o aumento de capital da sociedade incorporadora não necessariamente será igual ao valor do patrimônio líquido da sociedade incorporada. Seguramente, a subscrição com ágio é viável, porque o ágio de subscrição constitui uma parte integrante do novo patrimônio líquido da sociedade incorporadora. É reconhecido que o ágio não constitui uma receita tributável. Portanto, a incorporação de uma sociedade a outra com ágio não implica em ato tributável.

2.5 ASPECTOS NO MERCADO DE CAPITAIS

Um dos objetivos da incorporação de uma sociedade a uma outra é freqüentemente o de criar condições mais favoráveis para as ações da sociedade incorporadora nas Bolsas de Valores.

Recentemente, o autor analisou o efeito exponencial de preço/lucro de ações nas bolsas brasileiras de valores.⁷ A relação exponencial de P/L é a seguinte: o preço de uma ação de Cr\$ 0,40 de lucro por ação, por exemplo, é mais do que o dobro do preço de uma ação de Cr\$ 0,20 de lucro por ação. A razão está na proporção mais alta do lucro reinvestido da primeira empresa em relação à segunda. Supondo que ambas as empresas distribuam dividendos de 10% ao ano, a proporção de lucros reinvestidos por ação será de 3 para 1, como demonstramos a seguir:

	1 ^a	2 ^a	proporção
	Cr\$	Cr\$	
Lucro líquido por ação	0,40	0,20	2:1
Dividendos por ação	0,10	0,10	1:1
Lucro reinvestido por ação	0,30	0,10	3:1

Conseqüentemente, um dos princípios da teoria da exponencialidade de preço/lucro é o seguinte:

Quanto mais elevada a proporção do lucro reinvestido, mais alto será o efeito exponencial, desde que a taxa de retorno interno da empresa supere a taxa média de retorno esperada pelos investidores.

Presentemente, há uma tendência no mercado brasileiro de ações para favorecer ações "menos diluídas", devido parcialmente ao efeito exponencial de P/L. O processo de incorporação de uma empresa a outra com ágio atenderá a esta tendência, pois as ações da sociedade incorporadora estão "menos diluídas" em virtude da retenção de uma parte do valor de patrimônio líquido da empresa incorporada numa conta de reserva para futuro aumento de capital.

3. Precauções de pós-incorporação

Freqüentemente, a falta de compreensão do esquema de equiparação econômica por meio de valores contábeis provoca interpretações indevidas de resultados operacionais dos períodos posteriores à incorporação.

Uma vez que, de acordo com o esquema traçado anteriormente, a maneira pela qual a incorporação realizada visa a atingir a conservação de proporção de interesses econômicos de grupos envolvidos, devemos tomar cuidado com os lançamentos contábeis, cujos fatores geradores se originaram anteriormente à incorporação. Eles podem causar distorções do equilíbrio econômico mantido na época da incorporação, ou influir nos resultados operacionais da época pós-incorporação.

Por exemplo, quando o valor econômico corrente de uma empresa está sendo avaliado, é comum atualizar o valor do ativo imobilizado, por um lado, e a conta a receber, por outro. Um levantamento de desempenho e comportamento da cobrança de títulos a receber serve para estabelecer um valor mais realista para baixas eventuais de títulos incobráveis. Comumente, esta estimativa realista é maior que o valor permitido por lei para a "provisão para devedores duvidosos". Não há, contudo, identificação de títulos de devedores duvidosos e sim um valor calculatório que resultou da aplicação percentual de grau de certeza sobre o recebimento de títulos em aberto. O aumento "econômico" da provisão para devedores duvidosos não poderá, pois, ser considerado, do ponto de vista fiscal, como despesa dedutível na ocasião da incorporação. Por outro lado, a valorização voluntária do ativo imobilizado na época da incorporação, se for contabilizada, será objeto de tributação. Por conseguinte, a modificação da composição e estrutura de ativo e passivo da incorporada, diferentemente dos registros contábeis, mesmo mantendo inalterado o valor do patrimônio líquido, poderá causar efeitos fiscais não desejáveis.

Continuamos com o exemplo anterior nos períodos após a incorporação. Uns títulos em excesso de limite fiscalmente provisionado tornam-se incobráveis e serão levados à conta de "lucros e

perdas", afetando e distorcendo o resultado econômico de um exercício posterior à incorporação.

A medida acertada neste caso seria de a nova sociedade contabilizar, dentro do mesmo exercício, uma parte da valorização "econômica" de igual valor do ativo imobilizado para anular o efeito negativo contábil da baixa excessiva de títulos incobráveis. A dedutibilidade fiscal de títulos incobráveis anulará a incidência tributária da valorização do ativo imobilizado.

A atenção para com a necessidade desta compensação ou anulação, evitando distorções inesperadas de resultados operacionais é sumamente importante. A falta desta consciência, às vezes, leva empresários a pensar que a incorporação fracassou porque os resultados posteriores se verificam inferiores aos previstos, devido exatamente à contabilização *a posteriori* de despesas com origem anterior à incorporação. 

¹ *Folha de São Paulo*, 6 de julho de 1972. Esta afirmação foi feita no encerramento do Seminário sobre Fusões, Incorporações, e Conglomerados, promovido pelo Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara, ANBID e ADECIF.

² Citamos três livros recentes para os interessados no assunto: Maia, J. Motta. *Fusão e incorporação de empresas*. São Paulo, José Buchatsky Editor, 1972; Bugarelli, Waldirio (compilador e comentarista). *Fusão e incorporação de empresas*. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1972; Almeida Prado, Flávio. *Fusão! Por que não?* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.

³ Mencionamos a seguir alguns artigos recentes para os interessados no assunto: Chambers, John C. & S. Mullick. Determining the acquisition value of a company. *Management Accounting*, Apr. 1970; Cunitz, Jonathan A. Valuing potential acquisitions. *Financial Executive*, Apr. 1971; Kraber, Richard W. Acquisition analysis: new help from your computer. *Financial Executive*, Mar. 1970; Schoeps, Wolfgang. Quanto vale uma empresa? *Revista de Administração de Empresas*, dez. 1972.

⁴ Meigs, Johnson & Keller. Treatment of excess of cost over book value. In: *Advanced accounting*, New York; McGraw-Hill Book Co., 1966, p. 250-3.

⁵ Recomendamos o seguinte livro para os interessados no assunto de "Fundo de Comércio": Catlett, George R. & Norman O. Olson. *Accounting for goodwill*. New York, American Institute of CPAs, Inc., 1968.

⁶ Em detalhes, consultem: Borges, João Eunápio. *Curso de direito comercial terrestre*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Forense, 1964, p. 470-3; Álvares, Walter T. *Direito comercial*. São Paulo, Sugestões Literárias S.A., 1969, v. 2, p. 433-6.

⁷ Tsukamoto, Yuichi. Teoria da exponencialidade de preço-lucro. *Revista da Bolsa de Valores de São Paulo*, dez. 1971.

PARTE 1 — A HISTÓRIA MÚLTIPLA

É impressionante a identidade de situação existente entre a sociologia africana de nossos dias e a geografia da África do início do século XVIII. Ergue-se hoje diante dos sociólogos a mesma exigência com que ontem se defrontavam os geógrafos: a de destruir até os fundamentos de um edifício de interpretação totalizante e de colocar em seu lugar o complexo mosaico do conhecido e do ignorado.

Compõem nosso livro quatro monografias interligadas por um mesmo fluxo semântico. A primeira e a segunda apresentam duas figuras ignoradas da sociologia contemporânea: o reino migratório dos batutsi do Burundi e o candomblé Retu de Salvador-Bahia.

As partes 4 e 5 ampliam o debate: as experiências mututsi e alaketu evidenciam a capacidade estruturadora de determinadas motivações africanas: de um lado a noção do tempo unitário e cíclico; e do outro, a noção de tradição oral.

A sexta e última parte do livro tem como título *Revolução africana*: através de alguns exemplos concretos, gostaríamos de mostrar de que maneira certas motivações africanas específicas servem de inspiração para esta luta contemporânea de libertação.

PARTE 2 — OS REIS ERRANTES DE BURUNDI

Com a teoria do candomblé a realeza sagrada constitui uma das formas fundamentais do poder africano.

Poderíamos tentar circunscrever as variáveis deste sistema de governo e procurar formular uma espécie de teoria da realeza sagrada. Nós o deixamos de lado. Outro caminho mais interessante e promissor para a pesquisa parece-nos ser o seguinte: o reino de Burundi, uma das estruturas reais mais complexas e poderosas, permaneceu até o momento praticamente inexplorado.

A ignorância bastante acentuada que caracteriza o estado da pesquisa sociológica no Burundi deriva do fato de não possuir este país uma história escrita e da pobreza de sua tradição oral.

Definiremos a estratificação do poder burundi da seguinte maneira: um rei eleito, fonte mítica e detentor de todos os poderes sobre os homens, as vacas e as terras. Os baganwa, os homens mais influentes do país. Em seguida os batutsi ordinários, abaixo dos quais estaria situada uma terceira classe, os bahima. Além desses povos provenientes de migrações e que constituem o verdadeiro arcabouço político do Burundi, existe a vasta massa de camponeses Bahutu, homens de raça bantu, habitantes do espinhaço Congo-Nilo desde épocas anteriores à chegada dos pastores batutsi (provavelmente por volta de meados do século XVII). Abaixo deles situa-se uma classe de párias, os batwa, descendentes dos pigmóides.

A estratificação política não corresponde necessariamente à econômica. Os baganwa são verdadeiros latifundiários. O próprio rei, embora represente para a fé do povo e para a ideologia do Estado o proprietário único, só é dono pessoalmente de poucas terras. Não existe uma diferença econômica apreciável entre os batutsi ordinários, os bahima e os bahutu. Em compensação a clivagem aparece nitidamente entre os batwa e o resto dos burundi.

A unidade familiar mais sólida e também a de laços mais estreitos, a verdadeira célula da sociedade burundi é o rugo. Este vocábulo designa a cabana, o jar-

dinzinho circundado por uma sebe e o renque de bananeiras. O Burundi também o utiliza para a unidade familiar constituída pelo pai, mãe e pelos filhos solteiros que vivem todos juntos debaixo do mesmo teto. O Burundi desconhece as aldeias. As poucas cidades são criações do colonizador. Outro termo que também designa simultaneamente uma realidade geográfica e uma estrutura social é a noção de colina. Uma família inteira e freqüentemente muito numerosa agarra-se aos flancos de uma mesma colina. Assim a colina constitui o alicerce territorial por excelência do poder político. O clã representa uma terceira noção de significado político. A palavra é vaga e designa antes de tudo uma realidade subjetiva, muitas vezes imaginária. Todos os rugos, todas as colinas que admitem um ancestral comum declaram-se pertencentes ao mesmo clã.

A tradição oral burundi só se interessa por duas épocas do reino e é de um modo geral desconhecida do povo. Oferece muitas versões sobre a origem do reino e é igualmente copiosa sobre as guerras civis que no século XIX criaram as oposições, ódios e alianças da atualidade. Em segundo lugar os burundi têm número limitado de veículos verbais.

A explicação mais verossímil para esta ausência de qualquer auto-interpretação elaborada está aparentemente no seguinte fato: dentre todos os reinos da África central, o Burundi talvez seja aquele em que os direitos adquiridos desempenham o papel mais insignificante, sendo as relações atuais de poder as únicas a determinarem, quase de dia para dia, as relações de comando/obediência.

O Burundi foi desde a origem um reino migratório: deslocando-se sempre de uma residência para outra e permanecendo em cada uma delas um período relativamente curto, o rei cobre o centro do país com sua migração. A rainha-mãe descrevia um círculo que cobria as regiões periféricas do reino. A realeza errante conseguiu governar, dominar com justiça um vasto território sem o apoio de nenhuma administração estável e sedentária.

Nos reinos da África central os mecanismos de sucessão eram presididos por uma regra elemen-

tar: o rei deve desaparecer assim que o príncipe herdeiro atinge a idade de homem.

São fragmentários os conhecimentos de que dispomos a respeito dos primórdios do reino. Parece terem sido os batwa pigmóides, que ainda vivem num estágio de civilização muito próximo do neolítico, os primeiros a habitarem o reino. Parece igualmente assentado que os senhores batutsi e os pastores bahima, ao chegarem à região em levadas sucessivas, já encontraram pequenos grupos autônomos de bahutu sedentários estabelecidos nas colinas.

Segundo alguns autores, os demais povos etiópicos da África central se dispersaram a partir do alto vale do Nilo e dos planaltos etiopes. Podem ser muitas as causas de uma migração de tamanho vulto.

Em seguida o autor conta a história provável dos reis de Burundi.

Foi preciso que raiasse o ano de 1894 com a chegada das colunas alemãs para que os exércitos burundi se vissem pela primeira vez forçados a recuar diante do invasor. O domínio colonial alemão findou em 1917. A Sociedade das Nações concedeu ao reino o estatuto de território sob mandato, confiado à Bélgica. A ONU transformou o Burundi em território tutelado e a Bélgica continuou incumbida da tutela. A 1.º de julho de 1962 o Burundi recuperou sua independência total.

A vaca, que representa simultaneamente um instrumento de domínio, um valor social e uma moeda corrente, imprime seu cunho a um grupo inteiro de civilizações da África oriental e central. Não encontramos na literatura atual nenhuma explicação satisfatória para esta apaixonada veneração de que é objeto a vaca. No Burundi uma poesia cheia de imagens e carregada de maravilhosas emoções é consagrada a celebrar as vacas.

A descrição esquemática do apego quase passional e da veneração pela vaca era indispensável para que se pudesse compreender a importância de uma instituição política chave: o ubugabira, contrato de clientela. Por este contrato ficam ligados um senhor proprietário de bovinos e um indivíduo mais pobre que ele. O contrato apresenta uma dupla dimensão: é o veículo principal

de que se serve um membro do grupo para ascender na hierarquia social e, para os grandes proprietários de gado, representa um meio de manter o domínio sobre outrem. Possuir vacas implica ser objeto de consideração e exercer sobre outrem um poder indiscutido.

Possuidor de um número considerável de bovinos o rei negocia multiplicidade de contratos com os baganwa e muitas vezes também com clientes de origem humilde.

Essas estruturas sociais complexas provenientes das múltiplas variações do ubugabira se transformaram em época de guerra em estruturas militares. O exército do rei se denomina exército bovino. É formado pelos filhos dos clientes diretos do rei. Os senhores mais importantes do reino, aqueles que de fato, ou de acordo com o mito, receberam seus rebanhos diretamente do rei, funcionam como generais.

Uma observação final: à primeira vista seria lícito acreditar que as estruturas sociais deste Estado-vulcão que é o Burundi caracterizam-se por uma fluidez constante. Os contratos de clientela são negociados em caráter permanente. Um usufrutuário liga-se de diversas maneiras a diversos senhores: sua ou suas vacas lhe tornam possível sujeitar subclientes, assumir novos compromissos e desligar-se de outros. O mesmo acontece com o senhor: dá, retoma e torna a dar as vacas.

Não existe nenhum direito consuetudinário ou escrito que garanta uma proteção qualquer para o camponês e sua família. Somente o ubugabira lhe possibilita colocar-se ao abrigo. Sendo um proletário no sentido exato do termo, o camponês bahutu serve-se do contrato para obter um mínimo de proteção.

Numa estrutura política em que a totalidade dos poderes se encarna num ser perecível, o problema da sucessão se reveste de especial importância. A morte do rei é a morte do reino, ela acarreta a anomia. Quando da coroação, sente-se o observador ocidental mais uma vez impressionado com a inteligência política e a profunda sabedoria da sociedade burundi: o novo rei embora seja em princípio filho do rei de-

funto, rompe inteiramente com a camarilha de seu pai. A vantagem deste sistema de governo é evidente: de 30 em 30 anos é renovado todo o aparelho de Estado. É importante notar que a qualidade de príncipe herdeiro cria somente uma presunção favorável ao acesso ao trono. Os reis de Burundi são eleitos.

O reino de Burundi sofreu várias tentativas de penetração por parte do europeu. A mais violenta foi a que pretendeu introduzir numa sociedade teocrática os princípios de participação e contestação peculiares às sociedades ocidentais. Ora, como a abolição do ubugabira pelo regime colonial não alterou fundamentalmente a relação cliente/senhor e não destruiu o poder autocrático da classe dos dirigentes tradicionais, a introdução do sufrágio universal não acarretou alterações fundamentais à estrutura das relações comando/obediência.

No Burundi o período medeante entre as primeiras negociações, 1958 e a independência, 1962, é interessante por dois fatores: é o período em que surge os partidos políticos e surge uma ordem constitucional escrita. Dentre os partidos, o mais poderoso era o UPRONA criado por Louis Rwagasore, que personifica a livre escolha de um líder a favor de um populismo nacionalista.

Antes de partir o colonizador outorgou ao Burundi um texto constitucional que constitui uma cópia da constituição belga. Ora, os cinco estratos da nação se mantêm tenazmente apegados à cosmogonia burundi, pautam seu comportamento por motivações tradicionais e acatam escrupulosamente a ordem social tal como esta lhes foi transmitida pelo costume e pela tradição oral. Ao mesmo tempo, os responsáveis pelo reino se entregam a uma espécie de bailado de máscara, procurando impingir ao mundo inteiro a impressão de que o Burundi renunciou à sua história para se transformar nessa coisa híbrida que é a monarquia constitucional de tipo europeu.

PARTE 3 — O PODER DOS ORIXÁS

Os candomblés, sobretudo o "Ilê Morojalaia", objeto principal de nossa segunda monografia, repre-

sentam tipicamente essas numerosas "sociedades reinventadas" de que fala Edson Carneiro. Desarticuladas de suas raízes ecológicas, atomizadas pela deportação e finalmente esgotadas pelo estafante trabalho escravo, centenas de sociedades africanas puderam, não obstante, ressurgir nas Américas. Sua "ressurreição" suscita uma série de interessantes problemas metodológicos. Dentro do esquema marxista o candomblé continua a ser uma ideologia "falsa", uma percepção errônea da realidade. Ora, por mais rico e cheio de sutilezas que seja, o aparelho conceitual marxista não pode apreender de maneira completa esse fenômeno infinitamente complexo que é o candomblé. Pois, quer nos parecer evidente que não estamos aqui diante de uma ideologia. O candomblé é uma sociabilidade, uma cosmogonia, uma estrutura motivacional *sui generis*. Oriundo de uma *praxis* social determinada, adquiriu no decorrer dos séculos uma espécie de independência reconhecida. Em outras palavras, o candomblé constitui hoje uma consciência autônoma.

A congada constitui, logo após o candomblé uma segunda estrutura política da diáspora. Seus elementos principais são os seguintes: senhores de engenho viam com bons olhos a eleição periódica e a solene investidura dos "Reis Congo". Esses reis exerciam um poder real que se estendia às massas anônimas dos escravos. A cerimônia de investidura, denominada congada, ainda subsiste, embora sob uma forma despojada, em diversas zonas do Brasil atual.

Existem atualmente milhares de candomblés, que atingem a quase um milhão só na Bahia. Não há o menor laço orgânico entre eles. Não os preside nenhuma instituição central. Onde o europeu busca em vão descobrir uma doutrina coerente, entende-se um fabuloso mosaico de crenças. Há um povo que parece gozar de uma espécie de direito de precedência: são os iorubá.

Com o ciclo do ouro em Minas Gerais eram necessários operários, homens habituados a manejar uma pá e afeitos ao trabalho de mineração. Difundiu-se uma lenda pela Europa: os negros do golfo da Guiné sabiam minerar ouro.

Mandaram comprar dezenas daqueles pseudo-escravos mineradores. Rapidamente o porto de Salvador e logo todo o Recôncavo foram inundados desses negros da África ocidental, oriundos das mais altas culturas africanas. Dentre a multiplicidade de ritos que traziam consigo havia um que demonstrava uma especial capacidade de estruturação: era o rito nagô. De modo que foi o candomblé nagô que se tornou o modelo de comportamento para a maior parte dos africanos da diáspora lusitana.

Um Deus único e supremo governa o Universo: Olorum. Eis o mito basilar: Olorum tem um filho Oxalá que um dia foi chamado pelo pai, que lhe entregou os elementos da natureza, ordenando-lhe que com os mesmos fizesse um mundo. Oxalá obedeceu e foi assim que se criou o mundo. Este mito explica uma primeira coisa de muita importância: a origem divina dos orixás. Tratando-se de personificações de forças da natureza, os orixás saíram das mãos de Deus. A eles, e somente a eles, cabe agora o governo do mundo.

A cosmogonia da diáspora brasileira ainda possui outra dimensão: paralelamente à religião dos orixás existe o culto dos eguns, que são os mortos.

Iniciando sempre novas Yawôs e fazendo soar o tambor segundo um ritmo convencional, os sacerdotes (pais-de-santo) tornam possível que os orixás se encarnem. Quando as divindades desejam falar, é preciso que algum ser humano se deixe possuir por elas. E quando os humanos desejam conhecer a vontade dos orixás é necessário que façam soar o tambor e se entreguem até a inconsciência, para ouvir sua palavra. Não existe nenhum parentesco genético entre os homens e os orixás. Estes, no entanto, vivem uma existência antropológica: ligam-se uns aos outros por múltiplas e muito complexas relações de parentesco.

Os orixás são forças e a possessão é o aparecimento dessa força no corpo de uma mulher ou mais raramente no de um homem. Assim cada orixá constitui de per si um arquétipo do psiquismo africano, vivenciado na possessão. Esta, porém, é socializada. Ou melhor, a multiplicidade de arquétipos é traduzida em termos rituais

em figuras conscientes. Desta maneira são abertamente vividos — e por conseguinte sanados — os conflitos mais íntimos do grupo. Em outras palavras, a possessão ritualizada representa a catarse do grupo.

Última evidência terapêutica: os erês. Pretende a psicanálise que nossos conflitos mais dolorosos e mais secretos têm origem durante os primeiros meses de nossa infância. O candomblé veicula idêntica convicção. O erê designa um estado peculiar de semiconsciência situado entre a possessão e o estado consciente em que os indivíduos revivem os primeiros momentos de sua existência.

A arte do babalaô consiste por conseguinte em determinar de maneira correta o orixá de cada um.

O candomblé constitui um universo em três estágios: um tempo único habita os vivos, os mortos e os orixás; em outras palavras, três categorias de seres vivem três formas diferentes de existência no interior de um mesmo tempo único. Ou seja, no candomblé manifesta-se com toda a evidência o caráter unitário da temporalidade africana. Se estivéssemos diante de uma dualidade, de um ano litúrgico coexistente com o ano civil não nos seria lícito falar de uma especialidade do tempo africano. Mas o candomblé desconhece a dualidade temporal: vive a unicidade do tempo.

O candomblé é uma comunidade teocrática, um reino sagrado em miniatura. É governado pela iyalorixá, sacerdotisa suprema e soberana absoluta que preside à vida cotidiana do grupo. Ela também governa o trabalho profano. É quem estabelece a distribuição das tarefas cotidianas específicas. É a única pessoa que dispõe de um rendimento financeiro regular. Cura os pobres e os ricos e estes devem pagar. Será então o candomblé um regime opressor, desprovido de mobilidade vertical, incapaz de renovar seus quadros, um universo no qual o poder é exercido de forma autocrática e incontável? Não, o poder no candomblé não é totalitário. A onipotência da iyalorixá é apenas aparente. Seu poder é contrabalançado pela multiplicidade de especialistas cuja colaboração é imprescindível à realização do rito.

A homogeneidade de um tempo não fracionado, eternamente semelhante a si mesmo, desconhecendo passado e futuro, progresso e história, corresponde um espaço homogêneo. Vivos e mortos vivem na mesma terra, a dos ancestrais.

PARTE 4 — O TEMPO DOS AFRICANOS

Tentaremos formular os elementos essenciais de uma teoria africana do tempo. Prende-se o tempo a três categorias grosseiramente definidas: tempo físico, psicológico e social. Não precisamos nos deter na análise do tempo físico que é o mesmo para todos os seres humanos, independentemente de seu grupo de origem, de seu lugar de habitação e da representação mental que fazem do mundo. É o tempo expresso por nosso corpo.

O tempo psicológico engloba as possíveis reações da consciência frente ao tempo.

Quanto ao tempo social, as sociedades da Europa criaram um aparelho regulador cujos princípios de organização foram extraídos do movimento dos astros. Através de alguns ajustes arbitrários esses grupos codificaram desta maneira um tempo social chamado calendário. Mecanizaram a seguir os movimentos fracionados desse tempo social e criaram o relógio.

O tempo social é um tempo convencional e está portanto funcionalmente ligado ao grupo que formula a convenção. Portanto não é idêntico na África e na Europa. Ainda mais, cada grupo africano regula sua vida social de acordo com um "relógio" particular.

Antes de proceder a uma análise seletiva de alguns tempos sociais africanos, cumpre refutar uma afirmação corrente nos meios sociológicos: certos pesquisadores opõem o tempo "preciso" das sociedades industrializadas, ao tempo "impreciso e vago" das sociedades africanas.

Além de um tempo social elaborado, as sociedades européias formulam a pura negação desse mesmo tempo, isto é, a eternidade. Todavia, ao usar a palavra eternidade, uma sociedade européia o faz para expressar o limite extremo da temporalidade. Em outras palavras, a eternidade

constitui a noção antinômica do tempo. Na África as coisas são muito diferentes. A eternidade é aqui um tempo *sui generis*. Ela coexiste com o tempo social do grupo. Faz parte integrante da cosmogonia do mesmo. Numa palavra, de certa forma ela permanece de ordem temporal.

Em seguida o autor descreve o calendário jukun, yorubá e burundi.

Para o camponês africano o tempo é uma das categorias essenciais do pensamento. É através desta categoria que ele apreende o mundo. Em outras palavras, a partir de uma certa situação material, o grupo cria suas próprias categorias de mediação. É graças a essas categorias que o africano percebe suas relações com a natureza, com o grupo e consigo mesmo.

O tempo amolda-se estritamente às atividades do grupo. Elas lhe fornecem suas medidas e seus pontos de apoio fundamentais.

Em contraposição, o calendário gregoriano adotado pelas sociedades industriais mantém total independência entre o aparelho de produção e o tempo social.

O caráter unitário da temporalidade africana cria uma série muito grande de motivações irracionais. Esta eternidade animada, supra-sensível do grupo africano transmite permanentemente muitas outras mensagens que, decididas, se transformam em poderosas motivações para comportamentos concretos. O sonho é quase sempre encarado como uma espécie de chave para a compreensão de um futuro iminente ou de um passado inexplicado. Nenhuma das sociedades africanas do continente ou da diáspora põe em dúvida seu caráter de mensagem.

Finalmente, para concluirmos esta análise de determinados problemas do tempo africano pretendemos nos deter na noção de "tempo suspenso".

Na África abundam os exemplos de "ruptura do tempo" pela morte do rei. Ou seja, a vacância do poder é sinônimo de morte do grupo. Para que o povo torne a viver é preciso que um novo rei suba ao trono e ponha o universo em movimento.

PARTE 5 — A IDEOLOGIA AFRICANA

Nesta quinta parte será necessário cotejar dois métodos de entesouramento e de interpretação da vida vivida: o empregado pela tradição oral africana e o utilizado pela história, ciência das sociedades européias. Através da análise comparada das tradições do Ruanda e do Burundi, tentaremos em seguida compreender a interdependência que atua entre uma estrutura social determinada e o sistema de auto-interpretação gerado por essa mesma estrutura. Finalmente, através do exame de alguns mitos fundadores, gostaríamos de tornar compreensível a desesperadora situação enfrentada pelo homem africano que se encontra numa situação de desacordo pessoal com a sociedade que o define.

Não é no quadro hipotético da duração universal que as sociedades africanas articulam os vários momentos de transformação mas, sim, em função de uma estrutura social determinada. Consideram essa estrutura como a única no tempo e no espaço. O passado não é estruturado, não é codificado ou numerado.

A sociedade histórica possuiria uma história, a qual, tendo-se tornado consciente na história-ciência, a informaria de seu passado. O que significa que a sociedade histórica conhecer-se-ia como um processo histórico. As sociedades sem história, pelo contrário, não apenas desconheciam seu próprio devir como também permaneceriam indiferentes quanto a seu passado. No estágio atual de nosso raciocínio estas premissas podem ser descartadas: já vimos, com efeito que as "sociedades históricas" talvez desejem e se proponham explorar seu passado; entretanto as próprias dificuldades metodológicas da codificação por elas utilizadas as tornam incapazes de refazer para sua consciência a continuidade de sua evolução. Em suma, a história-ciência parece, com efeito, ausente nas sociedades africanas; todavia ela se revela inoperante, quando não impossível, nas sociedades européias.

Encaremos agora a outra face desta pretensa antinomia, a sociedade dita sem história. A maioria das sociedades africanas são

de tradição oral. Fato interessante é que a história dos Estados é a mais veiculada pela tradição oral. Sempre que encontramos o Estado, encontramos igualmente uma história coerente e sistematizada. As tradições não existem onde não há estruturas políticas.

O mito fundador, chave da memória africana, projeta na imaginação dos homens uma "figura total". Isto é: o poder africano não tolera a subdivisão em poder religioso, político, econômico, simbólico. O poder é um fenômeno total. E evidentemente de ordem divina. É sagrado. Abrange e ordena todas as dimensões da vida, individual e coletiva. Numa construção única e grandiosa, a tradição oral tudo explica: a fonte do poder, a explicação única de seu devir, a estrutura fundamental do grupo, assim como a organização do universo, a cosmogonia e a ideologia política, o regime econômico e a regulamentação das relações sociais.

Não se discute a tradição. Como o homem só se defronta com uma imagem de si mesmo, do grupo, do poder e do mundo, só lhe é oferecida uma opção entre uma adesão pela recusa e uma adesão pela fé.

PARTE 6 — A REVOLUÇÃO AFRICANA

Dentre todos os povos do efervescente terceiro mundo, os africanos são os únicos que não oferecem muita margem à análise marxista.

O mal-entendido entre revolucionários africanos e marxistas brancos já conta quase meio século: suas raízes estão na III Internacional.

A "questão colonial" foi inscrita na ordem do dia, durante o VI Congresso do Komintern (Moscou 1928). A influência de Stalin fez triunfar uma tese rígida e dogmática. A impaciência dos revolucionários africanos é contrarrevolucionária. O colonialismo é um epifenômeno. À luta proletária nos Estados industrializados deve ser atribuída uma prioridade absoluta. Sendo o colonialismo e o imperialismo um prolongamento necessário da sociedade capitalista, seria o bastante aguardar o desmoronamento dessa sociedade.

Guevara estava convencido de que uma idêntica situação de alie-

nação, de miséria e de ameaça do imperialismo tem de provocar idêntica resposta. Um grupo de guerrilheiros iria instalar-se no meio dos mais oprimidos, manifestaria sua presença e desta maneira acabaria materializando tanto a reivindicação qualitativa dos infelizes como a força repressiva dos opressores. Contudo parece-nos agora evidente que essa análise não pode ser aplicada à África.

De onde provém essa incompreensão entre revolucionários africanos e ocidentais? Em primeiro lugar, de natureza ideológica: ao complexo conjunto de movimentos revolucionários africanos pode-se aplicar o nome de nacionalismo africano. Subjetivamente esses homens não têm absolutamente a sensação de que fazem parte do movimento planetário de rejeição ao imperialismo. Lutam pela libertação de sua terra e para conquistar o direito a uma existência condigna.

Passemos agora às razões sociológicas: contra o opressor branco o africano ergue-se em primeiro lugar como homem africano e não como marxista.

Maria Cecília Spina Forjaz

Planificação e Estratégia das Empresas

Por Luciano Ronchi. São Paulo, Editora Atlas, 1973, 157 p.



O autor do conhecido livro *Organização, métodos e mecanização* — já na quinta edição — apresenta sua nova publicação que recebe um enfoque diverso daquele que o consagrou. Em *Organização, métodos e mecanização*, a racionalização das tarefas administrativas é a base na qual Ronchi se apóia para dar ao leitor a metodização que deve acompanhar o trabalho do analista de sistemas e métodos administrativos. Em *Planificação e estratégia das empresas*, a programação, o controle, a execução, e a organização são os ingredientes nos quais Ronchi se baseia para colocar ao alcance do leitor o que ele considera importante em termos de instrumental direcional, ou seja, de planejamento a longo prazo.

O autor parece cauteloso quando procura determinar qual a extensão de um plano. Logo no início do livro, Ronchi afirma que é necessário conhecer-se a) a crescente complexidade das operações empresariais, o que significa dizer a alocação de recursos técnicos, humanos, financeiros e outros; b) a necessidade de investir massas financeiras consideráveis em instalações que proporcionem um compromisso com o futuro da empresa; c) a consideração de "tempo de resposta" que alguns procedimentos empresa-

riais requerem; e d) a rapidez da evolução tecnológica, ou, em outras palavras, o cuidado que se deve ter com o fator conhecido como obsolescência planejada. Para esse último item Ronchi vai mais além e demonstra, através de gráficos e palavras, a evolução de um produto (fase de entrada, de expansão, de estabilização e de saturação, e, finalmente, o declínio de interesse).

A partir do terceiro capítulo a análise econômico-financeira tem presença marcante. Um exemplo disso é a afirmação de que a maior dificuldade que existe na determinação de objetivos econômicos de longo prazo deriva das metas empresariais que, em geral, são traduzidas em cruzeiros. A Ford Company — justifica o autor seu ponto de vista — teve como objetivos o incremento substancial dos lucros por ação e a consecução de uma determinada taxa de rentabilidade sobre as atividades empresariais. Isso foi em 1967. Considerando-se mais os planos de médio e longo prazos do que os de curta duração, o orçamento se torna, no livro, função básica na determinação da rentabilidade. É sugerido que um orçamento geral, que exponha de uma maneira globalizante, sem descer, portanto, a detalhamento setorial, representa uma constatação da validade dos programas que se pretende implementar. Entretanto, a fase preliminar, isto é, a fase na qual são determinados os objetivos, não pode deixar à margem considerações econômico-financeiras, já que segundo Ronchi, somente estas podem oferecer à empresa uma expressão sintética e significativa dos resultados que são previstos.

A empresa pode ter o lucro como resultado final desejado. Para isso a alternativa a ser escolhida deve ser aquela que dê maior rentabilidade global, lógica. É necessário examinar, neste caso, cada alternativa de ação que pode, na prática, ser representada em termos de gama de produtos, clientes, preços, volume de vendas e custos. Esses dados estão inter-relacionados e sua apresentação é complexa.

Finalmente, o controle de execução de planos a médio e longo prazos. A base para a utilização de controle é dada pelo sistema de *feedback*, que irá permitir um novo ciclo do processo. O con-

trole é imprescindível porque a existência de divergências — isto é, o *gap* existente entre o projetado e o que de fato ocorreu — é possível e quase certa, mormente nos planos de longo prazo. Esse *gap* pode acontecer devido à imperfeição do plano, das distorções que se podem desenvolver quando da interpretação de objetivos e estratégias do plano e da intrínseca certeza da situação ambiental, que pode, como sugere a moderna teoria de sistemas abertos, influenciar e modificar o funcionamento da empresa.

Apesar do tema tratado — planejamento de longo prazo — e do conteúdo ser formado de conhecimentos específicos da área econômico-financeira, o livro pode ser de grande auxílio aos dirigentes que atuam dentro do campo administrativo.

Luís César G. de Araújo

Curso Básico de Administração do Pessoal

Por José Serson. 2ª ed., reescrita, São Paulo, Edições LTr, 1973. 495 p.



Para reescrever o *Curso básico de administração do pessoal*, o prof. José Serson serviu-se de extensos estudos bibliográficos e, também, de uma vivência de mais de 15 anos na orientação administrativa do pessoal de grandes grupos industriais em São Paulo.

O livro é escrito em linguagem clara e direta, operacional, e os assuntos são tratados sob aspecto empresarial, com preferência absoluta de aspectos de aplicação prática. Nota-se, contudo, que a visão teórica não foi abandonada. Ela serve de embasamento e isso só fez com que o livro venha a se tornar praticamente obrigatório nas estantes de dirigentes, gerentes e estudantes da área administrativa.

Inicialmente, o livro dá uma interessante informação histórica do desenvolvimento da administração de pessoal no Brasil. Mostra Serson os objetivos pelos quais o complexo sistema de pessoal, que compõem as relações industriais, modernamente conhecidas como administração de recursos humanos, se desenvolveu ao longo do tempo.

Em seguida, o ensino de uma correta maneira de se realizar a descrição do trabalho a ser compreendido, mostrando com rique-

za de detalhes todos os passos a serem percorridos pelo analista. Completando essa parte, o livro reforça a idéia de que se deve compreender o porquê da descrição do trabalho, principalmente, quando da implantação de um sistema de administração racional do pessoal.

Recrutamentos e seleção — assunto obrigatório em qualquer livro sobre recursos humanos — é tratado cuidadosamente, de natureza prática e para uso imediato dos empresários. Por extensão, o treinamento é estudado desde a fase preliminar até sua execução e implantação dentro da empresa.

Embora os aspectos mencionados sejam da maior relevância, é na administração de salários que o livro alcança seu ponto máximo. A falta de uma vasta bibliografia não impediu que várias técnicas da administração salarial já utilizadas entre nós fossem analisadas. Pesquisa salarial, avaliação de desempenho, incentivos salariais são tópicos que merecem uma acurada observação, dado o grande potencial de aplicação que o assunto proporciona.

Depois de estudar o instrumental básico do desenvolvimento de recursos humanos — recrutamento, seleção, treinamento e salários — o livro se desdobra nos seguintes tópicos: estruturação de planos de benefício, estrutura do plano de sugestões, estudos estatísticos da utilização de mão-de-obra, a função do psicólogo e do assistente social, organização e reorganização do setor de recursos humanos, e prevê a atuação da auditoria especificamente no campo objeto do livro.

Comparando o texto da primeira edição com o da segunda edição, encontramos os seguintes pontos de relevância:

1. Avaliação e classificação de cargos. Foi reformulado passando a abranger o estudo de novas experiências com os sistemas de comparação dois a dois e comparação por fatores, e que atualmente vem merecendo a atenção de especialistas das grandes empresas americanas, que os aplicaram e aperfeiçoaram a tal ponto que, de métodos antes condenados e rejeitados, passaram hoje a ser considerados como tão eficazes quanto os métodos tradicionais.

2. Treinamento e formação de recursos humanos. O autor passou a dar maior atenção à instrução programada em sua aplicação empresarial. A instrução programada tem sido considerada como a forma ideal de preparação de mão-de-obra, com extraordinária redução de custos e melhor aproveitamento por parte de alunos-empregados (estagiários). Esse sistema vem sendo utilizado em larga escala em empresas européias e não ganhou, entre nós, o destaque merecido.

3. Administração salarial. Foram incluídos esclarecimentos sobre o sistema interquartil, com fórmulas de cálculos mais simplificadas do que as anteriores, o que torna mais rápido o cálculo e mais simples a formulação de conclusões das pesquisas salariais. A influência das novas medidas governamentais sobre aumentos sindicais, com a criação do salário normativo e dos aumentos proporcionais, foi analisada e também aplicada às faixas salariais obtidas pelos métodos tradicionais, que, por sua vez, são estudados um a um, com as minúcias de natureza prática.

4. Seleção de pessoal. Foi acrescido um bom número de informações sobre o processamento da seleção de pessoal, divididas em cinco instrumentos de aferição das qualidades dos candidatos.

5. Recrutamento de pessoal. Foram equacionadas as diversas formas de recrutamento, de maneira a permitir ao recrutador segurança ao atuar sobre o mercado de trabalho. É de se ressaltar a maneira pela qual o autor adaptou os conceitos universais à realidade brasileira.

6. O psicólogo e o assistente social. A bibliografia sobre a atuação do psicólogo e do assistente social na administração de recursos humanos ainda não foi devidamente explorada. José Serson foi feliz, pois soube dar conteúdo ao trabalho que é desenvolvido por esses profissionais na empresa brasileira.

Luís César G. de Araújo

Sistemas Básicos de Controle de Estoques

Por Robert Stansbury Stockton. São Paulo, Editora Atlas, 1972. Série Métodos Quantitativos, 139 p. Tradução do original *Basic inventory systems, concepts and analysis*, 1965, feita pelo prof. Dayr Américo dos Reis.

Após ter dado ao público brasileiro interessado (ou de língua portuguesa) uma série aprofundada de livros sobre compras, administração de materiais e almoxarifado, tais como *Administração de materiais* de Jorge Sequeira de Araújo, *Compras* de Stuart Heinritz e o *Manual de administração de materiais* de Sérgio Messias, a Editora Atlas lançou o livro em epígrafe como um definitivo avanço em direção a uma maior quantificação dessa ciência de administração de materiais e estoques. De fato, os livros anteriormente existentes em língua portuguesa, como os citados e mais *O método de compras*, de England, não eram quantitativos e modernos no sentido da pesquisa operacional e da aplicação da estatística para previsões de estoques e probabilidade para o cálculo de atendimento. Neste pequeno volume, agora, existe um estudo satisfatório e claro que realmente preenche uma lacuna, pois o autor dessa resenha (e seus colegas) do *Manual de administração da produção*, da Fundação Getúlio Vargas, escreveram capítulos de uma obra maior; acontecendo o mesmo com o livro de Maynard traduzido para o português.

O livro de Stockton é moderno, e após definir claramente os conceitos, o que é uma raridade hoje em dia, chega, já no terceiro e quarto capítulos ao "ponto de pedido" e "lote econômico". A dedução do lote econômico pelo autor parece um pouco anticlimática, pois após um exaustivo estudo das três alternativas de atendimento: a) entrega parcial, b) recepção (entrega) completa e c) preço variável, o autor chega à expressão matemática do custo total. Mas, depois não deduz ou deriva do custo total a fórmula do lote econômico, levado por uma vontade de evitar envolvimento do leitor com cálculo diferencial. Isso, porém, não faz mal, pois os outros livros citados tratam disso. O uso da solução tabular é muito interessante, apesar de que a constante do custo total anual de compra nem sempre precisa ser incluída, só quando há descontos de quantidade. Falta tornar isso bem claro. Os capítulos quinto e sexto são dedicados a sistemas de revisão periódica e suprimentos agregados, respectivamente. Mais uma vez acreditamos que se trata de algo inédito na literatura em português.

A flutuação de pontos de pedido é tratada ainda no quarto capítulo. O trabalho dos professores Zaccareli e Magee, respectivamente da Universidade de São Paulo e da Harvard Business School (na época), também existe em português, mas a reunião de todos os dados no mesmo lugar torna o livro essencialmente valioso. Infelizmente o sétimo capítulo é muito curto, uma vez que maior ênfase em sistemas integrados, que nele são tratados, teria dado um fecho de ouro ao livro.

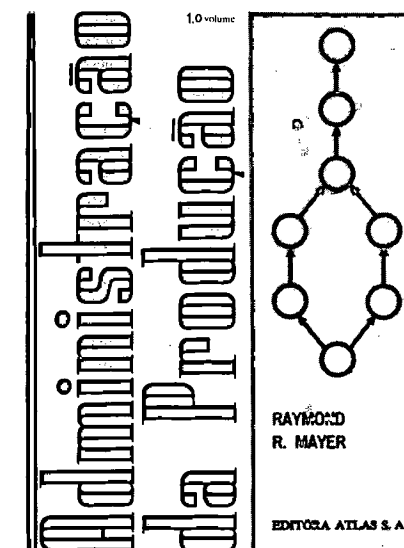
Resumidamente, trata-se de um ótimo livro para o nível de graduação e pós-graduação em administração de empresas e em engenharia de produção, pressupondo um mínimo de cálculo diferencial (para achar máximo e mínimo) e de probabilidade, para achar estoques de reserva e cálculos de atendimento. Três objetivos poderão dar ao livro também utilidade industrial: difundir a teoria do atendimento, aumentar a sensibilidade sobre probabilidade de variação do consumo semanal ou mensal e, finalmente, tornar mais quantitativo o tratamento do problema de estoques industriais.

A tradução do livro está ótima. Há pequenos senões, que mudam o sentido de certas frases; por exemplo, na página 25, 3ª linha do último parágrafo está: "são mais complexos e mais resolúveis", onde provavelmente deve ser *menos*. Na p. 17 está "complação" em lugar de contração de inventário. Exponencial *smoothing* foi traduzido como "suavização exponencial" (p. 29, nota 6), em lugar de "nivelamento exponencial", usado por outros autores. *Sensitivity-analysis* ficou "análise da sensibilidade" — palavra que ainda não consta dos dicionários — o que é tão bom quanto "de sensibilidade" do resultado. O livro está sendo usado em seminário de nível pós-graduado, e está satisfazendo, logo, que mais será necessário? E um louvor à Editora Atlas por uma gama completa de livros sobre o assunto, que não concorrem entre si, mas se completam. E obrigado pela bibliografia adicional nacional.

Kurt E. Weil

Administração da Produção

Por Raymond Richard Mayer. São Paulo, Editora Atlas, 2 v. 740 p. Bibliografia original, 1972. Tradução do original *Production management*, 1968, feita por Clovis Monteiro e Rubens Valdergoria (USP).



Com este livro finalmente temos uma escolha completa para o ensino da administração da produção — há livros de todas as escolas filosóficas escritos ou traduzidos para o português. Como professor e chefe de departamento, o autor desta resenha costuma deixar livre a escolha do livro mais indicado nos diversos cursos da Fundação Getúlio Vargas e o mesmo deve acontecer nas faculdades de administração e engenharia pelo Brasil. É portanto necessário esclarecer a filosofia que deve nortear o ensino e o tipo de livro mais indicado para cada escolha de rumo. Da mesma maneira, na indústria, cada livro tem seu campo específico:

1. O ensino clássico: ponto por ponto se estuda em progressão sistemática o campo da administração da produção. Começa o estudo pela localização de empresas, passa-se pela construção da fábrica, *layout*, estudos de tempos e métodos, incentivos salariais, controles qualitativo e quantitativo da produção, planejamento da produção, estatística industrial (incluindo a probabilidade no capítulo do controle de qualidade), engenharia econômica, análise de investimentos, pesquisa operacional, incluindo PERT, teoria de fi-

las, teoria de decisões e processamento de dados etc. Esse tipo de ensino é muito apropriado para cursos de graduação e para permitir uma base perfeita. Os livros que se encontram em português nessa categoria são Maynard (em fascículos em português, mas um só volume em inglês) e Machline, Sá Motta, Weil e Schoeps, da Fundação Getúlio Vargas, em original português. A esses dois agora se adiciona o livro de Mayer, que apesar de não ter exatamente o índice mencionado, muito se aproxima dele.

Na indústria, esses livros servem de manuais, o que aliás foi levado em conta pela Fundação Getúlio Vargas no título da obra citada.

2. A escola do ensino do "sistema produção": o estudo integrado¹ pressupõe conhecimentos anteriores — assim, o ensino do sistema de produção como integrado, inclusive com finanças e mercadologia, exige capacidade de resolução de casos, conhecimentos anteriores e muita leitura simultânea, para a qual parece faltar vontade, na opinião do autor da resenha, de 90% dos alunos pós-graduados, pois trabalham e não têm tempo.

O livro de Martin Starr — *Administração da produção: sistemas e sínteses* — traduzido para o português e resenhado em inglês pelo mesmo autor desta resenha nesta revista, é o melhor exemplo do estudo integrado, com todas as suas vantagens e desvantagens. Vantagens na melhor adequação do homem à indústria e desvantagens porque há necessidade de dispersar conhecimentos na repetição de um mesmo assunto em diversos lugares, por exemplo, a regra de Laplace na tomada de decisão e a programação da produção. Starr é o livro em português para cursos de pós-graduação.

Em inglês existem outros, como por exemplo, o de Gavett.

3. A escola do ensino de produção com a demonstração dos sistemas existentes: essa escola intermediária tem, traduzido para o português, o livro de Buffa e, em inglês, o livro de Moore. É o mais indicado para os últimos anos de escolas de administração e para escolas de engenharia nos cursos de engenharia de produção.

Assim posto, o livro de Mayer é recomendável para os seguidores da escola clássica de administração da produção e para o ensino em escolas de administração de empresas e de engenharia, onde, pela seriação, não é possível dar o "sistema-produção" no ensino.

O livro de Mayer atinge seu ponto forte no capítulo de controle estatístico de qualidade, ao qual dedica 130 páginas (17%); no entanto, é possivelmente menos completo para o gosto desse autor na "análise de investimento" (50 páginas), que inclui a análise de custos.² No capítulo Controle de estoques sob risco (bom) deveria ser integrado mais o seguinte assunto: níveis de estoque e cronogramas de produção; isso permitiria uma melhor visualização do fenômeno da linha de produção. Mas, pergunta-se, como é possível criticar a extensão de um livro; o autor deve ter tido suas razões para limitar os assuntos tratados. Por conseguinte, o professor deve adotar um volume suplementar.

O livro tem casos de problemas de grande utilidade, no fim de cada capítulo, e com a "falta de tempo" (leia-se: cansaço, desânimo e preguiça) do professor universitário moderno — azafamado com consultorias, escolas diversas onde leciona, correções de provas, reuniões e congressos científicos (se houver verbas) — pode ser feita a sugestão de traduzir também o "livro do professor". Ótima bibliografia. Livro bem traduzido, mas sem índice remissivo, que é um defeito num livro desse tamanho. "Ratio-delay" ficou "fração de atraso" (p. 629) ou "amostragem do trabalho" (p. 623). Não são mais sinônimos; eram. O método por sinal é insuficientemente tratado em extensão e profundidade. Mas, não adianta, como já disse, pesquisar a intenção do autor.

Kurt E. Weil

¹ Explicação: a diferença entre sistema como técnica contra a descrição clássica pode ser comparada ao estudo da anatomia descritiva que é necessária para entender o funcionamento do sistema vida humana. Mas, sem anatomia descritiva, ninguém entende o sistema, por exemplo, de locomoção do homem, onde

intervém desde o equilíbrio, os músculos, os ossos, os nervos, a vista, até o metabolismo, que dá a energia; portanto, seria o sistema biológico.

² Do mesmo autor existe *Análise financeira de alternativas de investimento*. Traduzido também na mesma Editora Atlas. Esse livro explica porque somente 50 páginas são dedicadas ao assunto no livro de produção.

In Memoriam: Prof. Ruy Vianna Braga (1929-1973)

Talvez o mais próprio em face da morte de um amigo sejam o silêncio e as lágrimas. Tudo o mais é posterior e começa a perder consistência porque, tanto quanto a morte, é inexorável continuar vivendo.

Por isso, escrever um depoimento sobre Ruy Vianna Braga será mais um esforço para compreendermos a história da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, na medida em que as instituições são conquistas de pessoas. O preito ao amigo já terá sido feito no último diálogo, na derradeira mirada, nas poucas lágrimas e na silenciosa e re-voltada reflexão sobre sua morte ou acerca da morte em si mesma.

Ruy Vianna Braga foi um dos professores que edificaram e trouxeram até aqui a primeira e mais reputada Escola de Administração deste país. Nela encontrou o desafio intelectual e político para sua realização enquanto homem culto, inquieto e generoso. E era extraordinária sua recente preocupação em conceber novos projetos a fim de que nossa Escola se abrisse em novas responsabilidades, tendo sempre presentes as duras contingências de um educador em país onde os percalços contra a inteligência e a cultura se encontram a cada passo.

Um jovem que mantinha um explícito compromisso com a pressa e a eficiência — esta a imagem cada vez mais nítida e consistente de Ruy Vianna Braga ao longo dos 18 anos de nossa convivência. Tal compromisso com a vida é por vezes terrível e quase sempre resulta em morte precoce. Foi o caso de meu grande amigo. Pode-se perguntar se esse risco estava presente na sua equação existencial, devidamente conceituado ou premeditado. Creio que sim. De outro modo teria sido ele alcançado pelo abatimento ou teria retificado aquela diretriz. Ou sobretudo ter-lhe-ia faltado a admirável e quase absurda coragem com que viveu nos últimos quatro anos, desde que seu enfermo coração descompassou-se do ritmo de sua sadia e límpida inteligência. Agora que nós, seus amigos, sentimos um enorme vazio à nossa volta e dentro de nós mesmos, fácil é compreender que ele não se deixou abater um só minuto e sua disposição de levar a vida até a morte foi uma sequência valerosa, sem rejeitar nenhum desafio.

A par daquele compromisso com a pressa e a eficiência, sempre houve um homem alegre, de espírito inquieto, indagador e de extremo zelo pelas suas próprias convicções em face de qualquer dos problemas que enfrentou e resolveu. Pode parecer que um temperamento de tal feitio fosse arredo à convivência ou infenso à amizade. Não no caso de Ruy: com ele, o acidente da convivência muito rapidamente se transformava no milagre da amizade; o que de começo seria apreço e compreensão, tornava-se afeto e respeito. Mais ainda: sua grande sedução humana o impelia a um exercício cada vez mais amplo junto a professores e a funcionários, que se deixavam envolver pelo seu estilo: os mandatos e as tarefas deviam ser cumpridos ao nível do ótimo e os cronogramas se refaziam para colher antecipações.

Creio que afinal seu grande designio foi o de marcar o tempo da vida com gestos e realizações. O tempo parecia seu maior inimigo e a vida um importante regalo para fruir em alta velocidade e permanente alegria.

Dai porque entre os velhos professores de nossa Escola (velhos de 40 anos) nenhum pôde tão marcadamente estabelecer relacionamento igualmente fraterno e fecundo com os jovens professores (jovens de 25 a 35 anos) quanto Ruy Vianna Braga. É que a inércia institucional sempre teve nele ardoroso contestador e os problemas do ensino, permanente atitude crítica.

Será erro pensar que sua inteligência era tocada apenas pelos grandes problemas: grandes e pequenas dificuldades ele as enfrentava com a mesma postura. Desde a criação do Departamento de Métodos Quantitativos à preparação de um gráfico ou de uma apostila; da luta pelo voto aos jovens professores à solução de um problema de aluno; a criação dos Conselhos de Classe ou a dedicada atenção que dava ao problema de um amigo; as tarefas complexas da Vice-diretoria Acadêmica; o empenho na campanha de fundos de bolsas de alunos; a dedicação ao problema do tempo integral dos docentes, seus enormes esforços para dotar nossa Escola de um Centro de Computação Eletrônica — todos esses problemas tiveram em Ruy Vianna Braga o líder consciente ou o companheiro dedicado.

Porque respeitava a opinião dos outros, não era fácil movê-lo quando às vezes “fechava a questão”. Em certas situações chegava a ser um pouco quebradiço: não vergava. No entanto, convencido ou não, nunca se poderia colher dele senão lealdade. É que a voragem de seu temperamento tinha na dignidade seu impulso fundamental. Não fazia proselitismo porque acreditava no exemplo e não podia viver afastado da linha de frente. Por isso sua vida foi tão curta e ele nos foi arrebatado na melhor e mais vigorosa quadra de sua existência.

O elogio póstumo é quase sempre duvidoso, pois a posse da vida nos leva a ser generosos com os mortos. Se porventura olhos estranhos lerem este texto e alguém se preocupar com o sentimento da justiça — venha e pergunte a qualquer um desta Casa. Não haverá dois depoimentos.

Creio que no ofício do poeta o que há de mais admirável é que ele sente o que sentimos e diz o que não sabemos dizer. Manuel Bandeira escreveu um verso que mais parece o primeiro preceito de uma religião que ainda não existe ou a primeira frase de um hino que pode minorar o nosso permanente desconsolo em face da morte: “A alma das coisas somos nós”. Se o poeta tem razão, e não importa em que sentido usemos esta pequena e misteriosa palavra, a alma de Ruy Vianna Braga está nesta Casa, estará conosco a alma do grande amigo que tão pouco viveu e tão rápido morreu, que não tivemos tempo de dizer-lhe o quanto o amamos.

Antonio Angarita Silva
20.2.1973

MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periódicos da Fundação Getúlio Vargas

O Correio DA UNESCO

Revista mensal editada em português pela Fundação Getúlio Vargas. Divulga em linguagem jornalística moderna artigos e informações sobre o que há de mais recente em educação, ciência, artes e cultura em geral.

Assinatura:		Portugal Esc.
1 ano	25,00	100\$00
2 anos	45,00	—
N.º avulso ou atrasado	2,50	12\$00

Revista de Administração de Empresas (RAE)

Publicação trimestral do Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, destina-se a fornecer elementos e critérios mais atualizados da moderna administração de empresas; focalizar ângulos de interpretação dos fatos e problemas; abrir novas perspectivas para uma atuação mais produtiva e relevante.

Assinatura:	
Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.º avulso ou atrasado	12,00
Encadernados (Vols. IV, V, VI, VII e VIII) cada vol.	50,00

Revista de Direito Administrativo (RDA)

Publicação trimestral da Fundação Getúlio Vargas. Destina-se a todos quantos, no serviço público ou fora dele, se dedicam ao estudo e à aplicação do Direito. Periodicamente, de 12 em 12 números, a revista edita o Índice de suas edições. Esse Índice, de grande utilidade prática, contém, além de completa indicação das matérias e autores, revisão integral da legislação do período e resumo da jurisprudência publicada, constituindo-se, assim, em roteiro seguro para pesquisas e consultas. Já à venda os três primeiros volumes, correspondentes aos números de 1 a 30, 31 a 60 e 61 a 90, respectivamente.

Assinatura:

Brochura	
Um ano	85,00
Dois anos	160,00
N.º avulso ou atrasado	25,00

Encadernado

Um ano	100,00
Dois anos	180,00
N.º avulso ou atrasado	30,00

Índices

Preço unitário (venda avulsa)	
Brochura	25,00
Encadernado	30,00

O reembolso
postal
é prático,
seguro e
atinge
rapidamente
qualquer
lugar
onde quer
que você
esteja!

Cartão Resposta Comercial

Não é necessário selar
o selo será pago pela

Fundação Getúlio Vargas

Serviço de Publicações
Praia de Botafogo, 188 - C. P. 21.120-ZC-05 - Rio GB-20.000

Cartão
autorização
478
Rio de Janeiro



MANTENHA-SE ATUALIZADO

Periódicos da Fundação Getúlio Vargas

Conjuntura Econômica (CE)

Publicação mensal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, apresenta análise da situação e dos problemas econômicos e financeiros nacionais e estrangeiros, além dos índices econômico-financeiros do País.

Assinatura:

Um ano	60,00
Dois anos	100,00
N.º avulso ou atrasado	6,00

Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (ABPA)

Publicação trimestral do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas; na qual o leitor encontrará artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos, além de seleta informação bibliográfica.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.º avulso ou atrasado	12,00

Revista Brasileira de Economia (RBE)

Publicação trimestral do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, divulga trabalhos de economia teórica e aplicada, de economistas brasileiros e estrangeiros.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.º avulso ou atrasado	12,00

Revista de Ciência Política (RCP)

Publicação trimestral do Instituto de Direito Público e Ciência Política. Inicialmente denominada Revista de Direito Público e Ciência Política, publica artigos doutrinários, bibliografia e informes em geral, de preferência sobre problemas de sociologia política, análise das instituições do Estado e da maneira como se comportam.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.º avulso ou atrasado	12,00

Curriculum (CUR)

Publicação trimestral do Colégio Nova Friburgo, dedica-se a questões relativas ao ensino médio, incluindo trabalhos sobre didática, auxílios audiovisuais, práticas educativas e demais assuntos que se relacionem com o problema da educação.

Assinatura:

Um ano	20,00
Dois anos	35,00
N.º avulso ou atrasado	6,00

Revista de Administração Pública (RAP)

Publicação trimestral da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). Conta, em seu corpo de colaboradores efetivos, com os mais respeitados especialistas brasileiros.

Assinatura:

Um ano	45,00
Dois anos	80,00
N.º avulso ou atrasado	12,00



COMBATA-OS LENDO



comunicação em prosa moderna de Othon Moacyr Garcia

Que ensina a escrever com clareza, precisão e coerência.

Procure nas livrarias ou peça diretamente pelo reembolso postal à Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Caixa Postal 21.120 ZC-05, Rio, GB

Autorizo uma assinatura da(s) publicação(ões) abaixo, com a primeira remessa pelo reembolso postal.

NOME _____
ENDEREÇO _____
CIDADE _____
ESTADO _____
PROFISSÃO _____
CEP _____

Mantenha-se
ainda mais
atualizado
usando
das grandes
vantagens
oferecidas
pelo reembolso
postal.